

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

Iris Nabolotnyj Martinez

DE QUEM É ESSE *LUGAR*?

Uma análise do feminismo acadêmico brasileiro a partir do *Web of Science*
(1998-2021)

Porto Alegre

2023

Iris Nabolotnyj Martinez

DE QUEM É ESSE *LUGAR*?

Uma análise do feminismo acadêmico brasileiro a partir do *Web of Science*
(1998-2021)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Dra. Jussara Reis Prá.

Porto Alegre

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Martinez, Iris Nabolotnyj
DE QUEM É ESSE LUGAR? Uma análise do feminismo
acadêmico brasileiro a partir do Web of Science
(1998-2021) / Iris Nabolotnyj Martinez. -- 2023.
212 f.
Orientador: Jussara Reis Prá.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Feminismos. 2. Teoria política. 3. Produção do
conhecimento. 4. Comunicação científica. I. Prá,
Jussara Reis, orient. II. Título.

Iris Nabolotnyj Martinez

DE QUEM É ESSE LUGAR?

Uma análise do feminismo acadêmico brasileiro a partir do *Web of Science*
(1998-2021)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jussara Reis Prá.

Conceito final: Aprovação com Louvor e indicação ao Prêmio CAPES de Tese.

Aprovada em: 22 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Jussara Reis Prá – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a Cibele Cheron – Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a Jaqueline Quadrado – Examinadora
Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Bruno Reis – Examinador
Universidade Autônoma de Lisboa

Porto Alegre
2023

Em *memória* de meu pai, Eduardo Aquino Martinez,
por plantar em mim sonhos (im)possíveis e
impulsionar-me a ir além.

AGRADECIMENTOS

A palavra “agradecimento” significa o reconhecimento a algum tipo de privilégio/benefício recebido. Porém, quando o que se conquista é um direito garantido pela Constituição, e não um privilégio/benefício, deve-se agradecer por tê-lo recebido? Em que dimensão esse direito deixa de ser o que ele é e passa a ser considerado algo que ele deveria ser? A Constituição Federal de 1988 preconiza no art. 205 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Atentar-se a isso é não usar palavras como mera conveniência em prol da manutenção de uma titulação acadêmica.

O falecimento repetindo de meu pai, vítima de um câncer no pâncreas, fez-me reaprender o significado da palavra agradecimento. Jamais imaginei perder o meu pai, cheio de vida, de maneira tão abrupta por uma doença degenerativa. Observei, mais atentamente, a importância de estar desperta às pessoas ao meu lado e despertei para um novo sentido da palavra, reconheci o privilégio/benefício não apenas na conquista de uma titulação, mas em trocar, compartilhar, aprender e ensinar sobre a vida com os outros.

Diante desse novo entendimento, agradeço a todos os servidores, técnicos e docentes da UNIPAMPA campus São Borja, onde realizei a Graduação e o Mestrado, pelo acolhimento. Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Cientometria da UFPR, pelas reuniões on-line em tempos pandêmicos.

Agradeço também aos servidores, técnicos e docentes da UFRGS, por tantos aprendizados. Aos colegas do PPGCP, pelo afeto no período em que estivemos juntos. À minha orientadora, Professora Jussara Reis Prá, pelo carinho e respeito que teve por mim. À Professora Jennifer Azambuja, pela orientação no estágio docente. À minha banca examinadora de qualificação, Professoras Flávia Biroli (UNB), Maria Novellino (IBGE) e Jaqueline Quadrado (UNIPAMPA), pelas contribuições na construção dialógica do conhecimento feminista.

O conhecimento, sozinho, não liberta. Ele precisa estar atrelado à sabedoria. Precisamente aqui, existe um abismo que quase ninguém vê e que separava os marginalizados e os privilegiados. Como uma cerca de arame farpado comprimindo os sonhos, as vozes e as escolhas do primeiro grupo, eu me mantive paralisada diante dessa cerca refletindo como eu faria parte do segundo grupo.

Por isso, em primeiro lugar, agradeço ao meu pai, Eduardo Aquino Martinez (*em memória*), pela inspiração. Sem ele eu jamais chegaria onde cheguei na Graduação, no Mestrado e no Doutorado. Ele me encorajou todas as vezes que pensei em desistir. Ele me chamou a atenção para não cair nos padrões produtivistas, personalistas e elitistas do pensamento científico hegemônico travestindo as pautas político-científicas em individualismo capitalista. Ele me ensinou que um cargo público nunca deve ser pessoalizado e me mostrou através do exemplo a importância de não me envaidecer diante dos elogios e de não me abater diante das críticas. O valor devido a cada coisa, nem demais, nem de menos, seria o suficiente para viver minimamente lúcida neste mundo.

Sobriedade intelectual resume a trajetória de vida de meu pai. Ele foi um autodidata político incansável. Poeta e compositor, por paixão. Comunicador, por vocação. Sou grata, pela dedicação permanente, pelo amor constante e por lutar pela nossa família enquanto teve forças. Sou grata, por tantas vezes construirmos juntos poemas e brincarmos com as palavras. Sou grata, pelos debates acalorados sobre a construção de um mundo melhor. A dimensão da dor sentida com a sua perda me tornou alguém mais consciente do meu papel no mundo e mais tranquila em relação ao futuro. Passei a valorizar mais os pequenos momentos e deixei de ter tanta pressa.

Agradeço igualmente pela conduta inabalável de minha mãe diante do falecimento de meu pai. Foram 35 anos de casados e de convívio diário. É uma honra, para mim, ser fruto dessas duas lindas trajetórias de vida, resistentes e resilientes, que transformaram um par em uma família ímpar, de cinco pessoas. É um imenso privilégio/benefício ser sua filha, mãe. Sou grata, por compartilhar comigo toda a sua sabedoria. Sou grata, pela sua força imbatível que sustenta os nossos pés, meus e de meus irmãos, firmes no chão, diariamente. Sou grata, por me ensinar a ser independente, livre e criativa. Sou grata, por me levantar das quedas com a sua mão leve, o seu sorriso fraterno e o seu olhar sereno. Sou grata, pelo seu exemplo de paciência, carinho e simplicidade. Sou grata, por me fazer seguir em frente mesmo quando tudo o que eu queria era desistir. Sou grata, por me ajudar

a encarar de frente, com as piores crises de ansiedade que eu já senti, o nosso luto, mãe. Sou grata, sobretudo, a maior força da natureza: o amor materno, que cura, energiza e purifica.

Amor esse multiplicado com o nascimento dos meus dois irmãos. Transbordo igualmente em gratidão aos meus melhores amigos, aos meus caçulas, Renan Nabolotnyj Martinez e Lucas Nabolotnyj Martinez. Não importa o tempo e a distância, sei que poderei contar com vocês nos momentos mais decisivos de minha vida. É recíproco. Com vocês eu aprendi a dividir. Com vocês eu aprendi a pertencer. Com vocês eu aprendi a respeitar diferenças, pedir desculpas, reconhecer erros, voltar atrás, ser flexível. Vocês me ensinam o poder de compartilhar. Sou grata, pelo silêncio seguido de grandes gestos. O Renan, com as palavras certas no momento oportuno, com a sobriedade intelectual e a responsabilidade afetiva. O Lucas, com a sabedoria das observações aprofundadas, sempre concisas, enxergando aquilo que ninguém mais observa com a doçura no olhar. Vejo muito da sobriedade intelectual do nosso pai em vocês, meus irmãos. A integridade, a honestidade, a bondade. A minha vida se tornou mais colorida com o nascimento de vocês. Agradeço por se complementarem tanto. Agradeço por me respeitarem como mulher, por me protegerem como irmã e por confiarem em mim como amiga. Agradeço, sobretudo, pelo apoio no tratamento de dados desta tese. Admiro vocês. Confio em vocês. Acredito no imenso potencial que vocês carregam. Estarmos juntos nessa jornada é um imenso privilégio para mim.

Sou igualmente grata aos meus gatos, Merengue, Titinho, Preta, Lelinho, Floquinho, Mingau, Xuxu, Gordinha (*em memória*), Gurizinha (*em memória*), Guri (*em memória*), Totoca (*em memória*), Negão (*em memória*), Tom (*em memória*), e tantos outros gatos resgatados e cuidados por mim e minha família. Minha vida foi transformada com a pureza do seu amor incondicional.

Agradeço imensamente a minhas tias Elenara Nabolotnyj, Lélia Nabolotnyj, Léia Nabolotnyj, Nereida Nabolotnyj, pelo exemplo de união coletiva e prática feminista, e aos meus queridos padrinhos, Elaine Nabolotnyj Nunes e Luiz Antônio Nunes Rodrigues, pelo amparo sempre.

Agradeço, sobretudo, e por fim, à espiritualidade que me acompanha nesta breve jornada que é a vida. Sentir a presença de meus mentores comigo, orientando os meus passos, é um grande privilégio/benefício de estar desperta.

*Eu tentei encontrar o **sentido**
quando duas direções
indicaram caminhos.
Descobri que não é o caminho
que dá o sentido,
mas **a escolha.***

(Iris Nabolotnyj Martinez)

RESUMO

Esta tese examina a estrutura do conhecimento a partir do contexto produtivista-liberal hegemônico, por meio de aportes teóricos e epistemológicos mobilizados por acadêmicas/os feministas brasileiras/os na escrita de seus artigos científicos. A fonte escolhida para a coleta dos documentos foi a *Web of Science* e o *corpus* de análise envolveu dois conjuntos de artigos. O primeiro conjunto, em leitura flutuante de 317 publicações situadas de 1998 a 2021. O segundo conjunto, em leitura em profundidade de 14 artigos mais citados entre o primeiro, circunscritos de 2001 a 2017. Para isso, foi construído um referencial analítico a partir do método misto sequencial (quanti-quali), fundamentado na metodologia feminista e posto em prática pela revisão bibliométrica de caráter cientométrico. Para o primeiro conjunto as técnicas utilizadas foram as análises de redes semânticas e de citações. Para o segundo conjunto, as técnicas foram a análise de conteúdo focadas em três vetores de análise: reflexividade sobre as fundações teóricas, a posicionalidade sobre as agendas de pesquisa e a localidade sobre os domínios intelectuais. Os objetivos incluíram: detectar as fundações teóricas; apontar as agendas de pesquisa; mapear os principais domínios intelectuais ao longo de uma perspectiva histórica. Em razão disso, perguntou-se: qual a implicação de certo aporte considerando os três vetores de análise? Especificamente: qual é o teor da reflexividade das/os pesquisadoras/es em suas fundações teóricas? Ainda, qual é a sua posicionalidade em relação as suas agendas de pesquisa? E, em quais localidades estão situados os seus principais domínios intelectuais? As reflexões finais oferecem um mapa mental com sentidos diversos sobre a paisagem dos feminismos, revelando um contexto geopolítico elitista intelectual de suas produções.

Palavras-chave: feminismos; teoria política; produção do conhecimento; comunicação científica.

ABSTRACT

This thesis examines the structure of knowledge stemming from the hegemonic liberal-productivist (LP) context, through theoretical and epistemological contributions mobilized by Brazilian feminist academics in writing their scientific papers. The source chosen for collecting documents was Web of Science and the corpus of analysis involved two sets of articles. The first set, in a floating reading of 317 publications located from 1998 to 2021. The second set, in an in-depth reading of 14 most cited articles among the first set, circumscribed from 2001 to 2017. For this, an analytical framework was constructed from the sequential mixed method (quanti-quali), based on feminist epistemology and put into practice by bibliometric review of a scientometric nature. For the first set, the techniques used were relational analysis of semantic networks and citations. For the second set, the techniques were content analysis focused on three vectors of analysis: reflexivity on theoretical foundations; positionality on research agendas; and the locality over intellectual domains. The objectives included: detecting the theoretical foundations; point out research agendas; map the main intellectual domains throughout a historical perspective. In light of this, it was questioned: what is the implication of a certain contribution considering the three vectors of analysis? Specifically: what is the researchers' level of reflexivity in their theoretical foundations? Furthermore, what is their positionality in relation to their research agendas? And, in which localities are their main intellectual domains placed? The final reflections offer a mind map with many different meanings about the landscape of feminisms, revealing an intellectual elitist geopolitical context of their productions.

Keywords: feminisms; political theory; knowledge production; science communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema reflexividade das fundações teóricas.....	55
Figura 2 - Posicionalidade das agendas de pesquisa	56
Figura 3 - Localidade dos domínios intelectuais	56
Figura 4 - Fluxograma metodológico cientométrico	61
Figura 5 - Comparação entre acoplamento bibliográfico e análise de cocitação de autorias	69
Figura 6 - Conexão entre as palavras <i>VOSviewer</i>	85
Figura 7 - Conexão por referências citadas entre si	93
Figura 8 - Trajetória longitudinal da frequência das cocitações no <i>CitNet Explorer</i>	99
Figura 9 - Diagrama do <i>corpus</i> de análise coletado em 317 artigos.....	105
Figura 10 - Densidade por citação de documento dos 14 artigos.....	110
Figura 11 - Mapa cartográfico da localidade nos domínios intelectuais	183
Figura 12 - Diagrama dos feminismos em mosaico coletado em 14 artigos.....	185
Figura 13 - Mapa mental dos feminismos em mosaico	186
Quadro 1 - Parâmetros de análise	54
Quadro 2 - Tipos principais de revisões bibliográficas	58
Quadro 3 - Procedimentos metodológicos	59
Quadro 4 - Fluxograma metodológico cientométrico	64
Quadro 5 - Relação métodos bibliométricos e parâmetros cientométricos	72
Quadro 6 - Composição do termo de busca (<i>string</i>) na base de dados.....	73
Quadro 7 - Critérios de inclusão/exclusão e <i>script</i>	73
Quadro 8 - Reflexividade das fundações teóricas (Bernardino-Costa, 2015)	114
Quadro 9 - Reflexividade das fundações teóricas (Pitanguy, 2002).....	116
Quadro 10 - Reflexividade das fundações teóricas (Mccallum, 2007).....	119
Quadro 11 - Reflexividade das fundações teóricas (Costa, 2009).....	121
Quadro 12 - Reflexividade das fundações teóricas (Guedes, 2011).....	123
Quadro 13 - Reflexividade das fundações teóricas (Castro, 2001)	126
Quadro 14 - Reflexividade das fundações teóricas (Diniz, 2012).....	128
Quadro 15 - Reflexividade das fundações teóricas (Costa, 2009a).....	130

Quadro 16 - Reflexividade das fundações teóricas (Bartholomaeus, 2015).....	133
Quadro 17 - Reflexividade das fundações teóricas (Costa, 2000).....	136
Quadro 18 - Reflexividade das fundações teóricas (Lacey, 2013).....	139
Quadro 19 - Reflexividade das fundações teóricas (Guerin, 2017).....	142
Quadro 20 - Reflexividade das fundações teóricas (Werneck, 2005)	145
Quadro 21 - Reflexividade das fundações teóricas (Cardoso, 2016)	147
Quadro 22 - Posicionalidade das agendas de pesquisa dos 14 artigos	169
Quadro 23 - Ordem de domínios intelectuais por grau de relação comum	172
Quadro 24 - Rede de acoplamento bibliográfico entre os 14 artigos	176
Gráfico 1 - Distribuição dos artigos por contagem de registro.....	75
Gráfico 2 - Distribuição por área de conhecimento.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Panorama de Publicações a partir do <i>VOSviewer</i>	74
Tabela 2 - Distribuição dos artigos por idiomas.....	78
Tabela 3 - Panorama de países publicados, documentos e citações por autoria.....	79
Tabela 4 - Dados estatísticos de ocorrência de palavras extraído do <i>VOSviewer</i>	81
Tabela 5 - Coocorrência de palavras-chave.....	82
Tabela 6 - Dados estatísticos de acoplamento bibliográfico extraído do <i>VOSviewer</i>	86
Tabela 7 - Acoplamento bibliográfico.....	88
Tabela 8 - Dados estatísticos cocitação de referências extraído <i>VOSviewer</i>	94
Tabela 9 - Cocitação de referências.....	95
Tabela 10 - Publicações filtradas para leitura em profundidade (por quantitativo de citações).....	109
Tabela 11 - Distribuição dos artigos por idiomas.....	111
Tabela 12 - Ordem de domínios intelectuais por grau de citação comum	177

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
AIF	Ativismo Intelectual Feminista
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
EA	Early Access
ESF	Estratégia de Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
HIV/AIDS	Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais Assexuais e outras identidades e orientações de gênero e sexualidade
MP-557	Medida Provisória nº 557
NIEM	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU-Brasil	Organização das Nações Unidas no Brasil
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
SUS	Sistema Único de Saúde
UNB	Universidade de Brasília
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
WoS	Web of Science
WLP	Women Learning Partnership

SUMÁRIO

QUAL É O MEU LUGAR? O ENCONTRO COM O SENTIDO	16
1 PRIMEIRAS ESCOLHAS	23
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: A DIREÇÃO E OS PASSOS.....	42
2.1 METODOLOGIA FEMINISTA: A DIREÇÃO.....	45
2.1.1 <i>A reflexividade, a posicionalidade e a localidade: os vetores</i>	<i>47</i>
2.2 REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE CARÁTER CIENTOMÉTRICO: OS PASSOS	57
2.3.1 <i>Análises de redes: a visualização.....</i>	<i>66</i>
3 FEMINISMOS EM MOSAICO: OS PRIMEIROS PASSOS	71
3.1 FUNDAÇÕES TEÓRICAS.....	80
3.2 AGENDAS DE PESQUISA.....	86
3.3 DOMÍNIOS INTELECTUAIS	94
4 TESSELAS FEMINISTAS: CONHECENDO O MOSAICO	107
4.1 A REFLEXIVIDADE DAS FUNDAÇÕES TEÓRICAS	111
4.2 A POSICIONALIDADE DAS AGENDAS DE PESQUISA	149
4.3 A LOCALIDADE DOS DOMÍNIOS INTELECTUAIS	170
5 REFLEXÕES FINAIS: DE QUEM É ESSE LUGAR?	186
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICE A – 317 ARTIGOS	215
APÊNDICE B – 14 ARTIGOS	216

QUAL É O MEU LUGAR? O ENCONTRO COM O SENTIDO

Entendimentos genuínos incluem reflexões desconfortáveis. O texto a seguir visa elucidar o que foi considerado na construção desta tese de doutorado. Momento de uma organização reflexiva iniciada há oito anos atrás, desde o primeiro contato com o tema. Descrevo os caminhos da vida que me conduziram a apreensão do objeto de pesquisa e as escolhas teóricas concomitantes.

Esta tese carrega uma história. A minha história. Não está separada ou distante de mim. Situa e contextualiza as experiências adquiridas a partir do meu *ponto de vista* enquanto mulher racializada¹, marginalizada e isolada. Ela revela os meus enfrentamentos, as minhas dificuldades, as minhas limitações e as minhas falhas. A escrevo para as mulheres sem sobrenome, que, assim como eu, defrontaram-se com o constrangimento, o desprezo e a discriminação fundidas nas interseções de raça, classe e gênero nas tessituras de suas vidas. Entrelaço, a isso, a experiência que permeia o meu corpo – um enunciado encarnado *mestizo fronteiriço*² – habitado pelas liminalidades e delineado pelo espaço etéreo político-social³.

Senti o exílio em meu próprio país até os meus 26 anos de idade. Entendi, desde muito cedo, as formas pelas quais as noções de raça, classe e gênero atravessavam a identidade de uma pessoa, detinham a sua capacidade psicológico-cognitiva, limitavam a sua comunicação e modelavam o tratamento recebido pela sociedade. Parte de minha infância, adolescência e juventude foi marcada por indagações sobre as razões pelas quais minha família e eu permanecíamos nos contornos marginais da inclusão social. *A pobreza*

¹ Não me autodefino como uma mulher branca, dada a diversidade étnica de meus antecedentes. Com ascendência espanhola pelo avô paterno, italiana pela avó paterna, polonesa pelo avô materno e guarani pela avó materna, minha identidade é multifacetada e vai além da simples categorização como “branca”. Nascer fronteiriça adiciona outra camada à compreensão de meu corpo como um lugar permeável onde múltiplas identidades se entrelaçam. Sinto desconforto ao ser classificada como parda – embora essa nomenclatura seja aplicada a mim como cotista no Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Com isso, pergunto: **Afinal, qual é o meu lugar?** (Nota da Autora).

² Glória Anzaldúa (1981) define a *consciencia de la mestiza* como o espaço de poder onde as múltiplas identidades culturais fluem nos corpos que nascem em regiões fronteiriças. Segundo a autora, o corpo encarnado fronteiriço é atravessado por muitos signos de linguagens coletivas que o fazem sentir-se de “lugar nenhum” (p. 80).

³ A teoria da autopoiese, de Humberto Maturana e Francisco Varela (2001), explora como os sistemas vivos têm a capacidade de se auto-produzir e se manterem como sistemas coesos. Em essência, ela examina como os organismos vivos se organizam e funcionam internamente para sustentar sua própria existência (Nota da Autora).

expôs-me a diversos tipos de violências. Ela cerceou minha percepção sobre mim mesma e o mundo, limitando a minha capacidade psicossocial, gerando rebeldia como movimento propulsor impelindo-me a transpor as barreiras da rejeição, os olhares de desprezo, as expressões de desrespeito e as inúmeras experiências adquiridas à sobrevivência.

Sobreviver. Alguns não experimentam o significado substantivo dessa expressão. Muitos, por morrerem sobrevivendo. Outros, por nascerem privilegiados sem conseguir enxergar os sobreviventes. Entre esses dois pontos existem muitos outros. Àqueles que olham, mas não enxergam. Àqueles que enxergam, mas preferem ignorar. Ser exposta à sobrevivência modificou o meu olhar sobre aquilo que eu seria capaz de realizar. O impacto de estar imersa a essa tensão provocou equívocos sobre a apreensão de minhas potencialidades. As escolhas acadêmicas feitas por mim foram frutos dessas experiências. A reação sobre como o mundo respondia às minhas ações foi a lente sensível de meu despertar enquanto consciência encarnada.

Durante a Graduação em Ciências Sociais, com habilitação em Ciência Política (2016) e, posteriormente, no âmbito do Mestrado em Políticas Públicas (2018), realizados na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), fui uma das primeiras pesquisadoras a mobilizar estudos voltados à teoria política feminista no contexto da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – São Borja. Desbravar um território inexplorado exigiu resiliência.

O primeiro encontro com o tema se deu em 2015, como idealizadora e bolsista voluntária no projeto de pesquisa intitulado “Violência Contra a Mulher: o Impacto da Lei Maria da Penha em São Borja (2006-2015)”, ainda na Graduação, com a anuência da universidade. Essa incursão tinha o objetivo de ampliar o projeto para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No entanto, os resultados obtidos não foram os esperados, devido à subnotificação da violência por parte das autoridades públicas, um obstáculo que impossibilitou o acesso, a exposição e a análise dos dados. O título do TCC apresentado e defendido foi “O acesso aos corpos das mulheres: de propriedade à desapropriação” (Martinez, 2016).

No ano seguinte, após ser aprovada na primeira turma do Programa de Mestrado em Políticas Públicas – UNIPAMPA, orientei meus esforços acadêmicos em direção às políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, dando ênfase a essa temática na elaboração da dissertação intitulada “Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em

São Borja: um panorama das ações da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres” (Martinez, 2018). A pesquisa expôs o descaso institucional em relação aos dados de violência. Os documentos públicos e registros históricos, objetos de análise, ao invés de estarem resguardados e protegidos, encontravam-se alocados em caixas de papelão no box de um banheiro. Este cenário foi impactante para mim, pois revelava o desprezo dos representantes políticos locais perante as mulheres vítimas de violência. Além disso, ao transcrever os 32 relatos de violência, a lembrança de abusos na minha infância desencadeou-me um estado de depressão profunda. Esse diagnóstico levou-me a tratamento psicológico seis meses antes da defesa da dissertação. Após a conclusão dessa etapa, optei por abandonar esse objeto de análise em razão de minha saúde mental.

Iniciar estudos em teoria política feminista na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, especificamente, em uma instituição em fase de consolidação, instigou-me habilidades que transcenderam a resiliência. A UNIPAMPA, campus São Borja, estabelecida em 2008, com estrutura e departamentos ainda incipientes e biblioteca desprovida de obras feministas, exigiu de mim análise crítica aguçada, capacidade de lidar com crises e maturidade emocional precoce frente a objetos de estudo tão próximos a mim. Sob a orientação de um homem não especializado na área, enfrentei desafios que ultrapassaram os limites da vida acadêmica enquanto lançava-me nesse domínio, com o propósito de explorar todas as possibilidades para concluir o ciclo e manter o meu compromisso com a temática.

Entretanto, algo se tornou perceptível para mim ao ingressar no Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situada na capital do estado, Porto Alegre, em 2019. A geografia histórica da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, região onde São Borja está situada, popularmente conhecida como “Pampa Gaúcho⁴”, parecia um local esquecido e desvalorizado nas narrativas locais dos porto-alegrenses. Esquecido e desvalorizado de forma material, simbólica e intencional, fruto de um fenômeno

⁴ A “pampa gaúcho” é uma região no extremo sudoeste do Brasil conhecida por suas extensas planícies e por suas distintas características culturais nativas, como: a milonga, o mate, a gineteada, etc. Essas, são fruto da herança deixada pela interação entre guaranis, espanhóis, portugueses e africanos. Especificamente, São Borja, é considerada uma das cidades dos “Sete Povos das Missões”, período histórico onde os povos guaranis originários foram convertidos ao cristianismo pelos jesuítas (Nota da Autora).

historicamente orquestrado, tanto pela negligência de representantes políticos, quanto pelos discursos de desprezo da população metropolitana.

Enquanto pesquisadora de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma mudança significativa tornou-se aparente. Ao me deslocar para Porto Alegre, deparei-me com desafios distintos na UFRGS em relação àqueles enfrentados na UNIPAMPA. Uma universidade consolidada carregava vícios engendrados em sua cultura institucional ainda mais enraizados. As linhas de pesquisa voltadas à produtividade e os debates teórico-políticos centrados predominantemente em obras de autoria masculina e anglo-saxônica constituíram alguns dos desafios que se apresentaram.

No entanto, os encontros promovidos pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM – UFRGS), sob a liderança de minha orientadora, Jussara Reis Prá, surgiram como refúgios para mim. Nesse espaço, aprendi a forjar um conhecimento feminista mediante a abordagem dialógica (Tiburi, 2019), por meio da escuta ativa das narrativas orais de mulheres não inseridas no meio acadêmico. Ali, consegui conciliar diferenças. Ali, encontrei um ambiente acolhedor, onde pude constatar a discrepância entre prática e teoria feministas.

Em contrapartida, a exaustão da repetição, as salas de aula impregnadas de diálogos intelectualmente complexos, distantes e vagos, amordaçava a minha própria voz, apoderando-se da minha própria expressão. Surgia em mim a indagação: onde estavam as “minorias⁵” utilizadas por aqueles intelectuais como seus objetos de estudo? O personalismo e o elitismo que permeavam o ambiente aliavam-se ao produtivismo acadêmico, transformando a educação superior em *comércio de sentidos* a travestir a função coletiva da atividade científica. Mas isso não representava nenhuma novidade.

O problema surgiu quando esses fenômenos foram identificados nos *estudos de gênero*. Ao observar as narrativas em sala de aula elaboradas durante uma disciplina de

⁵ Teóricos como Edward Said (1978), Gayatri Chakravorty Spivak (1984) e Audre Lorde (2010 [1988]) argumentam que o uso do termo “minorias” pode ser problemático, pois sugere inferioridade e marginalização. Em vez disso, eles sugerem termos como “grupos historicamente marginalizados” ou “grupos subalternos” para reconhecer a agência e resistência desses grupos. No entanto, ao longo desta tese, opto por utilizar essa palavra de maneira irônica, como estratégia discursiva para provocar a reflexão sobre o uso da linguagem cotidiana e os seus rótulos usados para definir pessoas e grupos. Acredito que essa escolha sublinha a escrita comprometida com aquelas/es aos quais me dirijo (Nota da Autora).

Teoria Feminista, percebi que a maioria das estudosas, ao se referir a “minorias” em terceira pessoa do plural, não contemplava as suas vozes. Dediquei atenção a analisar a composição da turma. Majoritariamente consistia em mulheres com capital social, cultural e econômico não familiarizadas com as realidades das regiões periféricas do país. Eu tinha muitas dúvidas e não conseguia entender muitas leituras feministas. “O que é *feminismo*? O que é *gênero*? Qual a diferença entre os dois termos e *feminismos*?” – questionei. A ausência de obras feministas que explicassem de forma mais simples e didática a complexa rede de sentidos e significados feministas, inquietava-me. Contudo, os questionamentos levantados por mim foram recebidos pela professora e por algumas colegas como limitação intelectual antifeminista. Recebi respostas evasivas de que feminismo, gênero e feminismos tinham significados diferentes – “existem tantos feminismos, quanto existem mulheres” – e não buscavam simplificações – “não se deve colocar a teoria feminista em caixinhas”. Entretanto, o que isso queria dizer? Nenhuma daquelas estudosas conseguia me explicar – ao menos em uma linguagem que eu conseguisse entender – o que significavam todas aquelas incursões.

Nesse momento, questionei-me: o personalismo e o elitismo, corriqueiros ao ambiente acadêmico, demonstravam um impacto análogo nos estudos de gênero de modo similar a outras esferas do conhecimento onde a colonização teórica tornava-se moeda de troca, ao comprar e vender vozes que não são suas, que não comunicam a todos e que servem para falar sobre as “minorias” apenas de maneira distanciada, em terceira pessoa do plural. Seria possível considerar os debates abordados pela docente como próximos ou distantes de sua realidade? Senti-me constrangida com o tratamento recebido, e a partir desse ponto, minha perspectiva enquanto pesquisadora feminista nunca mais foi a mesma.

Se estamos todos integrados por ínfimas realidades, comprimidas sob o véu tênue daquilo que contemplamos – do átomo ao astro, das leis da natureza às leis do universo – e se, nessas frágeis esferas de saberes repousa a partícula do que desconhecemos sobre o mundo que pode se desvanecer diante da vastidão de cores não capturadas por nossos olhos ou de sons não detectados por nossos ouvidos; então, acolher a limitação de nossos saberes humanos talvez se revele como a única abordagem comedida para trilharmos o mundo que incessantemente nos impulsiona a vaguear pela superfície do que presumimos conhecer. A universidade parecia-me arrogante, um lugar de competição. Nessa reflexão, aflorou-me a autoconsciência de que minha realidade era apenas uma partícula dentre muitas, cujo conhecimento pleno era incompleto.

Porém, o que tudo isso tem a ver com a pesquisa? Se, o *pessoal é político* (Hanisch, 1970), e o *sujeito político* dotado de conhecimento, ao contemplar seu comportamento enquanto interpreta a realidade, engendra novas perspectivas subjetivas e coletivas, então, os trilhos de minha trajetória, que orquestraram as escolhas em minha pesquisa, merecem menção. Os vetores de *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade*, por exemplo, são fundamentais para o enfoque feminista. Estes, explicam que o conhecimento é socialmente construído e situado em contextos históricos, culturais e políticos específicos. A *reflexividade* envolve a **auto-observação da própria posição de privilégio** (Harding, 1987, 1993, 1996, 2007; Haraway, 1995 [1988]; 1991). A *posicionalidade* refere-se como à **variação de poder e privilégio** na sociedade está para as desigualdades (Collins, 1984, 1990, 2012, 2019; Bell Hooks 2013, 2018 2019, 2007; Hulko, 2009). A *localidade* aborda a geopolítica da produção do conhecimento e a **influência do espaço geográfico sobre a pesquisa**, bem como as diferenças de experiências baseadas nos gêneros (Anzaldúa, 1981, 1987, 1990, 2021; Lugones, 2008, 2007, 2012, 2014).

Neste sentido, não existe entendimento genuíno sobre o que realizamos sem antes existir a contextualização de onde estamos encarnados, ou seja, inseridos culturalmente e geograficamente, dos nossos posicionamentos e privilégios, uma vez que as escolhas e conquistas no caminho acabam sendo moldadas, em certa medida, pelo conteúdo das experiências pessoais.

A *política de identidade*, por exemplo, proposta pelas *teorias feministas encarnadas*, constrói um enfoque narrativo distinto daquele proposto pelas teorias feministas clássicas, ao reconhecer o autocomprometimento dos gêneros racializados com seus grupos. Não se trata de realizar uma análise exaustiva para solucionar a interpretação não fragmentada da opressão. Seu propósito não é puramente acadêmico. Não busca “responder a uma questão de pesquisa teórica, nem pretende ser um documento técnico para alguma política estatal, mas sim uma reflexão que procura apresentar e caracterizar uma política de base *fora* das instituições do Estado e justificá-la” (Espinosa-Miñoso; Zirolto, 2022, p. 436). *Encarnar* implica conferir forma humana, assimilar os próprios impulsos e reconhecer as limitações contextuais intrínsecas à consciência em um corpo. A condição social da *pobreza*, manifestada nas diversas tensões que experimentei em minha vida, assumiu a forma de opressão, resultando em desregulação emocional, entre

outras coisas. Ao analisar os efeitos da pobreza em mim percebi a necessidade de estabelecer uma nova direção.

Diante disso, tomei consciência do desconforto associado ao pertencimento em ambientes acadêmicos. Nesse contexto, percebi dois perfis de pesquisadores: os utilitários e os voluntários. Os pesquisadores utilitários, conforme o nome sugere, exploram as experiências das “minorias” como objetos de pesquisa para alcançar, entre outros objetivos, vantagens pessoais. Os pesquisadores voluntários, permeados pelas questões de raça, classe e gênero como experiência de vida – e não apenas como objetos de pesquisa – revelavam um comprometimento maior com o papel social que desempenham no âmbito do conhecimento adquirido.

As transformações geradas por essas percepções retomam a questão inaugural proposta em sala de aula. Redefino, a partir disso, o significado de *feminismo*, *gênero* e *feminismos* para mim e para esta tese. Ainda que essa definição não seja definitiva e reflita o contexto temporal desta escrita, interpreto esses três conceitos da seguinte maneira: *feminismo* como uma visão de mundo coletiva formada pelas lutas feministas (Sardenberg, 2001); *gênero* representa o fato político e o marcador social (não somente sexual *de* homem e mulher, mas *entre* homens e mulheres) das desigualdades, diferenças, discriminações e violências (Krauss, 1974); *feminismos*, em plural, é o núcleo do conhecimento científico feminista que contempla como sujeitos epistêmicos todas as subjetividades comprometidas com a transformação social de gênero (bell hooks, 1995; 2000). O primeiro é abrangente e diversificado. O segundo é específico e fragmentado. O terceiro é polissêmico, tenso e disputado. Desse modo, os feminismos questionam e reformulam as dinâmicas instituídas pelo feminismo através das relações de gênero.

No decurso desta tese, a permeabilidade entre esses três conceitos aderiu para o que configuro como *feminismo acadêmico*, por meio da análise dos artigos submetidos à revisão por pares, os quais incorporaram perspectivas feministas em seus escritos no *Web of Science*. Em outras palavras, o enfoque é direcionado para o exame do arcabouço teórico adotado pelas produções que se autodeclaram como feministas.

Mesmo entendimentos desconfortáveis podem ser simplificados por meio da linguagem. O processo de aprendizagem pode emergir da realidade daquele que aprende; não daquele que ensina. Nesse sentido, para além de satisfazer minhas próprias aspirações, o cerne desta pesquisa reside igualmente por tornar a linguagem acessível a

um público mais amplo, não apenas ao acadêmico, facilitando a compreensão circunscritas pelas pesquisadoras/es feministas contemporâneas. Tendo delineado essa Apresentação, início à seção de Introdução.

1 PRIMEIRAS ESCOLHAS

O texto a seguir explica as escolhas realizadas sobre o objeto de pesquisa, a forma como o interpreto e o analiso. Escolher implica em acolher, absorver ou até mesmo agir em torno do que se sente, delineando um percurso específico com um propósito definido. Escolher também envolve assumir uma posição e adotar uma perspectiva entre as inúmeras possibilidades existentes.

O gosto pelos sentidos e significados das palavras, dos textos e/ou das obras subsiste a um interesse comum apreciado pelas *teorias*. Seu objetivo é criar definições oriundas da reunião e convergência de fenômenos, fatos e reflexões concernentes à realidade. A *teoria política*, em particular, visa conhecer os fenômenos das *relações de poder* existentes na sociedade, que permeiam as dinâmicas coletivas. Esse escopo não se restringe meramente à investigação das funções do Estado, da democracia ou dos partidos políticos, mas analisa, sobretudo, o papel das *instituições políticas*.

As instituições políticas são manifestações concretas de fenômenos sociais, solidificadas por meio de estruturas hierárquicas delineadas em normas formais predefinidas, que se entrelaçam em papéis desempenhados. A origem dessa abordagem encontra-se na primeira instituição política da qual todos fazemos parte: a família. A representação dos papéis de gênero inculcados pela família encontra sua base nos progenitores, que ocupam uma posição de poder central nesse contexto. A figura paterna (masculina/pública/racional) e a figura materna (feminina/privada/emotiva) personificam funções distintas, acompanhadas de gradientes específicos de poder. Dessa forma, a família emerge como a *instituição política fundacional* subjacente a todas as demais dinâmicas de poder na sociedade, constituindo o alicerce para todas as demais teorizações políticas que se desdobram, já que ela também representa a pedra angular da primeira instituição política educacional da civilização⁶.

⁶ Enquanto conceito político, *civilização* refere-se à organização social, cultural e política de uma sociedade, sendo uma palavra usada para categorizar grupos, estabelecer relações de poder e justificar ações – muitas vezes com base em critérios culturais e históricos colonizadores (Nota da Autora).

Embora as raízes da teoria política remontem à filosofia política antiga grega, representada pela tríade Sócrates, Platão e Aristóteles, e tenham se solidificado enquanto disciplina científica através das formulações contratualistas europeias de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, é digno de nota que a conformação da instituição política da família – e a distinção entre o público e o privado – não ocupou um lugar central nesse discurso desde sua concepção. A perspectiva contratualista em elucidar as razões subjacentes à coletiva organização da sociedade mediante acordos firmados, invisibilizou as relações de gênero nos diálogos políticos, erigindo um sistema patriarcal⁷ sobre as interações políticas, tendo o papel do Estado sido enraizado como um substantivo masculino no seio da teoria política.

Carole Pateman (1993, 1996) denunciou as bases teóricas do Contrato Social, realçando seu caráter essencialmente *sexual* e, desse modo, recontando a história da consolidação teórico-política sob uma perspectiva feminista. A autora abordou a dicotomia entre o público e o privado, que circunscreveu as mulheres ao domínio privado e facultou aos homens a esfera pública e sua exploração. Em estudo anterior, explicamos que:

[...] o cerne da crítica está no argumento de que no âmbito público todos deveriam ser tratados sem levar em conta fatores como o sexo de cada qual, negando que as pessoas são criaturas temporalmente limitadas, bem como biologicamente e culturalmente específicas. A dualidade entre feminino e masculino serve para esconder separações: feminino (natureza, pessoal, emocional, amor, privado, intuição, moralidade, adscrição, particular, submissão) e masculino (cultura, política, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade). Esta dualidade perversa se revelaria por meio do discurso, por exemplo, não de que as mulheres “naturalmente” trazem as crianças à vida, mas de que são elas que “naturalmente” devem criá-las. A divisão desigual das tarefas no mundo doméstico é outro exemplo. Não se trata de substituir oposições por negações, tampouco se trata de harmonizar as oposições. O que Pateman sugere é uma ordem social na qual suas dimensões sejam distintas, porém, não opostas (Martinez; Clemente, 2019, p. 314).

⁷ O sistema patriarcal é uma estrutura social e cultural na qual os homens detêm o poder e exercem autoridade sobre as mulheres e outros gêneros percebidos como femininos. Esse arranjo se manifesta em diversos aspectos da vida, abrangendo esferas como política, economia, religião e família, reforçando normas, valores e práticas que perpetuam a desigualdade de gênero. Embora o termo seja associado à feminista britânica Kate Millett, que o popularizou em 1970, vale destacar que outras/os teóricas/os também o exploraram (Nota da Autora).

A consolidação do pensamento científico proposta por moldes hegemônicos androcêntricos⁸ não foi uma exceção contratualista da teoria política, mas concerne à própria constituição da educação superior e científica. No que tange à educação, independentemente do nível, todos acabam sendo orientados por uma base ideológica (Freire, 1965). Tanto na família, como nas Escolas, nas Universidades, no Estado, ou no mercado de trabalho, a promessa de imparcialidade e de universalidade propostas pelo paradigma hegemônico foi uma *ficção* estabelecida (Young, 1990a; 1990b; 2012).

Em escala mundial, considerando essa consolidação em países ocidentais, é relevante incluir o termo *liberal* nessa discussão, dada a sua centralidade à globalização tecnológica para a compreensão do paradigma científico contemporâneo. A geopolítica do conhecimento – estruturada com base no liberalismo – incorporou o livre mercado, o individualismo capitalista e a competição coletiva e fez esses fatores terem implicações diretas na maneira como o patriarcado e a acumulação de recursos se manifestam, especialmente em cenários de exploração. Isso refletiu em uma rede complexa de processos e atividades relacionadas à produção, distribuição e fornecimento de pesquisas que se tornaram cada vez mais inflexíveis a abordagens feministas. E as mais afetadas são as mulheres (Mies, 1998 [1986]).

As barreiras enfrentadas pelos *estudos de gênero* diante do paradigma estabelecido por homens que influenciaram na definição de parâmetros de poder (Bandeira, 2008), geraram diversas formas de exclusão tanto material quanto simbólica. Além disso, essa dinâmica objetificou os corpos femininos, invisibilizou a presença dos diversos gêneros na narrativa histórica, e promoveu construções de uma suposta racionalidade inviável na prática (Eichler, 1988). Tais construções camuflaram-se como imposições, favorecendo singularmente um grupo, a saber, o homem branco colonizador, a fim de conferir legitimidade àquilo que é definido como científico (Collins, 2019a).

A incomensurabilidade⁹, inerente ao paradigma científico, gerou o pensamento científico liberal ignorante quanto às suas próprias narrativas (Grant, 1991), permeadas

⁸ O androcentrismo é uma abordagem que estabelece o ponto de vista masculino como a referência principal para compreender, explicar e analisar o mundo. Nesse contexto, as experiências, valores e interesses dos homens são valorizados acima de outras identidades de gênero, relegando estas últimas a uma posição secundária (Nota da Autora).

⁹ A incomensurabilidade científica refere-se à ideia de que diferentes paradigmas não podem ser comparados diretamente, pois possuem estruturas e pressupostos diferentes. Isso significa que os cientistas

de proposições racistas, machistas e colonizadoras. No âmbito da teoria política, não é possível concebê-la como genuinamente *política* sem que integre o elemento de *gênero* como parte fundacional de seu pensamento. É problemático que a matriz das opressões políticas – as relações de gênero – tenha sido confinada a uma subárea de estudos denominada de teoria política feminista, ao invés de ser uma esfera transdisciplinar plenamente consolidada e indispensável. Essa deficiência não apenas afeta o campo da ciência política, mas permeia todo o conhecimento científico.

No âmbito das *premissas de análise feministas*, observa-se uma peculiaridade intrínseca, caracterizada pela variedade, peculiaridade e, ao mesmo tempo, difusão de seus sentidos e significados, bem como as tensões e disputas inerentes a elas. A interdisciplinaridade¹⁰, multidisciplinaridade¹¹, transdisciplinaridade¹² se destaca como uma característica fundamental, endossando sua posição como “um paradigma em ascensão”. No entanto, essa mesma característica também desencadeia desafios teóricos, conceituais e metodológicos que emanam “um esforço conjunto para serem aprofundados e resolvidos” (Paiva, 1997, p. 517).

O *fazer científico feminista* destaca-se pelo seu caráter inovador, transformador e revolucionário, por romper com a tradicional relação entre sujeito e objeto, introduzindo a noção de um *sujeito epistêmico*. Tal sujeito não apenas analisa sua relação com o objeto de estudo, mas também se engaja de forma profunda e autônoma no ambiente em que vive, empregando tanto o conhecimento teórico quanto as epistemologias específicas.

que trabalham com paradigmas diferentes podem ter entendimentos fundamentalmente diferentes dos mesmos fenômenos. Thomas Kuhn argumentou que as revoluções científicas ocorrem quando um novo paradigma é capaz de resolver mais problemas do que o antigo e é capaz de explicar fenômenos que o antigo paradigma não conseguia. No entanto, as críticas feministas argumentam que a teoria de Kuhn falha ao explicar as maneiras pelas quais a dinâmica de gênero e poder moldam o conhecimento científico, como a categorização e a classificação, por exemplo, excluindo que a transição entre paradigmas não é tranquila e invisibiliza paradigmas que se encontram à margem do saber. Além disso, Kuhn esqueceu de mencionar a resistência dos cientistas comprometidos com o antigo paradigma em aceitar novos paradigmas. O conservadorismo científico impede, portanto, o “progresso” científico. Ver mais em: MENDONÇA, A.; VIDEIRA, A. Progresso científico e incomensurabilidade em Thomas Kuhn. *Scientiæ zudia*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-183, 2007 (Nota da Autora).

¹⁰ A interdisciplinaridade perpassa a fronteira de mais de uma disciplina, caracterizando-se como um conceito que é compartilhado por duas ou mais áreas do conhecimento, conforme definido por Ferreira (2010, p. 1172).

¹¹ A multidisciplinaridade se estabelece como uma abertura a múltiplas áreas ou disciplinas, permitindo a coexistência de diversos campos de conhecimento (Houaiss; Villar, 2009).

¹² A transdisciplinaridade ultrapassa os limites do conteúdo de uma única disciplina ou área do conhecimento, abrangendo também as esferas de outras disciplinas ou áreas do conhecimento (Ferreira, 2010, p. 2068).

Esse engajamento epistêmico é ancorado no contexto político em que o sujeito está inserido, resultando em contribuições ativas do saber gerado (Rago, 1998a; 1998b).

As discussões teóricas em torno do feminismo acadêmico e suas *finalidades de pesquisa* podem ser interpretadas de maneiras diversas. Conforme destacado por Sandra Harding (2007), esses estudos desempenham funções complementares que visam compreender as repercussões da estrutura machista que subjuga as mulheres e que pode resultar em tensões e instabilidades teóricas. Para Judith Grant (1991) as funções consistem em desconstruir os paradigmas filosóficos, antropológicos, sociológicos e políticos estabelecidos. Ao passo que Ann Oakley (1998) sustenta que o objetivo das pesquisas não apenas destaca a opressão *sobre* as mulheres, mas também escreve, particularmente, *para* elas, engendrando um processo de escrita e escuta ativa.

No contexto da *elaboração do pensamento feminista*, uma abordagem amplamente reconhecida é a das Ondas Feministas que se desenvolveu em torno dos marcos históricos dos movimentos feministas iluministas e liberais. Esta perspectiva se desdobrou em estudos sobre mulheres (na Inglaterra), estudos das dinâmicas sociais de gênero (na França) e em estudos de gênero (nos Estados Unidos). É notável que os referenciais euronocêntricos¹³ e anglo-saxões desempenharam um papel fundamental na consolidação dessa perspectiva, contribuindo para o surgimento de disciplinas acadêmicas e de campos especializados de pós-graduação em escala global (Louro, 1995; Heilborn; Sorj, 1999; Rago, 1998b; Silva, 2000).

Contudo, a disseminação dessa abordagem tem revelado sua limitação ao retratar a história do feminismo predominantemente a partir da perspectiva do ativismo das trabalhadoras brancas liberais, deixando de lado pontos de vista de outros grupos femininos, racializados, refugiados, colonizados, por exemplo. Muito antes disso, indígenas, negras, camponesas, já estavam engajadas em lutas por liberdades e direitos, mas foram invisibilizadas pela história e pela teoria.

O feminismo, enquanto ideário do movimento de luta feminista, transcende significativamente a imagem da mulher branca com propensão ao trabalho assalariado e

¹³ Este conceito se refere à tendência de dar prioridade à Europa e ao Norte global em detrimento de outras regiões do mundo, especialmente o Sul global. Essa perspectiva pode resultar na marginalização e subestimação das culturas e contribuições de outras partes do mundo (Nota da Autora).

certa liberdade para buscar direitos. No contexto brasileiro, desde 1609, nativas indígenas que não necessariamente se encaixavam nos padrões de gênero convencionais, e que foram submetidas à colonização pelos jesuítas no Sul do Brasil, possuíam papéis fundamentais, tais como, “horticultoras, coletoras, ceramistas, educadoras, participantes em processos decisórios, guerreiras, líderes espirituais e figuras centrais em rituais”. No entanto, essas figuras femininas eram descritas de forma pejorativa pelos padres colonizadores em suas correspondências à corte, rotulando-as como “demoníacas” (Baptista; Wichers; Boita, 2019, p. 3).

Cem anos mais tarde, o protagonismo de mulheres negras escravizadas que lideraram os movimentos de insurreição em prol da abolição da escravatura no Brasil foi completamente omitido dos registros históricos, permanecendo invisibilizado até recentemente, quando começou a ser debatido e examinado de maneira mais aprofundada no âmbito acadêmico, especialmente através da abordagem da História Oral (Amoras; Costa; Araújo, 2021). Entre o final do século XVI e meados do século XVII, emergiu no Nordeste brasileiro a comunidade de resistência de escravos conhecida como Quilombo dos Palmares, caracterizada por uma ativa participação de mulheres negras, ergueu-se como um símbolo de resistência frente à opressão da escravidão e do colonialismo (Afonso, 2014).

Apesar dessas observações de destaque, até meados do século XX, a formulação do pensamento feminista no Brasil permaneceu firmemente ancorada na estrutura das Ondas Feministas. Essa situação evidenciou a convergência de significados e interpretações transmitidos a partir de uma perspectiva hegemônica do Norte Global¹⁴, dentro da produção do conhecimento feminista, resultando na invisibilização de perspectivas teoricamente não colonizadas e historicamente invisibilizadas, suprimindo vozes (Bairros, 1995; Ballestrin, 2017).

No contexto da *consolidação do feminismo acadêmico no Brasil*, o primeiro texto feminista – ou o primeiro reconhecido pelas acadêmicas feministas – é intitulado “Direitos das Mulheres e Justiça dos Homens” escrito por Nísia Floresta, em 1832. A partir desse marco, entre 1930 e meados da década de 1970, os primeiros grupos de

¹⁴ O conceito denota disparidades econômicas e políticas entre regiões, sublinhando as desigualdades de gênero e destacando as estruturas de poder que oprimem mulheres em escala mundial (Nota da Autora).

estudos feministas associados a movimentos sociais emergiram buscando repensar as problemáticas específicas das brasileiras sob a influência das teorias marxistas (Teles, 1993; Pinto, 2003).

Em 1980, ocorre uma virada epistemológica de *estudos feministas* para *estudos de gênero*, sob influência do Norte Global, introduzindo discussões teóricas pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-coloniais sobre a construção da identidade (Sardenberg; Costa, 2011). Esse período também testemunha o surgimento de programas de pós-graduação nessa área. A década de 1990 marca o início das primeiras revistas científicas dedicadas ao feminismo no Brasil, com publicações que abrangem diversas subáreas, como corpo, sexualidade, desejo, performance e violência (Campos, 2021).

No que se refere à elaboração das *abordagens teóricas sobre os feminismos* no Brasil, é importante destacar que não existe um consenso unânime nesse âmbito. Dentre as proposições mais notáveis, emerge a organização de Heloísa Buarque de Hollanda (2019) em torno de quatro abordagens principais:

- O *feminismo histórico*, empenha-se em discorrer sobre a trajetória do feminismo na literatura, no movimento sufragista, na participação do processo de redemocratização na Constituinte de 1987, na integração das teorias modernas e na construção genealógica das mulheres. As autoras que se destacam nessa abordagem incluem Constância Lima Duarte, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Bila Sorj, Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti. Através de suas análises, delineiam-se os momentos cruciais e as evoluções do movimento feminista no contexto brasileiro.
- O *feminismo temático*, concentra-se nas temáticas que constituem as bandeiras de luta política, abrangendo questões de classe. Ademais, engaja-se na batalha contra a violência e na defesa dos direitos reprodutivos. Nomes como Heleieth Saffioti, Maria Bethânia Àvila, Leila Linhares Barsted e Mary Castro são proeminentes nessa abordagem, ao direcionar suas análises para as complexas interseções que caracterizam as lutas feministas contemporâneas.
- O *feminismo negro*, pioneiro na aplicação da interseccionalidade, a qual desconstrói o paradigma hegemônico branco cis heteronormativo ao levar em consideração as experiências das mulheres negras. Lélia Gonzalez, Beatriz

Nascimento e Sueli Carneiro são figuras centrais nessa abordagem, redefinindo as perspectivas de análise ao considerar as múltiplas dimensões das opressões enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil.

- O *feminismo epistemológico*, ancora-se na revolução das categorias disciplinares da filosofia, psicologia social e antropologia. Nesse âmbito, ocorre uma reinterpretação crítica do processo científico e das abordagens universais dos discursos identitários. Estudiosas como Lourdes Maria Bandeira, Maria Luiza Heilborn, Angela Maria Silva Arruda e Maria Odila Leite da Silva Dias reconfiguram o terreno epistemológico, introduzindo novos olhares e abordagens que transcendem as fronteiras das disciplinas tradicionais.

Essas abordagens ampliaram significativamente a compreensão do pensamento feminista no Brasil. Contudo, elas não se restringem apenas às autoras mencionadas e às abordagens propostas. A pluralidade, complexidade e tensão das perspectivas teóricas que contribuíram para o cenário das discussões de gênero no país são múltiplas, não é uma intenção feminista definir as suas fronteiras.

Nesse contexto, a despeito de uma *definição explicativa sobre o feminismo acadêmico*, talvez a única concordância seja a compreensão de que, entre as várias perspectivas, abordar a gênero é uma atividade política (Dias, 1990). Entretanto, emerge uma ironia ao considerarmos que, apesar do discurso que preconiza o comprometimento dos estudos de gênero com as “minorias”, o paradoxo reside na constatação de que, em sua manifestação teórica acadêmica, ele não se comunica por meio de linguagens acessíveis às mesmas lutas que defende. Especificamente, neste quesito, é possível apontar uma lacuna entre teoria e prática acadêmica feministas.

A linguagem pode ser uma ferramenta de dominação e colonização influenciando a maneira como pensamos e nos comunicamos. A reprodução de estruturas linguísticas acadêmicas, seus sistemas de expressão, símbolos e conceitos definidos perpetuam padrões universalistas que podem reforçar desigualdades e marginalizar vozes que não se encaixam nessas estruturas. Nenhuma linguagem é neutra e desprovida de poder (Goés, 2019). Se, por um lado, a linguagem é crucial para garantir que as ideias feministas possam ser compreendidas e aplicadas de maneira inclusiva, ela também pode discriminar na medida em que seu entendimento não está disponível para todos.

Nesse sentido, a disparidade entre a raiz política do feminismo – que busca abordar e combater as desigualdades de gênero – e a linguagem acadêmica intrincada utilizada para expressá-lo, resulta em um descompasso. Caracterizada por sua complexidade teórica, terminologias abstratas e construções conceituais densas, essa linguagem aliena o acesso das comunidades que não apenas são diretamente impactadas por questões de gênero, mas também se constituem como objetos de estudo das pesquisas feministas. Mulheres sem educação formal e em situação de vulnerabilidade social – uma realidade que eu mesma experimentei durante um período de minha vida – têm dificuldade em compreender textos acadêmicos feministas. Esses, não chegam a áreas remotas, marginalizadas e fronteiriças do país.

A teoria feminista, no que se refere ao acesso das pessoas aos conceitos e significados da linguagem acadêmica, distancia aquelas cujas experiências são a substância para a construção desse conhecimento. Essa situação ganha ainda mais relevância quando se deparam produções que abordam questões de raça, gênero, classe, as quais estão profundamente ligadas na luta contra sistemas de opressão. Reconhecer a limitação do acesso a linguagem acadêmica feminista e buscar alternativas inclusivas de comunicá-la representam etapas essenciais para fomentar um feminismo acadêmico empenhado na mudança social. Esse convite é dirigido a todas/os as/os pesquisadoras/es, incitando-as/os a contemplar e refletir, o conteúdo de suas expressões e a forma *como escrevem, para quem se dirigem e com qual finalidade* (hooks, 1995; 2000).

Desejo reivindicar as minhas experiências pessoais enquanto mulher racializada. Originária de uma região isolada no extremo sul do Brasil, deparei-me com diversos desafios ao tentar ler, compreender e interpretar os textos acadêmicos feministas. Essa circunstância pode ser considerada a principal limitação desta tese, inclusive. Não pretendo negar essas dificuldades, pois é evidente que o desenho da pesquisa, a interpretação da literatura e os argumentos apresentados perpassam essas experiências.

No que diz respeito aos *objetivos do feminismo acadêmico*, eles podem abranger diversos enfoques e abordar o tema de variadas formas, tais como: área de estudo, eixos temáticos, categorias de análise e objetos de pesquisa, entre outros (Farganis, 1997). Nesta introdução, o propósito é pincelar as pesquisas debruçadas sobre estudos de gênero enquanto *objetos de pesquisa*. Assim, surge uma distinção entre textos acadêmicos que

tratam gênero como categoria de pesquisa e aqueles que adotam uma postura assumidamente feminista.

Em primeiro lugar, ambos têm experimentado um crescimento significativo nas últimas décadas. Em escala global, países como Estados Unidos, Polônia, Canadá, Itália, Irã, Alemanha, África do Sul, Espanha e Portugal têm promovido pesquisas, cada qual contextualizada às particularidades locais (Hoppen, 2021).

No contexto brasileiro, essas produções recebem atenção em diferentes domínios de conhecimento que nem sempre estão estritamente ligados ao feminismo (Farganis, 1997). Estudos recentes exploram a intersecção entre ciência, gênero e participação feminina, abordando temas como a produção acadêmica das mulheres, diferenças no desempenho de carreiras acadêmicas entre homens e mulheres, bem como a redução da produtividade ao longo dos anos (Larivière *et al.*, 2013; Ledin *et al.*, 2007; Moss-Racusin *et al.*, 2012).

Além disso, investigações que empregam abordagens qualitativas e quantitativas em campos específicos revelaram uma série de considerações: a quantidade de produções científicas realizadas por mulheres, avaliada por meio de uma análise bibliométrica (Melo; Oliveira, 2006); a representatividade da presença feminina nas esferas da saúde (Aquino, 2006a; Ferreira *et al.*, 2008; Prado, 2010); as barreiras enfrentadas por pesquisadoras nos campos da astronomia, imunologia e oceanografia (Leta; Lewison, 2003); os desafios enfrentados por mulheres no campo da computação (Arruda *et al.*, 2009); a proporção das contribuições femininas na área da psiquiatria (Mendlowicz *et al.*, 2011); a presença de mulheres na área de administração (Resende *et al.*, 2012).

No entanto, é importante observar que, em segundo plano, a abordagem de gênero frequentemente acaba sendo confinada à dimensão de sexo biológico, o que demonstra que essas pesquisas não necessariamente adotam uma perspectiva feminista. Importa destacar, para fins deste estudo, aquelas investigações que se enquadram teoricamente e é desenvolvido neste trabalho. Neste quesito, algumas autoras merecem menção.

Ilze Zirbel (2007) realizou uma análise aprofundada explorando a ambivalência conceitual entre estudos feministas e estudos de gênero. Ela elucidou a ligação e a distinção entre essas abordagens. Enquanto a análise de gênero investigou as construções

sociais ligadas ao masculino e feminino, os estudos feministas abordaram temáticas ligadas ao poder, opressão e transformação social.

Solano Suárez (2008) contribuiu para uma apreciação mais ampla das pesquisas sobre gênero e mulheres no Caribe Colombiano, por meio da taxonomia sistemática desses estudos. Sua abordagem conferiu organização a distintas vertentes presentes nesse campo de pesquisa e sublinhou as principais temáticas, abarcando as complexas dinâmicas de gênero com as experiências femininas nessa região.

Luzinete Minella (2013) salientou uma lacuna temática evidente ao identificar a falta de foco em relação a raça e a etnia na análise de artigos científicos na base de dados *Scopus*. Sua pesquisa destacou a necessidade premente de abordar esses elementos cruciais de maneira mais abrangente nas interseções entre gênero, raça e etnia, ressaltando a importância de reduzir essa lacuna para a compreensão sobre tais experiências.

Therese Söderlund e Guy Madison (2015) conduziram um estudo bibliométrico que lançou luz sobre a atividade científica voltada ao gênero na Suécia. Sua investigação ofereceu uma visão do panorama acadêmico sueco no que diz respeito aos principais enfoques de pesquisa delineando as suas trajetórias e as interconexões entre os atores acadêmicos.

Tahereh Dehdarirad, Anna Villarroya e Maite Barrios (2015) empreenderam esforços para examinar as produções acadêmicas relacionadas ao gênero no ensino superior em escala global. Por meio de uma abordagem bibliométrica, sua pesquisa delineou as fronteiras geográficas e culturais de maneira quantitativa, detalhando características e diferenças das obras. Ao analisar a disseminação das publicações, os temas emergentes e as redes de colaboração entre instituições e pesquisadoras/es, o estudo mostrou o desenvolvimento científico sobre o tema em todo o mundo.

Thaís Medeiros (2018) realizou uma revisão da literatura sobre os estudos de gênero, empregando a bibliometria por meio do portal Lume-UFRGS. Sua pesquisa buscou explorar sistematicamente as publicações mais recentes no campo de estudo. Ao mapear a evolução das pesquisas, identificar áreas proeminentes e visualizar as redes de colaboração entre pesquisadoras/es, a autora revela a evolução da teoria, traçando um panorama atualizado das suas principais discussões e o direcionamento das futuras pesquisas na área.

Marlise Matos (2018) analisou o gênero como categoria nas produções sobre mulheres e feminismos. Sua pesquisa mostrou o gênero como lente crítica para entender interações complexas entre esferas social, cultural e política, revelando como o conceito permeia experiências das mulheres, influencia análises feministas e evolui constantemente.

Natacha Hoppen (2021) conduziu um estudo cientométrico¹⁵ sobre panorama atual dos estudos de gênero no Brasil. Ao examinar as publicações nesse campo, a pesquisa ofereceu uma visão detalhada das tendências, avanços e desafios no contexto nacional. Entre as considerações apresentadas, a autora analisou um conjunto de 5.563 artigos científicos publicados entre os anos de 2000 e 2017, utilizando a base de dados *Findr1*, com foco em três áreas: estudos da mulher, estudos feministas e estudos de gênero. A análise desses artigos revelou: a concentração das produções; as instituições mais produtivas; as referências mais frequentemente citadas; os temas mais recorrentes; e os trabalhos mais relevantes na área, evidenciando um crescimento exponencial desses estudos ao longo dos últimos anos. No rol dos achados, foram observados que as principais entidades editoras que impulsionam a produção científica são as “universidades públicas brasileiras, como a USP, UERJ, UFRGS e UFSC” (Hoppen, 2021, p. 192). Os resultados discutidos realçaram a urgência de um apoio contínuo e maiores investimentos nesse campo, bem como a necessidade de políticas e estratégias voltadas para a ampla disseminação desse conhecimento.

Marina Lua dos Santos (2022) questionou se a perspectiva de gênero era uma atividade feminista no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Sua pesquisa explorou a interseção entre Academia, políticas de gênero e ciência política, refletindo sobre a integração das perspectivas de gênero no ambiente acadêmico. A investigação também considerou como a universidade lida com a dimensão ativista e transformadora das perspectivas de gênero, contribuindo para a compreensão da relação entre gênero e feminismo nas instituições.

¹⁵ A cienciometria, também conhecida como cientometria, constitui um campo de investigação que se vale de abordagens quantitativas para analisar a literatura científica, abrangendo tanto os padrões de publicação quanto as referências citadas. O objetivo central é aprimorar a compreensão da estrutura e do desenvolvimento da pesquisa científica (Nota da Autora).

Magdalena Cortese Coelho (2022) empreende uma autoetnografia que investigou o engajamento no cenário feminista acadêmico brasileiro. O estudo destacou a influência do contexto político, delineou a trajetória da autora como doutoranda em administração e abordou os desafios enfrentados durante o período pandêmico. Adotando a perspectiva do Ativismo Intelectual Feminista (AIF), conforme proposto por Patricia Hill Collins, a autora salientou a necessidade de incorporar uma variedade de perspectivas feministas, visando promover a justiça social no âmbito acadêmico da administração. Coelho também destacou a tradução intercultural como meio para evitar a exclusão de vozes em um mundo cada vez mais interconectado. A pesquisa compartilhou experiências colaborativas e desafios enfrentados por mulheres acadêmicas, colocando em destaque a despatriarcalização e descolonização como passos essenciais para um progresso significativo.

Em geral, as autoras acima mencionadas trouxeram diversas contribuições sobre como as mulheres pesquisam e são pesquisadas nas universidades de duas formas distintas. Primeiro, por meio de metodologias quantitativas, usando números para entender como as coisas são, olhando para o gênero como algo ligado ao sexo, sem se autodeclararem feministas. Segundo, por meio de abordagens feministas, usando ideias comprometidas com as pautas de gênero, mas passíveis de apreensão devido ao uso de linguagens abstratas. Elas retrataram a inclusão acadêmica das mulheres, a existência de diversas perspectivas feministas, sua diversidade e suas disputas, mostrando que as mulheres precisam ser incluídas na Academia e que há muitas maneiras diferentes de entender o feminismo.

Embora a maioria das pesquisadoras reconheça a importância da promoção de políticas científicas alinhadas com o feminismo, e gerem reflexões interessantes sobre o desenvolvimento e a legitimação dos saberes feministas, observa-se uma lacuna na análise dos problemas que afetam a comunicação científica e que acabam por obstruir a disseminação de suas vozes. Isso ocorre porque as pesquisadoras muitas vezes podem estar dialogando exclusivamente entre si, negligenciando questões subjacentes, tais como os vieses elitistas, o modelo globalmente estabelecido de produtividade e, até mesmo, a escassez de diversidade e representatividade em suas próprias redes acadêmicas. Compreender essas barreiras e os diversos contextos em que surgem torna-se essencial para compreender como esses conhecimentos são disseminados e as razões subjacentes a esse processo.

Em pesquisa anterior conduzida como parte desta tese, identificamos dois desafios enfrentados pelos estudos de gênero: a colonização teórica e a colonização de gênero. Em primeiro, a metodologia feminista é fluida e não pode ser enquadrada em uma categoria fixa, porque inclui várias abordagens que lidam com os diversos obstáculos impostos pelo pensamento hegemônico. Em seguida, o domínio do conhecimento teórico científico abrange uma variedade de perspectivas e deve ser sustentado por fundamentos tangíveis, diferentemente das premissas centradas no ponto de vista masculino. Como o feminismo negro, por exemplo, pode combinar elementos decoloniais, marxistas, socialistas, pós-estruturalistas ao mesmo tempo? Para responder essa questão é necessário olhar o *contexto político das/os autoras/es que escrevem os textos acadêmicos* a fim de compreender o *seu lugar* no amplo espectro feminista (Prá; Martinez, 2022).

Enfrentar esses desafios exige evitar simplificações. Por isso, reconheço a importância de considerar a diversidade de subjetividades, experiências e influências presentes nessas discussões como elementos essenciais de análise. A *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade* se tornam ferramentas fundamentais para compreender as complexidades envolvidas e abordar essas questões de maneira contextualizada e precisa. A *reflexividade* implica refletir sobre as próprias posições, crenças, valores e preconceitos durante o processo de pesquisa ou análise. A *posicionalidade* reconhece que posição social, cultural, política e econômica influencia a compreensão do mundo e das questões estudadas. A *localidade* reconhece a importância do contexto local em que as questões estão inseridas. Isso significa entender que as dinâmicas sociais, políticas e culturais variam e que não existe uma abordagem universalmente aplicável.

Essa reflexão também pode ser aplicada à Ciência Política, refletindo como as revistas científicas especializadas e as suas bases de dados – que compartilham de uma mesma base produtivista – privilegiam certas perspectivas. Nesse sentido, obras feministas são predominantemente escritas por gêneros femininos, o que por si só já pode levar à discriminação diante das estruturas de poder. As autoras enfrentam uma dupla colonização, tanto em termos teóricos quanto de gênero. Aquelas que têm uma maior produção de artigos em periódicos de alto impacto acabam possuindo o poder de influenciar outras pesquisadoras, que podem adotar perspectivas teóricas que não são necessariamente suas, mas sim moldadas pelo funcionamento do mercado de saberes distorcendo a visão teórica perpetuada pelas elites acadêmicas (Prá; Martinez, 2022).

São os critérios de qualificação científica que promovem esse funcionamento, definidos por modelos internacionalmente reconhecidos, que são adotados no Brasil por meio das normas estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Qualis-CAPES). As normas abrangem diversos aspectos, incluindo *avaliação por pares*¹⁶ de artigos acadêmicos e a indexação de periódicos conforme as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Além da instituição reguladora mencionada, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) assume papel na validação e certificação das áreas de estudo no país, sendo um componente central da comunicação científica. Essa comunicação promove a disseminação do saber, conectando trabalhos por meio das relações entre seus significados teóricos. Essas conexões são fortalecidas pela indexação de citações e contribui para a alocação de recursos financeiros nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Esse mecanismo de *status* científico tem implicações significativas sobre a promoção dos saberes e a formulação de políticas científicas. É preocupante observar que, apesar do sólido embasamento teórico dos estudos de gênero, ele permanece excluído da Tabela Institucional Oficial do CNPq, a qual é responsável por certificar as áreas de conhecimento no país. Essa situação representa um obstáculo ao avanço das discussões sobre questões de gênero na sociedade brasileira. Torna-se fundamental refletir sobre a necessidade de revisar as classificações científicas e questionar o compromisso e o reconhecimento das instituições educacionais em relação ao tema.

Diante disso, entendo *teoria política feminista, produção do conhecimento e comunicação acadêmica* como assuntos intimamente ligados. Minha hipótese parte do entendimento de que, embora as produções feministas contidas no *Web of Science (WoS)* possa conter um viés elitista e produtivista-liberal negligenciando certas perspectivas, isso *não necessariamente reflete influências de pensamento teórico colonizador*.

¹⁶ Embora a avaliação por pares em Humanidades seja “simples-cega”, ou seja, há uma tendência ao cumprimento da objetividade científica (visto que esse modelo não considera os autores como centro da publicação, mas os argumentos mobilizados por eles), existem formas de burlar o seu formato “que permitem a identificação de autorias de um manuscrito submetido a avaliação editorial. [...] Basta, por exemplo, uma nota de rodapé que faça referência” (Pinheiro, 2004, p. 210) (Nota da Autora).

Para testar essa hipótese, o objetivo geral deste estudo é examinar *a estrutura do conhecimento acadêmico feminista no contexto brasileiro* a partir do WoS, por meio de três objetivos específicos: i) detectar as *fundações teóricas*¹⁷; ii) identificar as principais *agendas de pesquisa*¹⁸; e iii) mapear, sob uma perspectiva histórica longitudinal, os principais *domínios intelectuais*¹⁹. Para isso, questiono: qual a implicação de certo aporte considerando três vetores de análise? Especificamente: i) qual é o teor da *reflexividade* das autorias presentes nas fundações teóricas? Ainda, ii) qual é a *posicionalidade* das autorias presentes nas agendas de pesquisa? E, iii) sob uma perspectiva histórica longitudinal, em quais *localidades* estão situados os principais domínios intelectuais?

Para responder a essas questões, proponho a utilização do método misto sequencial quantitativo e qualitativo, conforme apresentado por Creswell (2009). Essa é uma estratégia de pesquisa que combina a coleta e análise de dados quantitativos com a coleta e análise de dados qualitativos em uma sequência específica a fim de obter uma compreensão mais completa de um fenômeno. Os dados quantitativos fornecem uma visão geral e identificam tendências, enquanto os dados qualitativos aprofundam a compreensão, explorando contextos. Essa abordagem facilita a triangulação dos resultados, o que contribui para melhorar a validade e a confiabilidade da pesquisa. É uma estratégia flexível que pode ser adaptada às necessidades do estudo.

Nesse contexto, a ferramenta que auxilia os passos é a revisão bibliométrica com enfoque cientométrico. Ela envolve a aplicação de técnicas de análises de redes, semântica e de citações relacionais. Essa fase quantitativa é complementada pela leitura flutuante²⁰ dos 317 artigos científicos, que constituem o resultado total da coleta realizada na base de dados WoS.

Após essa fase, o cerne da pesquisa qualitativa se dá por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa abordagem é usada de maneira implícita, para

¹⁷ As *fundações teóricas* são os princípios conceituais que sustentam uma teoria (Nota da Autora).

¹⁸ As *agendas de pesquisa* são as linhas/tópicos que as/os pesquisadoras/es escolhem investigar (Nota da Autora).

¹⁹ Os *domínios intelectuais* são as referências/abordagens que mobilizam áreas dentro de uma disciplina (Nota da Autora).

²⁰ A *leitura flutuante* envolve percorrer rapidamente um texto para obter uma visão geral de seu conteúdo. Isso pode ser feito por meio de softwares e de uma rápida leitura de títulos, subtítulos, resumos, gráficos e imagens. A leitura flutuante permite as/os leitoras/es ter uma ideia do tema, estrutura e principais pontos do texto sem se aprofundar em detalhes (Nota da Autora).

examinar minuciosamente o conteúdo de dados textuais. O processo começa com a pré-análise, onde os dados são preparados e organizados. Em seguida, segue-se para a exploração do conteúdo, identificando categorias e temas emergentes. Ainda, os dados são tratados, envolvendo organização, inferências e interpretações. Finalmente, na fase de interpretação, os resultados são discutidos à luz das questões de pesquisa.

Integra-se a perspectiva qualitativa o modelo de análise a metodologia feminista, composta pelos vetores analíticos e conceituais: *reflexividade* das fundações teóricas, *posicionalidade* das agendas de pesquisa e *localidade* dos domínios intelectuais. Nessa etapa, realizo a leitura em profundidade²¹ dos artigos mais citados entre si, selecionados do conjunto de 317 artigos previamente coletado, que resultaram em 14 documentos.

O objeto de análise recai *apenas* sobre os artigos científicos brasileiros que passaram pelo processo de revisão “por pares” e que foram publicados em periódicos nacionais e internacionais, encontrando-se *exclusivamente* na plataforma digital WoS²². Essa decisão também foi motivada pelas limitações e vieses do repositório digital em relação às produções feministas. A ampla cobertura da WoS, com mais de 12.000 periódicos de alto impacto abrangendo diversas áreas do conhecimento, privilegia a área da saúde e pode não proporcionar a visibilidade necessária a tópicos feministas.

Além disso, a plataforma tende a excluir do registro científico produções mais antigas, o que limita o acesso a trabalhos no desenvolvimento desse pensamento. Mesmo assim, concentrar o estudo apenas a WoS é uma estratégia para entender e confrontar a superestrutura científica liberal hegemônica, que marginaliza perspectivas feministas e produções mais antigas, promovendo uma visão mais crítica das pesquisas acadêmicas ali encontradas. Essas considerações não diminuem a importância do arquivo digital, pois esta é considerada “uma das maiores fontes de metadados de publicações científicas do mundo” (Codato; Lorencetti; Bittencourt, 2019, p. 6).

²¹ A *leitura em profundidade* é uma técnica que envolve uma análise minuciosa e detalhada de um texto, com foco na compreensão completa do conteúdo, apontamentos de lacunas e discussões a serem levantadas. Nessa abordagem, as/os leitoras/es dedicam tempo à reflexão crítica e à análise das estruturas e argumentos apresentados pelas/os autoras/es (Nota da Autora).

²² Em razão da compatibilidade das fontes com os *softwares* utilizados – *OpenRefine*, *VosViewer* e *CitNetExplorer*. O que evita possíveis incompatibilidades nos resultados e reduz a necessidade de retrabalho no tratamento das linguagens de programação (Nota da Autora).

As inúmeras interpretações e significados associados ao tema oferecem uma oportunidade valiosa para entender qual é *o lugar* das/os pesquisadoras/es perante suas pesquisas, como as teorias se relacionam e por que alguns tópicos têm uma maior disseminação do que outros. É fundamental promover pesquisas como esta, que revisem, organizem e apresentem de forma didática-crítica a literatura feminista, superando as barreiras impostas pelo paradigma hegemônico. Isso abrirá espaço para a inclusão das perspectivas e experiências das “minorias”, adotando uma abordagem contextualizada.

Além disso, as/os pesquisadoras/es precisam estar cientes da natureza abstrata da linguagem que utilizam e, ao mesmo tempo, da objetividade que buscam em suas pesquisas, pois esses fatores podem impedir pesquisas engajadas. Isto porque abordar o feminismo a partir de uma perspectiva metodológica envolve questionar a noção de “mulher” como um conceito universal e refletir sobre como as teorias tradicionais têm perpetuado a opressão tanto teórica quanto de gênero em suas produções (Scott, 1998).

Com base nesta introdução, a estrutura desta tese é composta por seis capítulos. O primeiro capítulo abrange os elementos essenciais para a compreensão da proposta de trabalho, por meio desta introdução. O segundo capítulo discute o modelo de análise proposto, englobando a metodologia feminista e seus três vetores analíticos, as ferramentas bibliométricas de natureza cientométrica e as técnicas de análise de redes semânticas e de citações. O terceiro capítulo explora a leitura flutuante, apresentando o *corpus* de análise, revelando as particularidades das redes semânticas e de citações presentes nos 317 artigos científicos analisados. O quarto capítulo realiza uma análise aprofundada do conteúdo dos 14 artigos científicos mais citados entre si, a partir dos vetores mencionados, desenhando o estado da arte feminista. O quinto capítulo apresenta um mapa conceitual, expondo a disposição dos principais enfoques feministas e brasileiros presentes no *Web of Science*. O sexto capítulo encerra o estudo com apreciações finais e projeções com futuros desdobramentos.

Expostos esses entendimentos, a seguir, passo a dar início ao modelo de análise.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: A DIREÇÃO E OS PASSOS

O seguinte texto descreve as escolhas metodológicas tomadas no percurso em direção ao objeto de pesquisa, assim como o enquadramento teórico empregado na análise, as técnicas, os procedimentos e as ferramentas utilizadas. Aqui, descrevo as contribuições singulares de cada uma dessas facetas na formação do meu entendimento sobre como abordar o objeto de estudo.

Pense em fotografias capturadas de distintos objetos em uma sala completamente escura. Agora, imagine que, nessa sala escura, um conjunto de elementos se movimenta de maneira desorganizada, tornando a escuridão tão densa que a única alternativa diante dela são os breves lampejos de seus movimentos pontuais temporários. As teorias políticas nos fornecem “fotografias” da estrutura, captadas de diferentes ângulos. No entanto, cada uma delas passa a considerar sua visão parcial como se fosse uma representação da estrutura completa. Não é surpreendente, que várias “fotografias” não estejam em concordância, e que as inferências dos teóricos a partir dessas imagens apresentem conflitos. “Contudo, no meio da escuridão, há algo que todos eles estão retratando; e a soma dos diversos *flashes* de luz pode ser empregada para reconstruir a estrutura completa em detalhes” (Pitkin, 1967, p. 11).

Cada pesquisa incorpora elementos subjetivos que emergem da interação entre o sujeito (pesquisador) e o objeto (pesquisado). Nesse espaço investigativo, o repertório metodológico, com suas etapas, processos e técnicas, tanto limita quanto liberta, contesta ou endossa, o conhecimento científico hegemônico.

Quem molda a teoria política? Quem busca descolonizar a ciência? Reconhecer que todas as pesquisas partem de *sujeitos epistêmicos* na criação e aplicação do conteúdo, onde a declaração se desdobra, possibilita um breve lampejo de luz sobre as suposições de objetividade científica, frequentemente consideradas como verdades. Isso nos conduz a admitir a presença de certa fluidez àquela sala escura de significados teóricos (Hartsock, 2003). O *ponto de vista* daqueles que interpretam a realidade durante a investigação permeia o grau de profundidade com que exploram suas próprias abordagens de pesquisa. Em contrapartida, a profundidade do conhecimento adquirido está intrinsecamente ligada à profundidade do autoconhecimento alcançado.

Nesse sentido, considero as escolhas metodológicas em trabalhos acadêmicos como construções político-sociais de natureza intersubjetiva. Nesta tese, exploro essas questões através de uma reflexão crítica sobre o contexto das autorias e das obras. Para isso, adoto a metodologia feminista como o fio condutor do modelo de análise, a fim de contestar dois argumentos teórico-metodológicos distintos.

O primeiro argumento parte das críticas feministas aos enfoques quantitativos hegemônicos. Estes são acusados de reforçar a objetividade das definições categóricas em detrimento das abordagens qualitativas feministas. Isso ocorre porque, frequentemente, o controle dessas metodologias está nas mãos de grupos dominantes, como “homens brancos e das classes média e alta, que dominam o mundo científico” (Paiva, 1997, p. 520). Isso contribui para a utilização das “categorias e do pensamento categorial” como “instrumentos de opressão” (Lugones, 2005, p. 68).

Pondero essas críticas, pois considero as ferramentas quantitativas como meios para alcançar fins. Essas, podem ter diferentes direcionamentos, dependendo do contexto do sujeito político epistêmico (pesquisadoras/es) que as empregam. O problema não reside nas ferramentas em si, mas no viés inculcado na análise e nos propósitos aos quais elas servem, já que é possível utilizar abordagens quantitativas em conjunto a outras abordagens metodológicas.

Embora a legitimidade dessas críticas seja reconhecida, penso ser difícil evitar completamente as definições categóricas, uma vez que toda pesquisa científica é de alguma forma influenciada pela busca por explicações descritivas. Isso se torna mais evidente em um mundo globalizado e orientado pela tecnologia. No contexto atual, por exemplo, as referências mencionadas até aqui ganharam reconhecimento por estarem inseridas a uma lógica produtivista que as levou à popularidade em citações acadêmicas.

Mapear o feminismo de maneira engajada, didática e pedagógica, por meio da revisão bibliométrica de caráter cientométrico e das análises relacionais de redes e citação, tem um propósito fundamental: encurtar a distância que separa esta pesquisadora de seu objeto de estudo. Essa abordagem não apenas possibilita a minha compreensão dos conceitos feministas, mas também tem o potencial de lançar luz sobre áreas que anteriormente permaneciam nas sombras do campo de visão teórico.

O segundo argumento se baseia nos argumentos mobilizados por Justin Paul e Alex Criado (2020) em “A arte de escrever revisão de literatura: o que sabemos e o que precisamos saber?” – um dos artigos mais citados na área de revisão de literatura. Nele, os autores advogam para que revisões bibliométricas estejam alicerçadas *apenas* em bases quantitativas: “Em nossa opinião, as revisões bibliométricas *não lidam com teorias, métodos e construções* como costumam lidar com autores, afiliações, países, citações e cocitações, etc.” (Paul; Criado, 2020, p. 2, tradução da autora). Porém, contraponho essa argumentação. Revisões bibliométricas não precisam e não devem ser restritas a uma metodologia isolada. No presente estudo, ressalto seu uso *secundário*, como ferramenta a serviço da metodologia feminista, destacando o ponto de vista dos autores.

Diante do quadro esboçado, a metodologia feminista atua como um fio condutor através do qual a realidade é direcionada. Por sua vez, a revisão bibliométrica de caráter cientométrico e as análises de redes semânticas e de citações desempenham o papel de “luvas” que facilitam a manipulação da observação dos objetos de pesquisa. Assim, esta investigação não se concentra apenas nas informações técnicas presentes nos artigos científicos feministas, mas, sobretudo, na substância teórica desses documentos e no contexto daqueles que escrevem as obras.

Compreender as limitações dessa organização também é igualmente essencial, pois essa busca pode restringir significados, tornando impossível escapar completamente das categorizações. Por isso, é importante enfatizar a necessidade de transcender essas definições, analisando-as de forma aprofundada. Meu objetivo é provocar um diálogo que ainda não ocorreu, sem ignorar os desafios e desconfortos inerentes a essa discussão.

As divergências destacam a necessidade de refletir sobre como, em uma escala mais ampla, os estudos de gênero podem estar enraizados em bases produtivistas, limitando a diversidade de perspectivas sempre que as acadêmicas feministas não examinam criticamente os fundamentos políticos da comunicação científica. Não se trata apenas de quantificar essas obras ou categorizar os feminismos. O objetivo é compreender como as ideias nos textos acadêmicos reproduzem padrões existentes, incentivando a amplificação das vozes marginalizadas dentro e fora da Academia.

Com base nos entendimentos apresentados, nas próximas duas subseções, discuto, primeiro, as contribuições da *direção do caminho metodológico* – propostos pela metodologia feminista – e dos *vetores de análise* sobre o objeto – compostos pelos

conceitos de reflexividade, posicionalidade e localidade. Em seguida, apresento as contribuições das *ferramentas e técnicas* secundárias que coletam, tratam, distribuem e organizam o objeto de pesquisa – a revisão bibliométrica de caráter cientométrico e as análises de redes semânticas e de citações relacionais.

2.1 METODOLOGIA FEMINISTA: A DIREÇÃO

Ao promover uma visão de mundo comprometida com a coletividade, a metodologia feminista é um modelo de análise que se concentra em compreender os aspectos da desigualdade e opressão de gênero nas pesquisas científicas. Ao reconhecer fatores sociais, culturais e políticos, essa abordagem visa combater as formas de discriminação, integrar as suas vozes silenciadas para dentro dos trabalhos enfatizando as experiências dos gêneros femininos. Técnicas como observação participante, grupos focais e entrevistas em profundidade são algumas das ferramentas utilizadas para compreender as perspectivas das indivíduos afetadas pelas opressões sociais, culturais e políticas (Anderson, 2020).

Sua função é observar o papel das *dinâmicas de poder* na relação pesquisador-pesquisado e criticar os métodos científicos tradicionais que reforçam as normatizações científicas dominantes. Além disso, a metodologia feminista também pode ser chamada de “epistemologia, ou epistemologias, no plural, uma vez que não há uma só forma de produção do conhecimento, mas várias, a partir de diferentes teorias” (Narvaz; Koller, 2006, p. 651). Nessa abordagem o conhecimento não meramente é objetivo, pelo contrário, é sempre intersubjetivo, situado, pessoal, emocional, político e deve estar comprometido com a mudança social, referindo-se

menos à adoção de técnicas específicas de coleta de dados que à inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento. Nesta perspectiva, são igualmente válidas quaisquer abordagens de pesquisa, qualitativas ou quantitativas, desde que construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista (*ibid*, p. 651).

As dinâmicas de gênero e poder emergem como elementos intrínsecos aos fenômenos sociais e ao próprio conhecimento científico, agindo como direções que apontam os caminhos pelos quais autoras/es são levadas/os a escolher a realidade da

pesquisa. Essas direções não são estáticas, mas estão sujeitas aos influxos do ambiente, assumindo uma multiplicidade de aprendizados proporcionados pela variedade de perspectivas empregadas nos trabalhos acadêmicos. A posição e a vivência daqueles que pesquisam exerce uma influência marcante sobre como tais direções são ajustadas nesse percurso. Isso possibilita a percepção de aspectos frequentemente negligenciados por visões mais tradicionais e engessadas (Narayan, 1997).

Kimberlé Crenshaw (1991), aponta diversos sistemas de opressão que dão origem ao conceito de *interseccionalidade* e expande o escopo de sua análise sobre as maneiras pelas quais as mulheres experimentam múltiplas formas de discriminação. Ela desenvolve uma abordagem que foca em identificar como categorias – gênero, raça, classe etc. – interagem com o grau de opressão de uma mulher negra na sociedade. Conforme a autora, as teorias feministas tradicionais negligenciaram as experiências das mulheres de cor, e uma abordagem puramente individualista do feminismo, focada nas liberdades individuais, não seria adequada para abordar todos os sistemas opressivos que essas mulheres enfrentam.

Nesse sentido, acredito ser viável aplicar uma abordagem semelhante às produções acadêmicas feministas por meio de vetores de análise qualitativa. A metodologia feminista focaliza os preconceitos de gênero que historicamente moldaram as práticas de pesquisa, a interpretação de dados e a própria atividade científica. Ela propõe uma abordagem de pesquisa contracorrente, que prioriza as vozes que tradicionalmente foram invisibilizadas nesse processo.

No entanto, além da incorporação de perspectivas marginais nas pesquisas, é crucial reconhecer os paradigmas e as estruturas que, como pesquisadoras e pesquisadores, continuamos a carregar. Essa autocrítica requer uma reflexão sobre os legados coloniais, imperialistas e liberais presentes em nossas próprias produções acadêmicas, muitas vezes exercidos de maneira implícita. Urge descentralizar a reprodução científica proposta pelos moldes dominantes, a fim de promover debates mais inclusivos e retirar das sombras aqueles que, historicamente, foram invisibilizados e excluídos. Minha própria experiência de ter sido frequentemente invisibilizada ao longo da minha jornada acadêmica impulsionou-me a instigar essa discussão.

No entanto, questiono: nós, pesquisadoras/es feministas, verdadeiramente nos compreendemos? Às vezes, parece que não. Apesar disso, escrevo, reflito e reviso.

Acredito que só podemos ouvir aqueles em situações mais vulneráveis do que as nossas, aprender com eles e defender o direito de que suas ideias também sejam ouvidas, quando aceitamos nossas próprias diferenças e contradições. Isso requer coragem. Como bell hooks (2000) observou, exige que cultivemos o amor como uma ação transformadora. No entanto, não creio em respostas definitivas. Neste momento, parece que, por mais bem intencionadas que sejamos, não estamos nos compreendendo.

Dito isso, retorno a ampliar as discussões sobre os vetores de *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade* como contribuições para a abordagem da metodologia feministas.

2.1.1 A reflexividade, a posicionalidade e a localidade: os vetores

As contribuições de Crenshaw (1991), mencionadas anteriormente, trouxeram uma nova perspectiva para a minha compreensão do cenário teórico feminista. Nesse contexto, a metáfora *feminismos em mosaico* pareceu-me uma analogia apropriada.

Joan Spade e Catherine Valentine (2008), entendem os marcadores sociais das produções teóricas e práticas do feminismo acadêmico como caleidoscópio de gênero. O “caleidoscópio” é um tubo contendo prismas e espelhos que se combinam e recombina para produzir desenhos diferentes, dependendo da movimentação, para esquerda e/ou para direita. Para as autoras, os prismas sociais são as categorias gênero, raça, classe, geração, etc. e o espelho é o espaço-tempo em que esses marcadores sociais acontecem. Ou seja, pelo contexto espaço-tempo-contexto refletidos obtém-se padrões complexos em diferentes movimentos.

Cecília Sardenberg (2015), amplia o conceito das autoras denominando o imbricado fenômeno teórico que se manifesta através da simbiose do patriarcado, sexismo, racismo e capitalismo, e se entrelaça e reforça mutuamente, forjando sistemas de estratificação e opressão interseccionados. Os marcadores sociais de gênero são relacionais e atravessam a vida e as relações de poder.

Lucy Delap (2022), transcende a visão historicamente dominante e eurocêntrica que permeia o campo das Humanidades com a finalidade de evidenciar que “a história do feminismo não pode ser localizada apenas dentro de determinados países, regiões ou

impérios coloniais. As influências globais se baseiam na migração de indivíduos” (Delap, 2022, p. 22). A autora faz uso de diversas metáforas com a finalidade de abordar os feminismos a partir de uma perspectiva global. Dentre elas, destaca-se a metáfora do *feminismo em mosaico*, que concebe as lutas feministas como uma reunião de fragmentos diversos. A autora faz menção à *política das rachaduras* proposta por Kimberly Springer (2008), que propõe um olhar não apenas sobre os fragmentos que compõem o movimento, mas sobre as lacunas e descontinuidades entre essas partes.

Daphna Joel (2019), questiona através da neurociência a ideia de diferenças neurológicas entre cérebros masculinos e femininos e argumenta que todos os cérebros são uma mistura de características femininas e masculinas, como um “mosaico” de características diversas que trazem implicações multifacetadas para a compreensão do gênero e do comportamento humano. O livro explora como essas crenças baseadas no gênero têm moldado nossas ideias sobre o que as pessoas podem ou não podem fazer.

Diante desse contexto, a palavra “mosaico” tem origem na expressão “obras sobre musa” e se refere à arte Musiva; uma prática milenar que envolve harmonizar pequenos fragmentos de diferentes substâncias em uma única superfície formando dessas pequenas partes um desenho, uma forma. Visualizo o feminismo acadêmico como um mosaico de sentidos e significados teóricos situados na superfície de seu campo de conhecimento, desenhando o seu estado da arte. Considero *feminismos em mosaico* como o fenômeno epistêmico dos feminismos, materializados pelas suas expressividades.

Nesse contexto, examino a interseção do paradigma científico hegemônico, envolvendo patriarcado, racismo, colonialismo e liberalismo, como esses elementos permeiam pesquisadoras e pesquisadores, mantendo as estruturas de poder, e o impacto dessas influências na análise dos fenômenos sociais. Com base nessas explicações, as análises concentram-se em três vetores orientados pelas contribuições conceituais adaptadas para este estudo.

Reflexividade: o ponto de vista de um ponto

Sandra Harding é conhecida por obras temáticas sobre gênero e produção do conhecimento científico. Ela questiona como a ciência tem sido influenciada por perspectivas masculinas e como isso afeta a compreensão das mulheres e de grupos marginalizados (1987), aprofundando a crítica sob o argumento de que o

conhecimento científico é socialmente construído e deve reconhecer a pluralidade de pontos de vista (1991). A autora também explora como diferentes culturas moldam a ciência (1998), destacando como as abordagens feministas e pós-coloniais podem contribuir para uma ciência mais sensível à inclusão social (2008).

O conceito de reflexividade é abordado no livro “De quem é a ciência? De quem é o conhecimento?” (Harding, 1991), onde a autora defende que pesquisadoras/es devem reconhecer seus próprios preconceitos linguísticos, sociais e culturais dentro de suas pesquisas. Ela reivindica uma abordagem científica mais sensível às questões de gênero, diversidade e cultura, e denuncia como a falta de reflexão sobre esses preconceitos pode limitar a produção de conhecimento científico. Além do mais, a autora defende a necessidade de incluir as experiências das mulheres subalternizadas na construção dos saberes, problematizando a abordagem rígida positivista que frequentemente excluiu mulheres e outros grupos.

Donna Haraway exerce impacto sobre a teoria feminista e a filosofia da ciência, por meio do desenvolvimento do conceito de “conhecimento situado”. Esse conceito fundamenta sua crítica à visão tradicional da objetividade científica (1995 [1988]). Haraway argumenta que as posições sociais, culturais e políticas das pessoas influenciam como elas percebem o mundo e produzem conhecimento. Para a autora, as feministas devem permanecer conscientes das categorias que empregam em seus trabalhos.

Em particular, o livro “A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres” traz ideias influentes, explorando uma ficção que analisa a transição das relações sociais da sociedade industrial para um sistema de dominação informacional global. Isso resulta em uma reavaliação dos conceitos tradicionais como raça, gênero e trabalho destacada pela proposta da “política de afinidade” que busca entender o ser híbrido que mistura elementos orgânicos e tecnológicos. Isso leva a uma reflexão sobre como a tecnologia está moldando nossa compreensão do corpo, da identidade e da realidade, e explora a ideia de uma exigência pela autoconsciência das implicações dessa interconexão. Nesse contexto, as fronteiras rígidas entre natureza e cultura, humano e não humano são desafiadas, oferecendo uma outra perspectiva sobre a identidade. As contribuições de Haraway para a reflexividade envolvem a reavaliação das suposições tradicionais sobre o conhecimento e a

objetividade enquanto promovem a autoconsciência e a abertura de pesquisadoras e pesquisadores para a diversidade de perspectivas e experiências na produção de conhecimento e na formulação de teorias (Haraway, 1991).

Diante desse fio condutor, o conceito de *reflexividade* reivindica pesquisadoras/es a *examinem criticamente seus próprios privilégios ao conduzir suas pesquisas*, especialmente no contexto das Humanidades. Essa abordagem visa resolver distorções na compreensão de seus objetos de estudo, promovendo uma investigação mais orientada para o significado e propósito do conhecimento, com foco nas pessoas frequentemente invisibilizadas. Essa autorreflexão crítica das/os pesquisadoras/es deve estar presente em todas as etapas da pesquisa, desde o planejamento até os resultados finais, e deve abranger todos os aspectos da identidade do pesquisador. A colaboração e o envolvimento com a comunidade estudada pode ser outro ponto observado. A participação ativa da comunidade na pesquisa, o uso de teorias e metodologias também inclusivas podem ser usadas para desafiar o conhecimento dominante e as hierarquias de poder. O objetivo final é transformar o conhecimento em algo mais ético, comprometido e prático, direcionado para resolver problemas sociais.

Posicionalidade: para cada ponto, um privilégio

Patricia Hill Collins examina os contextos políticos relacionados aos privilégios que resultam na diferenciação social do conhecimento, abordando experiências intelectuais marginais e promovendo a conscientização política para o empoderamento (2019b). Combinando crítica social e interseccionalidade, a autora discute como múltiplos sistemas sobrepostos interagem para perpetuar opressões que dificultam o acesso a recursos (2004).

O seminal “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento” expande a abordagem interseccional por meio do conceito de “matriz de dominação” que se refere às formas de opressão que afetam a vida das mulheres negras. Essa matriz considera quatro aspectos: interpessoal, hegemônico, disciplinar e estrutural, associados às interações nas instituições políticas subjacentes, criando dinâmicas de poder, vantagens e privilégios (Collins, 2012). A posicionalidade, ou seja, a concepção sobre a posição pessoal de privilégio, para a autora, diz respeito à ideia de que as pessoas ocupam diferentes posições de poder

na sociedade com base em características de sua própria identidade, como raça, gênero, classe, sexualidade, *status quo*, entre outros. Essas posições de poder exercem profunda influência sobre a forma como as pessoas percebem o mundo, experimentam opressões e desenvolvem sua consciência social (*ibid*, 1990).

bell hooks tornou o feminismo acessível e relevante para mulheres comuns (2018). Ela trouxe as experiências intelectuais das mulheres negras para o seu debate teórico (1995), e analisou as diferentes experiências considerando as formas de poder na sociedade (1997). A autora sugere para que as escritoras feministas escrevam da maneira clara e acessível possível a suas leitoras, para que mais pessoas compreendam e se envolvam no feminismo (2013; 2019). Suas ideias incutem a promoção da sororidade entre as mulheres, incentivando o apoio e a colaboração para alcançar mudanças positivas na sociedade (2020).

Embora o conceito de posicionalidade não seja explicitamente abordado em sua obra, a autora discute a conscientização das relações de poder. Em “Ensinando para transgredir: educação como a prática da liberdade” (1994), ela explora as implicações da objetividade positivista na aprendizagem e defende uma pedagogia crítica transformadora. A autora destaca a importância de uma abordagem educativa inclusiva e pessoal, questionando narrativas dominantes baseadas em estereótipos de subjugação. bell hooks alerta que educadores podem prejudicar a aprendizagem ao não refletirem sobre seus privilégios e as dinâmicas de poder na sala de aula. Para ela, o processo de aprendizagem deve incentivar os alunos a adotarem uma postura crítica e a abraçarem suas identidades. Sua contribuição para a posicionalidade está na defesa de que as pesquisadoras/es reconheçam as relações de poder em suas práticas. Ela advoga por teorias e práticas educacionais comprometidas com a defesa das liberdades das pessoas em situação de vulnerabilidade e com a luta contra o patriarcado, o capitalismo e a supremacia branca.

Em termos gerais, o conceito de *posicionalidade* explica a *posições dos sujeitos políticos sobre seus privilégios*, considerando a premissa da desigualdade. A forma como uma pessoa é vista e tratada na sociedade, molda, em alguma medida, a interseção de várias partes de sua identidade, como seu gênero, raça, classe social e assim por diante. Esses diferentes aspectos influenciam as oportunidades e os

desafios que uma pessoa enfrenta na vida. Ou seja, o nível de privilégio influencia as experiências e a liberdade de escolha. No contexto desta pesquisa, utilizo o conceito para analisar o contexto político das/os pesquisadoras/es, as quais afetam além das questões de pesquisa, os métodos empregados e as descobertas, sobretudo, a visibilidade da sua pesquisa na sociedade. Isso impede discriminações veladas que podem deturpar a relação dos objetos de pesquisa que se encontram em situação desigual e que estão sob escrutínio da/o pesquisadora²³.

Localidade: para cada privilégio, uma opressão

Gloria Anzaldúa é conhecida por seu trabalho no campo dos estudos culturais transnacionais, multiculturais e anticoloniais. Inspirada em suas experiências pessoais como alguém que transitava entre diversos mundos culturais e linguísticos, iniciou suas primeiras investigações teóricas valorizando as vivências de mulheres racializadas que cruzavam as fronteiras dos espaços de resistência (1981). Ao problematizar os fatores linguísticos que surgem nas fronteiras locais influenciando a constituição das identidades, gênero, raça e sexualidade, a autora se aprofunda em sua própria vivência de habitar a região fronteira entre os Estados Unidos e o México (1987). Suas obras se destacam por sua narrativa contra hegemônica, que mescla prosa e poesia, incorporando elementos dos idiomas inglês e espanhol, bem como influências das culturas anglo-hispânicas. Seus traços linguísticos revelam como a sua localização geográfica fronteira demarcou a sua perspectiva como pesquisadora (1990).

A autora amplia a discussão sobre o conceito de localidade em seu livro “*Borderlands/la frontera: a nova mestiça*”, ao examinar a “consciência *mestiza*”²⁴ na qual as experiências de opressão das comunidades miscigenadas, indígenas, judias, de cor fronteiriças e do Terceiro Mundo estão imersas. Anzaldúa é uma das pioneiras a ampliar o conceito de “fronteira”, descrevendo as características físicas,

²³ Wendy Hulko também teve um papel fundamental no avanço das discussões sobre o conceito de posicionalidade no âmbito das pesquisas em saúde. Seu trabalho enfatizou o reconhecimento sobre a posição das pesquisadoras e pesquisadores ao conduzir estudos com populações marginalizadas e oprimidas. Ver mais em: HULKO, Wendy. The Time-and-Context-Contingent Nature of Intersectionality and Interlocking Oppressions. *Affilia. Journal of Women and Social Work*. v. 24, n. 1, p.44-55, 2009. (Nota da Autora).

²⁴ Em constante movimento, essa identidade *mestiza* varia conforme o atravessamento nos “diversos mundos” (ANZALDÚA, 1987, p. 195) (Nota da Autora).

culturais e psicológicas que estruturam as comunidades. As fronteiras são territórios de resistência e transformação, onde novas formas de identidade e cultura emergem como resultado da mistura de diferentes tradições e histórias. Elas representam um espaço de criatividade e possibilidade, permitindo que os indivíduos transcendam categorias fixas (1987). Sua sugestão é para que as pesquisadoras fronteiriças estejam conscientes do seu processo de escrita e do seu contexto político, que não se encaixa nos moldes convencionais.

María Lugones desenvolve um olhar decolonial para explicar melhor a concepção de colonialismo no que tange a abordagem interseccional (2014). Sua experiência enquanto argentina – latina racializada – em residência nos Estados Unidos, e suas críticas ao que chama *feminismo-branco-imperialista*, abre caminhos para entender melhor a dinâmica de opressões com base na posição dos sujeitos políticos nas sociedades globais (2003). Para ela, a “questão de gênero centra a complexidade das relações constitutivas do sistema de poder capitalista global. Nas análises e práticas do feminismo decolonial, ‘raça’ não é separável nem secundária à opressão de gênero, mas sim *coconstitutiva*” (Lugones, 2012, p. 134, grifo meu). Ela cria o conceito de coconstituição para defender que o gênero é uma dimensão que não atua separadamente como se fosse uma categoria isolada, como Crenshaw sugere com o conceito de interseccionalidade, mas sim como uma dimensão coconstituída as demais opressões de raça, classe e sexualidade etc. Além disso, gênero não pode ser entendido fora do contexto do colonialismo, pois está imbricado nas formas como raça, classe, sexualidade são constituídas (2007). Segundo a autora, esse dilema da abordagem interseccional serviu para motivar e corroborar as bases do conhecimento colonialista imperialista (2008).

Concordo com os argumentos de Lugones (2008), mais precisamente no que diz respeito a prerrogativa de descolonizar a localidade das pesquisadoras/es frente as narrativas euronorcêntricas e ocidentalizadas que moldaram muitas teorias acadêmicas feministas. Essa abordagem sensível às diversas origens étnicas, focada na construção das identidades sociais e em como essas impactam a própria percepção oferece uma contribuição sobre como as localizações geográficas dos sujeitos políticos influenciam a percepção do mundo e as interações com ele (1987).

Diante do cenário apresentado, o conceito de *localidade* explica o impacto do contexto geográfico sobre a interpretação de pesquisas frente as experiências de pessoas e grupos com base nas identidades. Isso se refere não apenas ao local físico, mas também às referências culturais a que as/os pesquisadoras/es das obras citadas estão situadas. O ambiente molda normas, valores, práticas socioculturais, tanto quanto molda experiências, desempenhando um papel fundamental sobre aquilo que se enxerga a respeito da realidade. Ao analisar a localidade das autorias mencionadas nos artigos acadêmicos, é possível destacar as limitações e influências colonizadoras propostas e compreender como essas teorias afetam as pesquisas. Essa análise permite identificar os fatores mais amplos que moldaram as escolhas de pesquisa, bem como compreender suas interações com forças multiculturais, como costumes e comportamentos.

Os três vetores de análise serão aplicados na segunda etapa do estudo, consistindo na leitura em profundidade dos documentos científicos mais frequentemente citados entre si, totalizando 14 artigos acadêmicos. Esta fase visa os seguintes critérios: identificar o grau de reflexividade das fundações teóricas; examinar a posicionalidade ocupada pelas autorias das agendas de pesquisa; e mapear a localidade geográfica dos domínios intelectuais.

No entanto, a metodologia feminista conduzirá todo o processo de investigação, fornecendo a direção que dará sentido a todo o *corpus* de análise – tanto os 317, como também os 14 documentos – por meio dos parâmetros que relacionam entre si os vetores, os objetivos e as informações técnicas, a ver abaixo:

Quadro 1 - Parâmetros de análise

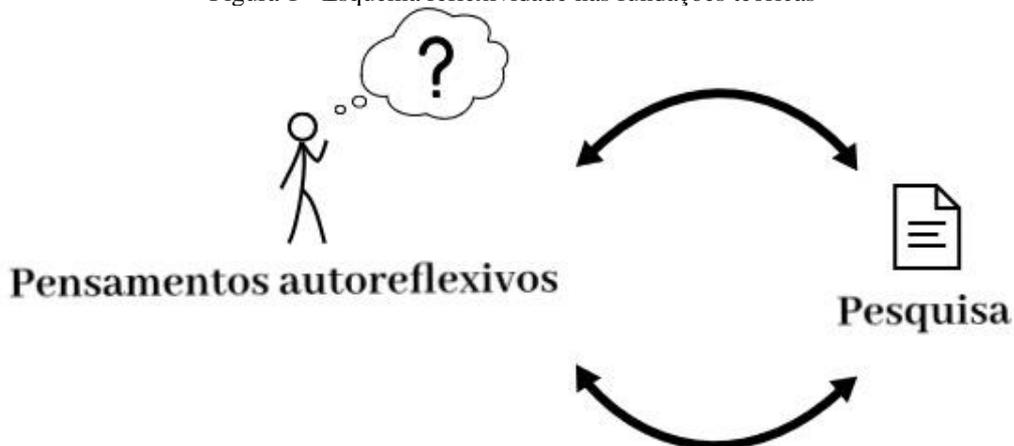
Vetores de análise	Objetivos de análise	Informações bibliométricas
<i>Reflexividade</i> <i>Posicionalidade</i> <i>Localidade</i>	Fundações teóricas Agendas de pesquisa Domínios intelectuais	Coocorrências de palavras Acoplamentos bibliográficos Cocitação de referencias

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A *reflexividade*, como vetor de análise sobre as *fundações teóricas* dos artigos científicos, busca detectar a capacidade que as/os pesquisadoras/es têm de expressar em seus textos *argumentos autorreflexivos*. Ou seja, a capacidade de examinarem as suas próprias limitações e posições de privilégio em relação à pesquisa.

Por meio da leitura em profundidade dos artigos, serão observados: foco de estudo; problema de pesquisa; objetivo; conceitos utilizados; metodologia; objeto; e conclusão. Com essas informações é possível apontar como esses artigos expressam suas ideias e integram as vozes subalternizadas.

Figura 1 - Esquema reflexividade nas fundações teóricas

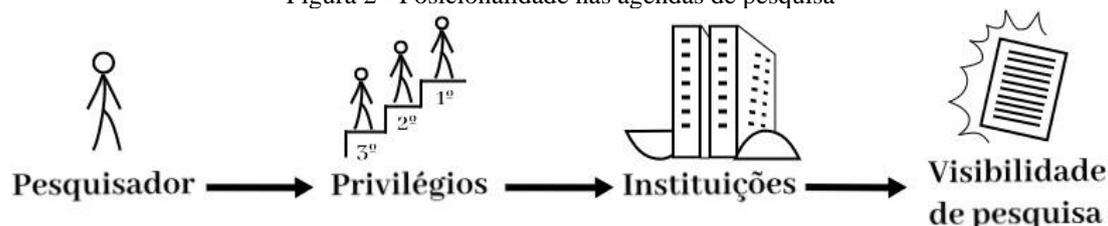


Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A *posicionalidade*, utilizada como vetor de análise sobre as *agendas de pesquisa*, busca analisar como a *posição de poder* das autoras/es das obras. O contexto político a partir do qual pesquisadoras/es conduzem suas pesquisas influencia a visibilidade das agendas de pesquisa. Trata-se de uma perspectiva “de dentro para fora” da dinâmica teórica de poder entre *contexto* (sujeito) & *texto* (objeto).

Autorias e instituições frequentemente citadas e reconhecidas têm maior capacidade de disseminar agendas de pesquisa. Este vetor revela lacunas nas agendas de pesquisa e contribui para promover debates teóricos mais alinhados com a intelectualidade local. As características analisadas incluem: gênero, raça e nacionalidade das autorias; revistas em que os artigos foram submetidos; contexto acadêmico das autorias; e linhas de pesquisa. Essas informações permitem examinar as relações entre temas, autores e instituições.

Figura 2 - Posicionalidade nas agendas de pesquisa

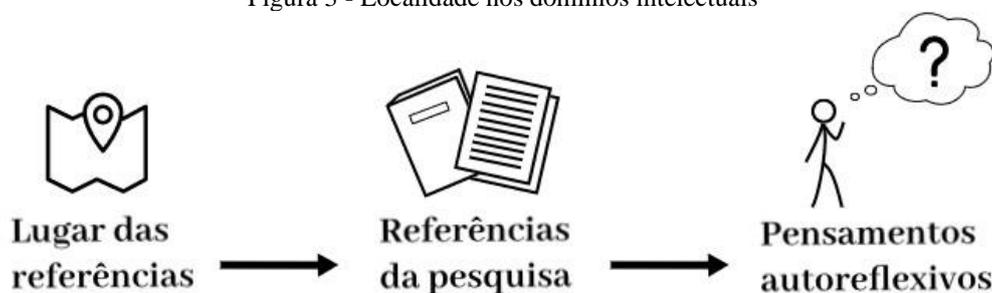


Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A *localidade* como o vetor sobre os *domínios intelectuais* fornece um caminho para mapear o *local “teórico”* de onde são fundamentadas essas produções. Isso permite examinar quais são os principais lugares geográficos de onde partem os pensamentos reproduzidos nas obras, a partir de uma perspectiva “de fora para dentro”.

Em outras palavras, esse vetor busca entender como as influências teóricas frequentemente citadas nos artigos moldam os pontos de vista das/os pesquisadoras/es. Isso ocorre na relação entre *texto* (objeto) & *contexto* (sujeito). O aspecto identificado refere-se a quais são as referências bibliográficas mais citadas em comum entre eles. A ver:

Figura 3 - Localidade nos domínios intelectuais



Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

De maneira geral, os artigos científicos têm o potencial de revelar informações significativas sobre as desigualdades que permeiam a atividade científica, uma vez que as/os pesquisadoras/es se distinguem pelo nível de visibilidade e reconhecimento dentro da comunidade acadêmica. Quanto mais reconhecidas/os são por seus colegas, maior visibilidade e probabilidade de seus artigos serem aceitos em revistas. Consequentemente, há maior propensão de ideias serem reproduzidas, conferindo-lhes maior influência, tanto a nível nacional quanto internacional. Em outras palavras, *quem* pode ser autorizada/o a falar?

O elitismo científico, o produtivismo-liberal e a colonização teórica perpetuam um ciclo de repetição excludente que promove a disseminação de um tipo específico de conhecimento, em grande parte caracterizado pela desigualdade epistemológica (Alvarado, 2009). Nesse contexto, o modelo de análise proposto pelas direções de pesquisa parece ser uma escolha apropriada.

Diante do exposto até o momento, avançarei para a próxima subseção, na qual descrevo sobre os passos em relação a pesquisa, conduzidos por meio das técnicas e ferramentas de pesquisa, com destaque especial para a revisão bibliométrica de cunho cientométrico.

2.2 REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DE CARÁTER CIENTOMÉTRICO: OS PASSOS

Revisões bibliográficas representam o panorama das atividades de pesquisa científica (Bufrem; Prates, 2005); constituem a base teórica para um ou mais tópicos de estudo; evidenciam o estado atual do conhecimento e contextualizam a arena de argumentos em torno de um tema (Ferrari, 2015). O seu propósito é apresentar uma visão geral do tema, acompanhada por uma análise crítica de seus pontos fortes e fracos, selecionando e examinando pesquisas já realizadas. Em geral, a revisão bibliográfica é um “processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimento”, estabelecendo os parâmetros, desafios e expectativas da pesquisa (UNESP, 2015, p. 2).

Na Ciência Política brasileira são encontrados dois tipos principais de revisões bibliográficas: a narrativa e a sistemática. A revisão narrativa ou crítica literária é a mais comum e visa a “abordar muitos estudos sobre diferentes tópicos” (Baumeister; Leary, 1997, p. 312), considerando a capacidade em selecionar a literatura. No entanto, a limitação desse tipo de pesquisa é que frequentemente tendem a absorver perspectivas elitizadas em vez de adotar abordagens mais locais e socialmente contextualizadas.

A revisão sistemática, por sua vez, é uma técnica mais recente. Ela auxilia aquelas/es pesquisadoras/es interessadas/os na organização das áreas de pesquisa em um eixo temático específico. A revisão sistemática elabora protocolos passíveis de auditoria, buscando uma estrutura que apresenta um escopo literário e uma síntese das pesquisas relacionadas a um tópico específico, envolvendo diversos passos, incluindo:

planejamento de busca com formulação do problema de pesquisa; execução de pesquisa para identificação de estudos primários e aplicação de critérios de inclusão e exclusão; extração e síntese das características de cada estudo; visualização e análise dos resultados em formato de relatório, entre outros (Cooper, 1982; Dacombe, 2017; Hearst *et al.*, 2002; Kitchenham; Charters, 2007).

A revisão sistemática abrange tanto a revisão bibliométrica quanto os estudos métricos da informação. De acordo com Paul e Criado (2020), a *revisão bibliométrica* não apenas utiliza a bibliometria, mas também emprega ferramentas estatísticas ou de programação para analisar um amplo conjunto de pesquisas. Essa análise auxilia na identificação de padrões de comportamento em obras sobre um tema específico, revelando citações e/ou cocitações por meio de dados bibliométricos. O Quadro 2 elucida os tipos de revisões bibliográficas.

Quadro 2 - Tipos principais de revisões bibliográficas

Revisão Narrativa	Revisão Sistemática
Pretende apresentar <i>uma face</i> da literatura sobre um tema, selecionando os estudos de maneira livre, através do posicionamento crítico do autor.	Pretende conhecer <i>todas faces disponíveis</i> da literatura sobre um tema, através de um problema direcionado para recuperação abrangente.
	<p style="text-align: center;">Revisão bibliométrica</p> Pretende apontar <i>os perfis da literatura</i> sobre um tema, considerando a amostra contida na/s base/s de dados eleita/s para a coleta.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A *revisão bibliométrica* é uma forma especializada de revisão sistemática que foca em destacar aspectos técnicos dos documentos científicos. Seu propósito é traçar o panorama atual de uma determinada área de estudo, identificando *os perfis da literatura* por meio do processamento, filtragem e seleção das informações presentes em cada etapa do processo. Ela busca a literatura relacionada a um tema de maneira organizada, evitando duplicações de esforço ao empregar um protocolo de busca em bases de dados definindo dimensões de análise (Paul; Criado, 2020).

A *cientometria*, por seu turno, tem suas origens na história da ciência e visa mensurar *a comunicação científica*. Ela se concentra em entender como a produção científica é realizada em diferentes áreas, avaliando o progresso da ciência e revelando como as/os pesquisadoras/es abordam seus temas. Utiliza, ainda, técnicas estatísticas para examinar variáveis como autorias e instituições, fornecendo informações para a tomada

de decisões na comunidade científica. Suas análises podem ser, tanto quantitativas, quanto qualitativas, e seu uso abrange desde a avaliação da produtividade científica até a criação de mapas que os ajudam a compreender o cenário acadêmico (Yang; Qingli; Yu, 2017; Zupic; Cater, 2015).

A aplicação da cientometria na Ciência Política brasileira tem gerado debates relevantes. Autores como Rod Dacombe (2017) destacam que existem preconceitos contra revisões sistemáticas e teorias quantitativas, enquanto Vitor Richter (2006) percebe que seu uso denuncia teorias hegemônicas globais circulando em pesquisas em países colonizados. Pierre Rosanvallon (1995) destaca, em seus estudos cientométricos, o papel dos conceitos políticos na compreensão das épocas. Graças Targino e Názia Torres (2016) apontam, através da cientometria, as barreiras sociais que afastam a população do conhecimento científico, prejudicando sua valorização e qualidade. Em geral, a adoção da cientometria pode trazer inúmeras contribuições para a produção científica.

A organização dos documentos por meio da cientometria oferece uma abordagem estruturada para a análise do presente trabalho. Nesse processo, são extraídos dados bibliométricos e sociométricos presentes nos textos, utilizando técnicas de análise de redes semânticas e análises relacionais de redes de citação, cocitação, autoria, coautoria, acoplamento bibliográfico, entre outras, para criar mapas (Zupic; Cater, 2015). Essa metodologia, em conjunto com a revisão bibliométrica, atua como uma “luva” adaptável para “manusear” o objeto de pesquisa – os artigos científicos. Abaixo, o Quadro 3 oferece uma comparação das características, distinções e interações entre àquelas duas abordagens em relação ao objeto de pesquisa:

Quadro 3 - Procedimentos metodológicos

Revisão bibliométrica	Cientometria
<i>Processamento, filtragem e seleção das informações técnicas contidas na literatura revisada.</i>	<i>Organização das informações técnico-científicas obtidas na literatura revisada.</i>

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

A revisão bibliométrica segue passos em fases para alcançar objetivos específicos relacionados às informações contidas nos documentos científicos (Paul; Criado, 2020).

Já, a cientometria²⁵ tem como propósito organizar essas informações, extraindo os dados bibliométricos e sociométricos presentes nos textos. Nesse contexto, as informações técnicas coletadas dos dados do total amostral disponibilizado pela *Web of Science* – os 317 artigos – incluem: i) coocorrência de palavras, ii) acoplamento bibliográfico e iii) cocitação de referências bibliográficas. Essas técnicas estão diretamente alinhadas aos problemas e objetivos específicos da pesquisa, que buscam entender, respectivamente: i) as fundações teóricas, ii) agendas de pesquisa e iii) domínios intelectuais. A utilização dessas ferramentas visa a proporcionar uma compreensão mais aprofundada desses aspectos na pesquisa científica:

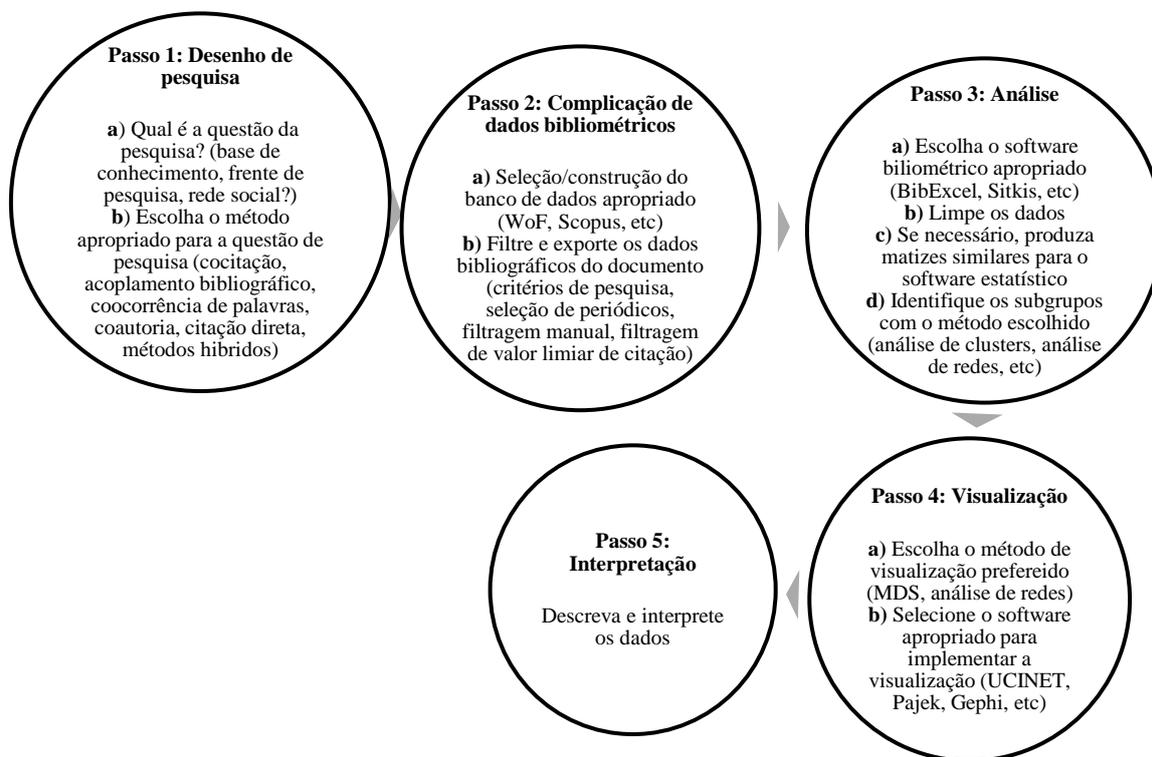
- i) *Coocorrência de palavras*: mensura o grau de frequência em que as palavras aparecem no texto. Quanto mais artigos apresentarem termos semelhantes citados, maior será o seu grau de coocorrência. Isto significa que a palavra com maior coocorrência em relação ao conceito analisado, é aquela que mobiliza o eixo central das principais discussões (Codato; Lorencetti; Bittencourt; 2019);
- ii) *Acoplamento bibliográfico*: mensura o grau da força da relação entre dois artigos. Os aspectos teóricos e conceituais das bibliografias possibilitam “o estudo do desenvolvimento das linhas de pesquisa, permitindo identificar os núcleos de pesquisa, os pesquisadores e os artigos mais importantes em um domínio científico” (Grácio, 2016, p. 86);
- iii) *Cocitação de referências bibliográficas*: mensura o grau de frequência entre citações dos trabalhos. Quanto mais trabalhos citam a mesma abordagem literária, mais essa abordagem torna-se relevante. “A força de sua ligação é proporcional ao número de artigos citados. Dois artigos citando muitos artigos têm uma forte ligação; eles podem ser considerados

²⁵ Em 2019, a pandemia global do Coronavírus (COVID-19) estimulou uma grande mobilização de centros de pesquisa em todo o mundo. Isso levou a um aumento no desenvolvimento de pesquisas voltadas para as disciplinas de cientometria, bibliometria e infometria (Belli *et al.*, 2020). Os pesquisadores buscaram combater não apenas a doença, mas também lidar com a disseminação de desinformação, como o movimento pró-cloroquina no Brasil, baseado em *fake news* sem evidências científicas. Isso impulsionou o uso de ferramentas tecno-analíticas bibliográficas e a interação entre bibliometria, infometria e cientometria tornou-se um interesse recorrente na Ciência Política (Santos; Kobashi, 2009).

como dois artigos que compartilham uma base de conhecimento comum” (Todeschini; Baccini, 2016, p. 77).

As ferramentas de pesquisa da revisão bibliométrica de caráter cientométrico atuam como mecanismos capazes de organizar, sintetizar e visualizar os documentos especificamente científicos. A Figura 4 detalha o fluxograma metodológico cientométrico sobre os caminhos da pesquisa a partir de cinco passos:

Figura 4 - Fluxograma metodológico cientométrico



Fonte: Adaptado de Kim; Zhu e Chen (2016).

Passo 1: *Desenho de pesquisa*

O desenho de pesquisa visa a análise da estrutura do feminismo acadêmico no Brasil ao que está contido no *Web of Science*. Primeiro, pela leitura flutuante do total amostral – 317 artigos – os seguintes objetivos foram criados: i) detectar a das principais *fundações teóricas*; ii) identificar as principais *agendas de pesquisa*; e, iii) mapear, sob uma perspectiva histórica longitudinal os *domínios intelectuais*. Em seguida, para atingir esse objetivo, os problemas considerados perpassam a leitura em profundidade dos artigos mais frequentemente citados entre si – 14 artigos –

pelas seguintes questões: i) qual a *reflexividade* das principais fundações teóricas? ii) qual a *posicionalidade* das principais agendas de pesquisa? e, iii) qual a *localidade* dos domínios intelectuais? Em consonância com objetivos e os problemas, os métodos bibliométricos filtrados são: i) coocorrência de palavras, ii) citação e acoplamento bibliográfico e iii) a cocitação de referências bibliográficas.

Passo 2: *Compilação de dados*

A base de dados compilada é a *Web of Science*²⁶ (*WoS*). Nela, os tipos de documentos analisados são os artigos científicos publicados por brasileiros, revisados “por pares”, publicados no país ou no exterior, nos idiomas inglês, francês, espanhol e português, e que possuem a palavra “*feminism**”²⁷ em seus tópicos (títulos, resumos e/ou palavras-chaves). O campo de estudo foi deixado em aberto conforme a contagem de registro por área temática disponibilizada pela base. O período temporal estipulado é aquele em vigência no ato da coleta, ou seja, aquele que o arquivo digital apresentar. Os filtros de seleção são os tópicos que contém o termo de busca; os operadores booleanos e AND e NOT; e as chaves “*article*” e “*early access*”, que a *WoS* disponibiliza em seu site. Além disso, são excluídos resenhas, dissertações, teses e capítulos de livros. Os tipos de dados coletados são os termos/conceitos utilizados nos títulos, resumos e palavras-chave, citações, acoplamentos e cocitação de referências bibliográficas.

Passo 3: *Análise de dados*

O montante da coleta é exportado em formato (.txt) e tratado com apoio do *OpenRefine*²⁸ [<https://openrefine.org/>] para que seja possível criar um *Thesaurus*²⁹,

²⁶ É importante salientar que a *Web of Science* não apresenta os documentos científicos inteiros, e sim os títulos, palavras-chaves, resumos, autores, referências e *links* de acesso as obras. Por ser um banco de dados compactado, foi necessário, no segundo momento de investigação, buscar cada um dos documentos nos periódicos on-line, baixá-los, revisá-los e examinar detalhadamente seção por seção dos 14 textos científicos eleitos para leitura em profundidade.

²⁷ Após inúmeras testagens no *WoS* com *strings* de busca, tais como: “*gender**” OR “*woman*” OR “*woman*” OR “*sex*” OR “*sexuality*”, optei por utilizar apenas o termo de busca “*feminism**”, devido à dispersão dos artigos em áreas como a saúde, estes não necessariamente pertencem à ciência política feminista.

²⁸ O *OpenRefine* foi criado por *Metaweb Technologies, Inc.*, originalmente concedida por David Huynh e adquirida pela *Google, Inc.*, em julho de 2010 (Nota da Autora).

²⁹ “O *thesaurus* é um instrumento que reúne termos escolhidos a partir de uma estrutura conceitual previamente estabelecida e destinados à indexação e à recuperação de documentos e informações num determinado campo do saber. [...] Estes termos, chamados descritores, são destinados à indexação e à recuperação de informações. Não é simplesmente um dicionário, mas um instrumento que garante aos

onde, então, o arquivo é levado aos demais programas. Este *software-web* possibilitou os seguintes processamentos em análises de redes semânticas: a limpeza dos ruídos ou *stop-words* (exclusão dos pronomes e artigos presentes nos textos), toquemização (retirada de prefixos e sufixos das palavras), lemantização (redução do lema, ex: trabalhei-trabalharia-trabalhando) e desambiguação (palavras iguais em contextos diferentes) das expressões. Após o comando, o documento foi levado aos programas que deram *forma* ao arquivo coletado. Esses programas foram eleitos em razão de sua compatibilidade com a *Web of Science*. São eles³⁰: *VosViewer Update 1.6.16* [<https://www.vosviewer.com/>] e *CitNetExplorer* [<https://www.citnetexplorer.nl/>]. Por fim, o *TheCoupler*³¹ [<https://rafaelcastanha.shinyapps.io/thecoupler/>] extrai informações relacionadas à localização dos domínios intelectuais a partir da parcela amostral dos artigos mais citados entre si.

Passo 4: *Visualização de dados*

As redes semânticas e de citações, geradas pelas análises de redes relacionais desenhadas, por meio da organização das informações contidas nos discursos (Sternberg, 2011), os temas, as topologias e as similaridades das palavras. Especificamente, as dimensões de análise das fundações teóricas, das agendas de pesquisa e dos domínios intelectuais são estabelecidas através do *laço* entre os *nós* obtidos. Os programas *VOSviewer* e *CitNet Explorer* foram usados para caracterizar as comunidades codificadas no amplo conjunto de unidades, tipologias e estruturas semânticas. Eles analisaram os *graus*, *nós* e *laços* de *similaridade* para identificar padrões e relações significativas entre os elementos estudados. Essas ferramentas

documentalistas e pesquisadores o processamento e a busca destas informações” (INEP, 2015, s/p). Ver mais em: <http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>

³⁰ Ambos os programas são criações desenvolvidas pelo Centro para Ciência e Tecnologia, da Universidade de Leiden, na Holanda, *exclusivamente*, para o desenvolvimento de pesquisas cientométricas. O *VosViewer* realiza a conexão por temperatura, densidade, grau e/ou relação das palavras, gerando gráficos e redes a partir de um ou mais documentos. Por sua vez, o *CitNetExplorer* tem como função apresentar mapas de trajetória longitudinal com base nas bibliografias referenciadas (Nota da Autora).

³¹ Trata-se do segundo momento da pesquisa, no qual serão examinados apenas 14 artigos, dentre os 317 iniciais, com o enfoque às referências citadas por eles. A discussão será retomada no subcapítulo 4.3 (Nota da Autora).

permitiram visualizar de maneira mais consistente como diferentes unidades semânticas estão conectadas e organizadas.

Passo 5: Interpretação de dados

Algumas informações podem passar despercebidas mesmo após a visualização dos dados. Nesse contexto, a análise de conteúdo foi aplicada aos artigos mais frequentemente citados entre si, totalizando 14 documentos. Esses, foram submetidos a uma leitura em profundidade com base na metodologia feminista, por meio dos três vetores de análise mencionados anteriormente: *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade*, a fim de obter maior profundidade.

Diante das explanações, o fluxograma cientométrico apresenta em detalhes todos os passos da pesquisa. A ver no Quadro 4:

Quadro 4 - Fluxograma metodológico cientométrico

<p>1ª Fase: Desenho de pesquisa</p>	<p><i>Objetivos específicos (total amostral 317 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Detectar as principais fundações teóricas; • Apontar as principais agendas de pesquisa; • Mapear sob uma perspectiva histórica os principais domínios intelectuais. <p><i>Problemas específicos (parcela amostral 14 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual é o teor da reflexividade presentes nas fundações teóricas? • Qual é a posicionalidade sobre as agendas de pesquisa? • Sob uma linha histórica, qual a localidade dos domínios intelectuais? <p><i>Métodos bibliométricos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise de coocorrência de palavras; • Análise de citação e acoplamento bibliográfico; • Análise de cocitação de referências bibliográficas.
<p>2ª Fase: Compilação dos dados</p>	<p><i>Base de dados:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Web of Science</i>. <p><i>Tipo de documento:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos acadêmicos feministas brasileiros. <p><i>Área:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Campo de estudo em aberto. <p><i>Recorte espacial:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Produções publicadas em periódicos no Brasil ou no exterior. <p><i>Recorte temporal:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em vigência no ato da coleta: base apresentou resultados de 1998 à 2021. <p><i>Filtros de seleção na Web of Science:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Termo de busca: “<i>feminism*</i>”; • Tópicos: títulos, resumos e palavras chaves; • Tipo de documento: <i>AND “article”</i>; <i>NOT “early access”</i>. <p><i>Critérios de inclusão:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos com a referida palavra em seus tópicos; • Artigos revisados “por pares” e publicados. <p><i>Critérios de exclusão:</i></p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Resenhas, dissertações, teses, capítulos de livros etc. <p><i>Idiomas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Inglês, francês, espanhol e português. <p><i>Tipo de dado coletado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Termos dos títulos, dos resumos e palavras-chave; • Citação de acoplamento bibliográfico; • Cocitação de referências bibliográficas.
3ª Fase: Análise de dados	<p><i>OpenRefine e Excel (317 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mineração de palavras, padronização, lematização, desambiguação e <i>Thesaurus</i>. <p><i>VOSviewer (317 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação das métricas de análise de redes. <p><i>CitNet Explorer (317 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Linha do tempo da trajetória das cocitações de referências. <p><i>The Coupler (14 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Localidade dos domínios intelectuais.
4ª Fase: Visualização de dados	<p><i>VOSviewer e CitNet Explorer (317 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes/mapas gerados a partir da frequência das palavras no texto; • Redes/mapas gerados a partir da força de ligação entre dois artigos; • Redes/mapas gerados a partir da frequência entre/das citações. <p><i>The Coupler (14 artigos):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes/mapas gerados a partir do acoplamento de referências bibliográficas.
5ª Fase: Interpretação de dados	<p><i>Metodologia feminista:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Agrupamentos, exames, descrição e discussão teórica; • Análise de conteúdo, considerando os vetores: reflexividade, posicionalidade e localidade.

Fonte: Adaptado de Zupic; Cater (2015).

Gostaria de destacar dois pontos sobre os procedimentos da pesquisa. Primeiramente, o termo de busca “feminism*”, usado para criar as redes semânticas, foi mantido na sua forma original para abranger todas as variações da palavra dentro do contexto específico. Na versão provisória da tese, a rede foi apresentada com os termos em inglês. No entanto, para esta versão final, todos os termos foram traduzidos para o português a fim de facilitar a compreensão das/os leitoras/es.

Em segundo, o acesso antecipado (*early access*, tradução da autora) refere-se aos periódicos que disponibilizam artigos *online* antes de formalizá-los nos registros bibliográficos convencionais. O problema desses documentos é que eles ainda não estão prontos para leitura, pois podem passar por revisões e edições antes de sua publicação final. A exclusão dessas fontes do processo de busca garante que apenas os artigos científicos já publicados sejam considerados para uma análise detalhada. Para uma compreensão mais aprofundada sobre esse tema, convido à leitura do próximo capítulo.

Com base nas discussões anteriores, a próxima subseção aborda as contribuições das análises de redes. Essas ferramentas oferecem uma compreensão mais detalhada das técnicas relacionadas aos aspectos cientométricos utilizados neste estudo.

2.2.1 Análises de redes: a visualização

A teoria das redes, originada na Psicologia Social através dos estudos sociométricos conduzidos por Jacob Moreno na década de 1930, concentra-se nos níveis das conexões nas relações individuais (Scott, 1988). Posteriormente, na década de 1970, estruturalistas de Harvard ampliaram esse tipo de estudo para explicar as dinâmicas que influenciam as inovações políticas, as configurações das agendas e as redes públicas. A unidade fundamental dessa teoria reside nas relações entre os atores sociais, que podem ser indivíduos, organizações, cidades, grupos, publicações, ou até mesmo palavras, termos e conceitos (Feretti; Junckes; Clemente, 2018).

Mais recentemente, essas pesquisas nessa área têm recebido maior destaque e “para os cientistas sociais a teoria das redes tem sido uma mina de ouro, produzindo explicações para os fenômenos sociais em uma ampla variedade de disciplinas” (Borgatti *et al.*, 2009, p. 892), concentrando-se na representação e na interconexão das estruturas de poder nas relações (Mizruchi, 2006).

A construção das redes ocorre por meio de processamento em *softwares* que realizam a frequência, a relação e a categorização dos termos nos textos, apontando tendências de sentidos sem a necessidade da intervenção manual do/a pesquisador/a (Barreto *et al.*, 2018).

A análise de redes semânticas utiliza a linguagem como indicador fundamental para esse mapeamento das conexões, com a análise de frequência sendo um dos resultados-chave. Essa abordagem vai além da mera contagem de palavras, mas também incorpora a relação entre elas, representada por uma associação binária entre dois nós (Silva; Silva, 2016). Para fins deste estudo, a análise de redes semânticas é a técnica que reflete o estado atual das *fundações teóricas* por meio da análise da coocorrência de títulos, palavras-chave e resumos.

A análise de citações teve início por volta de 1963 com o *Science Citation Index* (SCI), uma iniciativa liderada pelo pesquisador Eugene Garfield. Seu objetivo era

compreender a ciência como um fenômeno do processo de conhecimento para além de uma “dimensão puramente sociológica” (Pinto; Santos; Santos, 2009, p. 28). Ao contrário da análise de redes semânticas, a análise de citações não se baseia na interpretação da comunicação científica por meio da linguagem. Em vez disso, examina a dependência bibliográfica intrinsecamente ligada a uma dinâmica histórica de relações entre teorias no campo científico (Hjørland, 2013).

Em outra perspectiva, a análise de citações pode revelar o paradigma que serve de base para a visão de mundo do/a pesquisador/a, bem como o seu *domínio intelectual* correspondente (Glänzel, 2003). Esse paradigma é caracterizado pela produção científica fundamentada em uma composição de estudos que validam, tanto teórica quanto metodologicamente, a sua finalidade. Assim, a relação entre duas citações desenha a vizinhança teórica e os laços intelectuais presentes em um determinado campo de estudo, permitindo a identificação de *agendas de pesquisa*, grupos de cientistas, publicações e procedimentos metodológicos. Essa análise evidencia as/os pesquisadoras/es de maior impacto nesse contexto específico.

A citação é empregada como um indicador objetivo da comunicação no âmbito científico, evidenciando as relações entre os documentos e suas autorias. Isso abrange tanto as conexões entre quem cita e quem é citado, como também entre aqueles que citam e são citados reciprocamente, conforme a perspectiva de quem realiza a citação. Portanto, a análise das citações desempenha um papel chave na avaliação da interlocução entre pesquisadoras e pesquisadores na compreensão de seu papel dentro dos diversos campos científicos. Essa abordagem contribui significativamente para entender o processo de comunicação interativa, bem como para identificar a estrutura subjacente ao domínio em questão (Grácio, 2016).

Hubert Rostaing (1996) propõe que as análises de citações podem ser realizadas de duas maneiras distintas. Primeiramente, como um indicador univariável, relacionado aos aspectos cientométricos, em que cada elemento do estudo é medido por uma dimensão específica previamente determinada. Em segundo lugar, como um indicador relacional, associado aos aspectos bibliométricos, em que os elementos são avaliados de acordo com o grau de proximidade ou distância entre pares, indicando a dessemelhança ou semelhança entre dois elementos.

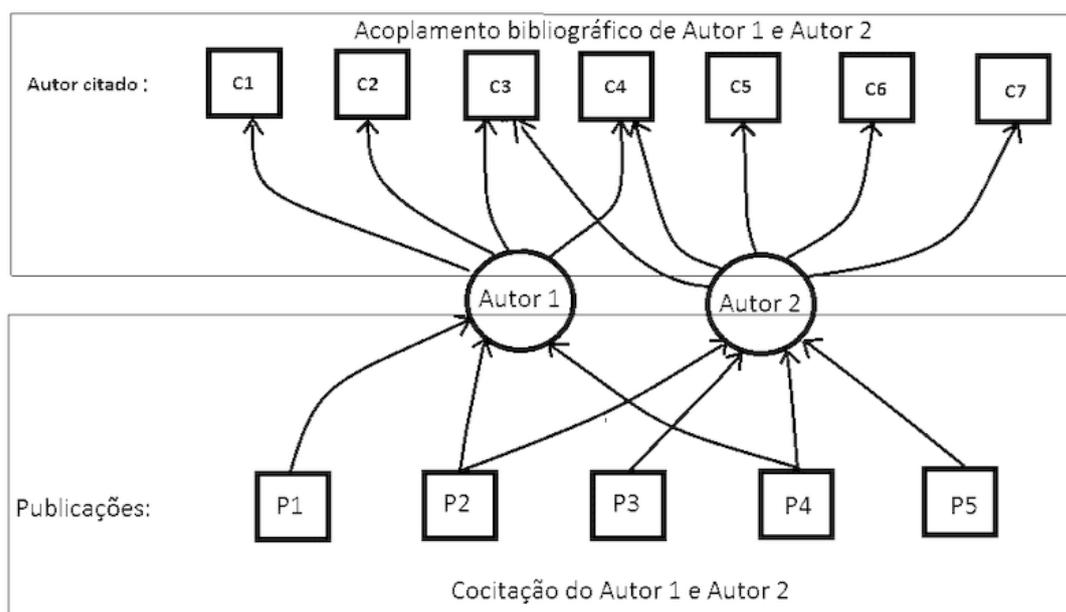
Michel Callon, Jean-Pierre Courtial e Hervé Penan (1995) propõem duas categorias de análises de citações: o indicador de atividade, relacionado aos aspectos cientométricos dos documentos, que mede a produtividade da atividade científica pelo volume de produção e impacto refletido, calculando o número de publicações e citações, bem como a presença de pesquisadores, instituições, periódicos, países, anos e áreas, entre outros; e o indicador relacional, associado aos aspectos bibliométricos, que investiga a dinâmica das interações dentro da comunidade científica, destacando as associações e relações em um determinado domínio científico, por meio da análise de coautoria, redes de citação, estudos de cocitação e coocorrência de palavras.

Nesta tese, cabe utilizar duas unidades de análise relacionais de citações: o *acoplamento bibliográfico* e a *cocitação de referências*. Essas unidades são responsáveis por oferecer informações sobre as proximidades temáticas entre autoras/es, instituições, periódicos, países, entre outros.

O *acoplamento bibliográfico*, desenvolvido por Kessler (1963-1965), refere-se à mensuração da relação entre dois documentos por meio das referências compartilhadas. Essa métrica busca indicar a similaridade da conexão entre dois artigos que citam a mesma publicação em comum. É importante destacar que o acoplamento não varia com o passar do tempo, visto que sua frequência é fixa (Small, 1973). Essa técnica se mostra particularmente útil para investigar *agendas de pesquisa*, ou seja, a relação entre pesquisadoras/es, artigos e obras essenciais em um domínio científico específico (Carvalho, 1975; Brasil; Carvalho, 2020).

A *análise de cocitação de referências* adota uma abordagem distinta. Seu foco não é investigar a relação entre os artigos citantes, como ocorre no acoplamento bibliográfico. Em vez disso, essa análise de cocitação avalia a frequência com que determinadas bibliografias são citadas em conjunto. Essa técnica permite compreender a estrutura intelectual de um domínio científico, englobando documentos, autorias, periódicos, especialidades ou áreas de conhecimento relevantes (Miguel; Moya-Anegón; Herreno-Solana, 2008), oferecendo uma representação elucidativa da estrutura intelectual de um campo científico, proporcionando uma compreensão profunda de suas interconexões e influências (Grácio, 2016). A Figura 5 ilustra o acoplamento bibliográfico e a análise de cocitação de autorias:

Figura 5 - Comparação entre acoplamento bibliográfico e análise de cocitação de autorias



Acoplamento bibliográfico: Autor 1 e Autor 2 estão bibliograficamente acoplados pelos autores citados C3 e C4.

Cocitação de autores: Autor 1 e Autor 2 são cocitados pelas publicações P2 e P4.

Fonte: Grácio (2016).

Diante dessas considerações, vale ressaltar que a análise de rede semântica e a análise de citações são distintas. Enquanto a primeira interpreta dados coletados por *softwares*, a segunda está ligada aos métodos bibliométricos. No caso específico da análise de citações, há diferenças notáveis entre o acoplamento bibliográfico e a cocitação de referências. O acoplamento bibliográfico refere-se a documentos do mesmo banco de dados que citam outros, do mesmo banco. Já, a cocitação, une as referências citadas pelos documentos do mesmo banco de dados.

O acoplamento bibliográfico é mais estático porque as referências citadas nos documentos do banco de dados coletado não se alteram. Já a cocitação pode variar ao longo do tempo, pois textos futuros, que não estão no banco de dados coletado, podem fazer referência aos mesmos itens, intensificando a relação entre eles. Em suma, o acoplamento bibliográfico e a cocitação de referências são abordagens distintas na análise de citações, cada uma com suas próprias características e implicações.

A combinação das abordagens qualitativas e quantitativas, em conjunto com a metodologia feminista, os vetores de análise qualitativos, a revisão bibliométrica cientométrica e as análises de redes semânticas e de citações, enriquece o escopo da pesquisa em análise. Essa integração oferece uma perspectiva mais holística, indo além da simples quantificação dos aspectos estudados.

A metodologia feminista, amplia a análise ao considerar as interseções de gênero, raça e classe, que são negligenciadas em abordagens convencionais. A revisão bibliométrica de caráter cientométrico, oferece uma ferramenta quantitativa para examinar a produção científica, revelando relações entre publicações e organizando os campos de pesquisa. As análises de redes, semânticas e de citações, fornecem métodos para mapear conexões entre conceitos, autorias e trabalhos científicos. A análise de rede semântica ilustra vínculos entre termos, revelando padrões temáticos, enquanto a de citações evidencia influências e trajetórias de pesquisa.

Esse modelo de análise proporciona uma perspectiva multidimensional do objeto de pesquisa, indo além do conteúdo técnico para considerar interações, contextos e dinâmicas de poder. Essa compreensão, mais realista da prática científica, contribui para pesquisas futuras em Ciência Política. Sendo assim, passo a dar início ao *corpus* de análise.

3 FEMINISMOS EM MOSAICO: OS PRIMEIROS PASSOS

O texto a seguir utiliza uma analogia para considerar o feminismo acadêmico, enquanto *feminismos em mosaico*. Nessa comparação, os feminismos – ou sujeitos epistêmicos por trás dos artigos feministas – são equiparados a “peças” diferentes que, ao se unirem, coexistem para criar uma paisagem complexa. O propósito é representar a diversidade de *lugares* feministas que contribuem para a compreensão deste campo, oferecendo uma visão geral do amplo cenário de ideias que os caracteriza.

Desse modo, os primeiros passos na construção desse mosaico se estabelecem por meio do *corpus* de análise eleito, que responde a dúvidas levantadas pela Banca Examinadora na Defesa de Qualificação. Durante a ocasião, a Banca Examinadora sugeriu a inclusão de mais termos na busca (*string*) – além daquele utilizado: “*feminism**” – para garantir uma representação mais abrangente da amostra coletada. Foram realizados testes extensivos com diferentes termos e operadores booleanos – “*gender**” OR “*woman*” OR “*women*” OR “*sexuality*” – em diferentes ordenamentos e tópicos. Porém, a generalidade dos resultados impediu uma mudança significativa na abordagem inicial.

Após a busca teste na base de dados da *Web of Science*, foram encontrados mais de 1.745.780 resultados. No entanto, após a aplicação de critérios bibliométricos e cientométricos, a amostra foi reduzida para 46.843 resultados. Essa seleção inicial incluía uma grande quantidade de textos relacionados à área da saúde, especificamente sobre “gênero” enquanto saúde genética, o que não correspondia ao foco da pesquisa. Portanto, esses 46.843 resultados foram descartados.

Com base na seleção de dados utilizada durante a Defesa de Qualificação, optei por prosseguir com essa escolha. Essa seleção viabiliza uma abordagem de método misto quali-quantitativo, permitindo realizar tanto a leitura flutuante do conjunto total amostral, como também a leitura em profundidade da parcela amostral de artigos mais amplamente citados entre si. Dado o momento, vou apresentar os detalhes do processo de busca, levando em consideração os ajustes feitos até o momento.

No dia 4 de maio de 2021, utilizei o acesso ao Portal de Periódicos CAPES e CAFE, por meio do login institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

para realizar a busca na plataforma *Web of Science (WoS)*. Como resultado, obtive um *corpus* de análise composto por 317 artigos científicos.

Os *softwares* empregados para estabelecer os parâmetros cientométricos da revisão bibliométrica foram o *VosViewer* e o *CitNetExplorer*. O *VosViewer* analisou a força de conexão das palavras e referências, estipulando inferências sobre as fundações teóricas e as agendas de pesquisa. Por outro lado, o *CitNetExplorer* mapeou a evolução das referências entre os documentos ao longo de diferentes períodos, possibilitando uma compreensão da dinâmica histórica dos domínios intelectuais. Uma descrição mais detalhada de cada método bibliométrico e dos parâmetros cientométricos está disponível no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5 - Relação métodos bibliométricos e parâmetros cientométricos

Tipo de análise	Unidade de observação	Unidade de análise	Formação de redes	Finalidade
Coocorrências de palavras	Palavras-chave usadas nos artigos analisados	Palavras-chave	Conecta palavras que elas aparecem nas listas de títulos e palavras-chave (mapa léxico-cognitivo)	Explica como os conceitos se relacionam e como os temas se organizam
Acoplamento bibliográfico	Lista de referências	Artigos científicos	Conecta as similaridades entre os artigos e as referências deles	Explica as agendas de pesquisa
Cocitação de referências	Lista de referências	Referências bibliográficas	Conecta documentos ou autores com base na aparição conjunta destas em listas de referências bibliográficas	Revela os domínios intelectuais de um campo de estudo

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A *string* de pesquisa é a expressão utilizada para conectar os algoritmos à base de dados, capturando o tema investigado. A expressão escolhida, “*feminism**”, foi empregada nos títulos, resumos e/ou palavras-chave selecionados para obtenção apenas de artigos científicos. O operador booleano “*AND*” foi utilizado para incluir apenas aqueles artigos revisados “por pares”. Por outro lado, o operador “*NOT*” foi empregado

para excluir os, “*early access*”³², acessos antecipados. O quadro a seguir mostra essa etapa da busca realizada na plataforma WoS:

Quadro 6 - Composição do termo de busca (*string*) na base de dados

“<i>feminism*</i>”
Refinamento:
AND “ <i>article</i> ”
NOT “ <i>early access</i> ”

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Diante do quadro, foram estabelecidos cinco critérios bibliométricos para a busca na WoS: temático (*feminism**), temporal (todos os períodos), espacial (Brasil e exterior), linguístico (português, espanhol, francês e inglês) e classificatório (os 14 artigos feministas mais citados entre si).

Quadro 7 - Critérios de inclusão/exclusão e *script*

Tipo de critério	Inclusão	Exclusão	Resultados
Temático	Apenas artigos científicos que contém a palavra “ <i>feminism*</i> ” em seus tópicos	Teses, dissertações, resenhas, resumos e/ou capítulos de livros	13.448 resultados
Temporal	Todos os períodos disponíveis	-	1998-2021
Espacial	Artigos científicos feministas brasileiros publicados no Brasil ou no exterior	Artigos científicos feministas de outras nacionalidades	317
Língua	Português, espanhol, francês e inglês	Outros idiomas	317
Classificatório	Os 14 artigos feministas mais citados entre si com campo de estudo em aberto	Artigos de áreas específicos	14

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

O processo de busca teve início com a classificação por tópicos e tipos de documentos na base de dados, resultando em um total inicial de 13.448 referências. Em seguida, ao aplicar o critério temporal, com abrangência de 1998 a 2021 como data de publicação dos artigos, não houve alteração significativa na amostra. No entanto, ao filtrar

³² Um artigo ser qualificado como acesso antecipado (EA) significa que ele foi aceito para publicação, mas ainda não está disponível e totalmente concluído. Trata-se de um trabalho inicial. O seu conteúdo precisa: ser a versão de registro que não mudará, exceto pela atribuição final em um volume/fascículo; incluir um DOI que não mudará; incluir uma data de publicação de acesso antecipado; incluir as referências citadas que estão presentes na versão do registro; não incluir volume, fascículo, páginas inicial e final, nem data final de publicação; ser publicado em um periódico com um modelo de volume/fascículo. Disponível no link: <https://blog.scielo.org/blog/2021/04/15/conteudo-antecipado-e-a-nova-politica-do-fator-de-impacto-da-web-of-science/> Acesso em: 20/04/2023.

por país, ocorreu uma redução considerável de 13.448 para 317 documentos. Quanto ao critério linguístico, o universo amostral permaneceu inalterado, mantendo o total de 317 artigos científicos. O último critério, relacionado ao tema, resultou na seleção dos artigos mais citados entre os 317, os quais serão analisados por meio da leitura em profundidade no próximo capítulo.

Após a obtenção do universo amostral de $n = 317$, os documentos foram tratados e processados nos demais programas. Nesse aspecto, a Tabela 1 apresenta uma visão geral das publicações, incluindo o número total de autores, palavras-chave, instituições e citações envolvidas. Ver abaixo:

Tabela 1 - Panorama de Publicações a partir do *VOSviewer*

Web os Science	Resultados
Publicações	317
Autores	495
Palavras-chave	836
Instituições	312
Citações	221

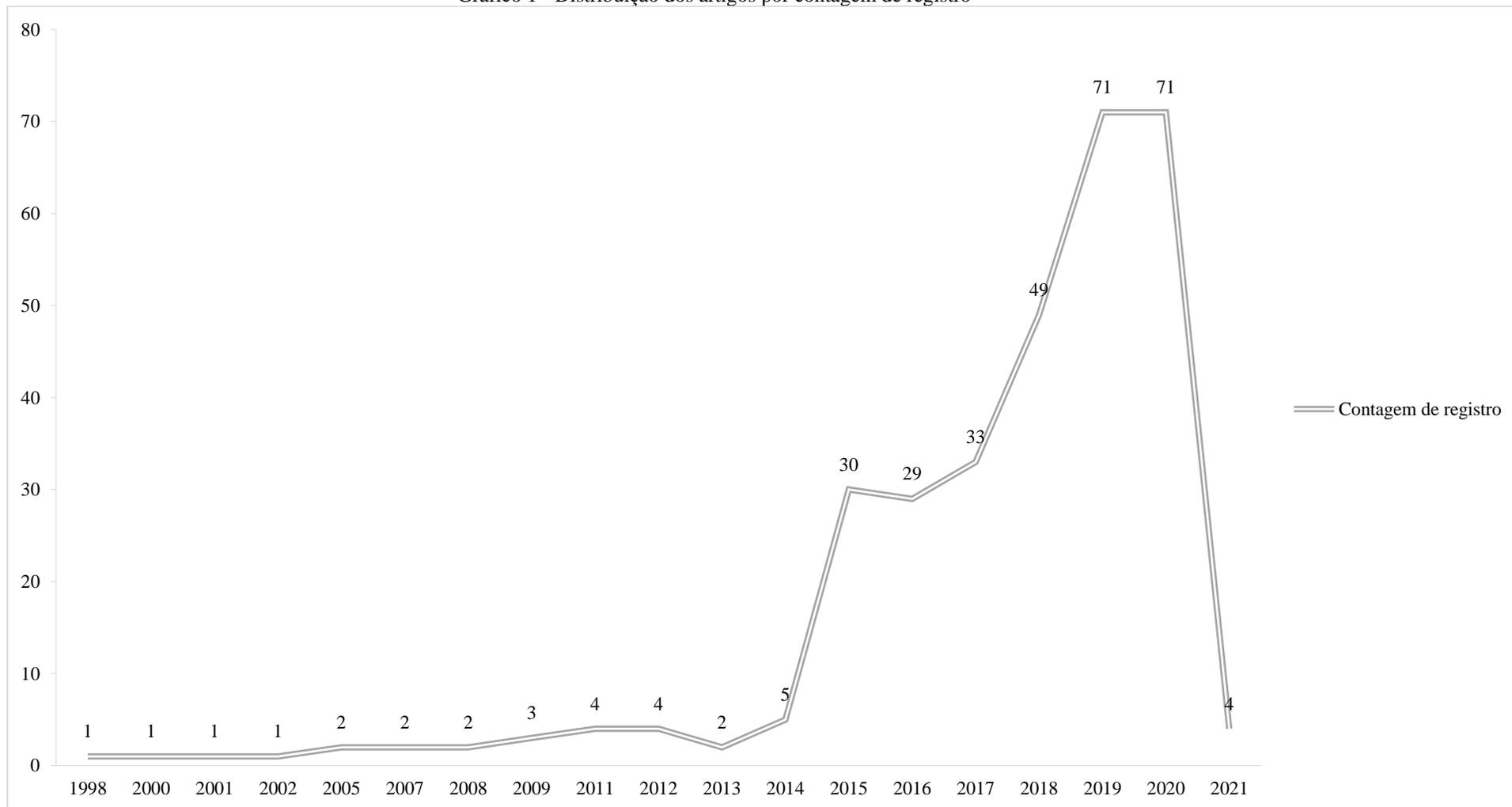
Fonte: Elaborado pela Autora a partir da *Web of Science* (2023).

Ao todo, as 317 publicações relacionadas contam com a participação de 495 autoras/es e possuem 836 palavras-chave associadas. Além disso, 312 instituições estão envolvidas as/aos autoras/es das publicações. As informações sobre o impacto dessas publicações foram indicadas pelo número de citações recebidas, com o total de 221.

O Gráfico 1 mostra o número de registros distribuídos ao longo de 23 anos, entre 1998 e 2021. A quantidade de registros varia de 1 a 70 nesse período, demonstrando um aumento significativo ao longo dos anos. É interessante notar que, embora haja apenas um registro para cada ano, entre 1998 e 2002, conforme pode ser visto, não há resultados para os anos de 1999, 2003, 2004, 2006 e 2010, em comparação com os demais.

A década de 1990 marcou o surgimento das bases de dados científicas *online*, como o *Science Citation Index Online*, lançado pela Thomson Reuters em 1997. Esse período foi caracterizado pela ascensão do produtivismo-liberal impulsionado pela globalização, onde ocorreu uma interação entre processos de hibridismo tecnocultural. Durante essa época, houve uma rápida disseminação e adoção de tecnologias em diversos aspectos da vida, incluindo entretenimento, educação e trabalho. A globalização eliminou barreiras geográficas colonizando cada vez mais o conhecimento em diferentes regiões do mundo. Essas informações são ilustradas a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição dos artigos por contagem de registro

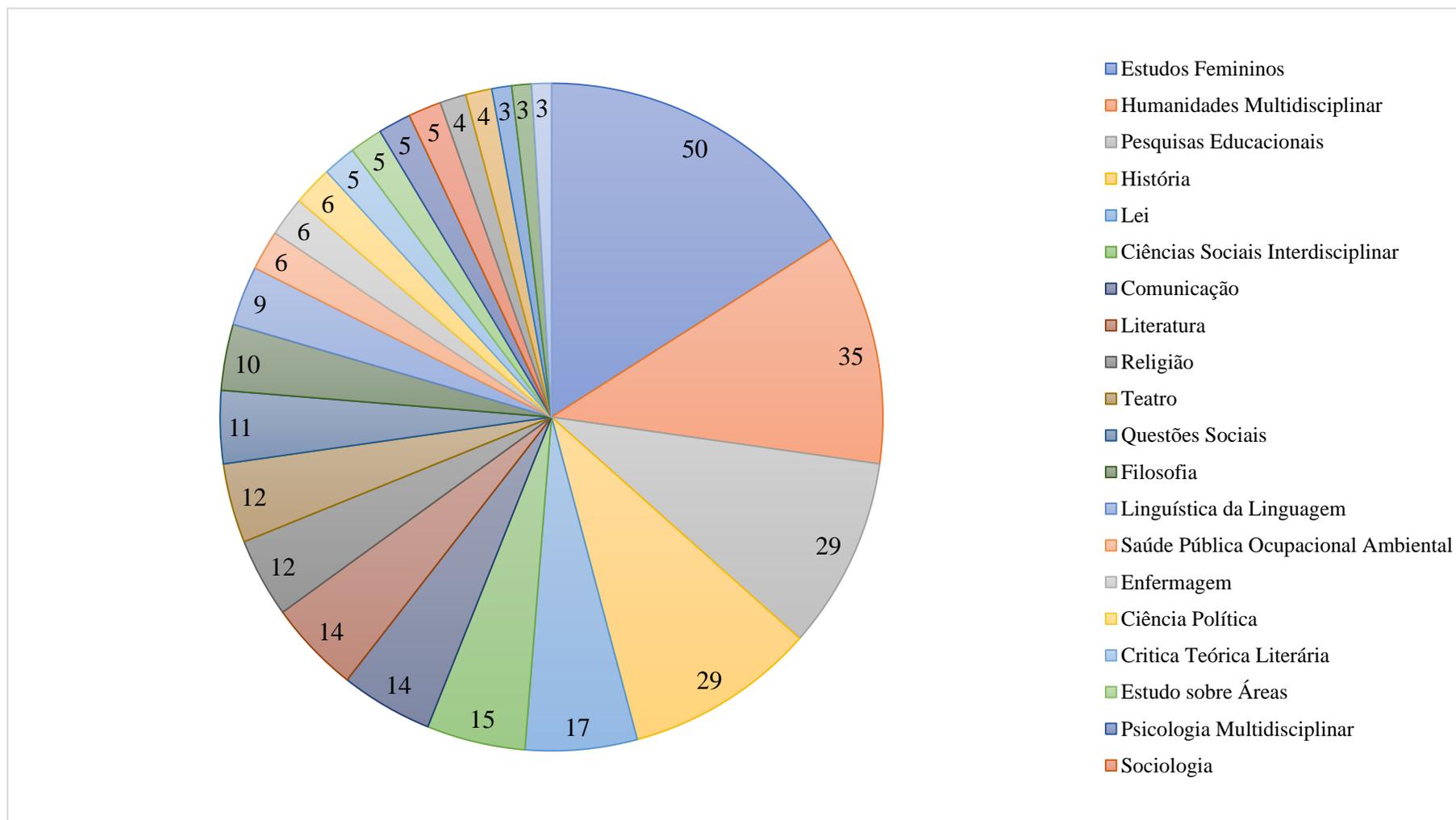


Fonte: Elaborado pela Autora a partir da *Web of Science* (2021).

Especificamente, de 2005 a 2009, houve um acréscimo nas produções, totalizando 12 artigos nesse período. A partir de 2011, esse número aumentou para 4 (quatro) artigos publicados, repetindo-se em 2012. Em 2014, houve um considerável aumento no número de publicações, com 5 (cinco) registros. Esse crescimento continuou nos anos seguintes: 30 em 2015, 29 em 2016, 33 em 2017 e 49 em 2018. Os anos de 2019 e 2020 apresentaram o maior número, com 71 artigos publicados em cada ano. Já em 2021, ano final da coleta dos dados, até 4 de maio de 2021, foram encontrados apenas quatro registros.

Os campos de estudo comumente associados ao feminismo acadêmico são predominantemente encontrados nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas. Essa concentração sugere que as pesquisas intituladas como feministas foram produzidas principalmente em disciplinas como Estudos Femininos, Humanidades Multidisciplinares, Pesquisas Educacionais, História, Direito, Ciências Sociais Interdisciplinares, Comunicação, Literatura, Religião, Teatro, Questões Sociais, Filosofia, Linguística, Saúde Pública, Enfermagem, Ciência Política, Crítica Literária, Estudos sobre Áreas, Psicologia, Sociologia, Literatura, Estudos Étnicos, História da Ciência, Estudos Culturais e Geografia. Esses detalhes são ilustrados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição por área de conhecimento



Fonte: Elaborado e Traduzido pela Autora a partir do *Web of Science* (2023).

A área de Estudos Femininos lidera com a maior proporção de artigos, totalizando 50 registros, seguida por Humanidades Multidisciplinares, que apresenta 35 registros. Pesquisas Educacionais e História registram número semelhante de artigos, com 29 registros cada. A área de Lei contribui com 17 registros, enquanto Ciências Sociais Interdisciplinares, Comunicação, Literatura, Religião e Teatro têm entre 12 e 15 registros.

Outras áreas de conhecimento com um número significativo de registros incluem Questões Sociais, com 11 registros, Filosofia com 10 registros, Linguística da Linguagem com 9 registros, e Saúde Pública Ocupacional Ambiental, Enfermagem, Ciência Política, Crítica Literária, Estudos sobre Áreas, Psicologia Multidisciplinar e Sociologia, cada uma com entre 4 e 6 registros. Além disso, o gráfico revela áreas de conhecimento com menos de 4 registros, como Literatura Romântica, Estudos Étnicos, História Filosófica da Ciência, Estudos Culturais e Geografia.

Após examinar a distribuição dos artigos por área de conhecimento, é fundamental considerar a representatividade dos idiomas na produção acadêmica. Nesse sentido, o Português desponta como o idioma mais prevalente, com 233 artigos, seguido pelo Inglês, com 56 artigos, e o Espanhol, com 25 artigos. O Francês, contrasta com os demais idiomas, registrando apenas 3 artigos, como a Tabela 2 apresenta:

Tabela 2 - Distribuição dos artigos por idiomas

Idiomas publicados	
Português	233
Inglês	56
Espanhol	25
Francês	3
TOTAL	317

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da *Web of Science* (2021).

Embora os artigos tenham sido publicados em apenas 4 idiomas, é importante destacar a diversidade de nacionalidades entre autorias. A Tabela 3 apresenta uma relação entre os documentos, as citações e a participação de autorias de diferentes nacionalidades. No total, os 317 artigos envolveram 495 autorias de 15 países distintos, evidenciando uma colaboração internacional no processo de escrita, que mobilizaram elevada força de ligação dessas produções, como pode ser visualizado abaixo:

Tabela 3 - Panorama de países publicados, documentos e citações por autoria

<i>Web of Science</i>	Documentos	Citações	Parcela total de ligação
Brasil	316	209	1307
Espanha	6	3	392
EUA	8	24	262
Portugal	3	3	135
Argentina	3	2	114
Colômbia	2	0	101
Austrália	2	13	99
Inglaterra	2	1	96
Finlândia	1	0	94
Croácia	1	0	85
Uruguai	1	0	63
Chile	3	0	55
França	1	3	29
México	1	2	28
Itália	1	0	16

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da *Web of Science* (2023).

As informações sobre os documentos publicados, as citações e a parcela total de ligação em relação às nacionalidades das autorias, mostram o Brasil é o país com o maior número de documentos publicados (316) e também lidera em termos de citações (209), indicando uma forte presença na produção acadêmica sobre o tema.

A presença significativa da parcela de ligação de autorias espanholas (392), apesar de apresentar uma quantidade menor de citações (3), pode sugerir uma tentativa de diversificar as perspectivas na área. As instituições de educação existentes tendem a reforçar a predominância das vozes dos centros acadêmicos globais e ocidentais, perpetuando assim um viés colonialista.

Os Estados Unidos, embora tenha menos documentos publicados (8) do que o Brasil, possui um número considerável de citações (24). Essa influência pode ser atribuída a vários fatores. Primeiramente, os Estados Unidos ocupam historicamente uma posição de poder global, inclusive no campo acadêmico, devido às relações de poder associadas ao sistema capitalista. O país investe mais recursos econômicos, frequentemente provenientes de fontes privadas, em pesquisas acadêmicas, o que aumenta a visibilidade e o alcance de seus estudos. Isso coloca as autorias americanas em uma posição privilegiada para difundir suas pesquisas e influenciar o pensamento acadêmico em escala global.

Portugal, Argentina, Colômbia, Austrália, Inglaterra, Finlândia, Croácia, Uruguai, Chile, França, México e Itália, são países com menor representatividade em termos de

documentos e citações, mas ainda contribuem para a diversidade geográfica da produção acadêmica sobre o tema.

A discrepância entre o número total de documentos listados (349) e o total do banco de dados (317) ocorre devido à possibilidade de um artigo ter autorias de diferentes países. Isso significa que um único artigo pode ser contabilizado várias vezes, dependendo das nacionalidades envolvidas. Essa multiplicidade de contagens reflete as colaborações internacionais comuns na pesquisa.

Além dessa análise, é possível explorar as redes resultantes das leituras flutuantes nos 317 artigos que foram realizadas pelos *VOSviewer* e *CitNetExplorer* nas próximas subseções.

3.1 FUNDAÇÕES TEÓRICAS

No contexto das fundações teóricas, particularmente na análise de coocorrência de palavras-chave, o banco de dados passou por etapas preliminares de processamento antes de ser utilizado no *VOSviewer*. Durante esse processo, técnicas como lematização e toquemização foram empregadas para lidar com o grande volume de palavras-chave. Essas técnicas visam remover³³ palavras desnecessárias que poderiam prejudicar a visualização da rede, como artigos e pronomes comuns (como “a”, “porém”, “para”, etc.) nos textos. A exclusão desses elementos é crucial para uma análise eficaz dos dados. No *OpenRefine*, foram eliminados todos os ruídos, e posteriormente, após correções, foi criado um dicionário semântico (*Thesaurus File*) no *Excel online* [<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Jr57MLHI5YMXpmTB-Lu-hzUOL3B8v1vUWO4yxXtpifE/edit#gid=0>], onde as palavras mais comuns foram suprimidas. Esse processo de mineração de dados é fundamental, em linguagem da programação, para garantir a qualidade e a precisão da análise realizada.

³³ Com o propósito de fornecer uma representação mais nítida da rede semântica, foram excluídas as seguintes palavras: “feminismo”, “possibilidade”, “ano”, “caráter”, “adição”, “entrevista”, “texto”, “leitura”, “campo”, “visão”, “tema”, “conceito”, “maneira”, “importância”, “autor” e “discussão”.

Após as etapas de pré-processamento realizadas com o *OpenRefine* e o *Thesaurus File*, os dados foram transferidos para o *VOSviewer*, onde o *software* automaticamente calculou o formato para a criação das redes. Durante esse processo, foram efetuadas exclusões de vértices conforme a programação. Posteriormente, todas as palavras foram traduzidas para o idioma português. Um limite mínimo de 20 ocorrências de palavras foi estabelecido, e o *VOSviewer* gerou automaticamente as redes com base nesse critério. Os dados estatísticos resultantes são os seguintes: 34 itens, distribuídos em 6 *clusters* (conjuntos), com 475 ligações e uma força total de ligação de 4.931, conforme apresentado na Tabela 4:

Tabela 4 - Dados estatísticos de ocorrência de palavras extraído do *VOSviewer*

Itens	34
<i>Clusters</i>	6
<i>Links</i>	475
<i>Total links strength</i>	4.931

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Os 6 *clusters* formados pelas palavras conectadas entre si nas listas de palavras-chave, ou mapa léxico-cognitivo, foram elaborados utilizando o método de contabilização completa (*full counting*), onde cada vínculo do agrupamento teve o mesmo peso na conformação do mapa. Esses *clusters* formaram uma rede semântica total, revelando todos os laços existentes entre as palavras. Cada conjunto representou um nó de similaridade entre os termos.

A coocorrência de palavras estabelece conexões entre expressões, considerando frequência e importância. Palavras frequentes são aquelas que aparecem repetidamente em diferentes documentos, mas sua recorrência não indica necessariamente importância. Por outro lado, palavras relevantes são aquelas que têm muitas conexões com outras palavras e desempenham um papel central na estrutura conceitual. Elas contribuem significativamente para a compreensão do tema geral, independentemente de sua frequência.

Os conjuntos de palavras formam grupos relacionados entre si porque compartilham conexões. O grau de um nó em um conjunto é o número de conexões que ele tem com outras palavras. O diâmetro de um conjunto é o comprimento total das conexões dentro dele. Portanto, um conjunto não é definido apenas pela frequência ou

importância das palavras individualmente, mas sim pelo grupo de palavras interconectadas que ocorrem juntas com frequência e têm importância coletiva na estrutura conceitual. Em outras palavras, cada conjunto representa um tema ou tópico específico, onde as palavras estão todas relacionadas de alguma forma e são importantes para entender esse tema. A Tabela 5 mostra quais foram essas palavras, considerando a coocorrência de cada nó, ou seja, a ocorrência realizada entre eles, relevando cores em cada agrupamento e sua respectiva relevância:

Tabela 5 - Coocorrência de palavras-chave

<i>Clusters</i>	Palavras	Ocorrências	Relevância	Fundações Teóricas
	Temas centrais			
	Mulher, direito, participação, movimento feminista, Estado, luta, movimento, papel e cidade	718	9,1	Feminismos e instituições
	Gênero, sexualidade, criança, diferença, educação, experiência, narrativa e conhecimento	324	10,48	Feminismos e diferenças
	Feminismo negro, interseccionalidade, raça, desafio, necessidade e sujeito	236	7,66	Feminismos e raças
	Sociedade, literatura, representação, identidade, grupo e linguagem	176	7,48	Feminismos e identidades
	Contexto, homem e mundo	105	2,71	Feminismos e masculinidade
	Violência	54	1,37	Feminismos e violências

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Com base nos dados apresentados acima, é possível realizar algumas inferências sobre as fundações teóricas dos 317 artigos acadêmicos.:

Cluster Vermelho: Feminismos e Instituições

Relevância Moderada. Este grupo explora as relações entre o movimento feminista e instituições, como o Estado. Ele sugere uma análise das maneiras pelas quais as estruturas institucionais influenciam e respondem ao ativismo feminista. As palavras mais relevantes incluem participação (2,23), mulher (1,66), cidade (1,15), papel (1,04), movimento feminista (0,93), Estado (0,71), luta (0,54), direito (0,44) e movimento (0,40). Ressalta, ainda, o significado mais comum do feminismo,

ênfase na participação das mulheres na sociedade e a luta em prol de direitos individuais e coletivos. Notavelmente, “mulheres” parece ser interpretada enquanto sexo biológico em vez de identidade de gênero, sugerindo uma perspectiva não necessariamente alinhada com debates mais contemporâneos.

Cluster Verde: Feminismos e Diferenças

Maior Relevância. Esse conjunto de dados evidencia fortes interações entre gênero, sexualidade, educação, experiência e conhecimento dentro de contextos culturais. Essa observação sugere uma ênfase na compreensão de como o feminismo é influenciado por condicionamentos sociais predominantes e como as narrativas culturais moldam as percepções de gênero. As palavras de maior relevância incluem sexualidade (2,91), criança (2,41), gênero (1,66), educação (1,05), diferença (1,01), narrativa (0,54), experiência (0,44) e conhecimento (0,46). As demais palavras também são importantes, pois indicam que há um interesse significativo em explorar a interseccionalidade e os diferentes pontos de vista, bem como as narrativas e discursos que permeiam esses temas. Essas inferências sugerem uma abordagem multifacetada com aspectos voltados à identidade e à experiência.

Cluster Azul: Feminismos e Raças

Relevância Significativa. Este grupo explora o gênero e a raça, com destaque para o feminismo negro e suas conexões com a luta antirracista. As palavras mais relevantes incluem interseccionalidade (1,93), raça (1,53), desafio (1,38), feminismo negro (1,22), necessidade (0,98) e sujeito (0,62). O resultado sugere a maneira como diferentes os sistemas de opressão influenciam as experiências individuais e coletivas das mulheres negras. As palavras *desafio*, *necessidade* e *sujeito* sugerem uma abordagem crítica feminista que considera os desafios enfrentados e a importância de considerar as necessidades e perspectivas dos sujeitos envolvidos nessas lutas. Essas inferências destacam como feminismo negro busca por uma abordagem mais inclusiva no feminismo.

Cluster Amarelo: Feminismos e Identidades

Relevância Considerável. Este *cluster* sugere uma investigação das representações de gênero, identidade, sociedade e literatura. Ele explora como as mulheres são retratadas em diferentes contextos sociais. As palavras mais relevantes incluem literatura (2,30), representação (1,86), sociedade (0,93), linguagem (0,91), grupo

(0,76) e identidade (0,72). Também parece abordar questões relacionadas à diversidade de gênero, sexualidade e diferenças. Parece destacar como a literatura influencia a representação e as discussões sobre identidades e grupos sociais ao apresentar histórias diversas que refletem perspectivas e experiências.

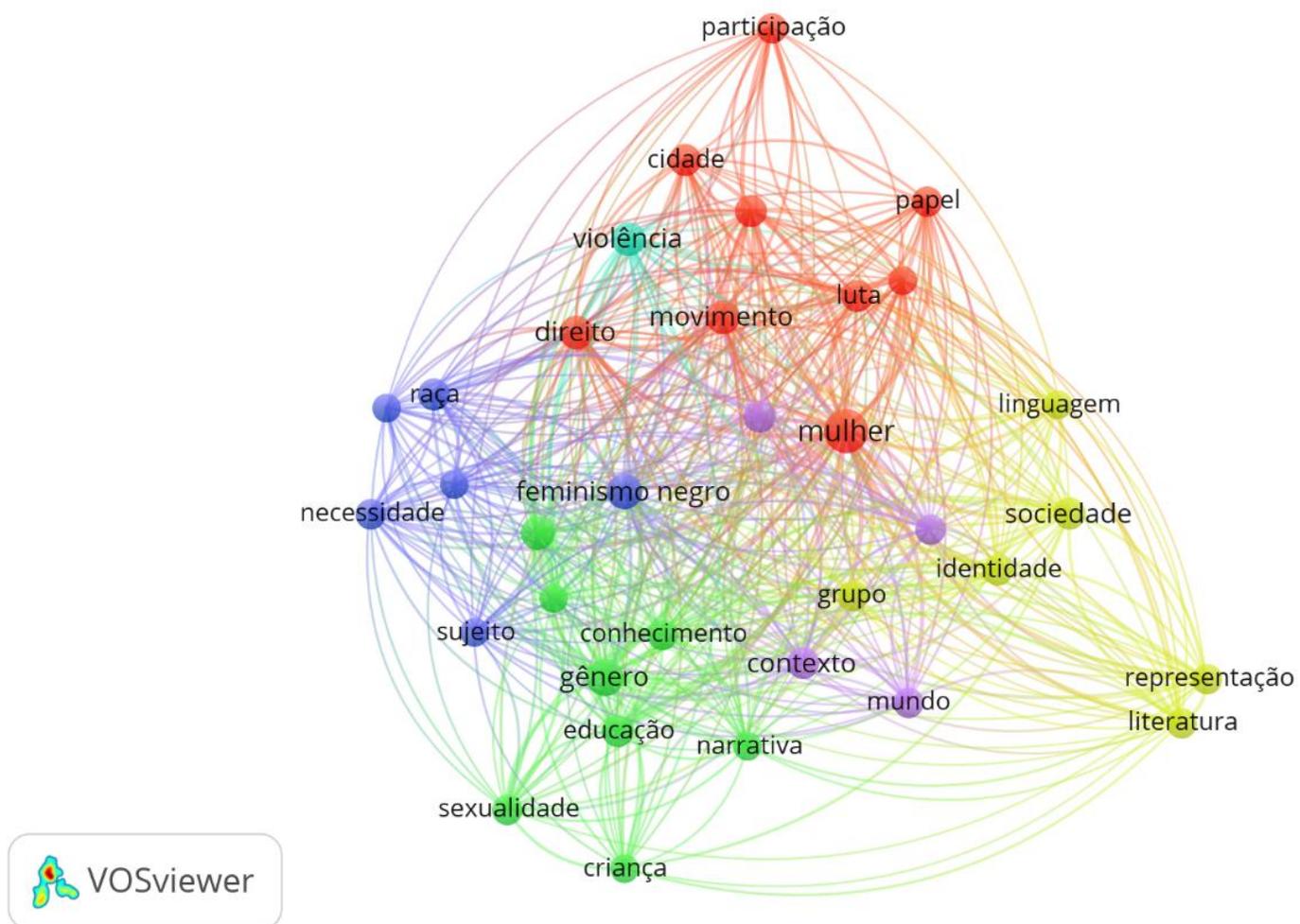
Cluster Roxo: Feminismos e Masculinidade

Relevância Menor. Este *cluster* está associado à abordagem da masculinidade no contexto político do feminismo. As palavras mais relevantes incluem mundo (1,08), homem (1,04) e contexto (0,59). Ele sugere considerar o conjunto de circunstâncias, condições, fatos e elementos que envolvem uma situação em que as questões de gênero e identidade são discutidas, ressaltando o papel da masculinidade hegemônica na formação da sociedade e como isso influenciou a visão predominante do mundo. Pode destacar também como as estruturas e ideias criadas por homens ao longo da história moldaram uma compreensão geral a partir de uma perspectiva masculina, por vezes ignorando as experiências das mulheres.

Cluster Azul Claro: Feminismos e Violências

Relevância Maior e Frequência Menor. Este *cluster* aborda a questão da violência contra as mulheres. Explora diferentes formas de violência de gênero e suas implicações na sociedade. A palavra violência (relevância 1,37) conecta-se com termos de todos os grupos e aborda um tema sensível para várias perspectivas feministas da rede. A palavra pode ter alta relevância, mas não tanta frequência, devido à diversidade de interpretações dentro dos feminismos. Isso reflete as várias abordagens sobre a violência contra mulheres, desde aspectos domésticos até estruturais.

Diante do exposto, todas as redes desta pesquisa foram construídas com base em medidas que apresentassem uma média de, pelo menos, 6 *clusters* por rede – geradas automaticamente. O motivo para isto foi estético em termos de *layout* (disposição visual) das redes geradas. A Figura 6 foi gerada a partir do mapeamento de toda a rede, onde as palavras foram agrupadas com base em sua frequência e relevância compartilhadas, como é possível verificar abaixo:

Figura 6 - Conexão entre as palavras *VOSviewer*

Fonte: Elaborado pela Autora no *VOSviewer* (2023).

Diante das discussões apresentadas, de modo geral, os 317 artigos analisados refletem uma ampla gama de fundações teóricas no feminismo acadêmico. A diversidade de temas abordados, como feminismos e instituições, feminismos e cultura, feminismos e raça, entre outros, destacam a permeabilidade dos debates nessa área. Essas perspectivas revelam como as/os pesquisadoras/es exploram questões relacionadas ao campo de estudos, considerando vários cenários.

A presença de diferentes níveis de relevância nos *clusters* sugere que certos temas possuem maior destaque e influência nas discussões acadêmicas, enquanto outros podem estar sendo invisibilizados. Além disso, essa inferência evidencia a intersecção entre feminismos e outras áreas de estudo, demonstrando a interdisciplinaridade.

Os 317 artigos contribuem para a compreensão das complexidades das questões de gênero e das perspectivas feministas nas Humanidades. Entretanto, embora a análise da coocorrência de palavras possa oferecer reflexões sobre os tópicos abordados nas teorias, ela não proporciona uma visão mais nítida das agendas de pesquisa. Isso será tratado na próxima subseção.

3.2 AGENDAS DE PESQUISA

O acoplamento bibliográfico analisa as relações entre os artigos e suas referências, destacando os vínculos mais fortes entre dois documentos coletados. As redes geradas no *VOSviewer* foram refinadas automaticamente, com base no critério estatístico do número mínimo de citações por documento. Isso resultou em 68 relações por documento, abrangendo 37 itens, distribuídos em 8 clusters, com 63 conexões (*links*) e uma força total de 76 conexões (*links strength*), como demonstrado na Tabela 6 abaixo:

Tabela 6 - Dados estatísticos de acoplamento bibliográfico extraído do *VOSviewer*

Itens	37
<i>Clusters</i>	8
<i>Links</i>	63
Total <i>links strength</i>	76

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

As redes geradas através do acoplamento bibliográfico proporcionaram inferências sobre análise das relações entre autorias e artigos, revelando tendências nas

conexões que podem indicar as principais *agendas de pesquisa* presentes nos 317 artigos analisados. Cada *cluster* representa a concentração de uma especialidade e desenha uma possível ligação entre as temáticas mais proeminentes. Esses grupos não apenas agrupam artigos de acordo com as palavras-chave e termos comuns, mas também associam autorias com base nas referências compartilhadas.

Rosado (2017), Debert (2016), Mattos (2016), Dias (2019) e Calaça (2018) formam um *cluster* que reúne uma variedade de interesses, como religião, violência, racismo, sexismo e construção histórica coletiva do feminismo popular. Isso sugere uma abordagem interdisciplinar e aprofundada dessas questões complexas, conectando-as aos contextos políticos.

Bernardino-Costa (2015), Pelucio (2011) e Silva (2018) são exemplos de autorias cujas pesquisas compartilham o foco em temas como interseccionalidade, trabalho doméstico feminino e mobilizações das mulheres em instituições educacionais. Isso indica um interesse compartilhado em explorar as interações entre gênero em dinâmicas sociais que permeiam os grupos.

A análise das conexões entre autorias e artigos por meio do acoplamento bibliométrico evidencia as áreas temáticas em que as/os pesquisadoras/es estão concentradas e como essas áreas se interconectam e contribuem para o avançarem cientificamente. Na Tabela 7, cada *cluster* é visto a partir de sua lista de autoras/es, as conexões que elas/es estabelecem entre si e a força dessas conexões com outros *clusters*, representando o número de artigos centrais que eles compartilham.

Tabela 7 - Acoplamento bibliográfico

<i>Clusters</i>	<i>Autores dos artigos</i>	<i>Nº de citações</i>	<i>Parcela de citações</i>	<i>Agendas de pesquisa</i>
<i>Artigos centrais</i>				
	Rosado (2017) Debert (2016) Mattos (2016) Dias (2019) Calaça (2018)	8	16	Religião, violência, racismo, sexismo, história do feminismo popular
	Bernardino-Costa (2015) Pelucio (2011) Silva (2018) Castilho (2017)	20	23	Interseccionalidade, trabalho doméstico, mobilizações nas escolas e universidades
	Bartholomaeus (2015)	7	2	Sociologia e infância
	Cardoso (2016) Werneck(2005)	10	18	Mulheres afro-brasileira, ação política, América Latina e Caribe
	Costa (2009) Lahni (2018)	8	7	Florence Nightingale, enfermagem, direito a comunicação de lésbicas, bissexuais e transgênero
	Roese (2015)	2	3	Religião e feminismo decolonial
	Rosado-Nunes (2018)	3	1	Direito, cidadania das mulheres e religião
	Figueredo (2018) Cordovil (2016)	3	14	Espiritualidades feministas, padrões de família, <i>wicca</i> , <i>candomblé</i> , mulherismo negro

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A visualização completa do acoplamento bibliográfico, ilustrada na Figura 5, oferece uma síntese dos artigos interconectados por meio de referências e citações compartilhadas. Cada *cluster* apresenta atributos distintos que podem sugerir agendas de pesquisa específicas, conforme detalhado a seguir:

Cluster Vermelho: Grupos

O conjunto de temas abordados pelos artigos neste *cluster* é variado e incluem questões relacionadas aos feminismos com diferentes especialidades. Os artigos discutem religião, violência, racismo, sexismo e história do feminismo popular. Essa agenda de pesquisa abrange desde a mobilização de instituições, identidades

e grupos até o impacto das crenças religiosas nas questões de gênero, bem como as causas e consequências da violência contra mulheres e a construção do movimento feminista em sua égide popular/coletiva (Rosado, 2017; Debert, 2016; Mattos, 2016; Dias, 2019; Calaça, 2018).

Cluster Verde: Políticas Sociais

Este *cluster* promove discussões sobre a busca por direitos no contexto do trabalho e da educação, inferindo também para as opressões resultantes das estruturas dominantes relacionadas ao gênero, raça e classe. Os tópicos abordados incluem a interseccionalidade, a organização do trabalho doméstico e as mobilizações em ambientes educacionais. A agenda de pesquisa parece abordar como essas questões influenciam as lutas das mulheres por políticas sociais nesses cenários. Ao focar na interação complexa entre diferentes elementos das identidades femininas, é possível inferir as dificuldades agravadas no contexto do trabalho doméstico, as quais variam de acordo com os grupos (Bernardino-Costa, 2015; Pelucio, 2011; Silva, 2018; Castilho, 2017).

Cluster Azul: Infância

O conjunto aborda as relações entre gênero, sociologia e infância, inferindo como os processos de aprendizagem sobre gênero influenciam as experiências das crianças, desde a socialização até as interações interpessoais. A agenda de pesquisa parece retratar os efeitos desses processos na formação da identidade infantil e como as normas de gênero influenciam as escolhas ao longo da vida. Indica que as percepções e experiências culturais de gênero desde a infância e seu impacto na personalidade dos indivíduos merecem menção (Bartholomaeus, 2015).

Cluster Amarelo: Resistência

Este grupo destaca as perspectivas das mulheres afro-brasileiras no contexto do movimento feminista, explorando temas do Sul Global, como mulherismo, feminismo negro, América Latina e Caribe. A agenda de pesquisa parece investigar as diversas expressões do feminismo negro e as demandas específicas das mulheres negras, reconhecendo a diversidade de suas vozes e experiências, apesar de compartilharem lutas em comum. Além disso, parece examinar as ações políticas das mulheres negras na América Latina e no Caribe, incluindo suas estratégias de

resistência e mobilização em prol da igualdade racial e de gênero (Cardoso, 2016; Werneck, 2005).

Cluster Azul Claro: Queer

Este conjunto se dedica à exploração de temas interligados à produção científica, saúde, comunicação e direitos relacionados à comunidade LGBTQIAP+. A agenda de pesquisa aborda o legado de figuras femininas influentes na área da Enfermagem e as demandas dos grupos de mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero. O foco das pesquisas parece estar nas questões de promoção da saúde e nos direitos à comunicação, inclusão e representatividade. Esses temas destacam as experiências feministas na área da saúde no meio acadêmico, por um lado, e os direitos da comunidade LGBTQIAP+ na esfera social, por outro (Costa, 2009; Lahni, 2018).

Cluster Roxo: Religião

Este conjunto aprofunda os diálogos teóricos que entrelaçam religião e feminismo decolonial. A agenda de pesquisa parece explorar como as perspectivas religiosas influenciaram o processo de catequização de comunidades indígenas, enquanto também lança críticas às estruturas de dominação e poder subjacentes a esse processo. Além disso, o feminismo decolonial parece ser a interpretação sobre a qual a pesquisa analisa as práticas religiosas e as narrativas de gênero, à medida que as mulheres se engajam em suas lutas por igualdade, justiça e liberdade (Roese, 2015).

Cluster Marrom: Direito

Este cluster examina abordagens teóricas relacionadas ao direito, cidadania feminina e religião. A agenda de pesquisa parece investigar como as questões de gênero são abordadas pelo sistema legal, considerando a proteção dos direitos das mulheres e suas práticas de cidadania. São analisadas as influências religiosas dentro do âmbito jurídico, bem como as formas pelas quais as mulheres experimentam sua cidadania em relação às suas convicções religiosas. Os debates parecem explorar o impacto da religião nos direitos das mulheres e sua participação nessa esfera (Rosado-Nunes, 2018).

Cluster Rosa: Espiritualidades

Ele explora diferentes dimensões das espiritualidades feministas, das relações de gênero e dos padrões de família. A agenda de pesquisa parece explorar como as mulheres praticantes de tradições religiosas de matriz africana, redefinem relações de gênero e estabelecem novos arranjos familiares. São discutidas as culturas *Wicca*, *Candomblé* e *mulherismo negro* no contexto brasileiro, buscando compreender seu impacto no empoderamento, resistência e transformação das mulheres (Figueredo, 2018; Cordovil, 2016).

De maneira geral, cabe destacar algumas inferências sobre as agendas de pesquisa em relação as conexões entre os tópicos principais mencionados e as tendências emergentes. Nos *clusters* explorados é viável indicar *sobreposições* e *lacunas* importantes.

Possíveis sobreposições:

- i) **Interseccionalidade e Trabalho Doméstico:** A primeira agenda (20 citações) enfatiza a interseccionalidade e as mobilizações nas escolas e universidades, parecendo haver uma sobreposição com a segunda agenda (23 citações), que inclui o trabalho doméstico como um dos tópicos. Explorar como a interseccionalidade afeta as condições de trabalho doméstico nas instituições educacionais parece ser uma área de interesse.
- ii) **Mulheres Afro-brasileiras e Ação Política:** A quarta agenda (10 citações) destaca como as mulheres afro-brasileiras se organizam politicamente na América Latina e Caribe. Parece haver uma conexão com a segunda agenda (18 citações), que discute interseccionalidade e mobilizações nas escolas e universidades, considerando como as mulheres afro-brasileiras estão envolvidas nas ações políticas educacionais.

Possíveis lacunas:

- i) **Sociologia e Infância:** A terceira agenda (7 citações) aborda a sociologia e infância. Há uma lacuna em termos de conexões com outras agendas, que parece não explorar como questões étnicas e religiosas impactam a sociologia da infância.

- ii) Religião e Feminismo Decolonial: Esta agenda (possui 2 citações) parece isolada. Porém, pode haver uma conexão do último tópico com outras agendas, como as espiritualidades feministas.
- iii) Direito, Cidadania das Mulheres e Religião: A presente agenda (com 3 citações) parece se associar com as agendas voltadas a crenças religiosas e a interação com o sistema legal.
- iv) Enfermagem e Direito à Comunicação LGBTQIAP+: A agenda que aborda Florence Nightingale, produção científica e enfermagem e também inclui direito à comunicação de lésbicas, bissexuais e transgênero (8 citações) são distintas. Essa última não parece estar bem conectada com a primeira.

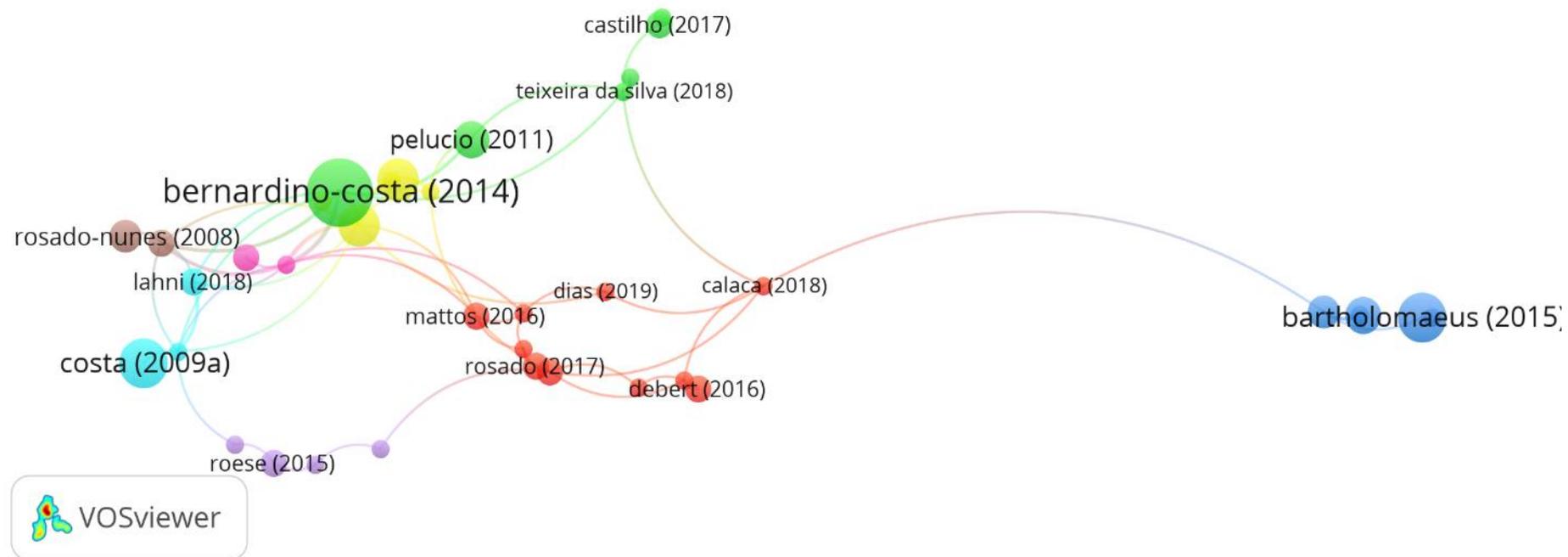
As lacunas foram identificadas quando certos tópicos pareciam isolados ou não estavam bem conectados com outras agendas. Essas lacunas sugerem oportunidades de pesquisa para investigar áreas que podem não ter sido adequadamente exploradas ou conectadas até o momento.

As sobreposições foram observadas quando agendas distintas apresentaram tópicos semelhantes ou relacionados. Isso sugere que há possíveis interações e conexões entre essas áreas de pesquisa, que poderiam ser exploradas mais profundamente.

Essas observações fornecem diretrizes para pesquisas futuras, explorando lacunas que podem contribuir para a promoção de outras agendas, invisibilizadas no *Web of Science*.

A representação gráfica, apresentada na Figura 7 e localizada na página seguinte, ilustra a rede completa de *clusters* e seus respectivos tópicos, encapsulando as dinâmicas das agendas de pesquisa em um panorama visual gerado a partir do que foi discutido até aqui.

Figura 7 - Conexão por referências citadas entre si



Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

As redes de acoplamento bibliográfico auxiliam o entendimento das principais agendas de pesquisa através das conexões entre os artigos acadêmicos. No entanto, elas não fornecem informações sobre a influência teórica das referências citadas pelas/os autoras/es. Em outras palavras, essas redes não revelam os domínios intelectuais das/os pesquisadoras/es, ou seja, as tradições acadêmicas ou escolas de pensamento das quais eles fazem parte. Isso pode ser abordado na próxima subseção.

3.3 DOMÍNIOS INTELECTUAIS

O acoplamento bibliográfico identifica os documentos no banco de dados que compartilham citações entre si, enquanto a cocitação analisa as referências citadas em conjunto fora do banco de dados. A análise de cocitação de referências permite rastrear a evolução das ideias ao longo do tempo, entender como os trabalhos se influenciam mutuamente e visualizar as redes de pensamento que sustentam os *domínios intelectuais*.

No programa *VOSviewer*, o comando chamado “modularidade” foi usado para configurar o valor mínimo de 5 cocitações, o que possibilitou a visualização dos laços entre as referências. As análises das relações mostraram 32 itens em 4 *clusters*, 167 *links* que somaram um montante de 245 *links strength*, conforme a Tabela 8:

Tabela 8 - Dados estatísticos cocitação de referências extraído *VOSviewer*

Itens	32
<i>Clusters</i>	4
<i>Links</i>	167
<i>Total links strength</i>	245

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do *VOSviewer* (2021).

Diante disso, é possível entender quantas vezes cada referência foi cocitada e sua proporção em relação ao total de citações. Cada *cluster* apresentou um laço entre quatro domínios principais, conforme observado na Tabela 9, abaixo. A coluna “referências citadas” listou as obras mais proeminentes em conjunto. A coluna “número de citações” indicou quantos artigos compartilharam a mesma referência. A coluna “parcela total de citações” mensurou quantas conexões foram estabelecidas entre os documentos do banco de dados e essas referências. Mais detalhes estão disponíveis a seguir:

Tabela 9 - Cocitação de referências

Referencias citadas	Número de citações	Parcela do total de citações (%)
CRENSHAW, Kimberlé (2002)	17	43
DAVIS, Angela (2016)	17	40
HARAWAY, Donna (1995)	14	29
SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010)	17	28
CARNEIRO, Sueli (2003)	8	26
COLLINS, Patrícia (1990)	8	26
BRAH, Avtar (2006)	10	24
RIBEIRO, Djamila (2017)	14	23
DAVIS, Angela (2017)	7	22
CARNEIRO, Sueli (2011)	5	20
BUTLER, Judith (2003)	10	19
GONZALEZ, Lélia (1984)	6	19
AKOTIRENE, Carla (2018)	6	18
LUGONES, Maria (2014)	8	17
COLLINS, Patrícia (2017)	5	17
LUGONES, Maria (2008)	5	16
GONZALEZ, Lélia (1988)	6	12
hooks, bell (2000)	6	11
SCOTT, Joan (1995)	9	11
PINTO, Céli (2003)	8	8
PIECADE, Vilma (2017)	6	8
RAGO, Margareth (1998b)	5	7
ALVAREZ, Sonia (2014)	8	6
TELES, Maria Amélia (1993)	5	6
MIGUEL, Luiz Felipe (2014)	7	5
MELUCCI, Alberto (2001)	5	5
FRIEDAN, Betty (1963)	5	5
FEDERICI, Silvia (2017)	5	4
PATEMAN, Carole (1993)	6	4
RIBEIRO, Djamila (2018)	6	4
SAFFIOTI, Heleieth (2004)	5	4
PINTO, Céli (2010)	5	3
BUTLER, Judith (1990)	6	0

Fonte: Elaborado pela Autora a partir do *VOSviewer* (2023).

A análise da “parcela do total de citações” examinou as proporções relativas de influência das referências nos debates presentes nos 317 artigos acadêmicos. Pode ser destacado uma forte presença de autoras feministas negras, como Kimberlé Crenshaw (2002) e Angela Davis (2016), que ocuparam posições de destaque nesse contexto. Isso pode apontar para um aumento da conscientização sobre a importância de domínios intelectuais descentralizados, fortalecendo vozes historicamente marginalizadas no processo de pesquisa.

Além disso, a análise dos “números de citações” listados acima pode revelar a representatividade das/os autoras/es no contexto de suas obras, revelando três mais citadas: Kimberlé Crenshaw (2002), Angela Davis (2016) e Gayatri Chakravorty Spivak (2010), todas com 17 citações. No entanto, ao considerar novamente a coluna “parcela do

total de citações”, é interessante notar que Crenshaw e Davis são as mais frequentemente citadas, com parcelas de 43% e 40%, respectivamente, enquanto Spivak apresenta uma parcela de 28%. Isso sugere que as obras de Crenshaw e Davis têm uma disseminação mais abrangente em comparação com a obra de Spivak.

Kimberlé Crenshaw é reconhecida por cunhar o conceito de “interseccionalidade”, que aborda as opressões como raça, gênero e classe. Ela pode ser situada na escola de pensamento teórica do *feminismo interseccional*, que questiona os atravessamentos das opressões. Angela Davis se destaca por discutir conceitos como “sistema prisional industrial” em reformas no sistema de justiça. Ela é associada ao *feminismo negro*, que enfatiza a resistência contra opressões raciais e de gênero. Gayatri Chakravorty Spivak introduziu o conceito de “voz subalterna” para analisar as vozes marginalizadas pelo discurso dominante. Sua abordagem está inserida no *feminismo pós-colonial*, que se debruça em temáticas relacionadas a gênero, raça e colonialismo. É plausível afirmar com isso a centralidade das contribuições dessas autoras nas discussões que abordam conceitos-chave como Interseccionalidade das opressões, construção ontológica da identidade e voz subalterna.

É possível destacar, ainda, a inclusão de outras vozes feministas, como Donna Haraway (1995), Sueli Carneiro (2003), Patrícia Hill Collins (1990) e Djamila Ribeiro (2017), todas com 14 citações cada. Apesar de compartilharem o mesmo número de citações, suas proporções em relação ao total variam de 23%, para Ribeiro, a 29%, para Haraway. Essa variação sugere que as obras de Haraway são mais frequentemente referenciadas até o momento da pesquisa, em comparação com as demais autoras mencionadas.

Donna Haraway é notável por desenvolver o conceito de “conhecimento situado”, que destaca a influência das posições sociais na produção de conhecimento. Ela se alinha com o *ciberfeminismo*, abordagem que explora a relação entre gênero e tecnologia.

Sueli Carneiro é conhecida por introduzir o conceito de “racialização”, com enfoque nas estruturas sociais que categorizam as raças. Ela está inserida no *feminismo negro*, que aborda as intersecções de gênero e raça.

Patrícia Hill Collins é reconhecida pelo conceito de “matriz de dominação”, analisando como sistemas de opressão interagem. Sua vertente é o *feminismo negro*, que enfatiza a luta contra opressões raciais de gênero vivenciadas por mulheres negras.

Djamila Ribeiro cunhou o conceito de “lugar de fala”, destacando a perspectiva única que emerge das experiências das pessoas negras. Ela se orienta ao *feminismo interseccional*, que explora as opressões sociais.

A perspectiva teórica das autoras mencionadas engloba uma variedade de debates que abrangem perspectivismo, reexistência, essencialização arquetípica, entre outras epistemologias. É importante destacar que não se pode inferir que elas sigam uma linha de pensamento fixa. Pelo contrário, estão integradas a diversas vertentes, incluindo pós-humanismo, abordagens culturalistas e até mesmo críticas. Essa diversidade reflete a complexidade dos estudos de gênero e feministas.

Além disso, é interessante observar que autoras como Avtar Brah (2006), Judith Butler (2003), Lélia Gonzalez (1988) e Maria Lugones (2008) receberam citações entre 8 e 10, mas suas parcelas em relação ao total variam de 12% a 24%. Essa discrepância sugere que, embora sejam citadas com certa regularidade, a influência relativa dessas autoras pode ser menor em comparação com as anteriormente mencionadas. Isso pode ser atribuído a diferentes fatores, como a popularidade de certas obras ou o contexto específico das discussões dentro do *corpus* analisado.

Avtar Brah (2006) desenvolve o conceito de “cartografias de diáspora”, que enfoca a análise das experiências de diáspora por meio das fronteiras geográficas e culturais alinhadas a partir do *feminismo transnacional*, vertente que examina as vivências das mulheres em contextos globais.

Judith Butler (2003) conceitua a “performatividade de gênero”, que questiona a ideia de que o gênero é inato, mas sim construído socialmente através de ações e comportamentos. Embora a autora não se considere, muitos estudos apontam a semelhança de sua abordagem com o *feminismo pós-estrutural*.

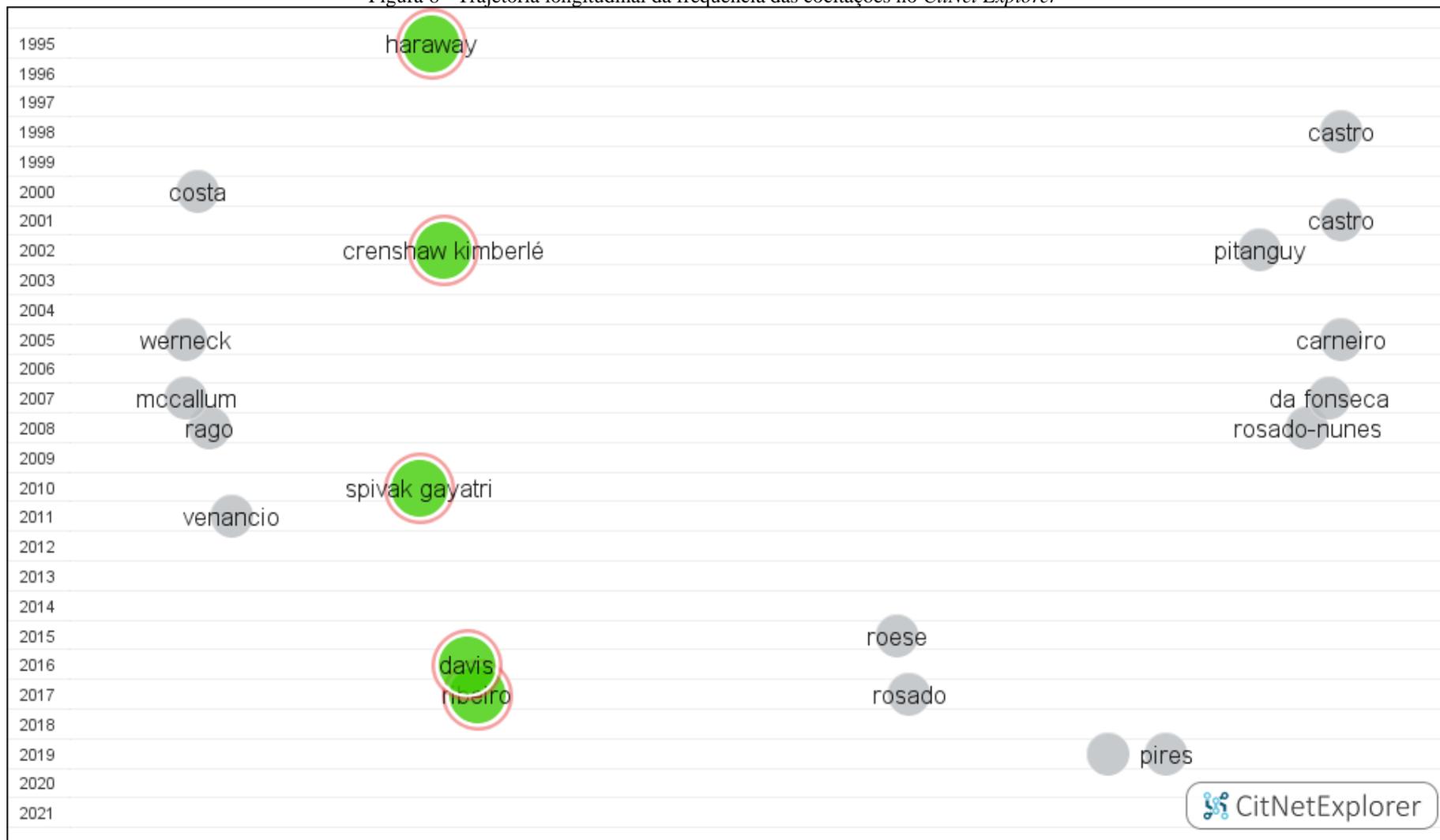
Lélia Gonzalez (1988) é conhecida por introduzir o conceito de “identidade afro-brasileira”, questionando a negação da identidade negra no Brasil. Sua abordagem está inserida no *feminismo negro*, que destaca as experiências e lutas das mulheres negras.

Maria Lugones (2008) é reconhecida pelo desenvolvimento do conceito de “colonialidade do gênero”, que explora as interconexões das normas de gênero com as estruturas coloniais de poder. Sua vertente é o *feminismo decolonial*, que desconstrói as estruturas coloniais de opressão e analisa as intersecções entre gênero e raça.

De modo geral, é possível considerar que os domínios intelectuais mencionados anteriormente estão fundamentados de forma consistente em múltiplas linhas de pensamento e distinguem pela ausência de influências teóricas colonizadoras. Essas abordagens valorizam a diversidade de perspectivas na prática científica e buscam promover uma compreensão mais sensível das questões de gênero.

De outra maneira, o *CitNetExplorer* realiza uma análise das cocitações de referências nos artigos acadêmicos, explorando, dessa vez, a frequência dessas cocitações ao longo do tempo para identificar conexões. Ele cria mapas temporais que mostram como certas referências ganham ou perdem relevância em diferentes períodos. Essa análise considera duas linhas do tempo: as datas das referências, que indicam quando as obras mencionadas foram publicadas; e as datas dos artigos, que indicam quando os próprios artigos foram escritos e divulgados. Essas métricas, como centralidade e proeminência das referências, ajudam a identificar as mais significativas dentro do conjunto de artigos. Ao analisar simultaneamente essas duas linhas do tempo, é possível compreender uma terceira dinâmica temporal que corresponde em datas de ascensão desses domínios.

A Figura 8 ilustra esses dados, traçando a trajetória longitudinal desses domínios intelectuais.

Figura 8 - Trajetória longitudinal da frequência das cocitações no *CitNet Explorer*

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Ao utilizar o *CitNetExplorer* para mapear esses domínios intelectuais, é possível enfatizar a evolução das conexões entre autorias e visualizar o crescimento das teorias ao longo do tempo. A análise dessas conexões permite identificar cronologias de ascensão de cada domínio intelectual no país e revelar os períodos nos quais determinados tópicos transmutaram de nichos de pesquisa para destaques centrais na esfera acadêmica.

Esse enfoque facilita a percepção das influências recíprocas e das dinâmicas que impulsionam o desenvolvimento científico. Contextualizar esses dados, considerando sua trajetória longitudinal, propicia a elaboração de uma genealogia das ideias no âmbito acadêmico. A ver:

Linha do tempo 1995 – Donna Haraway

“Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” é uma obra escrita por Donna Haraway, teórica feminista, originalmente publicado em 1988. Nesse trabalho, a autora apresenta uma análise crítica das interações entre o conhecimento científico, o feminismo e as questões de poder, propondo uma abordagem que desafia as noções convencionais de objetividade na ciência.

Um dos principais conceitos explorados no livro é o da “perspectiva parcial”. A autora argumenta que todas as formas de conhecimento são construídas a partir de um ponto de vista específico, influenciado por fatores sociais, culturais e políticos. Ela critica a ideia de uma ciência neutra e universal, destacando como as perspectivas parciais moldam a produção do conhecimento científico.

Além disso, examina a relação entre feminismo e ciência, enfatizando a análise crítica das estruturas de poder presentes na produção do conhecimento. A sugestão é a de que o feminismo pode revelar as assimetrias de gênero subjacentes na ciência e desafiar as hierarquias estabelecidas. Além disso, a autora discute a necessidade de uma abordagem colaborativa na prática científica.

O livro aborda temas como a influência das posições sociais na construção do conhecimento, a crítica às noções tradicionais de objetividade científica e a importância das perspectivas parciais para o entendimento da realidade. Haraway explora as implicações políticas e éticas dessas reflexões, promovendo uma discussão hermenêutica sobre o papel da ciência na sociedade.

A obra tornou-se fundamental para os feminismos, enquanto epistemologia, por embater os paradigmas estabelecido, propondo uma análise crítica feminista que reconhece e questiona as dinâmicas de poder presentes na ciência. O livro teve um impacto significativo no campo dos estudos de gênero e nas discussões sobre a relação entre feminismo e ciência.

Linha do tempo 2002 – Kimberlé Crenshaw

“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” é um texto produzido por Kimberlé Crenshaw, jurista e teórica do feminismo interseccional. Escrito originalmente em 1989, foi elaborado como parte de um esforço mais amplo para explorar as interseções entre gênero e raça no contexto das questões de discriminação racial e de gênero. O objetivo principal do encontro de especialistas era discutir e analisar a forma como a discriminação racial afeta especificamente as mulheres negras, considerando a multiplicidade de experiências que possuem.

Crenshaw escreveu o documento para destacar a necessidade de abordagens mais inclusivas no trato e na análise das experiências de discriminação racial de gênero. Ela reconheceu que as análises tradicionais muitas vezes não capturavam adequadamente as maneiras complexas sobre as quais as formas de discriminação acontecem. O texto inaugura o conceito de interseccionalidade, para descrever e analisar as experiências das mulheres negras e as múltiplas e, ao mesmo tempo, específicas, formas de opressão que enfrentam.

Em essência, o documento foi uma tentativa de lançar luz sobre a trajetória das mulheres negras que enfrentam discriminação racial e de gênero simultaneamente, em vários espaços, públicos ou privados, reconhecendo seus atravessamentos não podem ser completamente compreendidos ou abordados de forma universal. O texto também sugere a adoção de um protocolo provisório com o objetivo de apontar as situações em que ocorrem as discriminações interativas, como racismo, classismo, sexismo etc. O argumento da autora é o de que todas as instituições de direitos humanos sejam capazes de adotar uma abordagem integrada na luta pela equidade de gênero, pois essas instituições são responsáveis pelas causas e consequências da desigualdade.

Crenshaw contribuiu com a expansão das discussões sobre interseccionalidade nos mais diversos nos debates nacionais e internacionais sobre discriminação e desigualdade.

Linha do tempo 2010 – Gayatri Spivak

“Pode o subalterno falar?” é um ensaio da teórica Gayatri Chakravorty Spivak, publicado originalmente em 1988. O livro investiga a representação e a voz dos grupos subjugados dentro do contexto acadêmico e político. O cerne do ensaio é a análise da condição subalterna, um termo cunhado pelo filósofo italiano Antônio Gramsci.

Spivak explora como indivíduos e grupos subalternos, historicamente oprimidos e silenciados, são representados e percebidos por meio das estruturas dominantes de poder. Ela discute as complexidades da representação política e argumenta que a voz dos subalternos frequentemente é filtrada ou distorcida pelas lentes do poder liberal hegemônico.

A obra também aborda a relação entre conhecimento, poder e agência, levantando questões sobre quem tem o direito de falar e ser ouvido em discursos acadêmicos e políticos. O questionamento gira em torno de ser possível, ou não, para os subalternos se expressarem autenticamente dentro desses espaços, dadas as assimetrias de poder que moldam as dinâmicas de representação.

Um dos pontos mais marcantes do ensaio é a reflexão sobre a dificuldade de os subalternos falarem por si mesmos e serem ouvidos dentro dessas estruturas, explorando as complexidades poder e justiça social. O ensaio desafia a visão convencional de como as narrativas históricas são construídas e de quem tem o poder de contar suas próprias histórias.

Linha do tempo 2016 – Angela Davis

“Mulheres, raça e classe” é um livro escrito pela ativista e intelectual Angela Davis, publicado originalmente em 1981. Davis explora as interseções entre as opressões de gênero, raça e classe social, analisando o papel das mulheres negras nas lutas feministas e antirracistas nos Estados Unidos.

O texto aborda como elas enfrentam a interligação de múltiplas formas de discriminação, criticando a tendência de algumas vertentes feministas em negligenciar e marginalizar as lutas das mulheres negras, focando apenas nas questões de gênero. Ela argumenta que a luta contra a opressão de gênero não pode ser separada das lutas contra a opressão racial e econômica.

A reprodução social é uma das ideias centrais do livro. Segundo a autora, a exploração econômica, o racismo e o sexismo estão interconectados para perpetuar a pobreza, a desigualdade e a marginalização das mulheres negras. Ela também analisa a questão das prisões como instituições de controle social, evidenciando como as taxas de encarceramento das mulheres negras são desproporcionalmente maiores, denunciando um sistema de justiça criminal baseado no racismo institucionalizado.

Além disso, o livro destaca a importância das lutas antirracistas para a libertação das mulheres negras, frente as estruturas de poder colonialistas, patriarcais e capitalistas que perpetuam a dominação. As contribuições de Davis promovem reflexões sobre a necessidade de considerar gênero, raça e classe ao analisar questões sociais e políticas. A obra continua a ser influente e amplamente estudada no campo do feminismo acadêmico pelos profundos debates sobre as complexidades das experiências das mulheres negras e as dinâmicas de opressão em sociedades estruturalmente desiguais.

Linha do tempo 2017 – Djamila Ribeiro

“Quem tem medo do feminismo negro?” é um livro escrito por Djamila Ribeiro, filósofa, escritora e ativista brasileira. Publicado em 2018, o livro aborda questões centrais relacionadas ao feminismo negro brasileiro, explorando as interseções entre gênero, raça e classe social.

A obra é uma coletânea de artigos e ensaios que Djamila Ribeiro escreveu ao longo dos anos, nos quais ela analisa as experiências das mulheres negras no contexto brasileiro. O título do livro faz uma referência direta à famosa peça “Quem tem medo de Virginia Woolf?” de Edward Albee, indicando o potencial do feminismo negro em confrontar os desafios sociais.

A autora aborda uma série de temas no livro, incluindo a representação das mulheres negras na mídia, a construção do conceito de lugar de fala, as lutas e as demandas das mulheres negras no movimento feminista brasileiro e a necessidade de combater o racismo estrutural no país. A autora também explora a importância de compreender a interseccionalidade das opressões, destacando como a discriminação racial e de gênero se cruzam e se influenciam mutuamente nesse contexto.

O livro se destaca por sua linguagem direta e acessível, tornando os conceitos do feminismo negro compreensíveis para um público amplo. Além disso, Djâmila compartilha suas próprias vivências e reflexões, o que confere uma perspectiva pessoal e emocional à obra.

O trabalho contribui significativamente para o debate público sobre questões raciais e de gênero no Brasil, e promove uma maior conscientização sobre as experiências das mulheres negras na sociedade, tornando-se um importante ponto de referência para estudiosas, ativistas e pessoas interessadas em compreender melhor as complexas dinâmicas de discriminação e luta por igualdade.

Diante disso, a análise propiciou uma visão panorâmica das trajetórias temporais associadas aos *domínios intelectuais* dos 317 artigos catalogados no *Web of Science*. As autorias cocitadas revelaram dois aspectos importantes: a descolonização teórica das teorias e epistemologias feministas, e a introdução tardia de seus debates no contexto brasileiro.

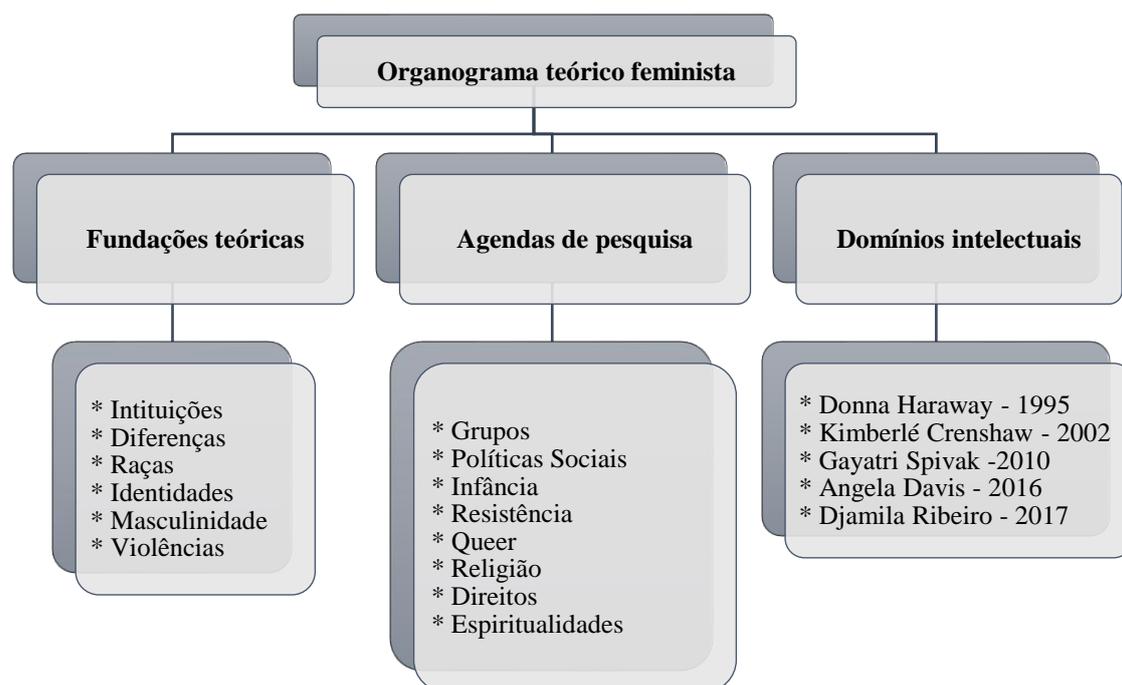
Em primeiro lugar, essas obras não são consideradas colonizadoras, porque desafiam os paradigmas científicos hegemônicos, permitindo a inclusão de vozes antes negligenciadas nas pesquisas. Em seguida, a introdução tardia das referências no contexto brasileiro sugere atrasos em debates teóricos importantes. Isso pode ser atribuído a barreiras linguísticas como: idiomas, dificuldade de acesso às obras originais, disseminação limitada desse tipo publicação e particularidades nas agendas locais, entre outros.

Em geral, o feminismo acadêmico parece ser um gradiente campo vibrante e diversificado, onde diferentes perspectivas se entrelaçam, formando um mosaico de saberes situados. Os diversos feminismos nele incutidos podem ser vistos como peças de

um quebra-cabeça complexo, com pontos de vista fragmentados que se unem e criam uma paisagem completa. Em outras palavras, o feminismo acadêmico é análogo a *feminismos em mosaico*. Suas abordagens oferecem interpretações inovadoras, refletindo as experiências pessoais das/es autoras/es e as complexidades das relações de gênero, classe, raça, em diferentes contextos culturais. Essas características, enriquecem os debates acadêmicos, impactando as bases políticas do conhecimento científico, porque sua distinção está posição epistêmica que tomam diante das dinâmicas sociais, políticas e culturais. Cada ponto de vista contribui para o todo, epistemológico, resultando em uma visão geral do estado atual desse campo em crescimento.

Desse modo, os 317 artigos acadêmicos analisados no *Web of Science* ilustram perspectivas diversificadas organizadas no diagrama abaixo.

Figura 9 - Diagrama do corpus de análise coletado em 317 artigos



Fonte: Elaborada pela Autora a partir do *Web of Science* (2023).

Essa síntese não encerra completamente as discussões em andamento nesse trabalho. No próximo capítulo, será abordado o que chamo de *tesselas feministas* que compõem os *feminismos mosaico*, e onde serão aplicados os conceitos de *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade* como vetores de análise na leitura em profundidade dos 14

artigos acadêmicos selecionados. Isso marca o início da análise de conteúdo qualitativa, seguindo a abordagem da metodologia feminista.

4 TESSELAS FEMINISTAS: CONHECENDO O MOSAICO

O texto a seguir amplia a análise apresentada no capítulo anterior sobre os *feminismos em mosaico*, examinando as suas *tesselas*, por meio da leitura em profundidade dos 14 artigos acadêmicos mais citados entre si.

Uma *tessela* é um pequeno bloco de cerâmica, vidro, pedra ou qualquer outro material usado na criação de mosaicos (Kelly, 1997). As *tesselas feministas* podem ser lidas através do *estado da arte*, associado à vanguarda do desenvolvimento teórico feminista, e pode representar o ponto mais elevado de onde este saber chegou em dado momento temporal.

Esse estado da arte feminista pode ser interpretado como um fenômeno teórico fluido, amplo e inclusivo, representado por uma variedade de tesselas em diferentes cores, preferências e formas. Refere-se, mais ainda, à acumulação da criatividade científica e à síntese das pesquisas relevantes, servindo como guia para aqueles que desejam entender de forma didática abordagens, questões, contribuições e lacunas, indicando como são elaboradas e como podem ser aplicadas (Medeiros; Fortunato; Araújo, 2023).

Gostaria de voltar a duas declarações discutidas na Apresentação desta tese. A primeira delas é que *existem tantos feminismos quanto mulheres*, e a segunda é que *não se deve confinar a teoria feminista em 'caixinhas'*. Essas declarações impactaram-me profundamente, levando-me a questionar se eu poderia realmente me considerar uma pesquisadora feminista, já que minhas perspectivas não coincidiam completamente com aquelas estudiosas. Embora essas declarações sejam eloquentes e demonstrem certa abertura da teoria, na prática acadêmica, parecem disfarces para mascarar o elitismo em não tornar sua linguagem acessível às mulheres que vivem à margem do saber científico.

Diante desse impasse, tomei a decisão de explorar essas declarações a partir do meu próprio ponto de vista. Com isso, primeiro, passei a escutar a mim mesma para então ser capaz de refletir sobre a perspectiva das/es autoras/es que me atravessaram. Fui diligente escolhendo uma linguagem acessível, a fim de facilitar a compreensão, especialmente àquelas mulheres que, assim como eu, enfrentaram dificuldades ao tentar assimilar a complexidade rebuscada presente nas teorias.

A chave para abrir essa porta está na convergência dos vetores conceituais de análise em *reflexividade*³⁴, *posicionalidade*³⁵ e *localidade*³⁶ sobre a concepção do que denomino como as *tesselas feministas*, que moldam a paisagem feminista atual registrada no *Web of Science*.

Por outro lado, pondero que o amplo conhecimento feminista não pode ser reduzido apenas a métricas de organização científica. Ao usar essa abordagem pretendo gerar ideias novas que possam enriquecer esse debate e explorar aspectos que talvez não tenham sido considerados antes. A leitura em profundidade das obras feministas pode ter o potencial de proporcionar uma compreensão mais completa dos fenômenos sociométricos, especialmente políticos, presentes na comunicação acadêmica.

A seleção dos 14 artigos foi feita com base em critérios estatísticos usando o *software VOSviewer* e o conceito de *modularidade de citações*. O filtro para esse resultado, foi de pelo menos 5 citações para cada artigo, resultando em uma parcela amostral de 14 artigos. O objetivo foi destacar os mais influentes dentro da base de dados.

Esses 14 artigos representaram uma parcela significativa das citações totais, soma de todas as citações do banco de dados totaliza 221 citações, o que equivale a 53,4% do total, sugerindo um forte impacto dentro do conjunto analisado. Isso significa que esses documentos mais citados entre os 317 artigos coletados são responsáveis por *metade de todas as citações no conjunto total*. Em outras palavras, esses 14 artigos são citados em cerca de metade do total de artigos analisados. A Tabela 9 apresenta esses detalhes:

³⁴ *Reflexividade* refere-se à qualidade de ser reflexivo, ou seja, a capacidade de refletir ou pensar profundamente sobre algo (Nota da Autora).

³⁵ Este substantivo deriva-se da palavra “posicional” e tem relação à qualidade de ser posicionado, ou seja, a característica de estar relacionado à posição, ao poder e ao privilégio (Nota da Autora).

³⁶ *Localidade* refere-se à qualidade de ser local, ou seja, a característica de estar relacionado a um lugar e a uma localização específica (Nota da Autora).

Tabela 10 - publicações filtradas para leitura em profundidade (por quantitativo de citações)

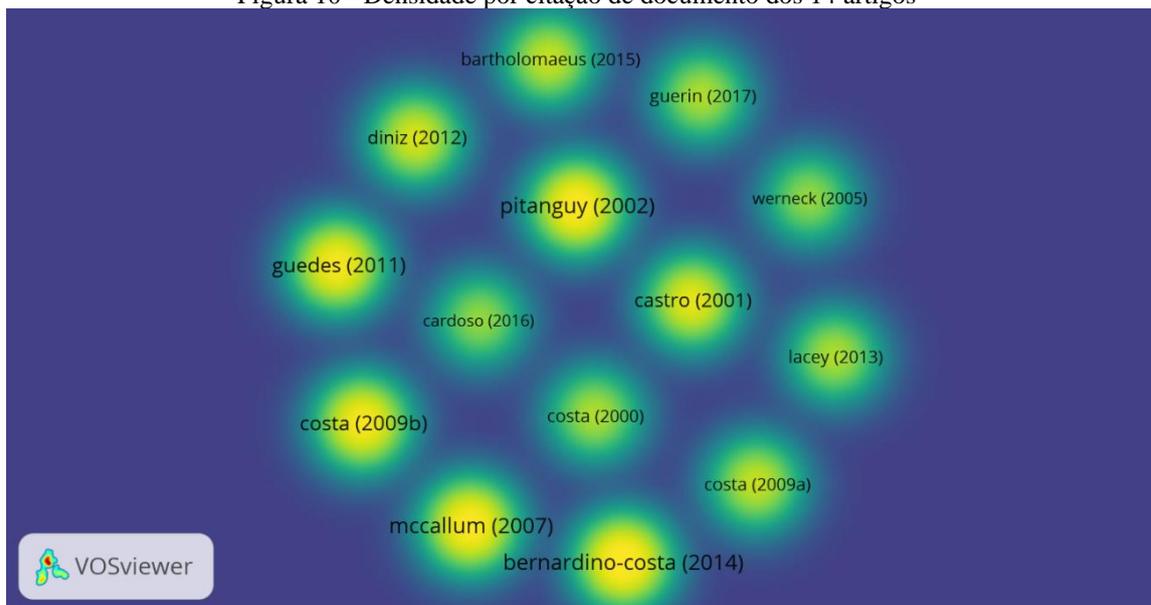
Autores	Número de citações	Parcela total de citações (%)
Joaze Bernardino-costa (2015)	13	5,9
Jacqueline Pitanguy (2002)	12	5,4
Cecilia Mccallum (2007)	12	5,4
Ana Maria Costa (2009b)	11	5,0
Rebeca Nunes Guedes (2011)	11	5,0
Mary Garcia Castro (2001)	9	4,0
Simone Diniz (2012)	8	3,6
Roberta Costa (2009a)	7	3,2
Clare Bartholomaeus (2015)	7	3,2
Cláudia de Lima Costa (2000)	6	2,7
Hugh Lacey (2013)	6	2,7
Bernard Guerin (2017)	6	2,7
Jurema Werneck (2005)	5	2,3
Cláudia Pons Cardoso (2016)	5	2,3
[...]	-	-
TOTAL	221	53,4

Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

As colunas da tabela indicam o nome das autoras/es, a quantidade de vezes que cada uma foi citada e a porcentagem correspondente ao total de citações atribuídas a cada publicação. As obras mais frequentemente citadas entre si foram as de Bernardino-Costa (2015), com 13 citações, seguidas pelas de Pitanguy (2002) e Mccallum (2007), ambas com 12 citações. Por outro lado, a obra menos citada foi a de Cardoso (2016), com apenas 5 citações.

Esse cenário sugere que os documentos mais citados formam um núcleo distinto e privilegiado no desenvolvimento de sentidos teóricos. Essa proeminência engloba elementos como a produtividade científica, o reconhecimento nacional e internacional de autoras/es e a relevância dos tópicos mobilizados, configurando o panorama do debate acadêmico. A Figura 10 ilustra esses dados, a ver:

Figura 10 - Densidade por citação de documento dos 14 artigos



Fonte: Elaborado pela Autora a partir do *VOSviewer* (2023).

É fundamental considerar que a leitura em profundidade dos 14 artigos acadêmicos foi conduzida por meio de uma revisão exaustiva e minuciosa desses documentos. Todas as obras analisadas, juntamente com as informações relevantes mais específicas que foram examinadas, estão disponíveis para acesso no link “Compilação de dados” – [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1HpAKd0QXOuQAaCgV-X-h_MbFUd0sfpuw49LB1aha5_k/edit#gid=0]. Nesse local, as leitoras/es têm acesso a todas as obras analisadas, incluindo sua versão original e traduzida para português, bem como as informações decantadas ao longo da pesquisa.

A maioria das obras analisadas, 10 de 14, estava originalmente redigida em outros idiomas, diferentes do português. Dessas, 9 (nove) estavam predominantemente em inglês, apenas 4 (quatro) em português e 1 (uma) em francês. Essa disparidade acrescenta outra complexidade ao processo de leitura em profundidade, exigindo maior cuidado na interpretação para garantir a preservação do significado original das obras. A Tabela 11 apresenta essas informações:

Tabela 11 - Distribuição dos artigos por idiomas

Idiomas publicados	
Português	4
Inglês	9
Espanhol	0
Francês	1
TOTAL	14

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da *Web of Science* (2023).

Diante do exposto, dou início à leitura em profundidade dos 14 artigos com foco: na *reflexividade* das fundações teóricas; na *posicionalidade* das agendas de pesquisa; e na *localidade* dos domínios intelectuais. Esses conceitos caracterizam-se como vetores de análise que guiam o *ponto de vista feminista* sobre a pesquisa em direção aos *contextos dos sujeitos políticos* por trás das obras acadêmicas, conforme a metodologia feminista convida, ultrapassando apreciações meramente técnicas. Diante disso, dou início à análise sobre a *reflexividade* das fundações teóricas na próxima subseção.

4.1 A REFLEXIVIDADE DAS FUNDAÇÕES TEÓRICAS

A reflexividade das fundações teóricas está vinculada à capacidade das pesquisadoras/es auto-observarem a sua própria posição de privilégio, assim como as influências individuais e vieses pessoais que carregam sobre o processo de pesquisa. Isso envolve uma autoconsciência crítica sobre como as próprias experiências – como identidade de gênero, comportamentos, formação educacional etc. – podem afetar a forma como enxergam e interpretam o mundo ao escrever textos acadêmicos e utilizar teorias.

Quando pesquisadoras/es incorporam a reflexividade sobre suas fundações teóricas, elas desafiam perspectivas hegemônicas e adotam uma postura de abertura para autorreflexão. Esse componente evita a reprodução exacerbada de discursos teóricos dominantes e, ao mesmo tempo, as/os possibilita identificar as múltiplas distorções na análise e na interpretação dos fenômenos que determinadas teorias/autorias carregam.

Para realizar essa análise, examino como as/es autoras/es constroem suas pesquisas, o que envolve uma análise dos seguintes elementos: enfoque, objeto de estudo, conceitos, problemas, objetivos, metodologia e conclusões de suas pesquisas. Esses elementos constituem um fio condutor para entender quais são os seus pensamentos,

motivações e desejos por trás da escrita. Com base na lista de autorias apresentada anteriormente, detalho cada um desses aspectos e forneço um quadro resumido de suas respectivas obras.

Essa abordagem visa indicar como as/os pesquisadoras/es retratam a reflexividade ao longo do processo de construção do conhecimento, desde a formulação das questões até as conclusões. Analisar separadamente esses aspectos permite traçar paralelos entre os pontos de vistas individuais de quem escrevem e as bases teóricas citadas. A seguir apresento essas discussões:

Joaze Bernardino-Costa (2015)

O primeiro artigo, objeto de análise, intitulado “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”, de Joaze Bernardino-Costa, investiga a atuação das trabalhadoras domésticas no Brasil em busca por direitos trabalhistas e em contestação as opressões estruturais que afetam a categoria.

O cerne da pesquisa está nas iniciativas políticas organizadas pelas trabalhadoras domésticas durante o período de discussões sobre a ampliação de seus direitos profissionais. A questão central da pesquisa consiste em indagar as razões subjacentes às desigualdades sociais que impactam essas mulheres.

O escopo da investigação engloba diversos objetivos. Primeiramente, visa demonstrar o protagonismo e a organização histórica das trabalhadoras domésticas, bem como seu diálogo com outros movimentos sociais, como os movimentos negros, sindicais e feministas.

Além disso, analisa as dinâmicas das desigualdades sociais enfrentadas por elas, especialmente, as estruturas da colonialidade do poder e da interseccionalidade de gênero, classe e raça. Também busca reconhecer a influência do movimento político das trabalhadoras domésticas na evolução jurídica dos direitos trabalhistas no Brasil.

Nesse estudo, o autor emprega conceitos centrais de: colonialidade do poder, que explora a perpetuação de sistemas de dominação pós-coloniais; interseccionalidade de gênero, classe e raça, que ressalta a interconexão dessas dimensões de opressão; e movimentos sociais negros, sindicais e feministas, que constituem esferas de luta

coletiva por direitos. Ainda, a decolonialidade e interseccionalidade emancipadora são conceitos sugeridos pelo autor em prol da luta dessas mulheres pela desconstrução dos paradigmas propostos.

A metodologia utilizada baseia-se na realização de entrevistas com trabalhadoras domésticas, juntamente com uma análise retrospectiva do ativismo desse grupo. Essa abordagem demonstra o comprometimento prático do autor com o movimento em questão, uma vez que ele considera o ponto de vista de seu objeto de pesquisa, abrangendo tanto a história das trabalhadoras domésticas quanto suas ações políticas.

A conclusão do artigo enfatiza que esse movimento político foi impulsionado pelo protagonismo de mulheres negras. Os avanços legais e os direitos trabalhistas conquistados por essa categoria resultam de mobilizações organizadas, não decorrendo de disposições automaticamente incorporadas à legislação brasileira.

Essas desigualdades sociais enfrentadas pelas trabalhadoras são compreendidas à luz da colonialidade do poder e da interseccionalidade de gênero, classe e raça. A resistência empreendida por essas mulheres é encarada como estratégia de reexistência, que transcende as estruturas sociais dominantes e promove um paradigma humanista diversificado em termos de gênero, classe e raça para a transformação de sua comunidade.

Essa atuação organizada estabeleceu uma emancipação por meio do diálogo e da articulação com outros movimentos políticos, ressaltando a capacidade de articulação política na construção das narrativas históricas.

A pesquisa proposta por Bernardino-Costa possui caráter inovador nos estudos sociológicos e historiográficos, trazendo à luz a participação das mulheres negras na transformação das instituições envolvidas nos avanços sobre os direitos trabalhistas brasileiros. A reflexividade do autor está em sua identidade racial como homem negro que não o impede de compreender as formas de discriminação compartilhadas por mulheres negras trabalhadoras domésticas.

O Quadro 8 reúne as informações discutidas aqui:

Quadro 8 - Reflexividade das fundações teóricas (Bernardino-Costa, 2015)

Elemento	Descrição
Enfoque	Atuação ativista das trabalhadoras domésticas no Brasil, direitos e opressões estruturais
Objeto	Trabalhadoras domésticas brasileiras, história narrativas e ações políticas
Conceitos	Trabalho doméstico, colonialidade, interseccionalidade, classe, raça, gênero
Problemas	Questiona desigualdades sociais que afetam as trabalhadoras domésticas, abordando colonialidade do poder e Interseccionalidade
Objetivos	Demonstrar protagonismo histórico e organização das trabalhadoras. Analisar desigualdades e influência do movimento na evolução jurídica
Metodologia	Entrevistas com trabalhadoras e análise retrospectiva do ativismo. Abordagem qualitativa
Conclusão	Movimento liderado por mulheres negras impulsionou avanços legais e direitos trabalhistas, promovendo paradigma inclusivo. Abordagem inovadora com relevância sociológica e historiográfica

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Jacqueline Pitanguy (2002)

O segundo artigo analisado, intitulado “Unindo o global e o local: o feminismo no Brasil e a agenda internacional de direitos humanos”, escrito por Jacqueline Pitanguy, promove uma análise da interconexão entre hierarquias de gênero e a interpretação dos direitos humanos nas conjunturas do Brasil e do Cone Sul.

O estudo discute a incorporação das dinâmicas de gênero na compreensão dos direitos humanos, contextualizando a evolução histórica das estruturas de poder, sistemas de valores e percepções sociais nos países investigados, a saber, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

A pesquisa se propõe a investigar a opressão de gênero e os desafios enfrentados pelas ativistas feministas na mitigação dessas questões. Além disso, visa destacar o papel das organizações e movimentos feministas na reconfiguração das relações de gênero. O escopo ainda analisa a influência da linguagem dos direitos humanos em escala nacional e internacional, particularmente, sobre a experiência das ativistas brasileiras, em paralelo com breves comparações em relação a argentinas, chilenas e uruguaias.

Os conceitos relevantes abordados na pesquisa incluem o feminismo, os direitos humanos, as relações e opressões de gênero entre masculino e feminino. O artigo

discute as dimensões global/internacional e local/nacional, bem como a influência das políticas públicas nessas dimensões.

A abordagem metodológica é qualitativa, fundamentada em uma discussão teórica enraizada na experiência da autora sobre sua própria voz latino-americana nas reuniões com organismos multilaterais globais. O objeto de análise concentra-se no ativismo político das mulheres no Brasil e no Cone Sul, tendo como base na perspectiva das relações de gênero.

Os resultados da pesquisa evidenciam a evolução da linguagem dos direitos humanos desde a Declaração Universal de 1948, originalmente desprovida de uma perspectiva de gênero. Com o passar do tempo, as ações da sociedade civil e dos movimentos feministas desempenharam um papel central na promoção dos direitos humanos, incluindo os avanços legais em gênero, sexualidade e reprodução.

Entretanto, o estudo também revela a complexa interação entre as vozes e agendas local e global, que, apesar de trazer avanços legislativos, ainda não refletia plenamente a realidade prática vivida por mulheres latino-americanas de baixa renda e não brancas. Além disso, a participação das feministas brasileiras em conferências internacionais ganhou relevância, impulsionando a inclusão das questões de gênero em acordos comerciais e iniciativas de integração regional, embora ainda existissem desafios substanciais.

Apesar desses esforços, a busca pela equidade de gênero e cidadania plena para todas as mulheres, segundo a autora, ainda não se concretizou. A pesquisa revelou como processos políticos, como golpes militares e a restauração da democracia, impactaram a legislação e as políticas públicas, limitando a arena política de negociação e a pressão dos atores sociais latino-americanos.

A lacuna entre a linguagem internacional dos direitos humanos, a retórica governamental e a efetiva proteção desses direitos a nível local são apontadas como desafios persistentes. As barreiras enfrentadas pelas feministas na redefinição dos conceitos de gênero contribuíram para que as mudanças nas relações da América Latina permanecessem aquém dos resultados substanciais desejados.

Apesar da profundidade deste estudo, as limitações quanto a reflexividade da autora é que ela destaca a importância da participação de mulheres nesses organismos,

motivando-as a participar, no entanto, não menciona a problemática sobre *quem são* as mulheres convidadas e aceitas para ingressar nesses espaços. Em reuniões como as da ONU-Brasil, por exemplo, a representação feminina costuma ser dominada por mulheres brancas, ou ainda por aquelas que têm capital social e político ligadas a algum partido político. Outra limitação do texto é que não são fornecidos detalhes sobre os impactos reais das mudanças legislativas ao longo do tempo nas agendas locais. A atuação de organismos internacionais, em muitos casos, desmobiliza pautas feministas latino-americanas, servindo como um verniz institucional de controle social.

O Quadro 9 oferece uma síntese do artigo de Jacqueline Pitanguy (2002), a ver:

Quadro 9 - Reflexividade nas fundações teóricas (Pitanguy, 2002)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise das relações entre gênero e direitos humanos no Brasil e Cone Sul
Objeto	Interconexão entre feminismo brasileiro e agenda internacional de direitos humanos, considerando impactos local e global
Conceitos	Feminismo, direitos humanos, hierarquias de gênero, agendas global e local
Problemas	Desafios de combater opressão de gênero e influência da linguagem de direitos humanos em níveis nacional e internacional
Objetivos	Contextualizar da evolução histórica das relações de gênero, destacar papel do feminismo na reconfiguração dessas relações e analisar linguagem dos direitos humanos
Metodologia	Abordagem qualitativa, baseada em discussões teóricas latino-americanas, focando nas relações de gênero e vivências pessoais feministas da autora.
Conclusão	Evolução da linguagem de direitos humanos para incluir gênero. Destaca papel do movimento feminista e os desafios persistentes na América Latina.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Cecília McCallum (2007)

O terceiro artigo traz como título “Mulheres fora do lugar? Uma perspectiva micro histórica sobre movimento feminista negro em Salvador”, de autoria de Cecilia McCallum, que discute e analisa a experiência das mulheres negras soteropolitanas dentro do contexto do movimento feminista negro.

Este trabalho proporcionou uma ampla discussão em torno dos espaços e vivências das mulheres negras baianas, considerando as complexas relações com o trabalho doméstico, as manifestações de discriminação racial e as políticas identitárias, entre outros tópicos relacionados.

A pesquisa buscou entender as várias respostas das mulheres negras em relação à sua posição na hierarquia socioeconômica de Salvador, além de analisar as propostas políticas de identidade e políticas de presença, advogadas pelas feministas negras. Com tal enfoque, a autora buscou não apenas problematizar as dinâmicas raciais que permeiam as interações entre ativistas negras e brancas, mas também esmiuçar suas contradições.

Além disso, o artigo confronta supostas críticas ao essencialismo de raça, cultura e gênero das políticas de identidade propostas pelas mulheres negras, identificando as diversas respostas manifestadas por elas em relação à sua posição marginal na complexa hierarquia socioeconômica da cidade.

Ainda, identifica as ações corretivas incorporadas pelas políticas de presença, observando as dinâmicas raciais catalizadoras das interações entre ativistas negras e brancas nos espaços de discussão política, bem como as influências ideológicas e políticas que incidem nas formulações de suas ideias. Os conceitos utilizados incluem essencialismo, gênero, feminismo branco, feminismo negro, dinâmicas raciais, política de identidade, política de presença, cotas e ações corretivas.

A metodologia adotada fundamentou-se na aplicação da etnografia micro histórica em espaços de debates políticos. Essa abordagem foi implementada por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas com figuras públicas militantes, tanto negras quanto brancas, que compartilham uma orientação política à esquerda. Essas entrevistas foram realizadas em Salvador, com o propósito de desvendar as nuances de suas interações e entender as representações, posições e experiências das mulheres negras.

Uma das conclusões gira em torno das estratégias de ação afirmativa, corretiva e de cotas, bem como das políticas de presença, destacando que essas estratégias são recebidas de maneira positiva pelas feministas negras e pelas feministas brancas no contexto local, pois são vistas como formas de redesenhar os papéis das primeiras dentro da sociedade.

A posição ocupada pelas mulheres negras em Salvador abrange desde o espectro do trabalho doméstico até a esfera acadêmica universitária. Nesse sentido, também são exploradas as reações das instituições políticas perante iniciativas afirmativas,

corretivas e de cotas, destacando as respostas emitidas diante dessas situações. Merece destaque a implementação de cotas nas instituições de ensino em 2002, reservando vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com foco especial em indivíduos negros e indígenas.

De modo geral, a autora revela que a abordagem adotada pelas feministas baianas por não aderir a visões essencialistas de raça, cultura e gênero e considerar as diferenças raciais e desigualdades sociais a partir de perspectivas humanistas – embasadas em suas próprias vivências – na formulação de ações afirmativas é percebida como um movimento de origem interna, em vez de uma imposição externa. Segundo McCallum, essa formulação não acentua divisões raciais, pois as ativistas operam em diversas esferas e estabelecem uma variedade de alianças.

As contribuições do trabalho envolvem a ampliação do entendimento sobre as experiências das mulheres negras na desconstrução de estereótipos e das complexas dinâmicas raciais e de gênero envolvidas em seus ativismos.

Entre as limitações, no que diz respeito à reflexividade da autora, é imprescindível considerar que ela, sendo uma mulher branca e estrangeira, pode estar sujeita a vieses em sua interpretação do que foi discutido. Além disso, ao usar uma pauta minoritária para promover uma discussão que não a representa completamente, pode haver um distanciamento em relação aos atravessamentos de nacionalidade, cultura, classe e raça que as mulheres brasileiras negras enfrentam. É fundamental reconhecer que as experiências de opressão e discriminação variam significativamente com base nesses fatores e a autora em questão não vivenciou essas nuances. O cuidado e a responsabilidade em incluir vozes e narrativas que não representamos em nossas pesquisas deve ser redobrado. É preciso, sobretudo, atenção às posições que assumimos em relação aos nossos objetos de análise.

O Quadro 10 resume as apreciações mencionada aqui:

Quadro 10 - Reflexividade nas fundações teóricas (Mccallum, 2007)

Aspecto	Descrição
Enfoque	Análise micro histórica do movimento feminista negro em Salvador
Objeto	Movimento feminista negro em Salvador, suas características, desafios e contribuições em âmbito local e nacional
Conceitos	Gênero, feminismo, dinâmica racial, política de identidade, ação afirmativa, Brasil
Problemas	Desafios enfrentados pelo movimento, incluindo visibilidade e representatividade perante a discriminação racial e de gênero
Objetivos	Compreender vivências das mulheres no movimento, analisar suas estratégias de resistência e discutir como suas lutas contribuem para transformações sociais
Metodologia	Abordagem etnográfica micro-histórica de contexto local, relatos pessoais e análise de documentos
Conclusão	Destaca o movimento feminista negro em Salvador e o ativismo feminista e antirracista no Brasil

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Ana Costa (2009b)

O quarto artigo submetido à análise, intitulado “Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil”, escrito por Ana Maria Costa, promove uma discussão sobre a trajetória da institucionalização dos direitos à saúde reprodutiva das mulheres no Brasil. O foco principal desse estudo recai sobre a evolução do engajamento participativo dos movimentos feministas em paralelo aos avanços dessas legislações.

Nesse sentido, os movimentos inicialmente colaboracionistas se modificaram ao longo do tempo para uma atuação mais focalizada nos direitos reprodutivos. O objetivo principal do estudo é analisar como a participação ativa dos movimentos feministas contribuiu para o desenvolvimento das políticas de saúde das mulheres no Brasil, destacando tanto as conquistas obtidas quanto as limitações persistentes.

O estudo busca responder à seguinte pergunta: Como a participação dos movimentos feministas e os marcos legais temporais influenciaram a evolução das políticas de saúde para mulheres no Brasil, e quais são as conquistas e desafios ainda persistentes nessa área?

A metodologia baseada em revisão bibliográfica e análise documental permitiu uma compreensão mais completa da evolução do engajamento participativo dos movimentos feministas e sua relação com as políticas de saúde.

O artigo contextualiza os primeiros avanços políticos no Brasil e amplia a discussão sobre quando o país experimentou um período de ajuste fiscal e reestruturação dos movimentos sociais. Nesse contexto, os movimentos de mulheres, incluindo o movimento feminista, intensificaram seus esforços em avançar políticas de saúde das mulheres e melhorar o acesso aos serviços de saúde.

Entre as conquistas alcançadas por meio da mobilização dos grupos envolvidos incluem: a influência na formulação de políticas públicas, a ampliação do acesso a serviços de saúde específicos e a promoção dos direitos reprodutivos. No entanto, também são destacados desafios que continuaram a afetar a saúde das mulheres no que tange as desigualdades no acesso a serviços de qualidade, a necessidade de abordar questões que impactam grupos isolados, como mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+, e os obstáculos na prevenção e no combate à violência doméstica e sexual.

Algumas tímidas conquistas em termos de políticas públicas também foram apontadas, tais como: a promulgação da Lei 9.263 de 1996 – que regulamentou o planejamento familiar e atribuiu ao Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade pela execução de ações relacionadas à regulação da fecundidade – e a implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) – que prestou serviços públicos de saúde, incluindo o planejamento familiar, o pré-natal, a assistência ao parto, o acompanhamento da saúde da criança, a prevenção e tratamento de doenças ginecológicas e o cuidado com a saúde sexual das mulheres, garantindo o acesso a informações sobre métodos contraceptivos e o direito de escolha sobre a maternidade.

As conclusões apresentadas no artigo evidenciaram que, apesar dos esforços e do aumento no engajamento participativo dos movimentos feministas, as mudanças nas políticas de saúde enfrentaram desafios significativas. A escassa representação daquelas pautas nas votações dos Conselhos de Saúde e nas Conferências Nacionais setoriais indicaram a necessidade premente de uma reconfiguração. Embora as mulheres participassem dessas reuniões e levassem suas demandas, suas vozes permaneceram silenciadas. Em síntese, o texto contribui ao traçar a história desse processo e realçar a importância do engajamento feminista.

No entanto, as limitações quanto à reflexividade da autora estão relacionadas à sua posição de privilégio, como mulher branca, médica e presidente do Conselho Brasileiro de Estudos em Saúde. Ao sugerir uma maior participação das mulheres nos espaços decisórios – como mencionado em seu texto – Costa pode dar a impressão de não ter plena consciência dos desafios reais enfrentados pelas usuárias dos serviços de saúde pública e dos obstáculos institucionais que enfrentam nos contextos de tomada de decisões políticas.

O Quadro 11 resume as ideias do artigo, a ver:

Quadro 11 - Reflexividade nas fundações teóricas (Costa, 2009)

Aspecto	Resumo
Enfoque	Evolução do engajamento feminista nas políticas de saúde para mulheres no Brasil e interações com o governo
Objeto	Participação dos movimentos feministas na construção das políticas de saúde feminina e relação com instituições governamentais
Conceitos	Saúde da mulher, participação social, gestão participativa em saúde das mulheres
Problemas	Aborda lacunas entre demandas feministas e respostas governamentais, buscando políticas mais abrangentes e equitativas
Objetivos	Compreender evolução do engajamento, identificar mudanças e promover debates sobre saúde das mulheres
Metodologia	Revisão bibliográfica e análise documental da relação entre movimentos feministas e políticas de saúde
Conclusões	Apesar do aumento do engajamento, mudanças são limitadas. Destaca a importância de políticas mais inclusivas e participação política das mulheres

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Rebeca Guedes (2011)

O quinto texto, escrito por Rebeca Nunes Guedes em colaboração com Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, intitulado “A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero”, analisa o conceito de autonomia no contexto da saúde das mulheres que enfrentam situações de violência.

A pesquisa destaca a autonomia, não apenas como um direito fundamental, mas também como um elemento central para o enfrentamento da violência de gênero e para a promoção da saúde e do bem-estar das pacientes.

O objetivo do artigo é investigar como os profissionais em Estratégia Saúde da Família (ESF) e as usuárias dos serviços dessa Unidade de Saúde, em São Paulo,

aprendem o conceito de autonomia. O foco da pesquisa é compreender como a autonomia é aplicada e percebida no contexto da prestação de cuidados de saúde para as usuárias desse serviço.

Através de entrevistas em profundidade, as autoras buscam observar como profissionais percebem a autonomia das mulheres que enfrentam violências, como eles reconhecem suas necessidades e como abordam essas questões em seus trabalhos. Além disso, a autora identifica como as usuárias entendem a sua própria capacidade de tomar decisões sobre sua saúde e bem-estar e como avaliam o apoio oferecido pela equipe de saúde.

A violência contra as mulheres é um fenômeno arraigado nas relações de gênero, estruturadas em categorias hierárquicas historicamente estabelecidas que incluem a noção de que as diferenças de gênero justificam a submissão nas relações, apoiadas em supostas diferenças biológicas. Esse estado de submissão nas relações de gênero cria um campo de tensão que envolve o reconhecimento da capacidade de as mulheres tomarem decisões autônomas, contrapostas à persistente ideia de que devem ser submissas.

Nesse contexto, a violência de gênero não é meramente concebida como um problema restrito ao âmbito privado, tal como a violência doméstica. Ela é interpretada como um fenômeno que permeia toda a sociedade. Isto significa que ela não se restringe apenas às relações interpessoais, mas estende-se a estruturas sociais mais amplas, afetando diversos aspectos da vida das mulheres.

As autoras destacam a existência da violência de classe, que surge da desigualdade e exploração econômica, sendo amplamente aceita e justificada na sociedade como parte da ordem social. Portanto, a submissão das mulheres e a violência de gênero não são questões isoladas, mas estão interligadas a estruturas sociais mais amplas, como a violência de classe.

A conclusão do artigo destaca a falta de compreensão sobre a autonomia como um elemento essencial para a saúde coletiva e o bem-estar das mulheres que enfrentam situações de violência. As autoras sugerem que a autonomia não apenas seja reconhecida, mas também ativamente incentivada e valorizada pelos profissionais e pelos serviços de saúde em geral. A ausência dessa autonomia pode resultar em

uma assistência inadequada e até mesmo na violação dos direitos das mulheres enquanto pacientes.

Entre as contribuições do estudo acerca de reflexividade das autoras, está a abordagem interdisciplinar praxiológica de saúde coletiva, comprometida, ética e politicamente, com a sua função de promover a transformação social. Além disso, o texto ressalta a importância de superar a visão estritamente biomédica de saúde, o que representa um passo para ampliar essas análises e discussões.

Entre as limitações, está a definição sobre a autonomia das mulheres. Embora as autoras tenham destacado a importância desse conceito, não aprofundaram a teoria em si, o que poderia enriquecer a discussão. Além disso, a pesquisa pode não ter explorado adequadamente as opressões contextuais mais específicas que influenciam na autonomia das mulheres em situação de violência doméstica.

O Quadro 12 ilustra o panorama discutido acima:

Quadro 12 - Reflexividade nas fundações teóricas (Guedes, 2011)

Aspecto	Resumo
Enfoque	Implicações político-sociais dos direitos reprodutivos das mulheres e a autonomia em casos de violência de gênero
Objeto	Percepções de autonomia por profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) e usuárias
Conceitos	Violência contra a mulher, autonomia pessoal, feminismo, gênero e saúde
Problemas	Interpretação da autonomia, prática de saúde limitada
Objetivos	Identificar percepções dos profissionais, analisar necessidades de gênero, promover emancipação
Metodologia	Entrevistas com profissionais da ESF e usuárias como base para análise
Conclusão	Necessidade de autonomia, abordagens interdisciplinares, importância dos serviços de saúde para mulheres

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Mary Castro (2001)

A sexta obra “Engendrando poderes em tempos neoliberais: uma crítica feminista militante”, de Mary Garcia Castro, oferece uma crítica reflexiva sobre os movimentos de mulheres na América Latina situado no contexto do

neoliberalismo³⁷. Castro analisa o ativismo feminista e as transformações sócio-políticas destacando as mudanças que ocorreram desde a década de 1970 e questionando as implicações dessas dinâmicas para o desenvolvimento dos feminismos autônomos³⁸, autênticos³⁹ e radicais⁴⁰.

O cerne do estudo está na análise da participação dos movimentos feministas na América Latina e sua gradual integração com as vertentes feministas autônomas, autênticas e radicais. A autora direciona sua atenção para a seguinte questão: de que maneira esses feminismos estão sendo cooptados pelo crescimento do neoliberalismo na região? Esta indagação se volta para a hipótese de que a redução das disparidades entre essas vertentes e o processo de institucionalização do feminismo autônomo, que se alinha, em certa medida, aos princípios do neoliberalismo, estão diminuindo.

Para isso, a metodologia utilizada é a análise das condições de vida das mulheres no contexto brasileiro, avaliando os impactos das políticas neoliberais, com breves incursões na história do movimento feminista na América Latina. A base teórica do trabalho se alinha a utilização de conceitos, como feminismo autônomo, autêntico

³⁷ O neoliberalismo é um sistema socioeconômico e uma ideologia que resgata valores do liberalismo clássico, como o livre mercado, a privatização, a redução da intervenção do Estado na economia, a redução de gastos públicos, a desregulamentação, a globalização e o individualismo econômico (Nota da Autora).

³⁸ Feminismo autônomo, autêntico e radical são vertentes distintas no movimento feminista. O feminismo autônomo enfatiza a autonomia das mulheres em relação às estruturas de poder dominantes, sejam elas patriarcais, estatais ou capitalistas, buscando manter a independência das mulheres dentro dos movimentos feministas, evitando alianças que possam comprometer essa autonomia a fim de promover uma agenda feminista genuína e não influenciada por interesses alheios às suas demandas. Para entender melhor, sugiro a leitura: GURGEL, T. Feminismo Autônomo no Brasil Contemporâneo: Reflexões Iniciais. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Anais Eletrônicos: Florianópolis, 2017.

³⁹ O feminismo autêntico se concentra na preservação das raízes e princípios originais do movimento feminista. Ele busca manter a pureza da causa feminista, resistindo a diluições ou desvios que possam ocorrer quando o feminismo se envolve com outras questões políticas ou agendas, valorizando a continuidade das lutas históricas das mulheres por igualdade e justiça. Mais informações em: MARTINEZ, F. J. Militantes e Radicais da Quarta Onda: o Feminismo na Era Digital. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Anais Eletrônicos: Florianópolis, 2017. (Nota da Autora).

⁴⁰ O feminismo radical vai além da simples busca por igualdade de gênero, mas questiona profundamente as estruturas sociais e políticas patriarcais. Ele almeja uma transformação nas bases da sociedade, desafiando as normas e instituições existentes que perpetuam a desigualdade de gênero, se esforçando para criar uma sociedade em que o poder e a influência não se baseiem no gênero. Sugiro a leitura do artigo "Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital" (Martinez, 2017) (Nota da Autora).

e radical, institucionalização, neoliberalismo, desigualdades de gênero, entre outros.

Os principais objetivos estão em: promover a reflexão sobre a possível diminuição da postura crítica dessas vertentes em face do contexto neoliberal na América Latina; chamar a atenção à rica distinção entre as várias correntes do feminismo; e apoiar aquelas que adotam não apenas a luta contra as desigualdades de gênero, mas também aquelas voltadas para as desigualdades de raça e classe social.

Os movimentos de mulheres na América Latina passaram por mudanças significativas ao longo de duas décadas. No final dos anos 1970, estavam focados principalmente na luta contra a ditadura e no papel que desempenhariam na transição para a democracia. Nesse período, muitas organizações feministas abordaram temas relacionados à posição das mulheres na sociedade, como sexualidade, relacionamentos e identidade de gênero, em suas discussões e manifestações públicas.

À medida que os anos 1980 avançaram, ocorre a adoção de uma abordagem mais formal e estruturada, muitas vezes configurando Organizações Não Governamentais (ONGs). Isso implicou a criação de hierarquias, regras e procedimentos formais, além de um redirecionamento de seus esforços para a prestação de serviços e a defesa dos direitos das mulheres. Nesse processo, houve uma diminuição das discussões sobre os problemas específicos de cada vertente em favor de uma abordagem diluída centrada em questões políticas e sociais mais amplas.

No entanto, Castro critica essa institucionalização do feminismo e adverte sobre o risco de os movimentos tornarem-se complacentes com a direita e o neoliberalismo, motivados pela busca de financiamentos nas agências internacionais. Ela reitera sua preocupação, enfatizando que a institucionalização e a abordagem pragmática resultam na perda de sua identidade crítica original, em detrimento de sua natureza transformadora inicial. A autora argumenta a favor de características que considerem as interseções entre gênero, raça, classe e outras opressões, baseando-se em uma nova consciência e ação política que transcenda as fronteiras convencionais feministas e priorize a busca pela justiça social e pelos valores éticos.

Em conclusão, o texto analisa a evolução histórica do feminismo na América Latina, seu surgimento na esquerda política, enquanto critica as abordagens tradicionais desse espectro ideológico. Também menciona preocupações sobre a institucionalização do feminismo e destaca a importância de considerar gênero ligados a classe, raça etc. Além disso, aborda como tentar humanizar o capitalismo serve para manter desigualdades sociais.

A reflexividade da autora se destaca por sua abordagem crítica e contextualizada, questionando os efeitos da institucionalização dessas vertentes feministas e suas possíveis consequências na diluição da crítica original.

O Quadro 13, abaixo, ilustra essas informações.

Quadro 13 - Reflexividade as fundações teóricas (Castro, 2001)

Elemento	Descrição
Enfoque	Crítica feminista militante sobre o neoliberalismo
Objeto	Análise dos ativismos feministas na América Latina
Conceitos	Feminismo autônomo, autêntico e radical, institucionalização, neoliberalismo, desigualdades de gênero
Problemas	Suposições sobre a diminuição das diferenças entre vertentes feministas
Objetivo	Estimular reflexão sobre o feminismo frente ao Estado neoliberal
Metodologia	Análise das condições das mulheres no Brasil e da trajetória feminista
Conclusões	Vertentes feministas institucionalizadas distanciaram-se da sua crítica à necessidade do neoliberalismo

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Simone Diniz (2012)

O exame do sétimo artigo “Materno-infantilismo, feminismo e política de saúde materna no Brasil”, de autoria de Simone Diniz, proporciona uma visão das complexidades que envolvem as políticas de saúde materna no contexto brasileiro. O estudo buscou analisar a Medida Provisória (MP-557), intitulada “Sistema Nacional de Vigilância e Registro de Monitoramento para Prevenção da Mortalidade Materna”, emitida durante a gestão da então Presidente Dilma Rousseff como parte de um novo programa de saúde materna.

O estudo se debruçou sobre as controvérsias suscitadas pela MP-557, abordando particularmente as teorizações utilizadas, como o nascituro e a proposta de registro compulsório de todas as gravidezes. Os conceitos centrais giram em torno dos

serviços de saúde materna, registro de gravidez, *advocacy*, processo político, legislação e política pública.

A metodologia adotada foi a análise documental relacionada à MP-557 e a revisão da literatura sobre saúde materna, políticas de saúde reprodutiva e direitos das mulheres. O objeto de estudo é a MP-557 e suas ramificações para a saúde materna no Brasil.

Os problemas que permearam a pesquisa abordam dúvidas quanto à constitucionalidade da medida, considerando uma possível violação dos direitos das mulheres à privacidade e à reprodução. O estudo também questiona a complexidade das políticas públicas de saúde reprodutiva, que são influenciadas por diversos fatores, como vínculos entre diferentes níveis de governo, partidos políticos, setores religiosos e profissionais. Além disso, a pesquisa problematiza a falta de abordagem em saúde materna no Brasil, como a excessiva medicalização do parto e os desafios relacionados à obtenção de um aborto seguro e legal.

Os objetivos da pesquisa incluem a análise: da MP-557 e suas implicações para a saúde materna, das mobilizações de grupos feministas e de direitos humanos a respeito dos termos e propostas da medida, do exame teórico da inconstitucionalidade da medida e seus possíveis impactos nos direitos reprodutivos das mulheres, apresentando uma reflexão sobre as lacunas da medida em relação aos principais problemas de saúde materna no país.

A inclusão do termo nascituro na MP-557 suscitou preocupações devido às implicações antiaborto que essa medida poderia ter. Essa introdução do termo levantou releituras da legislação, que reconheceu o feto como uma pessoa, o que, por sua vez, desencadeou debates sobre a não legalização do aborto. Além disso, a proposta de registrar compulsoriamente todas as gestações gerou oposições, pois a privacidade e a autonomia das mulheres estariam em xeque no que diz respeito às informações sobre sua própria saúde reprodutiva.

O engajamento daqueles grupos para análise crítica da MP-557 foi vital no processo de elaboração dessa agenda na arena política. Tais mobilizações modificaram a arena decisória, influenciando correções na política, como a posterior exclusão do nascituro após uma revisão cuidadosa na letra da lei. Isso revelou o impacto positivo

da participação das mulheres da sociedade civil na formulação e no aperfeiçoamento dessa política pública.

O estudo conclui que a MP-557 teve limitações no enfrentamento dos desafios da saúde materna no Brasil e gerou controvérsias devido às suas implicações antiaborto. Políticas de saúde materna são influenciadas por fatores políticos e religiosos, como evidenciado na proposição dessa medida. A nomeação de Eleonora Menicucci trouxe expectativas de mudança, assim como a decisão do STF de legalizar o aborto em casos de anencefalia. A MP-557 enfrentou resistência no Congresso, destacando a complexidade e os debates em torno do tema.

Uma limitação na reflexividade de Simone Diniz é a análise incipiente das influências locais nas políticas de saúde materna no Brasil. Essa lacuna adiciona complexidade às barreiras que impedem a efetiva implementação dessas políticas. Apesar dos avanços legais conquistados há décadas, ainda não se observa sua efetiva aplicação no dia a dia das cidades. No entanto, essas limitações não diminuem as contribuições da autora.

O Quadro 14 condensa questões-chave, a seguir.

Quadro 14 - Reflexividade nas fundações teóricas (Diniz, 2012)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise crítica das políticas de saúde materna
Objeto	Medida Provisória (MP 557) e seus impactos
Conceitos	Saúde materna, mortalidade materna, parto humanizado, aborto inseguro, registro de gravidez, <i>advocacy</i> ⁴¹ e processo político, legislação e política.
Problemas	Inconstitucionalidade, medicalização do parto
Objetivo	Avaliação da MP 557, identificação de controvérsias
Metodologia	Análise documental, revisão da literatura
Conclusão	Limitações da MP, influências políticas e religiosas

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

⁴¹ O termo, no inglês, “*advocacy*” se refere ao ativismo voltado à promoção ou defesa de uma causa, ideia, política ou grupo de interesse. Geralmente envolve atividades realizadas por organizações da sociedade civil, como ONGs, grupos ativistas e defensores de direitos, com o objetivo de influenciar a formulação de políticas públicas, a opinião pública e as ações do governo (Nota da Autora).

Roberta Costa (2009a)

O oitavo artigo em exame, intitulado “O legado de Florence Nightingale: uma abordagem temporal”, resultado da colaboração entre Roberta Costa, Maria Itayra Padilha, Lúcia Nazareth Amante, Eliani Costa e Lisnéia Fabiani Bock, examina a biografia de Florence Nightingale, cujo legado está relacionado com a profissionalização da Enfermagem.

O texto aborda diversos temas, como a formação educacional, a atuação durante a Guerra da Criméia, o impacto na enfermagem moderna e a relação da pensadora com questões de gênero. O enfoque do artigo analisou os muitos papéis de Nightingale na produção científica da enfermagem entre 1950 e 2008, a partir do montante de 79 resumos coletados no *PubMed* e identificou categorias temáticas relacionadas à vida de Nightingale e sua influência.

A metodologia empregada no estudo segue uma abordagem descritiva e qualitativa, respaldada por uma revisão bibliométrica. Os conceitos utilizados, englobam a história da enfermagem, a educação, o feminismo e a biografia multifacetada dessa personagem, que desempenhou papéis como administradora, educadora e estatística.

O problema de pesquisa buscou perguntar sobre as distintas formas de representação dessa figura histórica dentro do contexto específico da produção científica em enfermagem.

Entre os achados, as autoras apresentam que alguns documentos analisados consideram Florence uma figura pioneira na enfermagem, notável por sua educação em várias línguas e disciplinas, como matemática, religião e filosofia. Outros, consideram a sua experiência prática, adquirida por meio de estágios com Irmãs de Caridade, onde assimilou os princípios da disciplina. Há, ainda, contribuições que consideram o seu legado durante a Guerra da Criméia, quando ela desempenhou um papel transformador na enfermagem militar, reformulando seus sistemas disciplinares e estatísticos e desafiando os estereótipos de gênero relacionados à participação das mulheres no contexto militar. Porém, há críticas em relação ao legado de Florence, questionando seu foco na caridade em detrimento do avanço técnico na enfermagem, sua origem aristocrática e visões sociais conservadoras.

No final do século XVIII e início do século XIX, ocorreram dois movimentos históricos significativos que tiveram um impacto profundo nas relações sociais e econômicas. Primeiramente, a Revolução Francesa em 1789, desencadeando questões políticas e sociais cruciais na época. Posteriormente, a Revolução Industrial na Inglaterra, introduzindo máquinas na produção e empregando mão-de-obra feminina, que era mais barata, para manter altas taxas de produção. Essa incorporação de mão-de-obra feminina ocorreu em um contexto de crescente desigualdade de gênero, com as mulheres recebendo salários consideravelmente menores do que os homens pelo mesmo trabalho, refletindo a estrutura social da época.

As autoras concluem que Florence Nightingale se destaca como uma figura proeminente no contexto da enfermagem, apesar de suas visões conservadoras sobre gênero e feminismo. Sua associação com ordens religiosas também levanta críticas sobre a autonomia das enfermeiras. Muitos estudos sobre sua vida foram escritos em inglês, limitando sua acessibilidade. No entanto, sua dedicação ao cuidado e à profissionalização na enfermagem a tornou conhecida como a “dama da lâmpada”, com um legado duradouro global.

Uma limitação fundamental acerca da reflexividade das autoras no estudo é a ausência de uma definição clara de si mesmo como um trabalho feminista, o que é um pré-requisito importante para a análise dos artigos. As autoras, mulheres brancas pesquisadoras em saúde, parecem não ter uma perspectiva autorreflexiva, sugerindo que as autoras em questão parecem estar escrevendo apenas para seu próprio grupo.

O Quadro 15 resume os principais pontos discutidos nesta pesquisa.

Quadro 15 - Reflexividade nas fundações teóricas (Costa, 2009a)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise bibliográfica
Objeto	Contribuições de Florence Nightingale
Conceitos	História da enfermagem, educação e biografia
Problemas	Limitações do privilégio racial e de gênero, representações
Objetivos	Refletir sobre representações, explorar contextos e impactos da biografia
Metodologia	Análise de produção científica, revisão bibliométrica
Conclusão	Florence Nightingale é ícone de empoderamento e o seu legado precisa ser plenamente considerado

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Claire Bartholomaeus (2015)

O nono trabalho “A contabilidade do gênero na sociologia da infância: Reflexões das Pesquisas na Austrália e no Brasil”, escrito pela autora referida em parceria com Adriano Souza Senkevics, discute o gênero na formação da identidade infantil e nas políticas associadas à infância, promovendo um estudo comparativo entre os contextos australiano e brasileiro. O escopo de análise versa sobre a infância como uma construção social e a relevância intrínseca do gênero nas experiências infantis. Os conceitos-chave utilizados são feminismo, gênero, crianças, sociologia da infância, idade e educação.

Os objetivos consistem em examinar como os conceitos de gênero e idade podem ser abordados em conjunto no campo da sociologia da infância, destacar a grande influência do gênero na vida das crianças e enfatizar a necessidade urgente de incorporar uma perspectiva de gênero nas análises relacionadas à infância.

Para isso, a metodologia empregada é qualitativa e se baseia na revisão dos estudos realizados pelos próprios autores em ambos os locais, além de pesquisas anteriores que abordam as questões de gênero e infância.

O cerne do estudo aborda a lacuna dada ao gênero no campo da sociologia da infância e a urgência de uma incorporação dessa perspectiva. Apesar dessa teoria ter desempenhado um papel essencial no entendimento da infância como construção social, variando de acordo com o contexto cultural e histórico, o gênero tem sido insuficientemente considerado sobre o tema, com foco apenas nas diferenças binárias entre meninos e meninas, em vez de explorar a construção social dessas diferenças e seu significado para as crianças.

No contexto das brincadeiras, o artigo menciona que as concepções de gênero afetam e restringem atividades infantis. Alguns estudos são citados para fundamentar essa posição, entre eles, Barrie Thorne, que analisa como as crianças constroem noções de gênero em suas interações e brincadeiras, e Debbie Davies, que adota uma abordagem pós-estruturalista para examinar a fluidez do gênero na vida das crianças em idade pré-escolar.

No que diz respeito à pesquisa no Brasil, destaca-se como as meninas enfrentam restrições no acesso ao espaço público e nas atividades de lazer, devido a

preocupações com segurança, e como são mais envolvidas nas tarefas domésticas do que os meninos, o que afeta seu tempo livre e desempenho escolar. Porém, as meninas questionam a desigualdade de gênero nas tarefas domésticas.

No contexto esportivo, o artigo retrata como o esporte é usado para construir e reforçar modelos de masculinidade, sendo alguns esportes considerados mais “masculinos” do que outros. Hierarquias de gênero são visíveis, e o papel da mídia, escolas, professores e pais na construção das identidades de gênero das crianças é destacado. Além disso, o texto ressalta a fluidez das identidades de gênero na infância, enfatizando como as crianças podem adaptar diferentes formas de masculinidade com base em influências e contextos.

No âmbito das hierarquias de gênero, a pesquisa analisa as construções de gênero em duas escolas primárias na Austrália. Especificamente, o estudo explora a interseção entre gênero e idade, bem como a utilidade das teorias de gênero voltadas para o público adulto na compreensão das dinâmicas de gênero entre alunos do ensino fundamental. Um dos achados foi o esporte na formação de uma masculinidade privilegiada entre os meninos, na manutenção de uma distinção entre meninos e meninas, com os primeiros sendo percebidos como superiores às últimas. Esses achados corroboram pesquisas anteriores que abordaram tópicos semelhantes e apontam para a complexidade das relações de gênero e idade no contexto das atividades esportivas infantis.

Na conclusão, o estudo sublinha que, embora o gênero não seja uma preocupação central na teoria referida, ele desempenha um papel significativo na vida das crianças. Quando abordado, o gênero frequentemente carece de um debate teórico aprofundado, sendo reduzido a uma lista de diferenças binárias entre meninos e meninas, ou simplesmente mencionado como um componente da diversidade. A aplicação de uma análise feminista de gênero, juntamente com uma abordagem sociológica ao estudo da infância, auxilia o entendimento das variadas posições ocupadas pelas crianças na sociedade e de suas experiências particulares em relação ao gênero. Em geral, o artigo contribui ao efetuar uma análise comparativa entre Brasil e Austrália, enriquecido pela teoria sociológica e pelas políticas e práticas que abordam as especificidades das experiências infantis sobre gênero.

Embora a abordagem comparativa enriqueça a compreensão das interações de gênero nas experiências infantis, ela também incorre em limitações sobre a reflexividade dos autores, generalizando e não considerando as diferenças culturais, socioeconômicas e históricas entre Brasil e Austrália. Como, por exemplo, a composição étnica e a diferença racial entre esses países. O Brasil é altamente diversificado culturalmente, com uma mistura de etnias, incluindo africanos, asiáticos, europeus. Em contraste, a Austrália tem uma população predominantemente branca devido à colonização britânica. Embora ambos os países enfrentem problemas referentes ao tema, suas histórias e composições étnicas resultam em diferenças significativas em suas dinâmicas sociais. Em consequência, a experiência das crianças nesses países é absolutamente complexa e distinta e compará-las pode gerar inconsistências empíricas.

Diante disso, o Quadro 16 destaca os elementos centrais do artigo, a ver:

Quadro 16 - Reflexividade nas fundações teóricas (Bartholomaeus, 2015)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise comparativa entre abordagens da sociologia da infância na Austrália e no Brasil, com enfoque feminista
Objeto	Sociologia da infância como construção social, explorando interações e experiências de crianças
Conceitos	Feminismo, gênero, crianças, sociologia da infância, idade, educação
Problema	Falta de atenção e teorização sobre o gênero na sociologia da infância
Objetivos	Compreender a interação entre gênero e idade na sociologia da infância, enfatizar a relevância do gênero
Metodologia	Abordagem qualitativa com estudos dos autores e pesquisas anteriores sobre gênero e infância
Conclusão	Abordagem qualitativa com estudos dos autores e pesquisas anteriores sobre gênero e infância

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Cláudia Costa (2000)

O décimo estudo investigado, “Estar aqui e escrever lá: gênero e política de tradução em uma paisagem brasileira”, de autoria de Claudia Lima da Costa, proporciona uma análise reflexiva sobre os desafios e complexidades enfrentados pelas teorias feministas pós-estruturalistas e pós-modernas em contextos geopolíticos distintos, como nos Estados Unidos e Brasil. O texto em questão aborda a influência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo sobre o feminismo, examinando questões relativas à linguagem, representação, subjetividade e prática

política. Divide-se em três seções, cada uma com um foco geográfico distinto: Estados Unidos, América Latina e Brasil.

O objetivo principal é analisar como essas correntes teóricas impactaram o feminismo e como a localização geográfica e histórica desempenha um papel fundamental nessa interação. Para isso, a metodologia adotada, caracterizada pela abordagem feminista e pela incorporação de experiências pessoais, foca na vivência de deslocamento da autora entre Estados Unidos e Brasil.

No que diz respeito ao cenário norte-americano, o debate se dá em torno do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, bem como suas implicações para o feminismo. A autora enfatiza a necessidade de compreender as diferenças entre esses conceitos e como eles afetam o conhecimento, o poder e a linguagem. A autora destaca que o feminismo contribuiu para uma radicalização da teoria pós-moderna, trazendo à tona tensões entre a política de identidade e a crítica pós-estruturalista. Além disso, ressalta as divergências entre abordagens estruturalistas e pragmáticas da linguagem, enfatizando a agência política do sujeito.

No que concerne à relação entre feminismo e pós-modernismo/pós-estruturalismo, existem ambiguidades. A autora argumenta como esses termos influenciaram o feminismo, especialmente no que tange à subjetividade e a perspectiva situada, questionando a objetividade e a neutralidade do conhecimento, levando as feministas a reconhecerem a existência de vozes marginalizadas. Esse deslocamento do conceito de experiência à luz pós-estruturalista foi uma transformação hermenêutica central para o feminismo. A ideia de experiência é recontextualizada em termos de relações materiais, sociais e históricas.

No entanto, no cenário latino-americano, as diferenças entre esses discursos e o discurso pós-moderno ocidental é aparente. A América Latina desenvolveu uma forma específica de pós-modernismo antes de o conceito ser amplamente reconhecido, ligado a manifestações estéticas e lutas sociais pela emancipação. A resistência em aceitar automaticamente a condição de sujeito dentro do paradigma ocidental, ou seja, dentro dos moldes de pensamento e identidade predominantemente definidos pelo Ocidente se deve a uma série de razões históricas, culturais e políticas.

Historicamente, muitos países da América Latina foram colonizados por potências europeias, como Espanha e Portugal, e sofreram influências culturais e sociais significativas das mesmas. Com o tempo, surgiram movimentos sociais e intelectuais que questionaram essa imposição de identidade ocidental. Esses movimentos buscaram valorizar as culturas locais, as tradições indígenas e as perspectivas autênticas da região, em vez de simplesmente adotar uma identidade imposta pelo Ocidente.

Assim, a América Latina, encontrou-se em uma encruzilhada, onde as noções tradicionais de identidade, cultura e subjetividade foram desafiadas tanto por movimentos internos de reafirmação de identidade, quanto pela influência de ideais pós-modernos que questionaram a validade das metanarrativas universais e promoveram uma visão mais pluralista e descentralizada de mundo.

A relação entre feminismo e pós-modernismo no contexto brasileiro retrata como a falta de permissão ao sujeito aderir à condição de sujeito ocidental na América Latina tornou-se relevante. Embora o Brasil tenha uma comunidade acadêmica relativamente grande em estudos de gênero, o debate sobre epistemologias feministas e o pós-modernismo só ganhou destaque recentemente. São apontados fatores que contribuíram para esse “atraso” como a situação conjuntural da sociedade brasileira, resistências internas e falta de apoio institucional. Além disso, mudanças sociais, como a urbanização e a expansão da educação, influenciaram o surgimento do interesse acadêmico em questões de gênero.

A transição do feminismo acadêmico brasileiro na década de 1980, com a introdução de debates teóricos estrangeiros sobre gênero, igualdade e diferença levou à diversificação dos grupos e perspectivas feministas no país e ao uso do conceito de gênero. A mudança do uso da categoria “mulher” para “gênero” nem sempre levou a uma compreensão adequada das construções sociais e relacionais de gênero. Isso, devido à falta de tradução de obras de feministas acadêmicas estrangeiras para o português, limitando o acesso a perspectivas feministas globais. Desafios específicos enfrentados pelo feminismo acadêmico brasileiro, como a escassez de materiais bibliográficos sobre mulheres, a falta de traduções de teorias feministas e a ênfase em estudos de gênero em vez de estudos feministas, são outros desafios enfrentados.

Em conclusão, o estudo mostra a interação entre feminismo, pós-modernismo e pós-estruturalismo, de maneira crítica, com foco nas implicações dessas vertentes teóricas para a prática política e a subjetividade das mulheres. A política de localização e a necessidade de reconhecer como a posição das intelectuais pode intervir nas estruturas de desigualdade é outro ponto importante a ser mencionado.

Entretanto, a principal limitação sobre a reflexividade da autora está o fato de ela priorizar abordagens pós-modernas e pós-estruturalista em primeiro plano, com certo teor de colonização teórica. O deslocamento do conhecimento do Norte-Global como superior ao Sul-Global, pareceu-me implícito nas discussões apresentadas por ela.

Muitas teóricas latino-americanas não estão interessadas em traduções do Norte-Global ou em debater o que não se aplique a melhorar as condições de vida das mulheres em sua região. A ênfase na adoção acrítica de teorias estrangeiras como eixos “norteadores” enverniza o debate e separa a teoria da prática feminista. Perguntei-me, lendo esse artigo, até que ponto nós, acadêmicas feministas, estamos comprometidas com as realidades locais para além de nossas próprias produções.

A seguir os detalhes sobre o artigo são no Quadro 17:

Quadro 17 - Reflexividade nas fundações teóricas (Costa, 2000)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise dos dilemas nos estudos de gênero em contextos geopolíticos.
Objeto	Teorias feministas pós-estruturalistas nos contextos brasileiro e americano.
Conceitos	Teorias feministas pós-estruturalistas, pós-coloniais, subalternidade, política de tradução feminista.
Problemas	Falta de impacto dos debates pós-modernos na teorização feminista latino-americana.
Objetivos	Mapear debates pós-estruturalistas nos EUA e sua repercussão no Brasil; explorar mediações da crítica feminista.
Metodologia	Metodologia feminista, incluindo experiências pessoais e trabalho de campo com mulheres do movimento Sem Teto.
Conclusão	Falta de impacto dos debates pós-modernos na teoria feminista na América Latina e as mediações exigidas da crítica feminista. Reflexões sobre o feminismo brasileiro.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Hugh Lacey (2013)

O décimo primeiro texto analisado, “Reabilitando a neutralidade” discute as ideias apresentadas por Janet Kourany (2010) em seu trabalho “Filosofia da ciência após o feminismo” que propõe a noção de ciência socialmente responsável e explora as fronteiras da epistemologia engajada e das discussões sobre o conceito de neutralidade na investigação científica.

O cerne do estudo sugere que a prática científica deve ser guiada pelo compromisso de produzir resultados que não sejam apenas cognitivamente válidos, mas também socialmente significativos e moralmente justificáveis. A autora argumenta que a filosofia da ciência deve ser contextualizada considerando as dimensões cognitivas e sociais da ciência, comprometidas com base na igualdade de gênero e na justiça social no âmbito da pesquisa científica (Kourany, 2010).

Hugh Lacey, ao compartilhar a preocupação de Janet Kourany sobre a contextualização da filosofia da ciência, discorda de sua proposta de “ciência socialmente responsável” como substituta do ideal tradicional de “ciência como livre de valores⁴²”. Para o autor, a ideia de uma “ciência livre de valores” pode desempenhar papéis legítimos em diferentes momentos da prática científica, desde a adoção da metodologia até a aplicação do conhecimento científico. Mas ele não é tão estrito como frequentemente é caricaturado.

A perspectiva de Lacey difere a de Kourany, que argumenta que a filosofia da ciência deve incorporar considerações sociais e éticas em seu núcleo. Para Lacey, a neutralidade não é possível, mas desejável, para manter a credibilidade e confiabilidade da pesquisa científica. Ambos concordam sobre a necessidade de contextualização na filosofia da ciência, mas discordam quanto ao papel e à viabilidade da neutralidade na pesquisa científica e na filosofia da ciência.

⁴² A “ciência livre de valores” refere-se ao ideal epistemológico de conduzir pesquisas científicas de maneira “objetiva” e “imparcial”, evitando influências de crenças, preconceitos ou valores pessoais. Na prática, essa perspectiva da ciência busca conhecer a realidade com base estritamente em evidências empíricas e na aplicação de métodos científicos rigorosos. Para uma compreensão mais aprofundada desse conceito, recomendo a leitura de: POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972. (Nota da Autora).

Lacey acredita que a ciência, apesar de ser uma atividade social e cultural, deve buscar a neutralidade no sentido de não ser excessivamente influenciada por valores externos, sejam eles políticos, morais ou sociais. Ele acredita que a neutralidade é uma característica fundamental da ciência, permitindo que ela alcance uma objetividade relativa, ou seja, a capacidade de produzir conhecimentos não “contaminados” por valores subjetivos. Além disso, o autor enfatiza que os valores na pesquisa científica não devem ser vistos como um viés ilegítimo, e que um pluralismo metodológico, ligado a diferentes perspectivas, pode ser mais produtivo para a ciência e para a sociedade.

Lacey, concorda com teorias feministas, em especial aquelas que argumentam ser viável manter a neutralidade na pesquisa, desde que se oponham à inclusão de valores sexistas e discriminatórios na avaliação de teorias científicas. No entanto, para ele, a relação entre valores e pesquisa é complexa e varia dependendo do campo científico em questão. Em certos cenários, é necessário adotar abordagens sensíveis ao contexto para compreender fenômenos sociais que são profundamente específicos e enraizados. No entanto, a neutralidade não deve ser negada, mas reabilitada, pois ela significa que a ciência não está subordinada a interesses pessoais tendenciosos. Ela deve ser encarada como um ideal a ser alcançado de maneiras contextualizadas em prol de valor e justiça.

Em conclusão, o autor sugere a responsabilidade de os cientistas conduzirem pesquisas considerando as instituições democráticas, aderindo aos ideais de neutralidade, estabelecendo prioridades científicas e promovendo a inclusão social. Quando essas instituições não existem, é incumbência dos cientistas trabalhar para construí-las. Uma maneira de atingir esse objetivo é pleitear oportunidades para conduzir projetos de pesquisa alinhados com os valores mencionados por Kourany. A busca pela excelência na ciência não é meramente uma aspiração, mas um compromisso político e científico.

A principal limitação na reflexividade do autor reside em sua tendência a idealizar a democracia, atribuindo-lhe princípios de neutralidade, imparcialidade e inclusão que são insuficientes para abordar os problemas reais. Essa idealização parece estar fundamentada na noção fictícia da imparcialidade da justiça (Young, 2013) e na crença de que todas as instituições científicas são naturalmente justas, uma visão

que não reflete a realidade. No Brasil, as instituições universitárias ainda são influenciadas por legislações estabelecidas durante a ditadura militar. Além disso, as pesquisadoras enfrentam desafios significativos nas universidades, que vão além da disponibilidade de recursos, incluindo uma cultura acadêmica que prioriza obras masculinas e enfatiza excessivamente a produtividade. O autor desconsidera em sua análise o modelo de democracia efetivamente adotado nas instituições de ensino superior, limitando-se à sua perspectiva como professor estrangeiro em trânsito pelo Brasil, sem investigar as maneiras pelas quais as professoras enfrentam desafios relacionados a gênero, raça e classe na Academia.

Nesse contexto, o Quadro 18 mostra as questões exploradas no texto:

Quadro 18 - Reflexividade nas fundações teóricas (Lacey, 2013)

Elemento	Descrição
Enfoque	Reabilitar a neutralidade, incorporando o ideal de inclusão e imparcialidade como forma coerente de defesa, alinhado com a tradição da ciência como patrimônio humano.
Objeto	Conceito de ciência socialmente responsável atribuído por Kourany
Conceitos	Neutralidade Ciência socialmente responsável, ciência como livre de valores e responsabilidade dos cientistas
Problemas	Desafios que envolvem a presença de valores na pesquisa científica, a distorção da neutralidade e a influência dos valores na tomada de decisões científicas.
Objetivos	Recuperar o ideal tradicional de neutralidade na ciência, moldando-a com valores identificados por Kourany, enquanto se subordina a valores democráticos.
Metodologia	Revisão teórica qualitativa conceitual de “ciência socialmente responsável”.
Conclusão	Responsabilidade dos cientistas é conduzir pesquisas em instituições globais com supervisão democrática, priorizando a imparcialidade e a inclusividade. A reabilitação da neutralidade é proposta político-científica para injustiça na pesquisa científica contemporânea.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Bernard Guerin (2017)

O décimo segundo trabalho analisado, intitulado “Analisando comportamentos de violência doméstica em seus contextos: a violência como uma continuação de estratégias sociais por outros meios”, de autoria conjunta do referido autor com Marcela de Oliveira Ortolan, discute sobre a violência doméstica cometida sobre as mulheres, com vistas aos comportamentos que permeiam a *engenharia reversa de contextos*.

A violência contra as mulheres é um problema que afeta muitas sociedades e é frequentemente acompanhada de estratégias de controle e submissão. O foco do

estudo recaí sobre a essa dinâmica, especificamente, sobre os padrões funcionais subjacentes aos comportamentos violentos que ocorrem nesse contexto. Ao empregar a abordagem da *engenharia reversa de contextos*, os autores propõem desvendar as motivações e as raízes desses comportamentos, penetrando nas camadas mais profundas das relações violentas.

Os problemas de pesquisa levantados estão em: questionar quais são os padrões funcionais comuns nos comportamentos violentos e como esses padrões podem evoluir de estratégias aparentemente inofensivas para ações mais violentas ao longo do tempo. Para responder essas questões, os objetivos incutem lançar luz sobre o contexto da violência doméstica e identificar os padrões funcionais subjacentes.

A metodologia adotada, baseada em uma abordagem culturalista a partir do Modelo de Duluth, faz jus à engenharia reversa de contextos, empregada para a análise dos comportamentos subjacentes à violência doméstica.

Os conceitos utilizados, de violência doméstica, análise contextual, estratégias de relacionamento social, feminismo, cultura política e seus efeitos sociais, promovem um alicerce teórico para sustentar a análise. O estudo aborda outras fontes relevantes para enumerar elementos e situar pontos de partida que servem para a compreensão das estratégias empregadas e dos contextos subjacentes que permeiam a temática.

Comportamentos comuns identificados pelos homens abusivos, incluem abuso econômico, coerção, ameaças, intimidação, abuso emocional, isolamento, minimização, negação, culpabilização, uso de crianças e privilégio masculino. Além disso, os contextos sociais ou contingências nos quais esses comportamentos podem ocorrer sugerem relações funcionais mais amplas em que essas estratégias podem surgir.

A presente análise ressalta a diversidade de estratégias associadas às diferentes categorias de comportamento abusivo em situações de violência doméstica, enfatizando que resultam em vários desfechos. Por exemplo, no âmbito do abuso econômico, ações como impedir que a vítima consiga ou mantenha um emprego podem traduzir-se em controle sobre seus recursos e redução do seu contato social.

Os agressores também desenvolvem novas estratégias ao longo do tempo, o que torna inviável a criação de uma lista exaustiva de comportamentos abusivos.

Nesse sentido, cinco grupos funcionais abrangentes podem ser apontados: ações diretas, manipulação de contextos, estratégias de sigilo, estratégias de monitoramento e estratégias de construção verbal. As ações diretas englobam ameaças físicas e coerção sexual, direcionadas diretamente à vítima, enquanto a manipulação de contextos cria situações limitadoras para a vítima. As estratégias de sigilo envolvem manter segredos prejudiciais, ameaçando revelá-los, e as estratégias de monitoramento implicam vigilância constante. Por fim, as estratégias de construção verbal exploram o uso da linguagem para minar emocionalmente a vítima. Essas estratégias, frequentemente interligadas, são utilizadas pelos agressores para manipular as vítimas.

Entre as conclusões do artigo está a variedade de comportamentos e estratégias utilizados pelos abusadores a fim de exercer a violência doméstica, descrevendo a abrangência dessa questão para além do abuso físico, englobando também aspectos emocionais, econômicos e psicológicos. É preciso observar as complexas dinâmicas sociais, culturais e psicológicas perpassadas por esse fenômeno e a necessidade de apoio às vítimas, conscientização pública e educação na prevenção e no combate à violência. O envolvimento de profissionais de diversas áreas, como saúde, assistência social, psicologia e direito, também é apontado como crucial para oferecer suporte adequado e desenvolver estratégias eficazes de prevenção, pois a influência de fatores sistêmicos, como sistemas de opressão de gênero enraizados na cultura e na política, está embasada nesse problema. Igualmente, torna-se crucial educar as vítimas sobre o reconhecimento de padrões e estratégias de controle à violência doméstica, em vez de concentrar-se apenas em formas específicas e comuns de comportamento.

Em síntese, o estudo lança uma nova perspectiva sobre a violência doméstica, considerando contextos sociais e políticos mais amplos e incitando reflexões sobre a influência das bases patriarcais e capitalistas da sociedade. Essa abordagem sugere intervenções eficazes para ir além do tratamento pontual dos sintomas desse fenômeno, com foco nas estruturas que o sustentam.

No entanto, entre as limitações à reflexividade dos autores estão os desafios significativos em termos de amostragem, uma vez que os comportamentos de violência doméstica são frequentemente subnotificados, de difícil acesso e podem requerer abordagens específicas e o uso múltiplas fontes de dados para obter uma compreensão completa. Além disso, o excesso de categorização de comportamentos de violência pode resultar em simplificações excessivas que não refletem adequadamente a complexidade desse fenômeno multifacetado.

O Quadro 19 retrata as informações do artigo:

Quadro 19 - Reflexividade nas fundações teóricas (Guerin, 2017)

Elemento	Descrição
Enfoque	Exploração profunda dos comportamentos presentes na violência doméstica, visando compreender suas origens e dinâmicas
Objeto	Padrões funcionais emergentes em situações de violência doméstica, analisados sob a perspectiva de engenharia reversa de contextos
Conceitos	Violência doméstica, análise contextual, estratégias de relacionamento social, feminismo e violência doméstica, desenvolvimento da violência doméstica e efeitos sociais sobre o comportamento
Problemas	Abordagem das raízes e evolução da violência, com enfoque na progressão de comportamentos controladores
Objetivos	Compreender em profundidade os fatores contextuais e identificar padrões subjacentes aos comportamentos violentos
Metodologia	Aplicação de uma abordagem de engenharia reversa de contexto, enfatizando a análise culturalista
Conclusão	Revelação das complexas relações de violência doméstica influenciadas por sistemas patriarcais e capitalistas, destacando a necessidade de intervenções abrangentes e contextualmente informadas

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Jurema Werneck (2005)

O décimo terceiro artigo analisado é de autoria de Jurema Werneck, intitulado “Ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e no Caribe” e debate as lutas das mulheres negras e sua atuação política na região, considerando as formas de resistência organizada e as opressões que as afetam.

O cerne do estudo reside na abordagem crítica ao conceito tradicional de feminismo. A autora argumenta à insuficiência desse termo frente as experiências das mulheres negras e aponta os atravessamentos entre o patriarcado, o racismo, o colonialismo e o capitalismo nas experiências de opressão.

O problema de pesquisa gira em torno dessa insuficiência para abranger todas as mulheres e suas distintas lutas, por meio do questionamento de até que ponto o feminismo é capaz de englobar tais complexidades. O estudo não somente desencadeia uma reflexão profunda sobre o assunto, mas também sinaliza a necessidade de reavaliar conceitos e abordagens.

O objetivo central do trabalho é identificar as limitações do conceito e, ao mesmo tempo, explorar estratégias adotadas pelas mulheres negras para confrontar as estruturas de poder enraizadas. Esse objetivo é alcançado por meio da metodologia qualitativa, baseada em análises críticas e reflexões teóricas. A autora utiliza conceitos como patriarcado, racismo, colonialismo, capitalismo, privilégio, dominação, descolonização, burguesia, espiritualidade, centro e periferia.

O texto discute a evolução do movimento feminista desde os anos 1960 até o início do século XXI, destacando a relação entre feminismo, identidade racial e globalização. São abordados a reapropriação do corpo e a revolução sexual, a crítica ao feminismo eurocêntrico e a importância da interseccionalidade. Também são mencionados os desafios enfrentados pelas mulheres negras, incluindo a falta de representação, destacando a Rede de Mulheres Afro-Latinas e Afro-Caribenhas e a relevância do Fórum Social Mundial como espaço de ação política.

De forma contextualizada, o texto aborda a trajetória das mulheres negras, ressaltando sua presença no Brasil desde antes da chegada dos colonizadores europeus. Adicionalmente, destaca-se a perspectiva dos povos indígenas, que questionam os 500 anos de colonização ao apontar que já habitavam a região há milênios. A autora ressalta a linguagem e a capacidade de atribuir nomes como formas de exercer controle sobre a sociedade e a cultura. Ela argumenta que nomear e definir conceitos são maneiras de influenciar a compreensão coletiva de temas específicos, moldando assim normas sociais e estruturas de poder. O feminismo ocidental, originado principalmente entre mulheres brancas de classe média alta, tinha uma visão limitada e negligenciou os desafios enfrentados por mulheres de diferentes origens étnicas e culturais.

O artigo examina as origens profundamente violentas da diáspora africana, com foco no tráfico transatlântico de escravos que deixou sua marca na história do Brasil. Ele analisa as adversidades enfrentadas pelos africanos escravizados ao

chegarem ao solo brasileiro, destacando a brutalidade e a desumanidade desse período sombrio. Além disso, revela as múltiplas formas de resistência e luta das comunidades negras, desde revoltas individuais até a formação de quilombos, comunidades autônomas de fugitivos que desafiaram o sistema escravista. Também explora a busca por alternativas culturais e políticas como estratégias de sobrevivência e preservação da identidade das comunidades negras.

O texto menciona o conceito de Ialodê, uma líder feminina que desafiou o patriarcado e a injustiça, como um eixo norteador. Ele também destaca a história de Oxum, uma divindade associada à Ialodê, que obteve riqueza e poder por meio de sua determinação e luta. A importância contínua dessas figuras na cultura afro-brasileira, tanto em contextos religiosos quanto fora deles, inspirou as mulheres negras a exercerem liderança em busca de mudanças políticas e sociais.

Nesse contexto, as “ialodês” emergem como figuras proeminentes nas comunidades religiosas de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, desempenhando papéis de liderança e atuando como intermediárias entre mundo espiritual e terreno. Ao destacar essas líderes religiosas, o artigo sugere que as formas organizadas de resistência não estão limitadas a padrões tradicionais de ativismo político, mas podem se manifestar em diversos contextos, inclusive no âmbito religioso, que exemplifica a complexidade das experiências das mulheres negras, uma vez que estão imersas não apenas nas questões de gênero, mas também nas de raça e religiosidade.

As conclusões do estudo reconhecem que as lutas do feminismo negro desempenham papéis sistêmicos sobre as opressões, instigando tanto a comunidade acadêmica, quanto as ativistas brancas, a superar a visão simplista que retrata as feministas negras como meras vítimas. A autora reitera a necessidade urgente de descolonizar o feminismo, reconhecendo interseccionalidades como elementos cruciais para compreender as múltiplas opressões enfrentadas nas construções de narrativas.

Em síntese, a reflexividade de Jurema Werneck representa um chamado feminista, incisivo e fundamental para reavaliar as perspectivas tradicionais do feminismo. Ele destaca a complexidade dessas lutas e vai além de uma simples revisão teórica, oferecendo um convite à ação política transformadora.

No Quadro 20 é possível reunir essas informações:

Quadro 20 - Reflexividade nas fundações teóricas (Werneck, 2005)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise crítica das lutas das mulheres negras e suas formas organizadas de resistência em relação insuficiência do conceito de feminismo.
Objeto	O conceito de feminismo e as lutas das mulheres negras dentro dos sistemas de dominação.
Conceitos	Feminismo, patriarcado, racismo, colonialismo, capitalismo, privilégio, dominação, descolonização, burguesia, espiritualidade, centro e periferia.
Problemas	Avaliação da adequação do termo "feminismo" para abarcar todas as mulheres e lutas, e o desafio das mulheres negras à dominação sistêmica.
Objetivos	Compreender as limitações do conceito de feminismo e explorar formas organizadas de resistência das mulheres negras.
Metodologia	Abordagem qualitativa com análise crítica e reflexão teórica sobre os conceitos abordados.
Conclusão	Reconhecimento das lutas das mulheres negras contra a dominação sistêmica, necessidade de uma visão ampla e complexa de suas ações e perspectivas, importância da descolonização do feminismo mais profunda das relações de poder.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Cláudia Cardoso (2016)

A décima quarta pesquisa em tela, intitulada “Feminismos sob a perspectivas das mulheres afro-brasileiras⁴³”, escrita por Cláudia Pons Cardoso, analisa os feminismos e as lutas das mulheres negras no Brasil e suas formas organizadas de resistência. A autora adota uma perspectiva interseccional para analisar como racismo, classismo e sexismo, se intersectam e afetam as mulheres negras de maneira específica.

O problema de pesquisa questiona: em que medida o conceito de feminismo é adequadamente inclusivo para abarcar a diversidade de mulheres, ativismos e lutas? Ainda, de que forma as mulheres negras brasileiras, por meio de suas manifestações organizadas de resistência, confrontam as estruturas burguesas e as concepções de centro e periferia? Para isso, o objetivo é entender como essas mulheres

⁴³ O termo “mulheres negras” abrange mulheres de ascendência africana em geral, enquanto “mulheres afro-brasileiras” se refere especificamente às mulheres negras no contexto brasileiro, destacando sua identidade étnica e cultural (Nota da Autora).

operacionalizam formas de desigualdade e como contribuem para recriar o discurso feminista no país a partir de suas demandas específicas.

Os conceitos abordados incluíram termos como feminismos, interseccionalidade e identidade cultural, entre outros. A pesquisa mapeou a teoria feminista negra dos Estados Unidos, com foco nas experiências e nas lutas das mulheres negras brasileiras. Para isso, a metodologia de pesquisa utilizou a história oral para recuperar os relatos das mulheres envolvidas no movimento de mulheres negras nessa conjuntura. Entrevistas foram conduzidas com ativistas de diferentes cidades brasileiras em diversas áreas de atuação dentro do movimento.

O artigo situa os movimentos de mulheres negras por todo o Brasil nos anos 1980, durante o processo de redemocratização após o regime militar. Esses movimentos buscaram desenvolver alternativas que abordassem questões sociais, culturais, políticas e ambientais, com o objetivo de promover a equidade de gênero, raça e diversidade sexual. Surgiram como resposta às persistentes formas de discriminação, de norte ao sul, e proporcionaram um espaço para que se engajassem na luta por justiça social, de acordo com suas próprias perspectivas.

No campo acadêmico, as pesquisas sobre essas mulheres foram predominantemente conduzidas por contribuições políticas e teóricas de ativistas, não por teóricas desvinculadas da prática política. Em particular, Lélia Gonzalez criticou a marginalização da produção intelectual sobre elas, referindo-se a isso como “imperialismo cultural”, que se manifesta na desqualificação das lutas e na exclusão de suas experiências e narrativas.

Um ponto alto do texto é a falta de representatividade das mulheres afro-brasileiras, tanto nas esferas acadêmicas, quanto nos próprios movimentos feministas. A crítica direcionada ao feminismo acadêmico está relacionada às experiências daquelas que não tiveram acesso à educação formal e, por isso, foram apagadas epistemologicamente. Em resposta a essa lacuna, esses movimentos emergiram com mais propriedade para enfrentar o racismo e o sexismo presentes nos espaços, também acadêmicos, destacando a educação como uma ferramenta de empoderamento político ativo.

Nesse sentido, nos movimentos feministas afro-brasileiros, ao contrário dos movimentos feministas tradicionais, são evidentes as diversas perspectivas, debates e tópicos, com definições estratégicas, autoidentificação e divisões raciais abordadas. Para a autora, o pensamento afro-brasileiro é influenciado pela cosmovisão negro-africana, que enfatiza a vida ritualizada, a interconexão com o universo e a valorização da coletividade. As suas discussões são fundamentadas no papel central que as mulheres negras desempenham na construção de seu pensamento, incluindo as questões raciais na agenda feminista.

Em conclusão, o artigo cita que as ativistas destacaram nas entrevistas críticas a ideia de uma mulher universal e as normas tradicionais de feminilidade. Essas ativistas apresentam uma visão de feminilidade baseada em sua autodeterminação na luta contra o racismo e o sexismo, impulsionando uma mudança de paradigma e a ruptura com modelos convencionais. Esse pensamento, fundamentado nas experiências das mulheres afro-brasileiras, revelou que o desenvolvimento do feminismo negro no hemisfério sul está buscando descolonizar o conhecimento.

Em termos gerais, a reflexividade da autora destaca a importância das discussões abordadas em seu trabalho, reconhecendo a necessidade de descolonizar o conhecimento. Assim, é possível apontar as principais características do estudo, no Quadro 21:

Quadro 21 - Reflexividade nas fundações teóricas (Cardoso, 2016)

Elemento	Descrição
Enfoque	Análise das experiências das mulheres afro-brasileiras no movimento feminista
Objeto	Trajetórias, desafios e conquistas das ativistas afro-brasileiras
Conceitos	Feminismos, interseccionalidade, mulheres afro-brasileiras
Problemas	Falta de representatividade, subestimação, negligência das dimensões interseccionais
Objetivos	Compreender a construção de identidade e protagonismo das mulheres afro-brasileiras, analisar como remodelam o discurso feminista e promover a descolonização do conhecimento
Metodologia	Entrevistas e história oral, abordagem interseccional e perspectivas interconectadas
Conclusão	As mulheres afro-brasileiras reafirmam sua autonomia política, reinterpretando os feminismos, contribuindo com críticas fundamentadas e promovendo uma narrativa mais inclusiva e representativa

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A imersão na leitura em profundidade dos 14 artigos acadêmicos, focando na reflexividade das/os autoras/es, assemelhou-se à observação meticulosa dos elementos que constituem as tesselas de um mosaico artístico. Cada detalhe e sutileza das diversas formas e expressões presentes nos artigos trouxeram contribuições valiosas, oferecendo novas perspectivas sobre mim mesma, sobre o mundo e sobre a teoria. O processo de decantar cada aspecto das leituras visa reconstruir e compreender sua totalidade.

Dentro do panorama das múltiplas áreas de conhecimento abordadas nos artigos analisados, parece haver uma inclinação em direção ao engajamento político. Dentre os 14 artigos examinados, 12 deles revelam, por meio de suas narrativas, perspectivas mais comprometidas com a transformação social.

Autores como Bernardino-Costa (2015), McCallum (2017), Castro (2001), Werneck (2005) e Cardoso (2016) adotam uma abordagem crítica, negra e decolonial. Eles buscam ativamente redefinir paradigmas estabelecidos e questionar normas acadêmicas e sociais enraizadas. Essas perspectivas enfatizaram de maneira comprometida a importância dos pontos de vista, do reconhecimento dos privilégios e do comprometimento com o objeto de estudo na condução dessas pesquisas.

Paralelamente, a abordagem centrada nos direitos humanos, exemplificada no estudo de Pitanguy (2002), debate questões de cidadania, equidade e a responsabilidade do Estado. O trabalho de Costa (2000), por sua vez, destaca como as traduções podem impulsionar agendas em prol da inclusão social. Em contraste, Lacey (2013) investiga a epistemologia, levantando questionamentos sobre a neutralidade científica e o impacto das perspectivas pessoais nas construções teóricas.

Outros artigos também abordam uma série de outros tópicos relevantes, como: políticas sociais de saúde reprodutiva e bem-estar, examinados por Costa (2009B), Diniz (2012) e Bartholomeaus (2015); e violências de gênero, relacionadas a autonomia e ao contexto, explorado por Guedes (2011) e Guerin (2017). Ainda, a área da enfermagem analisou a trajetória de Florence Nightingale, por Costa (2009^a).

Uma característica comum que uniu a maioria dos trabalhos é a presença moderada de reflexividade. Esta, manifestou-se na escolha criteriosa dos tópicos abordados e na adaptação das teorias utilizadas, levando em conta as implicações pessoais das/os autoras/es sobre suas próprias investigações. Contudo, é relevante mencionar que,

apesar de Lacey (2013) e Costa (2009^a) terem abordado discussões relevantes, seus trabalhos não se parecem estar respaldados sob teorias feministas.

Em síntese, salvas as exceções, a análise dos artigos reflete uma tendência em direção ao engajamento político por parte das/os autoras/es em várias áreas do conhecimento. A presença notável de perspectivas críticas, decoloniais, justiça, saúde reprodutiva etc., indicam o compromisso genuíno com seu discurso. Por meio da reflexividade, essas/es intelectuais demonstraram estar cientes de suas influências pessoais e priorizaram esta sensibilidade em suas interpretações.

No feminismo acadêmico, as autoras e autores autodeclarados como feministas se engajam voluntariamente em pesquisas com alto teor de abstração em relação aos temas investigados. Durante esse processo, elas/es reconhecem suas próprias posições pessoais em suas interpretações e descobertas. Assim, vão além da objetividade comumente buscada no meio acadêmico, compreendendo que suas identidades, contextos e dinâmicas de poder estão envolvidos no contínuo processo de produção do conhecimento.

Diante do exposto, na próxima seção, conduzo a análise da *posicionalidade das agendas de pesquisa*, aprofundando a compreensão sobre como as autorias dos artigos influenciam o âmbito das publicações, considerando as relações de privilégio a nível institucional. Com isso, é possível não somente entender de onde as/os pesquisadoras/es derivam suas perspectivas, mas como o ambiente em que estão inseridas/os, de certa forma, favorece sua visibilidade acadêmica.

4.2 A POSICIONALIDADE DAS AGENDAS DE PESQUISA

Se a reflexividade das fundações teóricas explica a capacidade autocrítica das pesquisadoras/es em fomentar ideias criativas, conduzir análises comprometidas e discernir suas próprias limitações dentro do escopo de suas produções acadêmicas, paralelamente, a *posicionalidade das agendas de pesquisa* explica a posição de poder na interação social e no âmbito científico institucional. O foco está em identificar o *lugar* de onde esses sujeitos partem para promover o impacto de suas pesquisas. Esse fenômeno se traduz em um olhar “de dentro para fora”, ressaltando a interação que vincula as relações de poder entre *contexto* (sujeito) & *texto* (objeto).

Essas relações, de natureza essencialmente política, surgem de posições desiguais que abrangem desde o acesso ao capital intelectual e social até as práticas de publicação. Essas desigualdades não apenas facilitam o reconhecimento de determinados tópicos de pesquisa e a escolha de temas em destaque, mas também influenciam as relações de orientação acadêmica, refletindo hierarquias de poder entre orientadores e estudantes, e o *networking* em eventos científicos. No entanto, essas mesmas desigualdades tendem a invisibilizar outras agendas, destacando como as disparidades variam conforme os privilégios dos envolvidos.

Nesse contexto, diversos fatores podem impactar a produção e recepção das pesquisas acadêmicas. Entre eles, destacam-se raça, gênero, filiação institucional, veículo de divulgação, contexto acadêmico e linhas de pesquisa adotadas. A identidade racial e de gênero exerce influência sobre a seu *lugar de fala* de autoras e autores. A filiação institucional promove maior credibilidade à pesquisa, pois instituições renomadas conferem legitimidade a estudos de seus membros, ampliando seu alcance. O veículo de divulgação determina a visibilidade, já que publicações em revistas de prestígio tendem a alcançar um público mais amplo e influente, aumentando o impacto do estudo. O contexto acadêmico situa facilidades ou dificuldades à capacidade de estabelecer conexões, colaborações e acessar recursos de pesquisa. As linhas de pesquisa adotadas são moldadas por tendências nas agendas políticas em certo período de tempo, o que pode facilitar temas de serem investigados. Esses elementos têm o potencial de influenciar a forma como as pesquisas são conduzidas, percebidas e valorizadas dentro da comunidade acadêmica. Diante do exposto, a seguir, dou início a análise:

Joaze Bernardino-costa

A primeira posicionalidade analisada pertence ao autor Joaze Bernardino-Costa, que se destaca no cenário acadêmico brasileiro devido à interseção de sua identidade como homem negro, influenciando sua produção intelectual. Sua posição proporciona uma perspectiva enraizada na experiência, indo além de abordagens meramente teóricas, como pesquisador que é atravessado por opressões raciais.

O artigo “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”, escrito em 2014 e publicado na Revista Estado e Sociedade em 2015, apresenta uma análise sensível sobre questões pertinentes.

A trajetória acadêmica do pesquisador, que inclui a formação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília, além do período de pós-doutorado no Departamento de Estudos Étnicos da Universidade da Califórnia, em Berkeley, acrescenta camadas à sua posição. A experiência internacional amplia o repertório acadêmico, a prática de pesquisa e o escopo das análises, enriquecendo suas contribuições para o campo da teoria decolonial.

Ao imergir em um ambiente acadêmico internacional – especialmente, por meio de sua investigação sobre intelectuais negros caribenhos e práticas de igualdade racial no Brasil, África do Sul, Reino Unido e Suécia – Bernardino-Costa acessa novas perspectivas teóricas, confronta outras formas de discriminação racial em um contexto global, bem como amplia o alcance de suas investigações e o seu arsenal teórico e metodológico.

Ao ocupar uma posição de liderança na Universidade de Brasília e contribuir significativamente para a elaboração da Política de Ações Afirmativas para Estudantes Negros(as), Indígenas e Quilombolas em Cursos de Pós-Graduação, ele mostra seu compromisso prático com a promoção da equidade de gênero e igualdade racial no ambiente acadêmico.

Além de suas experiências educacionais, colaborações internacionais e envolvimento em iniciativas afirmativas, sua significância como o autor mais citado entre os 14 artigos analisados evidencia que suas vivências pessoais e intelectuais contribuem para uma análise abrangente e sensível das complexidades envolvidas nas interseções de gênero, raça e poder.

O comprometimento prático do autor ilustra como sua posicionalidade pode ser aproveitada como uma força para promover a diversidade, inclusão e igualdade nas instituições acadêmicas. Suas vivências intelectuais reforçam o prestígio de suas análises, tornando-as politicamente comprometidas.

Sua contribuição transcende a mera pesquisa teórica, mostrando como a academia pode impulsionar mudanças sociais nas instituições. Ao integrar experiências pessoais com análises teóricas, ele ofereceu uma perspectiva multidimensional, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos problemas sociais. Esse exemplo inspirador destaca que a diversidade de posições sociais dos pesquisadores para gerar um impacto científico socialmente responsável.

Jacqueline Pitanguy

A segunda posicionalidade examinada é a de Jacqueline Pitanguy, uma das pesquisadoras e ativistas mais notáveis do cenário nacional. Sua identidade como mulher branca não impediu sua compreensão das experiências das mulheres marginalizadas em sua contribuição para a inclusão das dinâmicas de gênero, poder e direitos humanos no cenário brasileiro e global. Seu artigo, intitulado “Unindo o local e o global: o feminismo no Brasil e a agenda internacional de direitos humanos”, publicado em 2002 na Revista *Social Research: An International Quarterly*, de Nova Iorque revela esse compromisso.

Com uma graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Louvain, na Bélgica, e mestrado em Sociologia pela Universidade Católica do Chile, seguido por doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, ela possui uma base sólida de conhecimento teórico e metodológico. Essa trajetória acadêmica privilegiada proporcionou acesso a experiências que não estão disponíveis para a maioria das/os pesquisadoras/es.

Sua experiência como fundadora e diretora executiva da Organização Não Governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA, 1990), bem como sua atuação como ex-presidente dos Conselhos Nacional dos Direitos da Mulher e do *Global Fund for Women*, demonstram seu comprometimento prático na promoção das questões de gênero e direitos humanos.

Em contrapartida, a relação de privilégio da autora se entrelaça com a temática, pois, como mulher branca de classe média alta, ela carrega consigo uma posição de relativas vantagens dentro das estruturas sociais, que pode afetar a maneira como ela percebe e aborda as questões de gênero e direitos humanos.

Sua posicionalidade não apenas a habilita a reconhecer sistemas de opressão, mas também demanda uma atenção autocrítica às complexidades de seu próprio papel e perspectiva dentro dessas questões. Seu compromisso e colaboração internacionais, notavelmente no Diálogo Interamericano, no Conselho da *Women Learning Partnership*, na *ActionAid*, no Conselho Editorial da Revista *Health and Human Rights* da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, no Comitê Diretivo do Movimento Mundial pela Democracia e no Conselho Internacional de Direitos Humanos do Carter Center, ressaltam o seu esforço na ampliação as fronteiras em prol de conquistas sociais para mulheres na agenda global. Uma vez que ela pode enfrentar desafios em ambientes internacionais devido à sua identidade como mulher latina, branca, brasileira.

As experiências e a educação internacional da pesquisadora ampliam o alcance e o impacto de suas publicações. No entanto, é essencial manter uma postura autocrítica para reconhecer privilégios estruturais que a afetam.

O contexto político pode limitar a compreensão das realidades e experiências dos grupos subalternos estudados. É essencial adotar uma postura autocrítica para reconhecer os privilégios que podem promover determinadas conquistas. É necessário, com isso, compreender as dinâmicas de poder que afetam esses grupos para impulsionar a transformação social.

Cecilia McCallum

A terceira posicionalidade investigada, de Cecília McCallum, aborda o artigo “Mulheres fora do lugar? Uma perspectiva micro-histórica sobre o movimento feminista negro em Salvador-Bahia”, publicado em 2007, na Revista *Journal of Latin American Studies*, de Cambridge. A autora, como mulher branca suíça residindo no Brasil, traz dimensões específicas para sua análise, que explora as experiências das mulheres negras baianas, objeto de estudo.

O trajeto acadêmico da autora, desde sua graduação em Antropologia Social na Universidade de Cambridge, até seus estudos de doutorado e pós-doutorado em Antropologia Urbana nas Universidades de Londres e *St-Andrews*, respectivamente, consolida sua posição de autoridade e influência. O envolvimento internacional da autora, evidenciado por sua colaboração como

pesquisadora de Antropologia na Universidade de Manchester, no Reino Unido, expande o horizonte de sua perspectiva para além de suas fronteiras. Suas colaborações internacionais agregam camadas significativas à sua análise do movimento feminista negro em Salvador, Bahia, enquanto sua atuação no cenário nacional destaca o seu diálogo acadêmico e social.

No cenário brasileiro, McCallum é uma figura ativa no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e no Programa de Estudos em Gênero e Saúde. Sua atuação como professora adjunta e vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia naquela mesma instituição, destaca sua distinção. As linhas de pesquisa abordadas, incluem povos indígenas brasileiros, estudos de gênero e saúde coletiva das mulheres.

Sua identidade de gênero e raça suscita reflexões sobre sua capacidade de compreender plenamente as experiências das mulheres negras, uma vez que não compartilha o mesmo *lugar* de fala. Sua perspectiva como *outsider*⁴⁴ traz consigo desafios relacionados ao seu privilégio e à escrita sobre mulheres negras brasileiras a partir de uma perspectiva distanciada.

Explorar a posição da autora em relação ao objeto de estudo instiga reflexões críticas sobre o impacto desses fatores na pesquisa. No entanto, essa análise não diminui a sensibilidade na condução da pesquisa acadêmica.

Ana Maria Costa

A quarta posicionalidade investigada é a de Ana Maria Costa, que analisou as interações complexas entre gênero, poder e saúde, no contexto das políticas de saúde para mulheres no Brasil. Seu artigo “Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil” foi publicado na Revista Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em 2009.

Na qualidade de mulher branca brasileira, a autora desempenha um papel distintivo em seu texto, conscientemente reconhecendo e refletindo sobre as

⁴⁴ A correlação entre o conceito de “outsider” ou “forasteira” em Audre Lorde e a posicionalidade de McCallum pode suscitar a apropriação cultural e intelectual seguida de ausência de vivência direta. Para entender melhor o termo, sugiro ler: Lorde, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. Editora UFRJ, 1984 (Nota da Autora).

diversas experiências das mulheres, especialmente as marginalizadas, no contexto das políticas de saúde. Sua abordagem vai além do reconhecimento caricato, buscando uma análise analítica das interações entre gênero, poder e saúde.

O percurso acadêmico da autora, que inclui graduação em Medicina pela Universidade de Brasília, especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília, oferece uma base para sua posição de reconhecimento nacional. Suas competências em saúde pública reforçam a profundidade de seu conhecimento prático em políticas de saúde e suas implicações.

No contexto nacional, Costa mantém sua influência como integrante da gestão do Sistema Único de Saúde no Ministério da Saúde. Além disso, ela coordena o eixo Iniciativas do Poder Legislativo em Saúde do Grupo de Pesquisa Análise Política em Saúde no Brasil, dirige o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), lidera o Grupo Temático Gênero e Saúde da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e é editora associada da Revista Saúde em Debate do CEBES.

Sua atuação como docente no Programa de Pós-Graduação na Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal amplia sua autoridade acadêmica. Além disso, suas incursões nas linhas de pesquisa em políticas e gestão de saúde, gestão participativa, gênero e saúde, e avaliação de políticas e saúde da mulher consolidam sua expertise no campo.

No entanto, suas contribuições parecem mais centradas na discussão teórica sobre a gestão de políticas de saúde para mulheres do que na resolução efetiva de suas necessidades. Isso pode ser atribuído à posicionalidade direta como gestora, do que como usuária do serviço, o que pode influenciar sua compreensão das experiências marginalizadas. Essa lacuna pode resultar em uma análise incompleta, dada a diversidade de vivências e perspectivas das mulheres envolvidas.

Rebeca Guedes

A quinta posição analisada é a de Rebeca Nunes Guedes, cujo artigo “Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil” foi publicado em 2011 na Revista Escola de Enfermagem, pela Universidade de São Paulo.

A formação acadêmica da autora reflete sua dedicação com a enfermagem, com graduação e mestrado pela Universidade Federal da Paraíba, doutorado em Ciências e pós-doutorado em Saúde Coletiva, ambos realizados na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP). Sua posição de poder explora as complexidades das políticas de saúde para mulheres.

Além disso, a sua experiência profissional como enfermeira na Estratégia Saúde da Família do Serviço Público de Saúde destaca seu envolvimento prático na área, bem como sua compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres em relação à saúde.

Guedes atua como professora de Enfermagem na Universidade de São Caetano do Sul, além de participar de programas de pós-graduação em Saúde e Comunicação. Ela também é idealizadora do grupo de pesquisa “Gênero, mulher e cidadania: perspectivas interdisciplinares em comunicação e saúde”, editora-chefe da revista Comunicação & Inovação da Universidade de São Caetano do Sul e editora associada da Revista da Escola de Enfermagem da USP.

Suas atividades de ensino abrangem diversas áreas, incluindo equidade de gênero e saúde, jogos, comunicação e educação em saúde, enfrentamento da violência, saúde coletiva e direitos sexuais e reprodutivos. Essa ampla gama de linhas de pesquisa demonstra sua abordagem interdisciplinar para a promoção da saúde das mulheres.

A posição de poder da autora, associada à sua sólida formação, confere relevância a suas investigações sobre as políticas de saúde para mulheres no Brasil. Sua atuação em diversas esferas acadêmicas e profissionais, como educação em saúde, enfrentamento da violência, saúde coletiva e direitos sexuais e reprodutivos, ilustra sua habilidade em integrar conhecimento teórico e compreensão prática da realidade das mulheres, fortalecendo o avanço da saúde no país.

*Mary*⁴⁵ *Castro*

A sexta posicionalidade analisada é a de Maria Garcia Castro, uma mulher branca brasileira. Seu artigo, “Engendrando poderes em tempos neoliberais na América Latina: reflexões da esquerda sobre feminismos e feminismos”, publicado em 2001 na *Revista Latin American Perspectives* (Londres), reflete sua posição e pesquisas acadêmicas.

O percurso acadêmico da autora evidencia seu compromisso com as linhas de pesquisa em juventude, etnicidade, raça, migrações internacionais, gênero, família, mulher, feminismo, sexualidade, identidades, cidadanias, modernidade, metodologia etc. com ênfase em estudos comparativos entre literatura e ensaios assinados por autoras afrodiaspóricas e aqueles de autoras norte-americanas, europeias e brasileiras.

Com graduação em Ciências Sociais, dois mestrados – um em Sociologia da Cultura, pela Universidade Federal da Bahia, e outro em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro –, doutorado em Sociologia, pela Universidade da Flórida, e o pós-doutorado realizado com o apoio da Fundação *Rockefeller*⁴⁶, na Universidade de Campinas, consolidam a autora no epicentro em pesquisas sobre gênero, feminismos e poder na América Latina.

Como pesquisadora visitante no Centro de Estudos Porto-riquenhos do *Hunter College*, em Nova Iorque, e professora visitante em Movimentos Sociais no Brasil pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de *Georgetown*, Castro promoveu discussões globais sobre questões de gênero e poder. Sua participação na Comissão Global em Migração da ONU também evidencia seu compromisso com debates transnacionais.

⁴⁵ A referência a *Mary*, conforme listada na base de dados da *Web of Science*, deve ser corrigida para refletir o nome no idioma materno, *Maria*. (Nota da Autora).

⁴⁶ É intrigante observar como uma pesquisadora dedicada às causas das “minorias” recebeu financiamento da Fundação Rockefeller, acusada de supostas associações com petróleo e eugenia. Isso levanta questões sobre como sua posição de privilégio como mulher branca na pesquisa filantrópica pode perpetuar narrativas dominantes. Nesse contexto, surge a necessidade de perguntar até que ponto sua abordagem das experiências de grupos subalternos acaba sendo afetada. Afinal, que é o limite entre sermos financiados pelo “sistema” sem sermos contaminados por ele? (Nota da Autora).

No cenário nacional, a autora mantém uma expressiva atuação. Seu envolvimento na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia da Rede Ibero-americana de Tecnologia da Informação, assim como sua participação nos Conselhos de Juventude e Direitos da Mulher, revela sua influência nos domínios da política e da cultura. Mesmo após a aposentadoria como professora na Universidade Federal da Bahia, continua ativa na Universidade Católica de Salvador, ministrando aulas nos programas de mestrado e doutorado em Família na Sociedade Contemporânea e em Políticas Sociais e Cidadania.

O envolvimento da autora em estudos de gênero, feminismo e outras áreas sugere que ela pode ter sido influenciada por privilégios. Sua extensa formação educacional, incluindo múltiplos graus avançados de instituições renomadas, juntamente com colaborações globais, provavelmente lhe concedeu acesso a recursos de alta qualidade e ambientes de apoio.

A participação em redes internacionais e o reconhecimento em revistas renomadas podem ter sido facilitados pelas relações de poder estabelecidas. Além disso, sua capacidade de permanecer engajada academicamente após a aposentadoria pode estar ligada à flexibilidade financeira. Reconhecer suas contribuições é importante, mas também é crucial compreender como seus privilégios podem ter contribuído para a ampliação de sua voz a nível acadêmico.

Simone Diniz

Simone Diniz é sétima posicionalidade analisada. Considerando sua atuação acadêmica e engajamento em questões relacionadas à saúde materno-infantil, ela oferece uma perspectiva ilustrativa com a publicação “Materno-infantilismo, feminismo e política de saúde materna no Brasil” na Revista inglesa *Reproductive Health Matters*, em 2012.

Seu comprometimento em explorar a intersecção entre gênero, saúde e maternidade, revela sua lente crítica. Como mulher branca, sua inserção na área da medicina preventiva e saúde pública destaca o reconhecimento de sua posição importância sobre as implicações desse privilégio em suas pesquisas e ações.

Sua formação integra a graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sua residência, o mestrado e o doutorado em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo, além de dois os pós-doutorados em instituições conceituadas, como *Kings College London*, *Womens Health Division* refletem o seu acesso a recursos e oportunidades educacionais que influenciaram sua interpretação sobre as questões de saúde e gênero.

O fato de se engajar em atividades como o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, bem como coordenar projetos de pesquisa relacionados à saúde materno-infantil, denota uma consciência crítica sobre sua posição privilegiada e o compromisso em combate às desigualdades. Sua contribuição significativa para o campo é notável ao coordenar grupos de pesquisa focados em Gênero e Evidências em Maternidade e Saúde e projetos apoiados por entidades como o CNPq e a Fundação Bill e Melinda Gates. Contudo, o acesso a oportunidades educacionais de qualidade e redes internacionais pode criar viés em desconexão com grupos marginalizados, o que pode limitar a análise e comprometer a abordagem crítica.

Roberta Costa

A oitava análise de posicionalidade é sobre Roberta Costa. Como mulher branca brasileira e profissional de enfermagem, sua posição nas linhas de pesquisa em saúde obstétrica e neonatal oferece uma perspectiva única. Seu artigo, intitulado “O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo”, publicado em 2009 na Revista Texto Contexto Enfermagem, de Florianópolis, demonstra seu interesse em explorar a história da enfermagem e suas implicações contemporâneas.

Embora o foco do seu trabalho seja relevante, é importante reconhecer que pode refletir uma abordagem mais tradicional e menos questionadora dos paradigmas estabelecidos na enfermagem, especialmente no que diz respeito à diversidade cultural, desigualdades de saúde e questões sociais de classe e raça que influenciam esse campo. Em áreas como a saúde obstétrica, onde as experiências das mulheres podem variar significativamente com base em suas origens e realidades, essa perspectiva parece se tornar limitante. Isso ressalta a necessidade crucial de ampliar o escopo de sua pesquisa, incorporando abordagens que incluam os pontos de vista de diversos grupos dentro do campo da saúde

obstétrica. Reconhecer como seu contexto de vida e sua identidade racial influencia essas questões é essencial para uma análise mais abrangente e significativa em sua pesquisa.

Sua formação acadêmica, que inclui graduação em Enfermagem, especialização em Enfermagem Obstétrica, especialização em Metodologia da Educação Profissional, mestrado e doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina, evidencia seu compromisso com a pesquisa e inovação na área de saúde obstétrica e neonatal.

Em suas colaborações nacionais, atua como enfermeira do Hospital Universitário e pesquisadora do grupo de pesquisa Design Centrado no Ser Humano: uma abordagem interprofissional em projetos e do Laboratório de Estudos da História do Conhecimento da Enfermagem e Saúde. Além disso, é professora associada do Departamento de Enfermagem, do Programa de Pós Consultoria do Ministério da Saúde para o Método Canguru, e lidera o Laboratório Interprofissional de Pesquisa e Inovação tecnológica na Saúde Obstétrica e Neonatal.

A incongruência na seleção deste artigo pela base de dados levanta questões sobre os critérios de escolha e o viés subjacente à Saúde da *Web of Science*. A inclusão de um trabalho que não adota uma abordagem feminista em uma coletânea destinada a trabalhos feministas, o é o caso do estudo proposto pela autora, sugere uma possível lacuna nos processos de seleção. Isso pode resultar em uma influência potencial sobre os resultados da pesquisa e, conseqüentemente, impactar a percepção pública da presença e do papel do feminismo na academia.

*Clare Bartholomeaus*⁴⁷

A nona posicionalidade analisada é sobre Clare Bartholomeaus. Ela é uma mulher branca australiana, cujo único vínculo com o Brasil se dá por intermédio do artigo

⁴⁷ A relação da autora com o Brasil, neste caso, foi vinculada com o coautor do artigo, Adriano Souza Senkevics. Brasileiro, Senkevics é um homem pardo, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, especialista e mestre em Gestão de Políticas Públicas, pela Universidade de Brasília e doutor em Educação, pela Universidade de São Paulo. Realizou mestrado e doutorado em estágio-sanduíche na Universidade de Sydney (Austrália) e de Toronto (Canadá), respectivamente. O coautor é ainda pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e professor colaborador da Universidade de Brasília (UnB) (Nota da Autora).

intitulado “A contabilidade do gênero na sociologia da infância: Reflexões de Pesquisas na Austrália e no Brasil”, publicado em 2015 na revista *SAGE Journals*, sediada em Nova Iorque. A autora possui graduação em Artes e doutorado em Filosofia, ambos pela Universidade de Adelaide.

No âmbito de suas colaborações, ela exerce o papel de membro honorária na Escola de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Melbourne. Além disso, atua como coeditora diversos livros, entre eles “Infâncias Globais na Ásia-Pacífico” em parceria com Nicola Yelland. Seu engajamento também se estende ao quadro editorial consultivo da Revista Estudos Globais da Infância. Nesses campos de atuação, sua pesquisa abrange as linhas de pesquisa em educação, estudos de gênero, saúde, estudos familiares, diversidade infantojuvenil.

Curiosamente, ao realizar minhas investigações sobre a trajetória da autora, deparei-me com a ausência de maiores informações acerca de sua relação com o Brasil. Aqui, a questão do enviesamento presente na *Web of Science* ganha destaque mais uma vez. A seleção de trabalhos é um procedimento realizado por sistemas automatizados, mas ainda está sujeito a vieses quantitativos que podem conter distorções que afetam o cenário da pesquisa.

Claudia Costa

A décima posicionalidade analisada é sobre Claudia de Lima Costa, através do artigo intitulado “Estar aqui e escrever lá: gênero e política de tradução em uma paisagem brasileira”, publicado em 2000 na revista *Sings*, vinculada à Universidade de Chicago.

Sua trajetória acadêmica o contexto internacional, com graduação em Filosofia e mestrado em Teorias da Comunicação, ambos realizados pela Universidade de Michigan, doutorado em Estudos Culturais, pela Universidade de Illinois, e pós-doutorado, pela Universidade de Massachusetts.

Sua notoriedade no cenário acadêmico internacional é evidente por seu envolvimento em cargos de destaque na seção de Cultura, Política e Poder da Associação de Estudos Latino-Americanos; as posições de vice-presidente e presidente em comitês avaliativos, além da colaboração em obras como “Translocalidades: política feminista de tradução na América Latina” (2014) e

“Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)”, o que solidificou ainda mais sua distinção social, status e privilégios. A internacionalização de sua carreira é também evidenciada por sua atuação como docente visitante nas universidades da Califórnia e Massachusetts, nos Estados Unidos (EUA).

Atualmente, a autora ocupa o cargo de professora titular na área de Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina. Ela detém o título de bolsista de produtividade em pesquisa, concedido pelo CNPq. Sua área de atuação abrange o campo das Letras, com foco nas linhas de pesquisa em teorias feministas, tradução cultural, teorias pós-coloniais e descoloniais.

Sua jornada acadêmica enfatiza sua posicionalidade influente por relações de privilégios que conferem a Costa vantagens significativas no âmbito de sua pesquisa e atuação acadêmica. No entanto, sua identidade racial como mulher branca pode influenciar sua compreensão das experiências de grupos subalternos. Isso pode resultar em análises que não capturam plenamente as complexidades das interações entre gênero e raça.

Hugh Lacey

A décima primeira posicionalidade analisada pertence ao filósofo australiano Hugh Lacey. Sua ligação com o Brasil ocorre por meio de sua posição como professor na Universidade de São Paulo, destacando um exemplo de como as relações de poder institucionais e o *status* de diferenciação podem influenciar visibilidade a depender da nacionalidade dos autores. Seu artigo “Reabilitando a neutralidade”, publicado na Revista *Philosophical Studies*, sediada na Suíça, em 2013, representa um ponto de partida importante para explorar a intersecção entre sua posição acadêmica e sua perspectiva intelectual.

No âmbito acadêmico, a formação do autor é em Matemática, seguida de mestrado em História e Filosofia da Ciência na Universidade de Melbourne, e pós-doutorado na Universidade de Indiana. No contexto brasileiro, Lacey contribuiu como professor visitante em diversas instituições, como a Universidade de Campinas e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Atualmente, como pesquisador sênior da Scheuer Family e professor emérito de Filosofia tanto no Swarthmore College, nos EUA, quanto na Universidade de São Paulo, Lacey concentra suas pesquisas em áreas como epistemologia científica, objetivismo positivista e questionamentos sobre neutralidade, associados a questões éticas e morais.

O *lugar* que Lacey ocupa destaca o papel institucional e o legado acadêmico, os quais moldam sua perspectiva e lhe conferem acesso a recursos, espaços e plataformas que podem ser restritos a outras/os pesquisadoras/es, inclusive brasileiras/os. No entanto, como homem branco estrangeiro, seu papel institucional e acadêmico pode, por vezes, subestimar as realidades e desafios enfrentados por pesquisadoras/es brasileiras/os e latino-americanas/os, revelando a valorização excessiva de perspectivas estrangeiras – complexo de vira-lata⁴⁸ – em detrimento das experiências intelectuais locais.

*Bernard Guerin*⁴⁹

A décima segunda posicionalidade analisada é sobre Bernard Guerin, homem branco australiano, autor do artigo “Analisando comportamentos de violência doméstica em seus contextos: a violência como uma continuação de estratégias sociais por outros meios”, cuja publicação foi datada em 2017 e está veiculada na revista *Behavior and Social Issues*, com sede na Suíça.

Em sua formação acadêmica, possui graduação em Etnologia e mestrado em História, ambos pela Universidade de Bordeaux, e doutorado em Filosofia, pela Universidade de Adelaide. Sua trajetória contribuiu para solidificar sua perspectiva crítica e analítica no campo do comportamento humano.

⁴⁸ O *complexo de vira-lata* é um termo cunhado pelo escritor brasileiro Nelson Rodrigues, em 1950, para descrever um sentimento brasileiro de inferioridade em relação a culturas estrangeiras, especialmente europeias e norte-americanas, caracterizado pela busca constante por validação externa e subestimação das próprias realizações e identidade cultural (Nota da Autora).

⁴⁹ Mais uma vez, a relação deste autor com o Brasil se estabelece, assim como o de Clare Bartholomeaus, devido ao viés da base possivelmente considerando a coautora do artigo, Marcela de Oliveira Ortolan. Ela é uma mulher branca brasileira que possui graduação em Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina e é mestranda em Análise do Comportamento pela mesma universidade. É servidora da Defensoria Pública do Paraná onde é mediadora do Núcleo e Promoção de Defesa dos Direitos das Mulheres e do Núcleo de Política Criminal e Execução penal (Nota da Autora).

Como docente na Universidade do Sul da Austrália, Guerin faz contribuições significativas para o campo da Psicologia. Suas pesquisas abrangem diversas áreas, incluindo comportamentos sociais, análise do comportamento e investigação de cenários específicos na Austrália e Nova Zelândia.

É relevante observar que características identitárias de homens brancos estrangeiros podem conferir vantagens no cenário acadêmico, reflexo de estruturas históricas e sociais que perpetuam privilégios. No entanto, a posicionalidade do autor e seu enfoque na violência doméstica mostram que suas conquistas acadêmicas direcionam seu olhar para além do fenômeno, explorando as complexidades das relações de poder subjacentes nos comportamentos. Isso incentiva uma abordagem crítica e reflexiva no entendimento da violência doméstica e de outras questões de saúde mental sensíveis.

Chamou-me atenção o interesse de homem branco estrangeiro tematizar a violência doméstica no Brasil, especialmente dedicando-se à contextos relacionados com dinâmicas de poder, gênero e opressão. Refletir sobre como as vantagens pessoais desse pesquisador influenciaram sua percepção sobre os comportamentos violentos abordados no texto foi um ponto alto e interessante para mim, pela defesa de perspectivas inovadoras sobre a violência.

Jurema Werneck

A décima terceira posicionalidade analisada é de Jurema Pinto Werneck, mulher negra brasileira, que emerge como uma voz proeminente no panorama acadêmico ao publicar o artigo intitulado “Ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e no Caribe” na Revista *Nouvelles Questions Féministes*, sediada na Suíça, no ano de 2015.

A trajetória acadêmica de Werneck é impactante e exemplifica como a posicionalidade influencia não apenas o conteúdo das pesquisas, mas também o engajamento de pesquisadoras/es com questões sociais. Sua rica trajetória vai além dos escritos acadêmicos.

Com graduação em Medicina pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Comunicação e Cultura, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ela demonstra uma interdisciplinaridade

essencial para compreender as complexidades das relações entre gênero, raça e poder. Essa formação ampla a equipou com as ferramentas necessárias para abordar as questões em suas várias dimensões e contextos, gerando insights profundos e soluções inovadoras.

Além disso, realizou colaborações internacionais, incluindo a assessoria na seção Mulheres Brasil, da ONU, no comitê técnico de Saúde da População Negra, pelo Ministério da Saúde, no quadro diretor do Fundo Global para Mulheres, e na diretoria-executiva da Anistia Internacional no Brasil.

No plano nacional, a cofundação da Organização Não Governamental Criola evidencia seu compromisso em promover mudanças concretas na vida das mulheres negras. Ao pesquisar e monitorar políticas públicas voltadas para a melhoria das condições dessas mulheres, Werneck expos as desigualdades persistentes e estimulou ações direcionadas para enfrentá-las.

Foi relatora à CPI da COVID-19, durante a qual apresentou um estudo detalhado sobre como medidas preventivas poderiam ter evitado perdas significativas de vidas, o que mostrou seu compromisso em traduzir sua pesquisa em impacto prático.

Werneck se destaca no cenário acadêmico e ativista por sua abordagem multidisciplinar, liderança internacional, atuação em organizações e habilidade de traduzir pesquisa em ações concretas. Sua posição como mulher negra, suas conquistas acadêmicas e sua dedicação à transformação social solidificam seu papel como agente de mudança. Seu trabalho influencia tanto as esferas de pesquisa quanto a busca por justiça e igualdade.

Cláudia Cardoso

A décima quarta e última posicionalidade examinada é sobre Claudia Pons Cardoso. Como mulher negra brasileira, ela ganhou relevância no cenário acadêmico em questão com a publicação do artigo “Feminismos para a perspectiva das mulheres afro-brasileiras” na *Revista Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, sediada em Massachusetts, publicado em 2012.

A autora, possui graduação em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduação em História e mestrado em História do Brasil, pela

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela Universidade Federal da Bahia.

Sua ampla experiência e abordagem holística ao lidar com questões relacionadas a gênero, raça e feminismos, refere-se a sua participação ativa em projetos nacionais como uma agente de mudança social. A autora foi coordenadora do projeto “Reciclando a Cidadania de Meninas Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social” e “Capacitação profissional de mulheres portadoras de HIV/AIDS”, “SOS Racismo” e “atendimento psicossocial a mulheres vítimas de violência doméstica” demonstram seu comprometimento com a transformação social.

Como fundadora da organização sem fins lucrativos “Maria Mulher”, dedicada aos direitos das mulheres negras, e atualmente como professora adjunta na Universidade do Estado da Bahia e membro do Centro de Estudos em Gênero, Raça e Sexualidades, sua dedicação à educação e à pesquisa acadêmica é evidente. Ela contribuiu para a interdisciplinaridade da educação, especialmente na metodologia do ensino de história e na formação de educadoras e educadores.

A trajetória acadêmica de Cardoso, marcada por colaborações teóricas e práticas, gerou mudanças reais na sociedade, destacando o potencial de sua posição de poder para abordar problemas das “minorias” sob diferentes perspectivas. A habilidade de usar experiências pessoais na pesquisa acadêmica mostra o quanto as/os pesquisadoras/es dedicados podem contribuir para entender e transformar a sociedade.

Examinar, em leitura em profundidade, a posicionalidade das autorias subjacentes aos 14 artigos acadêmicos mais citados pelo banco de dados, foi uma jornada imersiva equiparável a descortinar o artista por trás de uma obra de arte feministas.

Assim como contemplar uma pintura nos permite vislumbrar as nuances da mente criativa do artista, examinar os detalhes de como as posições de poder engendradas pelas/os autoras/es influem a produção de sua obra. Assim como um artista escolhe cuidadosamente suas cores e traços para criar uma imagem impactante, as/os autoras/es mobilizam teorias, metodologias e fenômenos para destacar o que torna suas obras

distintas. Cada autoria contribui com uma paleta única de ideias, criando um mosaico de reflexões. Explorar essas complexidades nos desafia a questionar nossas próprias percepções e a entender como nosso *lugar* na história e na narrativa construída influencia nosso objeto de pesquisa. A relação entre *texto & contexto* tornou-se um aspecto essencial para compreender o quadro completo.

Explorar a posicionalidade das/os pesquisadoras/es mencionadas e suas agendas de pesquisa concomitantes, revelou como a visibilidade dos temas que abordam está intimamente ligada à precedência desses contextos. Semelhante a um artista que desenha sua obra para transmitir uma mensagem sobre sua ideia criativa, essas/es pesquisadoras/es desenvolvem linguagens e narrativas próprias para destacar questões cruciais dentro de seus respectivos contextos. Cada sujeito político, a partir de seu *lugar* epistemológico, disserta singularidades sobre seus temas. Suas vivências, posições de poder e vantagens revelam suas interpretações e sensibilidades em relação à investigação, análise e compartilhamento de conhecimento.

No entanto, é perceptível as distorções e limitações da base de dados *WoS*. Os dados filtrados adquiridos seguiram as diretrizes bibliométricas que incluíram artigos contendo o termo "*feminism**" em tópicos, com a condição de que essas/es autoras/es fossem brasileiras/os com produções publicadas no Brasil ou no exterior. No entanto, a base não aplicou o filtro de forma precisa, resultando na inclusão não apenas de artigos que não se autointitulam enquanto feministas, mas também de pesquisas conduzidas por indivíduos estrangeiros.

É interessante notar que 3 (três) deles são brancos – Clare Bartholomeaus, Bernard Guerin e Hugh Lacey – sendo 1 (uma) mulher e 2 (dois) homens. Além disso, mesmo as coautorias brasileiras envolvidas não apresentaram vínculos diretos com a perspectiva feminista. Essas publicações parecem, de fato, originar-se de eventos específicos decorrentes de colaborações pontuais durante programas de pós-graduação *sanduíche* entre brasileiras/os e estrangeiras/os.

No que diz respeito a autorias masculinas, há 3 (três) delas, considerando os dois autores mencionados acima. O autor mais citado é Joaze Bernardino-Costa, cuja contribuição pode ser destacada como um ponto de inflexão positivo na interseção entre gênero e raça. Esse caso particular demonstra que a posicionalidade não se limita a um

único *lugar* de privilégio no contexto do feminismo acadêmico em questão, mas também se entrelaça com identidades e experiências das autorias.

Além disso, as 11 (onze) autorias femininas, das quais incluem 2 (duas) mulheres negras e 9 (nove) brancas, evidenciam a persistente marginalização das mulheres negras nas pesquisas acadêmicas. Essa constatação pode ser interpretada como um reflexo do problema histórico e epistemológico da hegemonia masculina sobre o conhecimento científico. Apesar dos investimentos em pesquisa ocorridos nos últimos anos, que incentivaram a inclusão e participação das mulheres negras, essa representatividade numérica ainda não reflete uma plena equidade no ambiente acadêmico. Isso se deve ao fato de que as mulheres negras, historicamente marginalizadas e subalternizadas, permanecem como uma minoria nesse cenário.

De maneira geral, a análise das autorias presentes nesse conjunto de artigos revela uma notável assimetria em termos de posicionalidade, evidenciando uma desproporção na visibilidade das produções acadêmicas entre pesquisadoras/es negras/os e brancas/os, estrangeiras/os e brasileiras/os. A discrepância entre as autorias masculinas e femininas, assim como a desigualdade racial e de nacionalidade observada, levanta reflexões sobre os desafios do uso da tecnologia como ferramenta da Ciência Política “baseada em evidências”. Nesse contexto acadêmico, as dinâmicas que afetam a criação e a disseminação do conhecimento dos grupos marginalizados são amplamente significativas.

O Quadro 22, abaixo, oferece uma visão panorâmica dessas trajetórias acadêmicas, considerando suas afiliações institucionais, as regiões envolvidas e as agendas de pesquisa. Cada autoria traz consigo perspectivas únicas e abordagens distintas para compreender as complexidades das relações de gênero e as lutas por equidade nesses contextos.

Quadro 22 - Posicionalidade das agendas de pesquisa dos 14 artigos

Autores dos artigos	Instituições afiliadas	Regiões envolvidas	Agendas de pesquisa
Bernardino-costa (2015)	UNB	BR	Decolonialidade, Interseccionalidade e Organização Política.
Pitanguy (2002)	CEPIA	EUA-BR	Agenda Local e Global em Direitos Humanos.
Mccallum (2007)	U. Cambridge	Reino Unido – BR	Movimento Feminista Negro e Políticas Sociais.
Costa (2009b)	UNB	BR	Participação Social e Políticas de Saúde para Mulheres.
Guedes (2011)	USCS	BR	Autonomia e Política de Combate à Violência de Gênero.
Castro (2001)	USP	BR	Teoria Política Feminista na América Latina.
Diniz (2012)	USP	BR	Materno-infantilismo, Feminismo e Política de Saúde.
Costa (2009a)	UFSC	BR	Produção do Conhecimento em Enfermagem.
Bartholomaeus (2015)	U. Melbourne	Austrália – BR	Educação de Gênero na Infância Austrália e Brasil.
Costa (2000)	USP	EUA-BR	Linguística (tradução), Gênero e Política.
Lacey (2013)	USP	EUA-BR	Epistemologia e Neutralidade.
Guerin (2017)	U. Sul da Austrália	Austrália-BR	Violência Doméstica.
Werneck (2005)	Anistia Internacional	BR	Feminismo Negro e Ação Política na América Latina e no Caribe.
Cardoso (2016)	UFBA	BR	Feminismo Afro-brasileiro e Mulherismo.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Diante do contexto descrito, é importante considerar a possibilidade de colonização teórica. Isso se torna particularmente relevante ao identificarmos os territórios geográficos onde as teorias são produzidas.

As teorias mais influentes geralmente têm origens euronorcentricas. Essa dinâmica sugere que, em contextos locais definidos por relações de poder, pode ocorrer uma distribuição desigual do conhecimento em diferentes partes do país e do mundo. Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, a nível regional, bem como Austrália e Estados Unidos, a nível mundial, por exemplo, emergem como centros impulsionadores da produção acadêmica. Como resultado, essas regiões recebem maiores investimentos por

parte das instituições envolvidas nos processos de qualificação nacional e internacional, às custas das regiões periféricas e menos atendidas do país. Compreender os contextos políticos por trás das obras acadêmicas vai além do mero conhecimento técnico e da acumulação de erudição. Envolve explorar as perspectivas das/os autoras/es, reconhecer a desigualdade de seus privilégios individuais e repensar sobre a forma como o nosso *lugar* como pesquisadoras/es se estabelece a partir de diferenças políticas, considerando essas complexidades envolvidas no processo de pesquisa.

Com essas reflexões em mente, a próxima subseção analisa mais profundamente a relação entre as localidades dos domínios intelectuais dos 14 artigos, dessa vez, considerando os contextos dos domínios intelectuais, compostos por meio das autorias referenciadas por esses trabalhos. Isso possibilita mapear o seu impacto na formação dos pensamentos reproduzidos.

4.3 A LOCALIDADE DOS DOMÍNIOS INTELECTUAIS

Se a *posicionalidade das agendas de pesquisa* serve como um instrumento explicativo para desvendar as *dinâmicas das relações de poder e privilégio das autorias*; então, a *localidade dos domínios intelectuais* emerge como uma ferramenta de pesquisa capaz de elucidar as *dinâmicas geográficas de poder que conectam os conteúdos* presentes nos textos acadêmicos.

Essa conexão se estabelece mediante o mapeamento das autorias referenciadas nas fontes bibliográficas, por meio da relação entre *texto* (objeto) & *contexto* (sujeito). Em outras palavras, essa leitura aponta para a influência teórica exercida por autoras/es externos sobre aqueles que produzem os artigos em questão, fornecendo uma perspectiva “de fora para dentro”. Nesse contexto, as citações mais mencionadas são identificadas com o objetivo de destacar o *lugar* dos domínios intelectuais feministas nos argumentos de pesquisa.

Antes de iniciar a leitura em profundidade do conteúdo, foi elaborado um plano de ação⁵⁰ com o intuito de alcançar o mencionado objetivo de modo mais eficiente. Nesse sentido, o trabalho foi conduzido de forma manual, em estágios específicos e distintos. Primeiro, cada referência citada nos trabalhos foi catalogada em Tabela Excel On-line, conforme as regras de inclusão e exclusão previamente estabelecidas durante a fase de seleção de dados. Em seguida, após a devida catalogação, que totalizou 588 autorias mencionadas nos 14 artigos, essas referências foram submetidas ao processo de uniformização baseado nas Normas ABNT. Após essa etapa, 586 referências foram consideradas válidas para o exame qualitativo subsequente. Esse procedimento manual foi indispensável no contexto desta pesquisa devido às variações significativas na qualidade e formatação dos dados, exigindo uma revisão atenta para garantir a consistência e integridade dos resultados.

Antes de explorar os tópicos específicos, foi realizada a análise de acoplamento bibliográfico para identificar os vínculos entre todos artigos do banco de dados e as referências citadas por eles. Para isso, o *software TheCoupler* [<https://rafaelcastanha.shinyapps.io/thecoupler/>] foi utilizado para criar o desenho gráfico que mostra quais artigos estão conectados entre si, quantas vezes cada artigo se conecta com outros e quais fontes são mencionadas em comum entre eles (Castanha, 2022).

Nessa análise, é importante compreender dois elementos examinados: as unidades de análise e as unidades de acoplamento. As unidades de análise referem-se aos 14 artigos acadêmicos examinados. Elas respondem à pergunta “O quê?”. Ou seja, o que está sendo investigado, que são os próprios artigos. Por outro lado, as unidades de acoplamento são elementos, como fontes bibliográficas, autorias ou conceitos mencionados nesses artigos, que mostram “como” os artigos estão conectados entre si. Ou seja, como os elementos nesses artigos se relacionam uns com os outros (Castanha; Grácio, 2020). A Tabela 11 ilustra essas conexões entre as unidades de análise e as unidades de acoplamento. A ver:

⁵⁰ Para mais detalhes sobre essas informações o relatório manual pode ser encontrado em formato on-line disponível no link: https://docs.google.com/document/d/1usi-37hmsjn-JjpP_0-OzEp5DMICWllfffQj_gQznI/edit#heading=h.dv4f1hp6iry5 (Nota da Autora).

Quadro 23 - Ordem de domínios intelectuais por grau de relação comum

Relação entre os artigos	Unidades de Análise	Unidades de Acoplamento
Artigos 1 e 3	Bernardino-Costa (2015) Mccallum (2007)	CARNEIRO, S.; HOOKS, B.
Artigos 1 e 8	Bernardino-Costa (2015) Costa (2009a)	FOUCAULT, M.
Artigos 1 e 10	Bernardino-Costa (2015) Costa (2000)	HOOKS, B.
Artigos 1 e 13	Bernardino-Costa (2015) Werneck (2005)	CRENSHAW, K.; HOOKS, B.
Artigos 1 e 14	Bernardino-Costa (2015) Cardoso (2016)	BRAH, A.; CARNEIRO, S.; HOOKS, B.
Artigos 2 e 3	Pitanguy (2002) Mccallum (2007)	ALVAREZ, S. E.; BOURDIEU, P.
Artigos 2 e 4	Pitanguy (2002) Costa (2009b)	PITANGUY, J.
Artigos 2 e 6	Pitanguy (2002) Castro (2001)	ALVAREZ, S. E.; VARGAS, V.
Artigos 2 e 10	Pitanguy (2002) Costa (2000)	ALVAREZ, S. E.
Artigos 3 e 6	Mccallum (2007) Castro (2001)	HOOKS, B.; AZERÊDO, S.; ALVAREZ, S. E.; PHILLIPS, A.
Artigos 3 e 10	Mccallum (2007) Costa (2000)	HTUN, M.
Artigos 3 e 12	Mccallum (2007) Guerin (2017)	HOOKS, B.
Artigos 3 e 13	Mccallum (2007) Werneck (2005)	AMOS, V.; PARMAR, P.; HOOKS, B.; GONZALEZ, L.; CARNEIRO, S.; WERNECK, J.
Artigos 4 e 7	Costa (2009b) Diniz (2012)	AQUINO, E. M.; CORREA, S.
Artigos 6 e 9	Castro (2001) Bartholomaeus (2015)	BUTLER, J.
Artigos 6 e 10	Castro (2001) Costa (2000)	CASTRO, M. G.; ALVAREZ, S. E.; BUTLER, J.; LAURETIS, T.; LAVINAS, L.; NAVARRO, M.
Artigos 6 e 12	Castro (2001) Guerin (2017)	GIDDENS, A.
Artigos 8 e 10	Costa (2009a) Costa (2000)	BLAY, E. A.
Artigos 9 e 10	Bartholomaeus (2015) Costa (2000)	BUTLER, J.; FLAX, J.; SCOTT, J. W.
Artigos 10 e 13	Costa (2000) Werneck (2005)	HALL, S.; HOOKS, B.
Artigos 10 e 14	Costa (2000) Cardoso (2016)	HOOKS, B.; LUGONES, M.; MOHANTY, C. T.; SPIVAK, G. C.
Artigos 13 e 14	Werneck (2005) Cardoso (2016)	HOOKS, B.

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de *TheCoupler* (2023).

A análise dos vínculos estabelecidos entre os 14 artigos compilados fornece alguns achados sobre como as obras se conectam e disseminam abordagens teóricas por meio das referências bibliográficas. Abaixo, dou início a análise de acoplamento associadas a cada artigo. A ver:

Artigo 1 – Bernardino-Costa (2014)

Este artigo estabeleceu conexões com cinco outros artigos. Esses artigos são: o Artigo 3 (McCallum, 2007), Artigo 8 (Costa, 2009a), Artigo 10 (Costa, 2000), Artigo 13 (Werneck, 2005) e Artigo 14 (Cardoso, 2016). As referências compartilhadas incluem Sueli Carneiro, bell hooks, Michel Foucault, Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah, retratando linhas de pensamento teóricas voltadas, respectivamente, à teoria feminista negra brasileira, à pedagogia antirracista, à teoria pós-estruturalista, à teoria feminista interseccional e aos estudos culturais.

Artigo 2 – Pitanguy (2002)

Este artigo criou conexões com quatro outros artigos, a saber, Artigo 3 (McCallum, 2007), Artigo 4 (Costa, 2009b), Artigo 6 (Castro, 2001) e Artigo 10 (Costa, 2000). Suas referências de acoplamento incluem Sônia Alvarez, Pierre Bourdieu, Virginia Vargas e Maria da Graça Costa, explorando, respectivamente, linhas de pensamento centradas em justiça social na América Latina, teoria das elites, epistemologia feminista, políticas sociais e teoria feminista decolonial.

Artigo 3 – McCallum (2007)

Este artigo estabeleceu conexões com cinco outros artigos, nomeadamente: Artigo 6 (Castro, 2001), Artigo 10 (Costa, 2000), Artigo 12 (Guerin, 2017), Artigo 13 (Werneck, 2005) e Artigo 14 (Cardoso, 2016). Suas referências de acoplamento incluem bell hooks, Sandra Azerêdo, Sonia Alvarez, Anne Phillips, Mala Htun, Bernard Guerin, Jurema Werneck, Veronica Amos, Pratibha Parmar, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, explorando, em cada caso, abordagens teóricas que se concentram em teoria crítica, pós-colonial, da justiça, identitária, estudos do cinema e políticas para a saúde das mulheres.

Artigo 4 – Costa (2009b)

Este artigo realizou uma única conexão com o Artigo 7 (Diniz, 2012). Suas referências de acoplamento incluem Estela Aquino e Sônia Correa, abordando, respectivamente, teorias direcionadas à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Artigo 6 – Castro (2001)

Este artigo estabeleceu conexões com três outros artigos, nomeadamente, Artigo 9 (Bartholomaeus, 2015), Artigo 10 (Costa, 2000) e Artigo 12 (Guerin, 2017). Suas referências de acoplamento são amplas e incluem autores como Sonia Alvarez, Virginia Vargas, Maria Castro, Judith Butler, Teresa de Lauretis, Lena Lavinas e Margarita Navarro, explorando, em ordem, abordagens teóricas focalizadas em política global, violência contra as mulheres, economia feminista, teoria queer, sociologia de gênero.

Artigo 7 – Diniz (2012)

Este artigo realizou conexão com apenas um artigo, o Artigo 4 (Costa, 2009b). Suas referências de acoplamento incluem Emília Aquino e Sônia Correa, que debatem eixos temáticos voltados a saúde reprodutiva e a justiça social.

Artigo 8 – Costa (2009a)

Este artigo estabeleceu uma conexão com o Artigo 10 (Costa, 2000). Sua referência de acoplamento inclui Eva Blay que aborda a teoria feminista liberal.

Artigo 9 – Bartholomaeus (2015)

Este artigo realizou apenas uma outra conexão com o Artigo 10 (Costa, 2000). Suas referências de acoplamento incluem Judith Butler, Jane Flax e Joan Scott, retratando escolas de pensamento em teoria feminista desconstrutivista, crítica e identitária.

Artigo 10 – Costa (2000)

Este artigo estabeleceu conexões com três outros artigos, nomeadamente, Artigo 13 (Werneck, 2005), Artigo 14 (Cardoso, 2016) e Artigo 6 (Castro, 2001). Suas referências de acoplamento incluem bell hooks, Maria Lugones, Chandra Mohanty

e Gayatri Spivak, analisando perspectivas teóricas centradas em: pedagogia feminista e teoria feminista pós-colonial.

Artigo 12 – Guerin (2017)

Este artigo realizou uma conexão central com o Artigo 6 (Castro, 2001). Sua principal referência de acoplamento é Anthony Giddens, sob a abordagem em teoria da estruturação.

Artigo 13 – Werneck (2005)

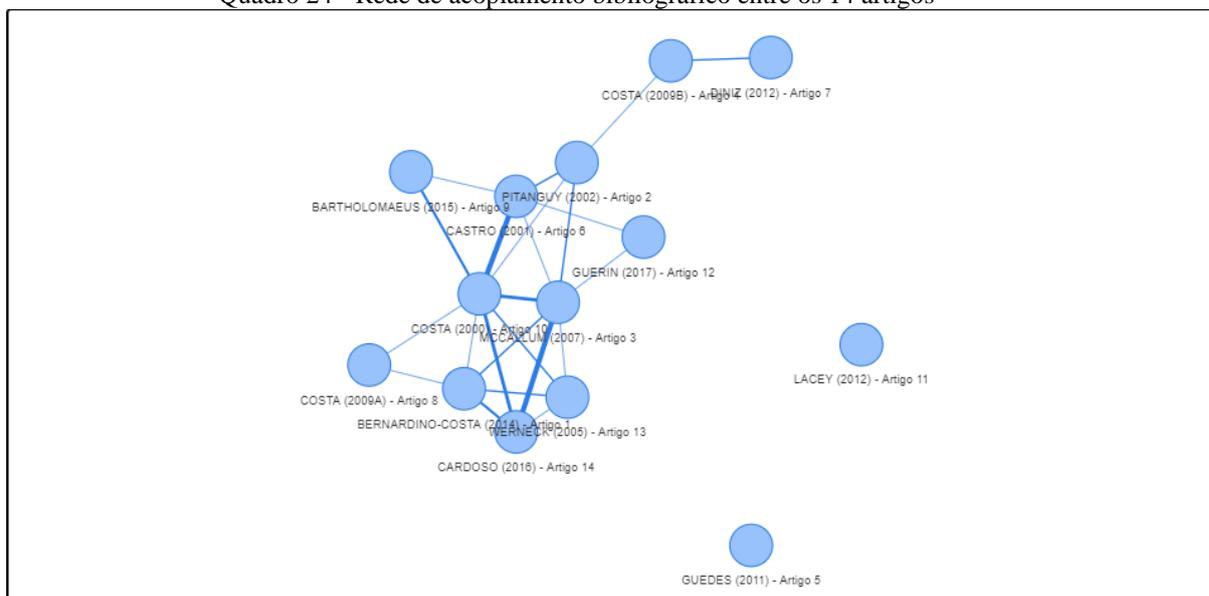
Este artigo teve conexões com dois artigos, o Artigo 14 (Cardoso, 2016) e o Artigo 3 (McCallum, 2007). Do mesmo modo, sua referência comum inclui apenas bell hooks que aborda a pedagogia feminista como teoria.

Artigo 14 – Cardoso (2016)

Este artigo estabeleceu conexões com dois outros artigos, nomeadamente, Artigo 10 (Costa, 2000) e Artigo 13 (Werneck, 2005). Sua referência de acoplamento também inclui apenas bell hooks.

Curiosamente, ao analisar esta amostra, nota-se que os Artigos 5 e 11, respectivamente propostos por Guedes (2011) e Lacey (2013), destacam-se pela ausência de relações citadas com os demais trabalhos. Esses artigos não compartilham nenhuma publicação em comum, nem estabelecem vínculos com os outros 12 artigos da pesquisa, permanecendo isolados em termos de relevância amostral. Essa peculiaridade evidencia uma certa incongruência desses trabalhos com os objetivos desta análise, corroborando o que foi mencionado anteriormente sobre a discrepância de seus conteúdos e da trajetória desses autores dissonantes. Em resumo, a figura abaixo ilustra as conexões estabelecidas entre os 14 artigos.

Quadro 24 - Rede de acoplamento bibliográfico entre os 14 artigos



Fonte: Elaborado pela Autora a partir do *TheCoupler* (2023).

Ao examinar o número de citações atribuídas a cada artigo foi possível identificar o impacto teórico desses estudos. No entanto, é importante considerar outro aspecto relevante nas relações entre as referências citadas. Por exemplo, quando abordagens feministas decoloniais são amplamente citadas na maioria dos artigos que tratam de políticas de saúde reprodutiva, isso indica o reconhecimento do impacto desse domínio intelectual sobre esse tema específico. Ao mesmo tempo, a ausência de citações de outras linhas de pensamento pode sugerir oportunidades para ampliar o diálogo acadêmico ou evidenciar a invisibilidade deliberada de determinadas perspectivas.

Para entender melhor essas lacunas, conduzo um mapeamento da localidade sobre os domínios intelectuais. Dessa vez, estabeleço um critério mínimo de 5 citações para cada autoria referenciada, com o propósito de elucidar o impacto de cada um no conjunto da amostra. Esse critério sinaliza a influência, considerando a pertinência dos temas abordados e a amplitude de cada autoria referenciada dentro dos 14 artigos do banco de dados analisado.

Para evitar redundâncias⁵¹ foram excluídas aquelas produções que se autorreferenciaram, uma vez que o foco é analisar quem são as autoras e autores que foram referenciados em comum e pela primeira vez nos artigos, bem como a forma como sua localidade afeta sua abordagem de pesquisa. A Tabela 12 exhibe em negrito as referências eleitas para essa análise. A seguir, forneço informações detalhadas sobre o grau de citação das referências compartilhadas e a abordagem dos autores, entre os 14 artigos acadêmicos:

Tabela 12 - Ordem de domínios intelectuais por grau de citação comum

Autores	Número de Citações
bell hooks	10
Peter Wade	6
Sônia Alvares	5
Edward Telles	5
Mala Htun	5
Mary Castro	7
Ana Costa	6
Jacqueline Pitanguy	5
Maria Padilha ⁵²	5
Bernard Guerin	5
Hugh Lacey	5

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A interação entre as referências citadas e os artigos científicos analisados pode proporcionar uma compreensão mais profunda da disposição geográfica dos domínios intelectuais que influenciaram a construção das fundações teóricas e das agendas de pesquisas nas discussões acadêmicas. Esse enfoque contribui para o ecossistema intelectual, permitindo a apreensão detalhada de como as ideias e os argumentos são mobilizados e debatidos.

⁵¹ A repetição de autorias que já foram analisadas não é apropriada. O foco principal dessa análise não é mapear os trabalhos referenciados, mas entender o contexto local de onde essas referências – ou seja, *as pessoas por trás das obras acadêmicas* – partem para formular suas teorias. Portanto, a ênfase está nas localidades – nos contextos dos sujeitos políticos que escrevem as obras – dos domínios intelectuais (Nota da Autora).

⁵² Essa autora é coautora no artigo de Roberta Costa (2009^a) – anteriormente mencionada. Por isso, ela não foi considerada na análise em questão (Nota da Autora).

Diante do exposto, bell hooks emerge como a autora mais citada em comum, totalizando 10 citações compartilhadas pelos artigos. Sua obra é claramente considerada uma referência central na atualidade. Em seguida, encontramos Mary Castro, com 7 citações, acompanhada por Ana Costa e Peter Wade, ambos com 6 (seis) citações. Além disso, outros autores, incluindo Sônia Alvarez, Edward Telles, Maria Padilha, Bernard Guerin, Jacqueline Pitanguy, Mala Htun e Hugh Lacey, receberam 5 (cinco) citações cada um. A quantidade de citações, embora um pouco menor em comparação com os autores mencionados anteriormente, demonstra que seus trabalhos são reconhecidos e desempenham um papel relevante na fundamentação teórica compartilhada pelos 14 artigos. A diversidade de autores abrange os campos de ciências humanas ligadas a ciências da saúde e a outras epistemologias. Elas funcionam como marcadores que frisam as teorias e as agendas perante o diálogo intelectual com a comunidade acadêmica local. Para tanto, apresento a seguir as localidades nos domínios intelectuais:

bell hooks e a Pedagogia Feminista

Gloria Jean Watkins é o nome de nascimento desta autora, nascida em 1952, em Hopkinsville, Kentucky, EUA, em um contexto de segregação racial e em uma família de classe trabalhadora. Seu pai era zelador e sua mãe dona de casa. Ela adotou o nome “bell hooks” em letras minúsculas como forma de reivindicar a narrativa de sua linguagem em homenagem à sua bisavó, Bell Blair *Hooks*, conhecida por falar abertamente e sem reservas sobre suas opiniões e sentimentos. Desde a infância, ela tinha o desejo de expressar suas ideias, o que nem sempre era bem recebido por sua família, que incentivava o silêncio das mulheres, restringindo a expressão de suas opiniões e sentimentos.

Durante as décadas de 1970 e 1980, ela foi testemunha da presença do machismo dentro do movimento negro, predominantemente liderado por homens, e da negação do racismo dentro do movimento feminista, dominado por mulheres brancas. Essa experiência a motivou a pesquisar e escrever sobre as experiências das mulheres negras. Em 1981, ela publicou seu primeiro livro, “E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo”, explorando as vivências das mulheres negras durante a escravidão, o sexismo entre os homens negros, o racismo dentro do movimento feminista e o engajamento das mulheres negras com o feminismo.

Inserida em um contexto de emergência do feminismo negro nos Estados Unidos, onde as feministas negras buscavam espaço na política, na Academia e na produção literária, ela se inspirou em autoras como Sojourner Truth, Mary Church Terrel, Ana Julia Cooper e outras, que tiveram atuações no passado e tiveram seus trabalhos revisitados pelas feministas negras nas décadas de 1970 e 1980.

De modo geral, a autora propõe uma abordagem inovadora na pedagogia, buscando construir práticas de aprendizagem feministas que valorizem a diferença e promovam o respeito à dignidade humana. Ela se inspira em Paulo Freire, embora critique o sexismo em suas ideias. Além disso, examina a cultura, a representação e a indústria cultural, confrontando estereótipos e criticando a colonização do olhar e do desejo, enquanto analisa a produção literária, cinematográfica e midiática. Também discute questões espirituais, amorosas e de autoestima, reivindicando o amor como ação política e espiritual, além de problematizar a erotização. Incorpora uma perspectiva interseccional em seus escritos, analisando as interações entre racismo, sexismo e outros aspectos.

bell hooks é, indiscutivelmente, uma das intelectuais mais influentes e indispensáveis da atualidade. Sua notoriedade não se limita ao fato de ter sido citada 10 vezes pelos 14 artigos analisados, mas pela habilidade de expressar pensamentos complexos de uma maneira acessível a todos. Sua escrita não se apoia em formulações simplistas; pelo contrário, ela consegue desvelar de forma direta e descomplicada as conexões entre o imperialismo econômico, a supremacia branca e o patriarcado.

Peter Wade e a Etnicidade

Peter Wade nasceu em 1954 no Reino Unido. É professor de Antropologia Social na Universidade britânica de Manchester. O autor é reconhecido por suas pesquisas e contribuições no campo dos estudos culturais, antropologia da América Latina e estudos de raça e etnicidade.

A obra de Peter Wade se concentra na região do Caribe, especialmente na Colômbia, onde ele examina questões relacionadas à etnicidade, afrodescendência e políticas de identidade. Ele é autor de diversos livros e artigos que exploram temas

como racialização, mestiçagem, políticas de reconhecimento e as dinâmicas complexas das identidades étnicas e raciais na América Latina.

Wade adota uma abordagem interdisciplinar, incorporando conceitos e métodos da antropologia, estudos culturais, estudos de gênero e teoria social em suas análises. Seu trabalho tem oferecido uma contribuição significativa para a compreensão das questões de identidade étnica e racial na América Latina, bem como sua interconexão com processos sociais, políticos e culturais mais amplos. Com 6 citações comuns, ele emerge como um domínio intelectual proeminente.

Sonia Alvarez e o Alter-Globalismo Feminista

Sonia Alvarez é acadêmica e professora de Política e Estudos Latino-Americanos, além de atuar como diretora do Centro de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Universidade de Massachusetts, em *Amherst*. Sua educação inclui graduação em Governo e Estudos Latino-Americanos pela *Smith College* e o doutorado em Ciência Política pela Universidade Yale. Ela também acumulou 20 anos de experiência como professora na Universidade da Califórnia.

Sua trajetória acadêmica está intimamente ligada ao ativismo transnacional e ao movimento alter-globalista⁵³. Alvarez desempenhou papéis como professora na Universidade de Campinas, em São Paulo, e como pesquisadora visitante na Universidade Federal de Santa Catarina. Ela conduziu pesquisas financiadas pela Fundação Ford, concentrando-se em questões de direitos, justiça social e antirracismo, entre outras. Seu trabalho está contribuindo para a interseção entre discursos e práticas em uma perspectiva transnacional.

A sua atuação abrange tópicos relacionados à política, gênero, justiça social e movimentos sociais na América Latina e em contextos transnacionais, com um enfoque especial no ativismo e no pensamento crítico relacionados ao alter-globalismo. Ela é uma figura proeminente no campo dos Estudos Latino-

⁵³ O movimento *alterglobalista* é uma coalizão que se opõe às políticas neoliberais e à hegemonia corporativa global. Surgiu como resposta aos impactos negativos da globalização econômica, buscando uma abordagem mais equitativa e sustentável para o desenvolvimento global. Ativistas organizam protestos e campanhas, defendendo direitos humanos, justiça social e proteção ambiental. O movimento critica instituições associadas ao capitalismo global, como o FMI e o Banco Mundial (Nota da Autora).

Americanos e uma voz influente no ativismo e na pesquisa acadêmica. Com 5 citações entre os 14 artigos, sua influência se destaca, contribuindo com análises para compreender as mudanças sociais e políticas na região.

Edward Telles e a Desigualdade Racial

Edward Telles é conhecido por seu trabalho no campo da desigualdade racial e étnica nas Américas. Ele nasceu em 1957 nos Estados Unidos. É professor de Sociologia da Universidade de Princeton e diretor do Programa de Estudos Latino-Americanos dessa universidade.

Sua obra concentra-se nas questões de raça, etnia e desigualdade, com especial atenção para as experiências das populações afrodescendentes e latinas nas Américas. Telles é autor de vários livros e artigos acadêmicos que exploram esses temas, incluindo “Pigmentocracias: Etnia, Raça e Cor na América Latina”, que analisa a intrincada estrutura de estratificação racial e étnica na região.

O autor tem sido fundamental para a compreensão das dinâmicas raciais e étnicas nas Américas, desempenhando um papel crucial no debate sobre desigualdade e discriminação racial na região. Suas 5 citações refletem a relevância de sua pesquisa para a análise dessas questões sociais urgentes.

Mala Htun e a Justiça de Gênero

Mala Htun é uma cientista política norte-americana de ascendência asiática, reconhecida por suas contribuições nos campos da igualdade de gênero, direitos das mulheres, raça e etnia, política na América Latina, e diversidade e inclusão na Academia.

Ela iniciou sua trajetória acadêmica como bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Stanford, em 1991. Em seguida, prosseguiu seus estudos na Universidade de Harvard, onde conquistou um mestrado, em 1996, e um Doutorado em Ciência Política, em 2000. Sua tese de doutorado, intitulada “Vida privada, políticas públicas: divórcio, aborto e igualdade familiar na América Latina”, recebeu o prestigioso Prêmio de Melhor Dissertação da seção de Mulheres e Política da Associação Americana de Ciência Política.

Ao longo dos anos, Mala Htun ocupou cargos acadêmicos em várias instituições de ensino superior, incluindo a Nova Escola de Pesquisa Social e a Faculdade *Eugene Lang*, onde contribuiu para o avanço do conhecimento nas áreas de política comparativa e estudos latino-americanos. Sua dedicação a essas disciplinas a levou a participar de programas de bolsas de estudo em instituições como o Instituto *Radcliffe* para Estudos Avançados na Universidade de Harvard e o Instituto *Kellogg* de Estudos Internacionais na Universidade de *Notre Dame*.

Além disso, desempenha um papel ativo na promoção de grupos historicamente sub-representados na ciência política. Htun ocupou cargos importantes na Universidade de Novo México e na Associação Americana de Ciência Política. Além disso, sua influência se estende para além do meio acadêmico, sendo citada regularmente em veículos de comunicação de renome por suas análises sobre questões de gênero e política.

Além dessas fontes, destacam-se autoras como Mary Castro, com 7 citações, Ana Costa, com 6 citações, Jacqueline Pitanguy e Maria Padilha, e os autores Bernard Guerin e Hugh Lacey, com 5 citações cada. Suas contribuições, embora não especificadas neste contexto, foram previamente objeto de debate, abarcando uma variedade de abordagens em campos diversos, como filosofia, psicologia e estudos de gênero, entre outros. Em conjunto, esta lista de autorias e suas respectivas citações realçam a riqueza e a diversidade de perspectivas que enriquecem o discurso acadêmico em várias disciplinas.

Ao examinar o número de citações, é possível apreciar a diversidade das contribuições acadêmicas em uma amplitude de áreas, como estudos de gênero, antropologia, política e sociologia. Essa variedade de enfoques reflete a vitalidade da pesquisa acadêmica e sua capacidade de explicar as complexidades políticas que atravessam as culturas e países.

Com base no exposto, apresento o mapa cartográfico que destaca a localidade desses domínios intelectuais:

Figura 11 - Mapa cartográfico da localidade nos domínios intelectuais



Fonte: Elaborado no Canva pela Autora a partir do The Coupler (2023).

A partir dessas incursões, dou início a uma discussão sobre o significado e as implicações dos resultados apresentados. Ao analisar os domínios intelectuais e considerar as origens das/os autoras/es citadas nos documentos acadêmicos – como bell hooks, Peter Wade, Edward Telles, Sonia Alvarez e Mala Htun – é possível apontar se há existência de colonização teórica em suas abordagens.

bell hooks, nascida nos Estados Unidos, aborda questões de gênero e raça profundamente enraizadas na sociedade norte-americana. Peter Wade, antropólogo social britânico, concentra-se principalmente em estudos latino-americanos, especialmente em questões de raça e etnia. Edward Telles, nascido nos Estados Unidos, pesquisa as relações raciais e étnicas no Brasil. Sonia Alvarez, socióloga nascida nos Estados Unidos, concentra grande parte de sua pesquisa na América Latina, com foco em gênero, movimentos sociais e política. Mala Htun, cientista política americana, examina questões de gênero, política e democracia na América Latina.

Embora nascidas/os nos Estados Unidos, as liminalidades das/os autoras/es que compõem sua identidade, raça, classe, experiências, valores, origens étnicas, não evidenciam abordagens euronorcentricas e revelam comprometimento com perspectivas latino-americanas. Apesar de terem nascido no Norte Global, suas abordagens mantêm um caráter reflexivo e reconhecem as posições e perspectivas tanto de si mesmas/os quanto de seus objetos de estudo. Isso implica que suas pesquisas são sensíveis às

limitações e aos privilégios que permeiam essas posições, resultando em uma análise mais completa e contextualizada das questões tratadas.

Além disso, ao questionarem as lógicas científicas dominantes em suas próprias produções, explorando questões como gênero, raça, classe e nacionalidade em contextos de países em desenvolvimento, propõem uma análise inclusiva e contextualizada das realidades que estudam, desafiando e transcendendo suas origens geográficas hegemônicas. Em suma, suas abordagens não refletem uma dinâmica de colonização teórica.

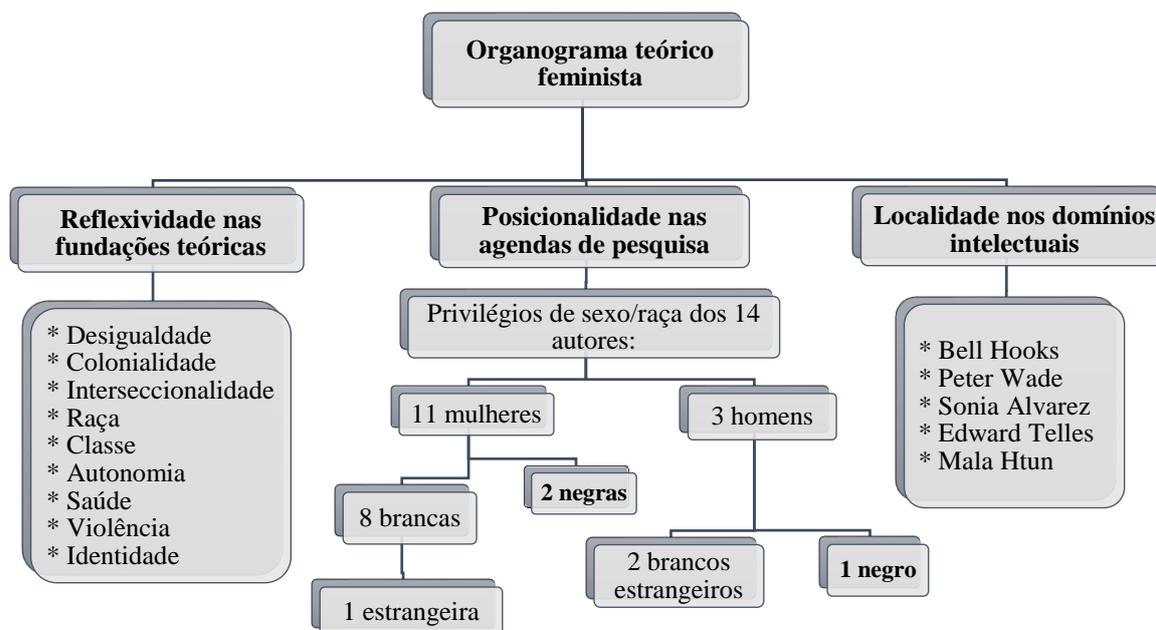
Diante disso, a localidade dos domínios intelectuais presentes nos 14 artigos acadêmicos analisados representa o último vetor percorrido sobre o estado da arte feminista a partir do *Web of Science*. Com essa dimensão, são capturadas as influências, fluxos e dinâmicas teóricas e epistemológicas propostas nos artigos. Essas informações ajudam a mapear o conhecimento, identificar áreas de interesse e orientar futuras pesquisas no presente campo.

As discussões apresentadas neste capítulo oferecem uma descrição detalhada do cenário da pesquisa acadêmica em teoria política feminista no Brasil e no *Web of Science*. Elas promovem a valorização do tema no ensino pedagógico, apontando áreas de interesse que podem orientar estudantes e indicando direções para lidar com lacunas a serem resolvidas no futuro.

A amostra de 14 artigos pode ser equiparada a uma exposição artística, onde cada trabalho representa uma peça única em um grande mosaico de ideias e abordagens. Assim como uma pintora cuidadosamente seleciona formas, traços e cores para expressar sua autenticidade, os/as autoras/es desses artigos reflexivamente fundam suas teorias, contribuindo para a diversidade do feminismo acadêmico. Da mesma forma, a visibilidade de cada obra na exposição reflete a posicionalidade frente a agendas de pesquisa, estabelecendo contatos para sua apreciação e disseminação dentro da especialidade acadêmica. Por fim, a inspiração das escolas de pensamento nas quais cada autora ou autor se baseia molda os contornos do mosaico feminista, com cada peça contribuindo para um todo coeso, rico e diversificado. Essas tesselas, como partes integrantes dos feminismos em mosaico, representam uma tapeçaria de ideias, experiências e perspectivas que enriquecem o cenário acadêmico.

Essa analogia oferece uma perspectiva sobre como esses vetores conceituais se entrelaçam ao cenário do feminismo acadêmico brasileiro contido no *Web of Science*, proporcionando uma visão abrangente desse campo. Todos elementos conceituais apresentados nesse capítulo são organizados no diagrama da Figura 12, abaixo:

Figura 12 - Diagrama do estado da arte feminista coletado em 14 artigos a partir do *Web of Science*



Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Diante disso, encerro este capítulo dando início ao desfecho. A seguir, descrevo as apreciações finais dessa jornada de pesquisa, respondendo ao anseio implícito no decorrer desta escrita “*de quem é esse lugar?*” e desenhando o mapa dos feminismos em mosaico.

5 REFLEXÕES FINAIS: DE QUEM É ESSE LUGAR?

Conhecimentos genuínos incluem reflexões desconfortáveis? Inevitavelmente. Em essência, a vida nos conduz a uma jornada de crescimento que se inicia quando estamos dispostos a transpor condicionamentos propostos pelo produtivismo-liberal, a abraçar o desconforto diante do desconhecido, a adotar novos comportamentos e perspectivas sobre o mundo e a escolher ir além.

Um elemento, em particular, provocou uma transformação desconfortável em minha perspectiva: a morte de meu pai. As perguntas eleitas para esta tese ganharam uma dimensão muito diferente após esse momento desolador. Ao revisitar uma de nossas conversas *online*, datada em 11 de abril de 2022, fui surpreendida com a instrução:

Não seja uma citadora bibliográfica. Seja alguém que incorporou o que aprendeu e agora terá o privilégio de compartilhar e reforçar o time do outro mundo possível. Não são os autores que enriquecem as pessoas, é o conhecimento que eles produzem a partir do conhecimento adquirido e o que os diferencia é a importância que dão para a habilidade de ensinar e a atitude para *não transformar o que sabem em mero comércio de sentidos*. O prazer de ensinar independe de quem é ensinado, mas das transformações que produz em quem aprende na construção coletiva do conhecimento cidadão (Eduardo Aquino Martinez, 2022, local WhatsApp).

As ideias não morrem. Cada ideia carrega uma história de vida e contribui para a construção de um *outro mundo possível*. Um dos legados mais significativos de uma vida talvez seja este: a capacidade de motivar a aventura de adentrar o mundo das ideias, a coragem para enfrentar um medo a cada dia, o impulso gerado pelo desejo de desaprender sobre o passado para reaprender sobre o presente e as inúmeras possibilidades de seguir em frente.

Recordo um dos momentos emblemáticos ao lado de meu pai, quando nos reuníamos nos cafés matinais, aos sábados, envolvidos em acaloradas discussões sobre política, igualdade e justiça durante minha adolescência. Com essa recordação, passei a perguntar: qual era, afinal, o meu lugar diante de minha pesquisa?

Esse ponto de inflexão foi profundamente transformado pela descoberta de novas leituras, sentidos e escolhas. Ao compreender as experiências que elaboraram a minha identidade, o meu corpo feminino, racializado, marginalizado e, principalmente, fronteiro, fui capaz de entender que nascer fronteira, ou de “lugar-nenhum”

(Anzaldúa, 1987, p. 80), não deveria me definir. Pelo contrário, essa característica era uma potencialidade:

Como *mestiza*, eu não tenho país, [...], no entanto, todos os países são meus, porque eu sou a irmã [...] em potencial de todas as mulheres. [...] Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (Anzaldúa, 1987, p. 80-81).

Descobrir meu papel no mundo como pesquisadora feminista, ao fazer escolhas acadêmicas alinhadas com minhas experiências, exigiu que eu ouvisse atentamente minha voz interior. Com ela, aprendi a acolher, respeitar e amar todos os seus processos. Esse espaço geopolítico permeado pela multiplicidade de atravessamentos contribuiu para aprimorar os aspectos teóricos e epistemológicos discutidos nesta tese. Isso foi possível por meio da elaboração consciente das perguntas adequadas. Além de produzir bons argumentos e respostas precisas, a habilidade de formular perguntas demonstra um dos alicerces do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, as perguntas foram ganhando maior profundidade: onde estavam as “minorias” utilizadas por aqueles intelectuais como seus objetos de estudos? Por que as suas pautas científicas acabavam à serviço do *comércio de sentidos*? Isso significava que ninguém mais deveria falar sobre os grupos subalternos sem representá-los? Entre três pontos, existem muitos outros. E em um desses pontos há uma lacuna entre a teoria e a prática. Não se trata de separar grupos por meio de categorizações binárias. Trata-se de, antes disso, refletir e responsabilizar aquilo que a Academia está efetivamente realizando em relação às “minorias”.

Entretanto, e quanto àqueles que não têm o direito de escolher? Porque a instituição universitária não instrui os seus estudantes a buscar liberdade de expressão e os condicionam a pedir permissão para exprimir suas ideias, sendo frequentemente confrontados com a sensação de que o conhecimento que já possuem nunca é o suficiente? Longe estava o desejo de me tornar como aqueles intelectuais que manifestavam desdém, distanciamento e arrogância em relação ao conhecimento adquirido pelos outros. Comportamentos frequentemente observados na universidade.

Essas reflexões levaram-me à questão central, implícita em todo este trabalho: *a quem pertence esse lugar*, de distinção intelectual? Uma das lições mais preeminentes derivadas do estudo da Ciência Política ao lado daquelas/es intelectuais foi a apreensão de que a linguagem desempenha um papel crucial no exercício do poder e na dinâmica de dominação. Não basta apenas falar sobre questões relacionadas às “minorias”, é imperativo que a comunicação acadêmica seja direcionada através de linguagens acessíveis para elas.

Fomentar ambientes acadêmicos propícios para que tais vozes sejam devidamente representadas e ouvidas deveria ser uma premissa basilar de toda e qualquer prática de pesquisa científica. As abordagens teórico-políticas hegemônicas não incorporam efetivamente os *sujeitos políticos* por trás do conhecimento incutidos em suas pesquisas na Ciência Política brasileira e perpetuam os mecanismos de opressão para dentro da universidade. Por isso, a narrativa não é apenas um meio de expressão, mas também uma poderosa ferramenta de emancipação política e promoção da justiça social.

Dessa forma, entendi que os sujeitos políticos por trás dos textos acadêmicos e o papel subjacente da linguagem de seus discursos precisavam ser abordados. Nesse quesito, durante todo o processo de investigação, minha memória relembra as experiências transformadoras em sala de aula na UFRGS. Passei a entender que o feminismo acadêmico, assim como as teorias tradicionais, poderia estar reproduzindo o mesmo comportamento acadêmico hegemônico que tanto criticava.

Ora, se as pesquisas desempenham um papel fundamental na padronização dos moldes hegemônicos por meio da manutenção do *status* de produtividade à disseminação do conhecimento científico, então, na verdade, são as pessoas por trás das pesquisas que contribuem para que essa dinâmica se retroalimente nas instituições. Isso acontece por meio da lógica produtivista-liberal pautada por relacionamentos acadêmicos entre privilegiados e subalternizados que criam redes para obter recursos. Para entender isso, identifiquei dois tipos de pesquisadores – utilitários e voluntários – e três focos de pesquisa principais.

De maneira análoga à arquitetura de uma casa, com a disposição de seus alicerces, paredes e coberturas, a estrutura do conhecimento feminista descreve a disposição dos elementos teóricos constituintes de seu campo de estudo:

As *fundações teóricas* são equivalentes ao alicerce e refere-se aos conceitos iniciais que dão origem às ideias e as configuram em teorias, nas quais um estudo acadêmico está fundamentado. Sua base sustenta e confere sentido ao que é construído sobre ela. Sua solidez implica a habilidade de compreender os principais pensamentos pertinentes que contribuem para a explanação do conhecimento.

As *agendas de pesquisa* podem ser comparadas às paredes, devido à sua flexibilidade na definição do tópico e escopo do estudo. Assim como as paredes podem ser configuradas de diferentes maneiras para criar espaços diversos, a agenda de pesquisa depende do tempo e do espaço, sendo definida de diversas maneiras por meio de diversas especializações, da mesma forma que as paredes definem os limites de um ambiente.

Os *domínios intelectuais* são como a cobertura e representam um conjunto especializado de conhecimento disposto pelas referências teóricas comuns associadas. De forma semelhante ao telhado que protege os elementos internos e proporciona um ambiente seguro em seu interior, o domínio intelectual oferece suporte e amparo às/os pesquisadoras/es em sua área de especialização, fornecendo a expertise necessária para conduzir seus estudos em um campo do conhecimento.

Dessa maneira, os *feminismos em mosaico* indicam os detalhes da paisagem sobre o feminismo acadêmico no Brasil, com base nas informações disponíveis no *Web of Science*. Durante a leitura flutuante dos 317 artigos disponíveis na base, que cobrem o período temporal de 23 anos de pesquisas (1998-2021), e por meio de uma revisão bibliométrica de caráter cientométrico realizada pelos *softwares VOSviewer* e *CitNetExplorer*, emergiram inúmeras descobertas em relação às fundações teóricas, às agendas de pesquisa e aos domínios intelectuais.

No tocante às *fundações teóricas*, as descobertas foram organizadas em seis *clusters* distintos: o primeiro, *cluster* vermelho, que investigou as relações entre feminismos e instituições; o *cluster* verde, que abordou as interseções entre gênero, sexualidade e infância, discutindo os feminismos e diferenças; o *cluster* azul, evidenciou as conexões entre feminismos e raças; o *cluster* amarelo, relacionou estudos sobre feminismos e identidades; o *cluster* roxo, explorou as interações entre feminismos e masculinidade; por último o *cluster* azul claro, este associado aos debates entre feminismos e violências.

No contexto das agendas de pesquisa, nove tópicos merecem destaque. Os 317 artigos abordaram discussões sobre: religião, violência, racismo, sexismo e história do feminismo popular (Rosado, 2017; Debert, 2016; Mattos, 2016; Dias, 2019; Calaça, 2018); interseccionalidade, trabalho doméstico, mobilizações nas escolas e universidades (Bernardino-Costa, 2015; Pelucio, 2011; Teixeira Da Silva, 2018; Castilho, 2017); sociologia e infância (Bartholomaeus, 2015); mulheres afro-brasileiras, ação política na América Latina e no Caribe (Cardoso, 2016; Werneck, 2005); estudos sobre Florence Nightingale, direitos à comunicação, lésbicas, bissexuais e transgênero (Costa, 2009a; Lahni, 2018); religião e feminismo decolonial (Roese, 2015); cidadania das mulheres e religião (Rosado-Nunes, 2018); e espiritualidades feministas, padrões de família, wicca, candomblé e mulherismo negro (Figueredo, 2018; Cordovil, 2016).

Sob uma perspectiva histórica longitudinal, foi possível indicar pontos de inflexão nos domínios intelectuais. Esses pontos de inflexão podem estar associados à tradução das obras para o português como consequente democratização do acesso às teorias. A influência pós-moderna de Donna Haraway, com a abordagem da perspectiva parcial, obteve sua primeira aparição no país a partir de 1995. A teoria da interseccionalidade, de autoria de Kimberlé Crenshaw, passou a ganhar destaque a partir de 2002. As ideias de Gayatri Spivak sobre a voz dos subalternos, em teoria pós-colonial, começaram a impactar as pesquisas brasileiras a partir de 2010. Angela Davis, teórica negra, trouxe debates sobre questões de raça e reprodução social para pesquisa feminista brasileira em 2016. Por fim, as contribuições de Djamila Ribeiro, brasileira antirracista, ganha relevância em 2017, através da abordagem sobre lugar de fala.

A leitura flutuante, embora tenha elucidado acerca da estrutura do conhecimento feminista, não aprofundou o debate sobre os *sujeitos políticos* por trás das obras acadêmicas. Para isso, foram empregados os vetores conceituais de *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade* como ferramentas qualitativas com o intuito de explicar e examinar o ponto de partida desigual a partir do qual pesquisadoras/es ingressam em suas trajetórias profissionais e analisam suas pesquisas. Isso possibilitou lançar luz sobre as relações de poder presentes na comunicação acadêmica e indicar o elitismo, o produtivismo e a colonização teórica, inerentes da lógica liberal científica hegemônica.

Durante esse percurso, a leitura em profundidade da parcela amostral daqueles 317 documentos acadêmicos, ou seja, os 14 artigos mais citados entre si, circunscritos em

um período temporal de 16 anos (2001-2017), revelou uma série de achados qualitativos interessantes em: reflexividade das fundações teóricas, posicionalidade das agendas de pesquisa e localidade dos domínios intelectuais. Esta análise de conteúdo foi realizada de forma manual, com exceção do último vetor que foi levado ao *software TheCoupler*.

No que tange à reflexividade das/es autoras/es sobre as fundações teóricas, os conceitos/termos centrais considerados pelas autoras/es em suas respectivas obras, foram: desigualdade, colonialidade, interseccionalidade, raça, classe, autonomia, saúde, violência e identidade. A reflexividade da maioria, 12 de 14 artigos examinados, esteve alicerçada em embate as estruturas teóricas dominantes.

Em particular, um ponto notável encontrado foram as variações entre a palavra colonialidade. A decolonialidade, descolonialidade e pós-colonialidade, termos usados pelos artigos mais comprometidos com a agenda feminista, que descreveram distintos contextos sobre história, política e cultura das sociedades que foram afetadas pelo colonialismo. Cada termo tem suas próprias características, mas também compartilha elementos comuns. Cabe frisar:

A colonialidade refere-se à persistência das estruturas de poder, das hierarquias sociais e das relações de dominação estabelecidas durante o período colonial, que continuam a influenciar a cultura, a economia, a política e a identidade mesmo após o fim “formal” do colonialismo. (Quijano, 1998; 2005). A decolonialidade é uma resposta crítica à colonialidade para dismantelar as estruturas do consequente poder colonial e promover a autodeterminação dos povos, rejeitando narrativas e práticas euronocêntricas e valorizando experiências, conhecimentos e culturas das comunidades historicamente colonizadas (Mignolo, 2000). A descolonialidade, usada de forma intercambiável com a decolonialidade, enfoca, precisamente, a descolonização das estruturas cognitivas e epistemológicas, rejeitando os sistemas de conhecimento impostos pelas potências coloniais em busca de epistemologias próprias, comunitárias, orientadas para resolver os problemas das realidades locais colonizadas (Paredes, 2018). A pós-colonialidade, por sua vez, refere-se ao período pós-colonial, e explora as questões políticas, culturais e sociais que surgiram nas dinâmicas de poder entre antigas colônias às metrópoles e suas relações com a identidade, hibridismo e resistência cultural (Fanon, 1961).

Esses conceitos desempenharam um papel relevante sobre as discussões levantadas, mais especialmente, nos artigos de Bernardino-Costa (2015), McCallum

(2017), Castro (2001), Werneck (2005) e Cardoso (2016) que adotaram uma abordagem crítica, negra e de/descolonial. As abordagens anticapitalistas, antirracistas e anticoloniais seguidas nesses debates, auxiliaram o entendimento sobre as práticas discriminatórias do fazer científico.

A posicionalidade sobre as agendas de pesquisa, auxiliou o entendimento sobre o impacto institucional dessas publicações. Essa abordagem foi uma ferramenta para compreender como as experiências pessoais das/os autoras/es influenciaram a visibilidade de seus estudos.

Entre os achados, a maioria das/os pesquisadoras/es dos 14 autores, 11 são mulheres. Porém, há uma diferença significativa na proporção de autoras negras, apenas 2/duas (Werneck, 2005; Cardoso, 2016), em relação as 9/nove autoras brancas (Pitanguy, 2002; Costab, 2009; Guedes, 2011; Castro, 2001; Diniz, 2012; Costa^a, 2009; Costa, 2000), o que revela uma notável desigualdade racial. Dessas mulheres brancas, 2/duas são estrangeiras (Bartholomaeus, 2018; Mccallum, 2007). Além disso, 1/uma das brasileiras brancas não está engajada com a agenda feminista (Costa^a, 2009).

No caso dos 3/três autores homens, existe uma presença limitada de 2/dois brancos que são necessariamente estrangeiros (Lacey, 2013; Guerin, 2017) para 1/um autor negro brasileiro (Bernardino-Costa, 2015). Esse fator, tornou evidente que os autores brancos estrangeiros escreveram textos menos comprometidos com a agenda feminista, se comparados com o único autor negro analisado. Além disso, foi curioso notar que pesquisadores brasileiros brancos não assumem perspectivas feministas em seus trabalhos acadêmicos.

De modo amplo, através da leitura em profundidade dessas posicionalidades, foi evidente identificar que acadêmicas/os feministas brancas/os não possuem o mesmo engajamento quando o assunto é sobre raça e classe, como possuem acadêmicas/os negras/os. Essa discrepância suscita debates em torno da diferença das motivações pelas quais pesquisas utilitárias e voluntárias são elaboradas.

Sobre as formações acadêmicas dessas/es pesquisadoras/es, estas foram diversas. Áreas como Medicina, Engenharia de Produção, História e Ciências Contábeis, entre outras, enriqueceram as discussões as agendas feministas e proporcionaram a ampliação de debates políticos sobre trabalho doméstico, saúde reprodutiva, violência de gênero,

política de tradução, entre outros temas. No entanto, o que certamente constitui um fator de distinção social e privilégio é o fato de que a maioria, de 12/doze a 14/quatorze autoras/es tiveram experiências de pesquisa em outros países.

Além disso, outra problemática mais ampla pode ser apontada: as limitações inerentes ao viés das autorias em tecnologias baseadas em evidências. Mesmo quando as/os pesquisadoras/es aplicam cuidado e atenção meticulosa em suas seleções – como foi o meu caso –, ainda assim, há o risco de incorrer incongruência na classificação dos dados. Isso ressalta a natureza complexa e multifacetada das ferramentas quantitativas de pesquisa, que, embora projetadas para fornecer informações confiáveis e objetivas, podem, em alguns casos, perpetuar falhas e enviesamentos.

A incorreção na seleção de um artigo não feminista para uma base de dados feminista exemplifica como até mesmo essas plataformas tecnológicas podem resultar em conclusões inadequadas. A situação ressalta a importância da vigilância crítica no uso dessas tecnologias e da conscientização sobre suas limitações inerentes.

Muitas vezes pesquisadores e usuários de tais bases de dados devem compreender que a precisão e a neutralidade não são garantias de qualidade científica, e que o exercício de discernimento e análise contínua é fundamental para mitigar distorções e desvios. Isso, por sua vez, fortalece o chamado por uma utilização mais responsável e informada das ferramentas tecnológicas na pesquisa e na tomada de decisões, reconhecendo tanto suas contribuições quanto suas limitações inerentes.

Esse cenário corrobora o argumento de críticas feministas que apontam como as ferramentas quantitativas têm o potencial de negligenciar ou até mesmo apagar as contribuições das feministas. É essencial reconhecer que esses enviesamentos podem impactar a compreensão geral de uma determinada área de estudo, além de potencialmente subvalorizar trabalhos autênticos, que genuinamente abordam questões de gênero e feminismo.

Diante disso, é importante adotar uma abordagem crítica ao usar tais bases de dados e sistemas automatizados de indexação, para assegurar que a representatividade seja mantida e que a diversidade e a riqueza da pesquisa sejam adequadamente refletidas.

No tocante às referências compartilhadas em comum sobre o vetor de *localidade dos domínios intelectuais*, é possível destacar alguns nomes de relevância na literatura.

bell hooks, conhecida por suas contribuições à pedagogia feminista, é amplamente citada, com 10 referências em comum entre os artigos. Peter Wade, que aborda questões étnicas no contexto de gênero, é mencionado em 6 referências comuns, em relevância a discussão étnica nas questões de gênero. Sônia Alvarez, com seu trabalho no campo do alter-globalismo feminista, também aparece em 6 citações. Edward Telles, que se dedica ao estudo da desigualdade racial, é referenciado em 5 referências. Por fim, Mala Htun, cujo trabalho envolve o cinema feminista, também é mencionada em 5 referências.

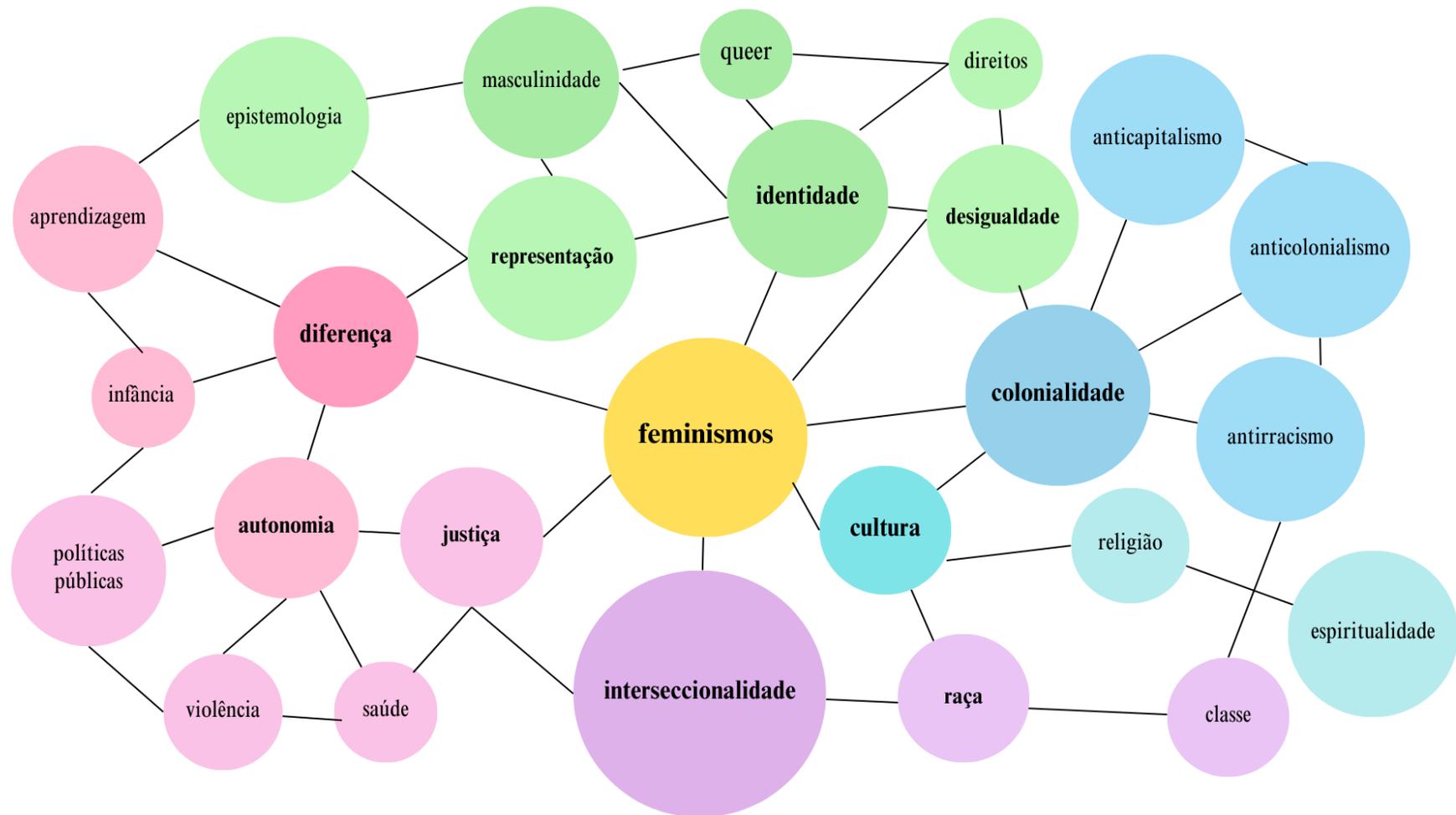
Diante disso, a localização dos domínios intelectuais está centralizada na geopolítica do conhecimento do Norte Global, especificamente nos Estados Unidos e Reino Unido. No entanto, embora sua origem geográfica seja essa, sua abordagem teórica não necessariamente reflete hegemonias. Essas obras representam pontos de inflexão na base teórica do discurso feminista brasileiro contemporâneo contido no *Web of Science*.

Em síntese, a partir do conjunto dos documentos disponíveis, fica evidente a presença de uma elite intelectual em todos os parâmetros analisados. Essa elite é caracterizada: i) pela predominância de publicações no exterior, em inglês; ii) pela concentração geográfica de artigos oriundos de instituições situadas em regiões centrais e desenvolvidas do Brasil; iii) pelas autorias constituídas majoritariamente por pessoas brancas; iv) e pelas referências bibliográficas reproduzidas a partir do Norte Global. Esses resultados indicam a presença de privilégios e vantagens nas relações de poder engendradas nas instituições acadêmicas.

Diante do exposto, é possível remontar os principais aspectos discutidos ao longo deste trabalho, por meio de um mapa mental dos conceitos centrais que compõem o feminismo acadêmico brasileiro no *Web of Science*. Esses, *feminismos em mosaico* foram reconstruídos a partir das tesselas feministas propostas por esses documentos. Assim, as teorias foram interpretadas como peças de um quebra-cabeça complexo que acomoda diversas perspectivas.

Desse modo, foi possível calcular a frequência e relevância dos principais conceitos desenvolvidos, tanto pelas 317 obras quanto pelas 14 analisadas. Os conceitos incluem identidade, representação, *queer*, diferença, desigualdade, direitos, justiça, autonomia, políticas públicas, saúde, violência, colonialidade, interseccionalidade, classe, raça, cultura, religião, espiritualidade, anticapitalismo, anticolonialismo, antirracismo, epistemologia, aprendizagem, infância e masculinidade.

Figura 13 - Mapa mental dos feminismos em mosaico



Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Como resultado do estudo proposto, a hipótese de que os artigos acadêmicos feministas registrados no *Web of Science* não fossem percebidos como colonizadores foi confirmada. Apesar do elitismo intelectual, as obras analisadas não seguem uma lógica de colonização teórica. Isso ocorre porque, entre outras coisas, embora as pesquisas estejam sob uma mesma base produtivista-liberal, o fato de serem obras feministas – salvadas as exceções – sugere certo compromisso em desconstruir os paradigmas científicos e ampliar a compreensão das opressões de gênero, classe, raça e outros marcadores sociais.

Além disso, a *Web of Science*, amplamente reconhecida por abrigar uma grande quantidade de pesquisas em todo o mundo e ser considerada um dos maiores acervos digitais científicos do planeta, revelou que o teor do conteúdo das obras disponíveis está alinhado com os padrões de produtividade relacionados majoritariamente à área da Saúde. Essa conformidade com os padrões produtivistas-liberais sugere que as informações disponibilizadas podem estar omitindo, invisibilizando e silenciando muitas contribuições feministas.

Essa omissão não prejudica a qualidade da análise realizada. Pelo contrário, reforça a necessidade de estudos como este, pois a falta de representatividade é fruto do comportamento das bases tecno-quantitativas, e do modelo científico vigente, proposto especialmente para homens, que marginalizam e subestimam pesquisas feministas. Essa desigualdade acadêmica é materializada pelas persistentes barreiras históricas que os grupos subalternizados enfrentam em busca de reconhecimento e valorização na ciência.

Ao organizar as complexas teorias feministas e analisar os contextos políticos das autoras/es que as escrevem, a minha intenção não foi estabelecer limites ou definições fixas sobre o que pode ou não ser considerado *feminismos*. Ao longo do tempo os feminismos já afirmaram sua fluidez recusando-se a aceitar definições rígidas limitadas pela linguagem acadêmica. Eles se manifestam como um amplo espectro dinâmico de ideias, teorias e práticas que abrangem de maneira multifacetada suas lutas, historicamente invisibilizadas.

Pelo contrário, em vez disso, a minha intenção foi estimular uma reflexão mais ampla sobre a diversidade teórica feminista nas práticas de pesquisa, levando em consideração as pessoas – *sujeitos políticos* – por trás das obras, para que não percam de vista o que estão, de fato, realizando.

As pressões em relação ao produtivismo-liberal acadêmico tornaram esta análise particularmente relevante à medida que pesquisadoras e pesquisadores avançam em suas carreiras e conquistam privilégios, refletindo os efeitos das relações de poder engendradas nessas instituições.

Isso implica que não devemos priorizar nossos interesses pessoais em nossas pesquisas? Obviamente, não. O problema não está na presença dos interesses pessoais por si, mas, especialmente no tocante à Ciência Política, ao fato de utilizarmos, como conceitos, teorias e autorias, abordagens excludentes, que apagam as vozes daqueles que deveriam estar sendo ouvidos e afastam as pesquisas daqueles que deveriam estar presentes. É necessário saber de *quem é esse lugar* na pesquisa, não apenas na teoria política feminista, mas também na Ciência Política brasileira.

A prática científica é orientada por diversos mecanismos e agências de controle. A comunicação acadêmica, fundamentada por esse modelo excludente, já não sustenta suas próprias bases. Os padrões produtivistas-liberais, colonizadores e elitistas, nos têm aprisionado em um sistema que, ao se apoiar em estruturas de poder que nos isolam uns dos outros, prejudica a todos, sem exceção. O suicídio de estudantes nas universidades, o assédio moral e sexual perpetrado por docentes – geralmente homens – à discentes – geralmente mulheres –, a corrida desenfreada por publicações em revistas, produzem um impacto negativo na saúde mental, emocional e psicológica de pesquisadoras e pesquisadores.

No que tange às revistas científicas e à avaliação da qualidade da pesquisa em Ciência Política, confiar em métricas como Índice *Qualis* da CAPES, Áreas Temáticas do CNPq, ou ainda em acervos digitais como *Web of Science* não é o suficiente. Torna-se imperativo considerar os *contextos políticos mais amplos* em que as pesquisas estão sendo conduzidas. A qualidade científica não deveria se limitar apenas a dados quantitativos. É preciso que seja reconhecido e valorizado o real impacto do conhecimento científico gerado na vida das pessoas e de suas comunidades.

Diante desse cenário, a principal contribuição desta tese para a Ciência Política e para os estudos feministas é a proposta de uma ferramenta metodológica qualitativa que utiliza os conceitos de *reflexividade*, *posicionalidade* e *localidade* como vetores para analisar a comunicação acadêmica, apontando os comportamentos engendrados nas estruturas de poder que a sustenta.

Esses conceitos, podem ser utilizados como indicadores qualitativos de métrica científica, os quais ajudam a elucidar a relação entre os sujeitos políticos por trás das obras acadêmicas, seus objetos de pesquisa, a conquista de privilégios e as teorias que sustentam, contribuindo para inspirar estudos futuros a adotarem uma abordagem metodológica *qualitativa feminista* para analisar a produção do conhecimento. Em suma, essa sugestão propõe a inclusão de novos indicadores de desenvolvimento científico, mais inclusivos, socialmente responsáveis, éticos e justos.

A ciência não emerge a partir de citações bibliográficas. No sentido histórico-evolutivo, ela emerge como uma resposta adaptativa à busca humana por compreensão e sentido do/no mundo.

Desenvolvida ao longo das eras, a capacidade de observação, a curiosidade e o pensamento crítico permitiram aos seres humanos explorar e entender seu ambiente. A formulação de perguntas, a elaboração de hipóteses e a realização de experimentos são extensões dessa evolução cognitiva. A ciência, como método sistemático de investigação, surgiu à medida que respostas concretas para os desafios ambientais foram impulsionando avanços sociais. Ela é uma ferramenta que contribui para a compreensão e interação com o mundo, promovendo a sobrevivência e sucesso da espécie.

As experiências de vida das pessoas, o ambiente em que estão inseridas, os valores que possuem, as dificuldades que enfrentam, a cultura a que pertencem, a geração a que fazem parte, todos esses elementos desenham a complexa rede de poder engendrada no tecido coletivo que constroem a ciência.

Por isso, importa considerar, não apenas a erudição ou o capital intelectual, político e social mobilizados pelas teorias e epistemologias, mas, sobretudo, *quem* teoriza, *para quem* teoriza, *como* teoriza e *de onde parte* para teorizar. Nesse contexto, a produção do conhecimento e a comunicação acadêmica devem atuar como agentes de transformação.

Por fim, este é um apelo à transformação das práticas científicas. É um convite à reflexão crítica sobre o compromisso de pesquisadoras/es com os seus objetos de estudo. É uma provocação sobre atividades acadêmicas que perpetuam opressões dentro e fora das universidades. É um chamado em direção à um outro mundo possível, orientado por abordagens mais autênticas, genuínas e expressivas em prol da justiça social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos** (CEBRAP), n. 100, nov. 2014.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVARADO, R. U. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**: Brasília, v. 38, n. 2, maio/ago., p. 69-79, 2009.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014. ISSN 0104-8333. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013> >. Acesso em: 07 de julho, 2022.

ANDERSON, E. **Feminist Epistemology and Philosophy of Science**. In: ZALTA, E. N. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2015. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/> >. Acesso em: 06 maio, 2020.

ANZALDÚA, G.; MORAGA, C. (eds.). **This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color**. Persephone Press, 1981.

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. Aunt Lute Books, 1987.

ANZALDÚA, G. (ed.). **Making Face, Making Soul/Haciendo Caras: Creative and Critical Perspectives by Women of Color**. Aunt Lute Books, 1990.

AMORAS, M; COSTA, S.; ARAÚJO, L. O Ativismo das Mulheres Negras Escravizadas no Brasil Colonial e Pós-Colonial, no Contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, e202128, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128> >. Acesso em: 04 out., 2022.

ARRUDA, Denis et al. Brazilian computer science research: gender and regional distributions. **Scientometrics**: Dordrecht, v. 79, n. 3, p. 651–665, 2009.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política a busca da equidade. In: **PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006a. p. 11–18. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BALLESTRIN, L. M. de A. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 3, n. 25, p. 1035-1054, set./dez., 2017.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-230, jan./abril, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70: São Paulo, 2011.

BARRETO R. S. F. D.; *et. al.* A teoria das redes como suporte para análise de conteúdo: novas perspectivas para a análise de redes semânticas. **Obra Digital**, n. 14, fev./ago., p. 34-49, 2018.

BARHOLOMAEUS, Clare; SENKEVICS, Adriano Souza. Accounting for Gender in the Sociology of Childhood: Reflections From Research in Australia and Brazil. **SAGE Open**, v. 5, p. 1–9, abril-junho 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/215824401558030> >. Acesso em: 08 de out 2022.

BAPTISTA, J. T.; WICHERS, C. A. de M.; BOITA, T. W. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. Highly cited - Writing narrative literature reviews. **Review of General Psychology**, v. 1, n. 3, p. 311–320, 1997.

BELLI, S.; BALBI, B., PRINCE, I., *et al.* Low physical functioning and impaired performance of activities of daily life in COVID-19 patients who survived hospitalisation. **Eur Respir J**, v. 56, n. 4, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**. v. 30, n. 1, p. 147-163, jan./abr. 2015.

BORGATTI, S. *et al.* Network analysis in the social sciences. **Science**, v. 13, n. 323, p. 892-895, 2009.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Caderno Pagu**: Campinas, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL Jr., A.; CARVALHO, L. Por dentro das Ciências Humanas: um mapeamento semântico da área via base SciELO-Brasil (2002-2019). **Revista de Humanidades Digitales**, v. 5, p. 149-183, 2020.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, aug., 2005.

BUNEA, A.; BAUMGARTNER, F. R. The state of the discipline: authorship, research designs, and citation patterns in studies of EU interest groups and lobbying. **Journal of European Public Policy**, v. 21, n. 10, p. 1412-1434, 2014.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: feminism and the subversion of identity. Nova Iorque: Routledge, 1990.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALAÇA, M. *et. al.* Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, set./dez. 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156> >. Acesso em: 08 julho 2022.

CALLON, M.; COURTIAL, J-P.; PENAN, H. **Cienciometría – La medición de la actividad científica: de la bibliometría a la vigilancia tecnológica**. Ediciones Trea: Asturias, 1995.

CAMPOS, J. L. A.; ALVES, A. S. A.; SANTORO, F. R. As mulheres são menos citadas do que os homens em artigos científicos? Uma análise do comportamento de citação relacionado ao gênero nas pesquisas em Etnobiologia. **Ethnoscintia**, v.6, n. 2, Especial, 2021.

CARDOSO, C. Feminisms from the Perspective of Afro-Brazilian Women. Traduzido por Miriam Adelman. **Meridians: feminism, race, transnationalism**, v. 14, n. 1, p. 1-29, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.2979/meridians.14.1.02> > Acesso em: 05 ago. 2022.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, M. Análise bibliométrica da literatura de Química no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 119-141, 1975.

CASTRO, M. Engendering Powers in Neoliberal Times na América Latina: Reflexões da Esquerda sobre Feminismos e Feminismos. **LATIN AMERICAN PERSPECTIVES**, ed. 121, v. 28, n. 6, p. 17-37, nov., 2001.

CASTANHA, R.; GRÁCIO, M. Indicadores de acoplamento bibliográfico para a avaliação da proximidade teórico-metodológica em redes de genealogia acadêmica: um estudo aplicado aos descendentes bolsistas PQ de Aldo Barreto. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i00.8661393> >. Acesso em: 04 jul. 2023.

CASTANHA, Rafael Gutierrez. The Coupler: uma nova ferramenta bibliométrica para análises relacionais de citação, acoplamento bibliográfico e cocitação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8671208> >. Acesso em: 10 jul. 2023.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks, California: Sage, 2009.

COCCHIA, A. Smart and Digital City: A Systematic Literature Review. In: Dameri, R.P. and Rosenthal-Sabroux, C., Eds., **Smart City: How to Create Public and Economic Value with High Technology in Urban Space**. Springer: Cham, p. 13-43, 2014.

CODATO, A.; LORENCETTI, M.; BITTENCOURT, M. Política da ciência na ciência da política: um estudo sobre a internacionalização da literatura sobre mulheres na América Latina. In: ST01 - A ciência social brasileira como campo transnacional de pesquisa: ideias, atores e instituições. **43º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu**, 21 a 25 out., 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Feminist Theory: A Critique of Ideology**. South End Press, 1984.

COLLINS, P. H. The Social Construction of Black Feminist Thought. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**. University of Chicago, 1989.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Routledge, 1990.

COLLINS, P. H. **Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism**. Routledge, 2004.

COLLINS, P. H. **On Intellectual Activism**. Temple University Press, 2012.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, v. 51; n. e175118, 2017.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. Boitempo: São Paulo, 2019a.

COLLINS, PATRICIA HILL. **Intersectionality as Critical Social Theory**. Duke University Press, 2019b.

COOPER, H. M. Scientific Guidelines for Conducting Integrative Research Reviews. **Review of Educational Research**, v. 52, n. 2, p. 291-302, 1982.

CORDOVIL, Daniela. Espiritualidades feministas: Relações de gênero e padrões de família entre adeptos da wicca e do candomblé no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 110, 2016, p. 117-140. Disponível em: < <https://doi.org/10.4000/rccs.6410> >. Acesso em: 03 de out., 2022.

COSTA, C. Being Here and Writing There: Gender and the Politics of Translation in a Brazilian Landscape. **Signs**, vol. 25, no. 3, pp. 727-760, 2000.

COSTA, R. et al. O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo. **Texto Contexto Enfermagem**: Florianópolis. v. 18, n. 4, pp. 661-669, out-dez, 2009a.

COSTA, A. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 14, no. 4, p. 1073, 2009b.

- CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.
- CRUZ, K. M. **O conceito de institucionalização partidária**: Análise sistemática da literatura. Dissertação de mestrado em Ciência Política – Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2019.
- CURTY, R. G.; DELBIANCO, N. R. As diferentes metrias dos estudos métricos da informação: evolução epistemológica, inter-relações e representações. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, v. 25, p. 01-21, 2020.
- DACOMBE, R. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? **Political Studies Review**, v. 2, n. 16, p. 148-157, 2017.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEBERT, G.; ASSIS SIMÕES, J.; HENNING, C. E. Entrelaçando gênero, sexualidade e curso da vida: apresentação e contextualização. **Sociedade e Cultura**: Goiânia, v. 19, n. 2, 2017. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/48680> >. Acesso em: 19 out. 2022.
- DEHDARIRAD, T., VILLARROYA, A., & BARRIOS, M. Women in Science and Higher Education. **Universidade de Barcelona**, Espanha. 2015 Disponível em: < https://fima.ub.edu/liser/sites/fbd.ub.edu.liser/files/posters/Dehdarirad_T_Villarroya_A_poster.pdf >. Acesso em: 20 de out., 2022.
- DELAP, L. **Feminismos**: uma história global. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DIAS, M. O da S. **Teorias e métodos dos estudos feministas** (perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano). Mimeo: São Paulo, 1990.
- DIAS, M. O. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: (org.) HOLLANDA, H. B; ARRUDA, A. *et al.* **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro. p. 357-370, 2019.
- DINIZ, S. Materno-infantilism, feminism and maternal health policy in Brazil. **Reproductive Health Matters**, v. 20, n. 39, p. 125-132, 2012.
- EICHLER, M. Nonsexist research methods: A Practical guide. **Allen & Unwin**: Winchester, 1988.

ESPINOSA MIÑOSO, Y.; ZIROLDO, N. Superando a análise fragmentada da dominação: Uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, v. 17, n. 1, 2022. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v17i1.84444> >. Acesso em: 10 dez., 2022.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1961.

FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 224-240, 1997.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. p 194

FERETTI, V. E.; JUNCKES I. J.; CLEMENTE, A. J. Ciência Política e análise de redes: uma metodologia para o mapeamento de comunidades temáticas. **GUAJU: Matinhos**, p. 229-251, 2018.

FERRARI, R. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, v. 24, n. 4, p. 230–235, 2015.

FERREIRA, L. et al. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil. **História, Ciências, Saúde: Rio de Janeiro**, v. 15, n. sup., p. 43–71, 2008.

FERREIRA, A. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, D. B.; PARANHOS, R.; SILVA, J. A. DA; ROCHA, E. C. DA; ALVES, D. P. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205–228, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968

FRIEDAN, B. **The Feminine Mystique**. Nova Iorque: W. W. Norton, 1963. 239p.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators**. Course handouts, 2003.

GOÉS, J. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados saberes. **Revista Estudos Feministas: Florianópolis**, v. 27, n.1, 2019.

GONZALEZ, Lélia. O racismo no Brasil é profundamente disfarçado. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 1984. p. 302-305.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 1988. p. 127-138.

GRÁCIO, M. C. C. Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 47, p. 82-99, 2016.

GRANT, J. **Fundamental Feminism Contesting the Core Concepts of Feminist Theory**. Nova Iorque: Routledge, 1991.

GUEDES, R.; FONSECA, R. A autonomia como necessidade estruturante para enfrentamento da violência de gênero. **Revista Escola de Enfermagem**: São Paulo, 45(Esp. 2): 1731-5, 2011. Disponível em: < www.ee.usp.br/reeusp/ >. Acesso em: 23 jul., 2022.

GUERIN, B.; ORTOLAN, M. Analyzing Domestic Violence Behaviors in Their Contexts: Violence as a Continuation of Social Strategies by Other Means. **Behavior and Social Issues**, v. 26, p. 5-26, 2017. doi: 10.5210/bsi.v.26i0.6804. Acesso em: 20 de julho 2022

HARAWAY, Donna. Situated knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 3, n. 14, p. 575-99, 1995 [1988].

HARAWAY, Donna J., **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature**, New York, Routledge, 1991.

HARDING, S. **Feminism and methodology**. Indiana University: Indiana, 1987.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, n.1. v.1, p.7-31, 1993.

HARDING, S. **Ciência y feminismo**. Ediciones Morata: Madrid, 1996.

HARDING, S. Gênero, democracia e filosofia da Ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**: Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jul., p. 163-168, 2007.

HARTSOCK, N. The Feminist Standpoint: Toward a Specifically Feminist Historical Materialism. In: MCCANN, Carole; SEUNG-KYUNG, Kim. **Feminist Theory Reader: Local and global perspectives**. Routledge: New York and London. p. 292-30, 2003.

HANCOCK, A. Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm. **Politics and Gender**, v. 3, n. 2, p. 248-253, 2007.

HAYASHI, M. C. P. I. Sociologia da ciência, bibliometria e cientometria: contribuições para a análise da produção científica. In: **Anais Eletrônico – IV EPISTED – Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação**. Unicamp: São Paulo, dez., 2012.

HEARST, M. A.; ENGLISH, J.; SINHA, R.; SWEARINGEN, K.; YEE, K.-P. Finding the flow in web site search. **Communications of the ACM**, v. 45, n. 9, set., 2002.

HJØRLAND, B. Theories of knowledge organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 3, p. 169-181, 2013.

HOLLANDA, H. B. Introdução. ARRUDA, A. *et al.* In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** (Org.) HOLLANDA, H. B. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas: Florianópolis.** n. 2, p. 464-478, 1995.

hooks, b. **Wounds of Passion: a wriiting life.** New York and London: Routledge, 1997.

hooks, b. **All about love: New visions.** New York: William Morrow, 2000.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução: Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, b. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, b. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.** Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HOPPEN, N. **Retratos da Pesquisa Brasileira em Estudos de Gênero: Análise Cientométrica da Produção Científica.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUYNH, David. **OpenRefine** (s./l.). Open-Source Community, 2015. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/OpenRefine>. Acesso em: 10 set. 2020.

HULKO, Wendy. The Time-and-Context-Contingent Nature of Intersectionality and Interlocking Oppressions. *Affilia. Journal of Women and Social Work.* v. 24, n. 1, p.44-55, 2009.

JOEL, D., VIKHANSKI, L. **Gender Mosaic: Beyond the Myth of the Male and Female Brain.** Austrália: Hachette Book Group, 2019.

KOURANY, J. (2010). **Philosophy of science after feminism.** New York: Oxford University Press.

- KESSLER, M. M. Bibliographic coupling between scientific papers. **American Documentation**, v. 14, n. 1, p. 10–25, 1963.
- KESSLER, M. M. Comparison of the results of bibliographic coupling and analytic subject indexing. **American Documentation**, v. 16, n.3, p. 223–233, 1965.
- KIM, M.C.; ZHU, Y.; CHEN, C. How are they different? A quantitative domain comparison of information visualization and data visualization (2000-2014). **Scientometrics**, v. 107 n. 1, p.123-165, 2016.
- KITCHENHAM, B. et al. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. **Technical report**: Keele University, UK, 2007.
- KRAUSS, W. Political Implications of Gender Roles: A Review of the Literature. **The American Political Science Review**, v. 68, n. 4, p. 1706–1723, 1974. Disponível em: < <https://doi.org/10.2307/1959952> >. Acesso em 30 jan 2020.
- LAHNI, C; AUAD, D. Feminismos e direito à comunicação: lésbicas, bissexuais e transexuais em série. **Laplage em revista**, v. 4, n. 1, jan/abr 2018, p. 92-108
- LARIVIÈRE, V *et al.* Bibliometrics: Global gender disparities in science. **Nature**: London, v. 504, n. 7479, p. 211–213, 2013.
- LACEY, H. Rehabilitating neutrality. **Philos Stud**, n.77–83, p. 163, 2013. DOI: 10.1007/s11098-012-0074-6.
- LEDIN, A et al. A persistent problem: traditional gender roles hold back female scientists. **EMBO reports**: Heidelberg, v. 8, n. 11, p. 982–987, 2007.
- LETA, J.; LEWISON, G. The contribution of women in Brazilian science: a case study in astronomy, immunology and oceanography. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 57, n. 3, p. 339–353, 2003.
- LONGINO, Helen. **Can There Be a Feminist Science?** Princeton Univ. Press: New Haven, 1986.
- LONGINO, Helen (eds.). **Feminism and Science**. Oxford University Press: Oxford, p. 28-90, 1996.
- LORDE, A. **Sister Outsider**. Crossing Press: Berkeley, 1984.
- LORDE, A. The Erotic as Power. In: *Sister Outsider* (1978). **Ten Speed Press**: New York, p. 53-58, 2007.
- LUGONES, Maria. Have We Got a Theory for You! Feminist Theory, Cultural Imperialism and the Demand for 'The Woman's Voice'. **Women's Studies International Forum**, vol. 10, no. 2, p. 135-146, 1987.

LUGONES, M. The Inseparability of Race, Class, and Gender. **Feminist Theory**, vol. 8, no. 3, p. 343-358, 2007.

LUGONES, M. **The Coloniality of Gender**. *Worlds & Knowledges Otherwise*, vol. 2, no. 3, p. 1-17, 2008.

LUGONES, M. **Peregrinajes/Pilgrimages: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions**. Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 3, n. 22, p. 935-952, set.-dez., 2014.

MARTINEZ, I. N. **O acesso aos corpos das mulheres: de propriedade à desapropriação**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais - Ciência Política. Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

MARTINEZ, I. N. **Enfrentamento à violência contra as mulheres em São Borja: Um panorama das ações da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Pampa: São Borja, 2018.

MARTINEZ, I. e CLEMENTE, A. O acesso ao corpo feminino: contribuições teóricas sobre a violência contra as mulheres. In: **I Seminário de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Pelotas, 2019, p. 324. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/scpufpel/files/2020/06/Anais-I-Semin%C3%A1rio-de-Ci%C3%A2ncia-Pol%C3%ADtica-UFPel.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

MATOS, G. **Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica**. Revista Estudos Feministas. 2018. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Marília, 2018.

MATTOS, A; CIDADE, M. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus - revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, n. 5, v. 1, p. 132-153, maio-out. 2016., ISSN: 2358-0844. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>.

MATURANA, H. R.; VARELA, F.J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. 11 ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MCCALLUM, C. Women out of Place? A Micro-historical Perspective on the Black Feminist Movement in Salvador da Bahia, Brazil. **Latin American Studies**, v. 39, p. 55-80, 2007. doi: 10.1017/S0022216X06002033.

MCCANN, H. *et al.* **O livro do feminismo**. (Trad.) RODRIGUES, A. 1º ed. Globo Livros: Rio de Janeiro, 2019.

MEDEIROS, T. **A produção científica sobre estudos de gênero no repositório digital da UFRGS: um estudo bibliométrico**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MELO, H.; OLIVEIRA, A. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 301–331, 2006.

MENDLOWICZ, M. et al. Is there a “gender gap” in authorship of the main Brazilian psychiatric journals at the beginning of the 21st century? **Scientometrics**: Dordrecht, v. 86, n. 1, p. 27–37, 2011.

MIES, M. **Patriarchy & accumulation on a word scale**: women in the International division of labor. New York: Zed Book, 1998 [1986].

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs**: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking. Princeton University Press, 2000.

MIGUEL, S.; MOYA-ANEGON, F.; HERRERO-SOLANA, V. A new approach to institutional domain analysis: Multilevel research fronts structure. **Scientometrics**, v. 74, n.3. p. 331-344, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria Política, Feminismo e Liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 44. v. 15. out., 2000.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Contribuições e subversões feministas à teoria política. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 24, n. 1, p. 381, jan-abr, 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p381> >. Acesso em: 03 out., 2021.

MINELLA, L. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 95–140, 2013.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, 2006, p. 72-86.

MOHANTY, C. **Feminism without Borders**: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. Durham: Duke University Press, 2003.

MOSS-RACUSIN, Corinne A et al. Science faculty’s subtle gender biases favor male students. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, Washington, v. 109, n. 41, p. 16474–16479, 2012.

MULCHENKO, Z. M. Measurement of science. Study of the development of science as an information process. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 4, n. 405, p. 210, 1971.

NACKE, O. Informetría: un nuevo nombre para una nueva disciplina. Definición, estado de la ciencia y principios de desarrollo. **Revista española de documentación científica**, v. 6, n. 3, p. 183, 1983.

NARAYAN, U. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, p. 276-290, 1997.

- NARVAZ, M; KOLLER, S. Famílias e Patriarcado: Da Prescrição Normativa à Subversão Criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan/abr. 2006.
- OAKLEY, A. Science, Gender, and Women's Liberation: an argument against postmodernism. **Women's Studies International Forum**: New York, v. 21, n. 2, p.133-146, 1998.
- PAIVA, M. S. Teoria Feminista: O desafio de tornar-se um paradigma. **Revista Brasileira de Enfermagem**: Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez. 1997.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 364p.
- PATEMAN, C. Criticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLS, Carme (Comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Paidós: Barcelona, 1996, p. 2-23.
- PALLUDETO A.; FELIPINI A. Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica. **Economia e Sociedade**: Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 313-337, maio-agos. 2019.
- PARSON, L. **Freedom**: a journal of anarchist communism. Chicago, 1892.
- PAUL, J.; CRIADO, A. R. The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know? **International Business Review**, v. 29, n. 101717, 2020.
- PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011. DOI: 10.1590/s0104-12902011000100010
- PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. Oxford: New York, 1995.
- PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017. 64 p
- PINHEIRO, J. Anonimato e avaliação cega por pares. **Editorial**. *Estud. psicol. (Natal)*, v. 9, n. 2, ago 2004. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200001> >. Acesso em: 26 jun., 2022.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.
- PINTO, M. D. de S.; SANTOS, R. N. M. dos; SANTOS, L. M. B. Análise de citação da revista eletrônica Arquivística.Net: uma aplicação das técnicas bibliométricas. **Em Questão**: Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2009.
- PITANGUY, J. Bridging the Local and the Global: Feminism in Brazil and the International Human Rights Agenda. **Social Research: An International Quarterly**, v. 69, n. 3, p. 805-820, Fall 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.1353/sor.2002.0026> >. Acesso em: 02 set., 2022.

- PITKIN, H. F. **The Concept of Representation**. University of California Press: Berkeley and London, 1967.
- PRÁ, J; MARTINEZ, I. Os Desafios dos Feminismos ante a Colonização Teórica e a Colonização de Gênero. In: QUADRADO, J; NUNES, L; NARVAES, A. (Orgs.). **Gênero, Sexualidade, Diversidades: Perspectivas Interdisciplinares**. Bagé: MC&G Editorial, 2022. p. 71-90.
- PRADO, R. **O talento em uma perspectiva feminina: características individuais e familiares de pesquisadoras de destaque no Brasil**. 2010. Dissertação de Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília: Brasília, 2010.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. Editora UFMG, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J., GROSSI, M. (org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998a.
- RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89–98, 1998b.
- RESENDE, M. et al. Participação feminina na produção científica em finanças nos ENANPAD's de 2000 a 2010. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 11, n. 20, p. 1–22, 2012.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.
- RICHTER, V. Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J. (Orgs.) In: **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Edições Loyola Editora PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2006.
- ROESE, A. Vida sem religião: o caso da “comunidade de mulheres” Noiva do Cordeiro. In: ROSADO, M. (Org.). **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 35-50, 2015.
- ROSADO, M. Feminismo, gênero e religião – os desafios de um encontro possível. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, p. 65-76, maio-ago., 2017.
- ROSADO-NUNES, M. Gênero e Religião. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 256, maio-ago., 2005.

- ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**: São Paulo, v. 15, n. 30, p. 09-22, 1995.
- ROSTAINING, H. **La bibliométrie e ses techniques**. Toulouse: Sciences de la Société, 1996.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. Companhia das Letras, 1978.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, M. **Pesquisar Gênero é uma Atividade Feminista?** Um Estudo da Produção de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS (1977-2020). Dissertação de Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2022.
- SARDENBERG, M. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: **X Encontro da REDOR**, Salvador, 29 out.-nov., 2001. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020> > Acesso em 01 dez. 2021.
- SARDENBERG, C; COSTA, A. Feminismos no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Labrys: estudos feministas**, [s. l.], v. 20/21, 2011.
- SARDENBERG, C. M. B. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**: Londrina, v. 20 n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015.
- SCOTT, J. Trend Report Social Network Analysis. In: **Sociology**. **Sage Publications Ltd.**, v. 1, v. 22, fev., p. 109-127, 1988.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16, p. 297-325, 1998.
- SILVA, J. A.; BIANCHI, M. de L. P. CIENTOMETRIA: A MÉTRICA DA CIÊNCIA. **Paidéia**, v.11, n. 20, p. 5-10, 2001.
- SILVA, D. Identidades e performatividade de gênero nas práticas discursivas da Brahma Kumaris. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**: Brasília, v. 9, n. 1, p. 5-37, 2010.
- SILVA, E.; SILVA J. M. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**: Ponta Grossa, v. 7, n. 1, jan./jul., p. 132-154, 2016.
- SILVA, L. **Didática Coerente com a Pedagogia Histórico-Crítica**: Elementos de Aproximação da Educação do Jovem Adulto Trabalhador. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2018.

SÖDERLUND, T.; MADISON, G. Characteristics of gender studies publications: a bibliometric analysis based on a Swedish population database. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 105, n. 3, p. 1347–1387, 2015.

SMALL, H. Cocitation in the scientific literature: A new measure of the relationship between two documents. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 24, n. 4, p. 265–269, 1973.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o sulbaterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1988].

SPRINGER, K. Third Wave Black Feminism? Or, Why the Politics of the 1980s and 1990s Matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 34, n. 1, p. 53-80, 2008.

SPADE, J.; VALENTINE, C. (Eds.). **The kaleidoscope of gender**. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press; Londres: Sage Publications, 2008.

STERNBERG, R. **Psicologia cognitiva**. Artes Médicas Sul: Porto Alegre, 2011.

SOLANO SUÁREZ, Y. Producción escrita del campo de saberes Mujeres y género en el Caribe colombiano (1979-2016). **Memorias: revista digital de arqueología e historia desde el Caribe**, Barranquilla, v. 14, n. 34, p. 113–150, 2018.

TARGINO, M. G.; TORRES, N. Comunicação Científica além da Ciência. In: **Criação Intelectual na Comunicação Científica: reflexões e orientações**. Edufersa: Mossoró, 2016.

TELES, M. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2019.

TODESCHINI, R.; BACCINI, A. **Handbook of Bibliometric Indicators: Quantitative Tools for Studying and Evaluating Research**. Wiley-VCH Verlag GmbH & Co: Weinheim, 2016.

UNESP. **Tipos de Revisão de Literatura**. 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tiposde-evisao-de-literatura.pdf> Acesso em: 17 set. 2019.

WERNECK, J. Ialodês et féministes. Réflexions sur l'action politique des femmes noires en Amérique latine et aux Caraïbes. **Nouvelles Questions Féministes**, Éditions Antipodes, v. 24, p. 33-49, 2005/2. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2005-2-page-33.htm&wt.src=pdf> >. Acesso em : 20 ago. 2022.

VOM BROCKE, J., SIMONS, A., RIEMER, K., NIEHAVES, B., PLATTFAUT, R., & CLEVEN, A. Standing on the Shoulders of Giants: Challenges and Recommendations of Literature Search in Information Systems Research. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 37, n. 9, p. 206-224, 2015.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton University: Princeton, 1990a.

YOUNG, I. M. **Throwing Like a Girl and Other Essays in the Feminist Philosophy and Social Theory Bloomington**. Indiana University, 1990b.

YOUNG, I. M. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 9, p. 169-203, set./dez, 2012.

YANG, S.; YUAN, Q.; YU, Y. Scientometrics, Informetrics, and Bibliometrics different? In: 16th International Conference on Scientometrics & Informetrics. **The Center for Studies of Information Resources**. Wuhan University: China, n. 430072, p. 1-12, 2017.

ZUPIC, I.; CATER, T. Bibliometric Methods in Management and Organization. **Organizational Research Methods**: Slovenia, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.

APÊNDICE A – 317 ARTIGOS

Alguns dos passos do fluxograma cientométrico realizado no *Web of Science*:

1) Seleção por país:

The screenshot shows the Web of Science interface. At the top, there is a navigation bar with various tools and options. The main header reads 'Web of Science' and 'Clarivate Analytics'. Below the header, there is a search bar and a 'Refine' menu. The 'Refine' menu is open, showing a list of countries and regions. The 'BRAZIL' option is selected and highlighted with a red arrow. The interface also shows search results for 'TOPIC: (Feminism) AND DOCUMENT TYPES: (Article) NOT DOCUMENT TYPES: (Early Access)' with 317 records. The 'Refine Results' section shows a search box and filter options for 'Open Access' and 'Publication Years'.

2) Extração dos dados em formato txt.:

The screenshot shows the 'Export Records to File' dialog box in the Web of Science interface. The dialog box has a close button (X) in the top right corner. It contains the following options:

- All records on page
- Records from: 1 to 317

Below these options, it states: 'No more than 500 records at a time.'

The 'Record Content' section has a dropdown menu set to 'Full Record and Cited References'.

The 'File Format' section has a dropdown menu set to 'Tab-delimited (Win)'.

At the bottom of the dialog box, there are 'Cancel' and 'Export' buttons.

The background shows a list of search results. The first result is 'Ecological Justice and Female Subalternization' by de Andrade, Camila Damasceno, published in DIREITO E PRAXIS, Volume: 11, Issue: 2, Pages: 808-830, Published: 2020.

APÊNDICE B – 14 ARTIGOS

1. Compilação Manual dos Documentos Científicos

Compilar dados refere-se à ação de coletar e organizar informações de várias fontes em um único conjunto de dados. Optei por reunir todas as informações em um arquivo de dados *online*, em vez de usar tabelas que poderiam ser difíceis para pessoas sem conhecimento específico entenderem. O objetivo é tornar o acesso à informação científica mais democrático, permitindo que leitores possam ter uma visão panorâmica dos detalhes realizados neste trabalho. A compilação dessas informações foi feita manualmente para criar uma visão geral dos dados dispersos, tornando-os mais úteis para análises, tomadas de decisões e referências futuras. Abaixo, segue o link para acessar essas informações: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1HpAKd0QXOuQAaCgV-X-h_MbFUd0sfpuw49LB1aha5_k/edit#gid=0]

2. Plano de Ação Manual

Um plano de ação é um documento que indica as etapas e os passos necessários para atingir um objetivo ou realizar uma tarefa específica. Ele é uma ferramenta essencial para o planejamento e a gestão de projetos, permitindo se estabeleçam metas claras, prazos e acompanhamento das atividades.

Este relatório descreve o processo de organização de dados realizado por mim e meus irmãos, atuam como analistas de tecnologia da informação. O objetivo deste processo foi extrair os detalhes dos 14 artigos selecionados que interessavam para esta pesquisa, mais especificamente, aqueles relacionados ao vetor de análise *posicionalidade dos domínios intelectuais*, e sinalizar as decisões tomadas durante o procedimento.

2.1 Primeiro Passo: Obtenção dos Dados

Iniciamos o processo com uma tabela que continha os *links* para os artigos usando o *Google Apps Suite*. Foi importante observar que os artigos selecionados estavam em formato PDF, já que alguns artigos não estavam disponíveis para o acesso no *Web of Science*.

2.2 Segundo Passo: Organização e critérios

Nesta etapa, definimos regras e padrões para tratar os dados. Verificamos que os dados “limpos”, ou seja, aqueles prontos para uso no software *The_Coupler*, apresentavam algumas características específicas. Essas características incluíam o último sobrenome do autor, seguido por vírgula, e as iniciais do nome do autor e de outros sobrenomes, caso houvesse. No entanto, também encontramos algumas incongruências na formatação das referências entre os artigos, como: falta de padronização, ausência de alguns autores citados no corpo do texto, além das variações nos nomes dos autores, mesmo quando se tratava do mesmo autor.

Para estabelecer um padrão de referência, recorremos às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificamente a norma NBR 6023:2018, que descreve exemplos para referências em artigos científicos. Com base nessa norma e nas normalizações da UFRGS, definimos que o último nome viria primeiro, seguido de vírgula e das iniciais dos demais nomes e sobrenomes. Caso houvesse sobrenomes compostos, usaríamos hífen ou espaço para separá-los. As iniciais seriam escritas em letras maiúsculas e sem conjunções. Essas regras foram representadas por uma expressão regular.

2.3 Terceiro Passo: Seleção, Organização e Implantação

Antes de discutir os procedimentos nesta etapa, é importante destacar a estrutura da tabela usada. Ela consistia em quatro abas, sendo três delas relevantes para o processo: “Índice dos 14 Artigos”, “Referências Citadas pelos 14 Artigos” e “Todas as Referências em uma Coluna Só”

2.3.1 Seleção: Definimos critérios para a seleção e exclusão de dados, como a não inclusão de editores de artigos, a inclusão de organizadores/editores de livros quando o autor original estava ausente, a inclusão de apenas pessoas físicas e a exclusão de artigos, notícias e outras referências sem autor. Essa revisão foi realizada na fase de extração dos dados dos artigos em formato PDF.

2.3.1 Organização: Esta etapa foi feita manualmente, analisando cada referência em cada artigo. As regras estabelecidas na fase de separação foram aplicadas para alcançar uma uniformização dos dados. Cada artigo foi catalogado e verificado.

2.3.3 Implantação: Para a fase de implantação, criamos a aba “Autores Conforme Padrão The_Coupler” para organizar os valores extraídos dos artigos. Em seguida, incluímos os dados dos autores nas colunas correspondentes de cada artigo na aba “Referências citadas pelos 14 artigos”. Finalizamos essa etapa modificando os Intervalos Nomeados para uso no software The_Coupler.

2.3.4 Procedimentos Adicionais: Outros procedimentos, como a extração de dados adicionais e a inclusão dos valores em sistemas de mapa mental foram realizados. Para incluir os valores nos modelos do The_Coupler foi fornecido um guia detalhado com etapas específicas, incluindo seleção de dados, formato de arquivo e operações no sistema. Ver em: [<https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8671208>].

Esse processo permitiu a criação de uma árvore de acoplamento e várias matrizes, que foram apresentadas anteriormente pela rede de acoplamento bibliográfico entre os 14 artigos. Os passos dados sobre esta etapa estão aqui: [https://docs.google.com/document/d/1usi-37hmsjn-JjpP_0-OzEp5DMICWIllfffQj_gQznI/edit]